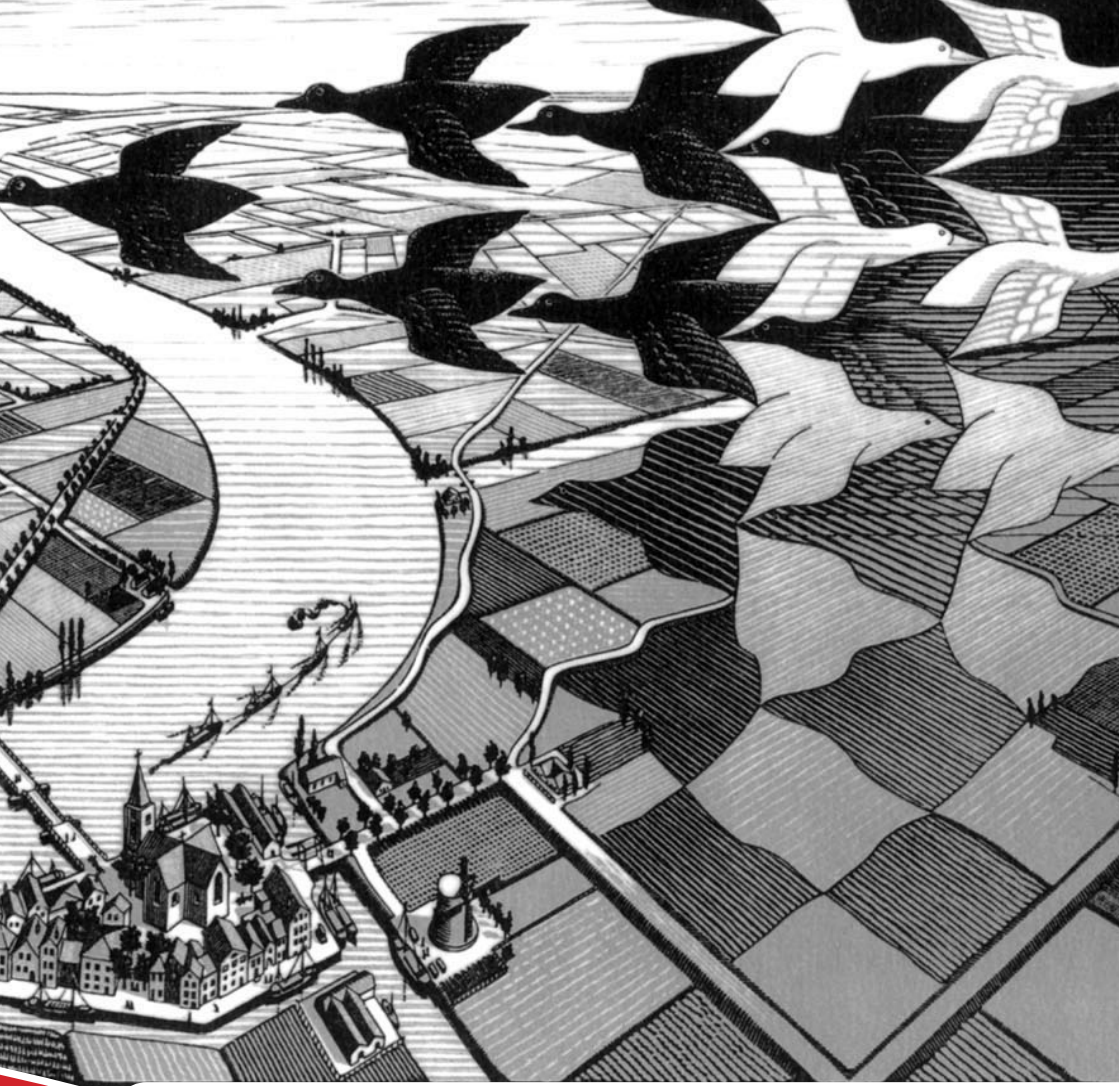




AS TRANSFIGURAÇÕES DA EDUCAÇÃO NA TEORIA DE FLORESTAN FERNANDES: escola e socialização política na formulação estratégica da revolução socialista

Ricardo Scopel Velho

AS TRANSFIGURAÇÕES DA EDUCAÇÃO NA TEORIA DE FLORESTAN FERNANDES: ESCOLA E SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA NA FORMULAÇÃO ESTRATÉGICA DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA

Ricardo Scopel Velho



UFSC
Florianópolis
2019

Copyright © 2019 Ricardo Scopel Velho

Coordenação de edição

Carmen Garcez

Projeto gráfico

5050com

Capa

Carmen Garcez

Imagem: Maurits Cornelis Escher. *Dia e noite*, 1938

Revisão de texto

Thaís Aparecida Domenes Tolentin

Editoração eletrônica

Luccas Coelho

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da Universidade Federal de Santa Catarina

V436t

Velho, Ricardo Scopel

As transfigurações da educação na teoria de Florestan Fernandes [recurso eletrônico] : escola e socialização política na formulação estratégica da revolução socialista / Ricardo Scopel Velho. – Dados eletrônicos. – Florianópolis : Editoria Em Debate/UFSC, 2019.

304 p.

Inclui bibliografia.

E-book (PDF)

ISBN: 978-85-68267-33-2 (e-book)

1. Educação. 2. Revolução burguesa. 3. Fernandes, Florestan, 1920-1995. I. Velho, Ricardo Scopel. II. Título.

CDU: 37.011.31

Elaborada pela bibliotecária Maína Rymsza – CRB 14/1581

Todos os direitos reservados a

Editoria Em Debate

Campus Universitário da UFSC – Trindade

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Bloco anexo, sala 301 – Telefone: (48) 3721-4046

Florianópolis – SC

www.editoriaemdebate.ufsc.br / www.lastro.ufsc.br

O projeto de extensão Editoria Em Debate conta com o apoio de recursos do acordo entre Middlebury College (Vermont – USA) e UFSC.

NOTA EDITORIAL

Muito do que se produz na universidade não é publicado por falta de oportunidades editoriais, tanto nas editoras comerciais como nas editoras universitárias, cuja limitação orçamentária não acompanha a demanda existente, em contradição, portanto, com essa demanda e a produção acadêmica exigida. As consequências dessa carência são várias, mas, principalmente, a dificuldade de acesso aos novos conhecimentos por parte de estudantes, pesquisadores e leitores em geral. De outro lado, há prejuízo também para os autores, frente à tendência de se valorizar a produção intelectual conforme as publicações, em uma difícil relação entre quantidade e qualidade.

Constata-se, ainda, a velocidade crescente e em escala cada vez maior da utilização de recursos informacionais, que permitem a divulgação e a democratização do acesso às publicações. Dentre outras formas, destacam-se os *e-books*, artigos *full text*, base de dados, diretórios e documentos em formato eletrônico, inovações amplamente utilizadas para consulta às referências científicas e como ferramentas formativas e facilitadoras nas atividades de ensino e extensão.

Documentos, periódicos e livros continuam sendo produzidos e impressos, e continuarão em vigência, conforme opinam estudiosos do assunto. Entretanto, as inovações técnicas podem contribuir de forma complementar e oferecer maior facilidade de acesso, barateamento de custos e outros recursos que a obra impressa não permite, como a interatividade e a elaboração de conteúdos inter e transdisciplinares.

Portanto, é necessário que os laboratórios e núcleos de pesquisa e ensino, que agregam professores, técnicos educacionais e estudantes na produção de conhecimento, possam, de forma convergente, suprir suas demandas de publicação também como forma de extensão universitária, por meio de edições eletrônicas com custos reduzidos e em divulga-

ção aberta e gratuita em redes de computadores. Essas características, sem dúvida, possibilitam à universidade pública cumprir de forma mais eficaz suas funções sociais.

Dessa perspectiva, a editoração na universidade pode ser descentralizada, permitindo que várias iniciativas realizem essa convergência com autonomia e responsabilidade acadêmica, editando livros e periódicos de divulgação científica, conforme as peculiaridades de cada área de conhecimento no que diz respeito à sua forma e conteúdo.

Por meio dos esforços do Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – que conta com a participação de professores, técnicos e estudantes de graduação e pós-graduação –, e por iniciativa e empenho do prof. Fernando Ponte de Sousa, a Editoria Em Debate (ED) completa oito anos de realizações, sempre com o apoio do Middlebury College/Vermont, que acreditou no projeto. Criada com o objetivo de desenvolver e aplicar recursos de publicação eletrônica para revistas, cadernos, coleções e livros que possibilitem o acesso irrestrito e gratuito dos trabalhos de autoria dos membros dos núcleos, laboratórios e grupos de pesquisa da UFSC e outras instituições, conveniadas ou não, sob orientação e acompanhamento de uma Comissão Editorial, a ED publicou 60 livros desde 2011.

Os editores

Coordenador

Jacques Mick

Conselho editorial

Adir Valdemar Garcia

Ary César Minella

Fernando Ponte de Sousa

Iraldo Alberto Alves Matias

Janice Tirelli Ponte de Sousa

José Carlos Mendonça

Laura Senna Ferreira

Maria Soledad Etcheverry Orchard

Michel Goulart da Silva

Ricardo Gaspar Müller

Valcionir Corrêa

SUMÁRIO

Apresentação	9
Introdução	13
Alguns pressupostos.....	17
1 Educação e estratégia da revolução	29
Método e teoria.....	31
Breve nota biográfica e bibliográfica.....	37
Mapeamento das pesquisas sobre o tema	42
Recapturando categorias	49
2 Capitalismo, dependência e autocracia	57
A Revolução Burguesa.....	61
Uma via não clássica ao capitalismo	67
Origens e características da burguesia no Brasil	73
O caráter autocrático do Estado brasileiro.....	79
O Capitalismo Dependente.....	95
Dominação externa na formação social brasileira	114
Democracia e Capitalismo Dependente	124
3 A formulação estratégica da revolução socialista no Brasil	129
Estratégias revolucionárias.....	133
A influência da Revolução Russa	143
A influência da Revolução Cubana	150

Revolução Nacional e Revolução Democrática	158
O debate atual sobre a estratégia	172
Organização política e estratégia	194
Uma transição para a transição	203
Reforma ou Revolução: dentro ou fora da ordem?	210
Os dilemas da estratégia democrática e popular	219
4 Escola e educação revolucionária	229
A educação e o atraso cultural	232
A educação e a estratégia democrática.....	240
A educação e a estratégia socialista.....	254
Esboço de uma crítica à leitura estratégica da educação em Florestan Fernandes.....	274
Considerações finais.....	285
Referências	297

APRESENTAÇÃO

Para entender Florestan Fernandes

Michel Goulart da Silva*

Com grande alegria e temor recebi a tarefa de escrever a apresentação deste livro, resultado de um trabalho que pesquisa que tive a oportunidade de acompanhar em suas diversas fases, dúvidas, dilemas e alegrias. O tema sempre foi algo que me encantou, afinal parte das reflexões feitas por Florestan Fernandes tem grande importância na minha formação política e intelectual. Fernandes foi um exemplo de intelectual e militante que, entendendo seus próprios limites, colocou sua produção científica a serviço da classe trabalhadora e da revolução social. Essa também pode ser uma descrição do próprio intelectual e militante Ricardo Velho.

O presente trabalho, apesar de fazer uma reflexão sobre a teoria desenvolvida por Florestan entre as décadas de 1950 e 1990, problematiza também a atualidade brasileira, tocando em pelo menos três temas de grande pertinência para as reflexões da história política recente. O primeiro tema tem relação com o nosso desenvolvimento econômico

* Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atua no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC).

e social, mais precisamente, sobre o que seria o equivalente à nossa “revolução burguesa”. Florestan procurou mostrar que essa dinâmica se deu de forma completamente diferente daquele trilhado por países como França, Inglaterra e Estados Unidos, não conhecendo as reformas típicas da revolução burguesa. Essas transformações – agrícola, urbana, industrial, nacional e democrática – em conjunto causaram mudanças políticas, sociais e culturais profundas na história daqueles países.

Em países como Alemanha e Japão, essas transformações ocorreram por meio de burguesias débeis, que se articularam com aristocracias e burocracias, e, para superar a sua debilidade de poder econômico, utilizaram o artifício da centralização política. Um processo com características semelhantes ocorreu em países de origem colonial, semicolonial e dependentes, que não tiveram essas transformações de forma homogênea, levando a uma diversidade de formações sociais e, também, de vias históricas ao capitalismo. Essas diferenças de formação social e histórica impactam as perspectivas de ação política das classes, que ficam restritas no que se refere ao uso do poder estritamente econômico. Nesse aspecto, e Ricardo não deixa de mencionar isso, Florestan é tributário da teoria do desenvolvimento desigual e combinado formulado por Marx e desenvolvida por Trotsky.

Um segundo aspecto de grande relevância no trabalho do Ricardo é a reflexão sobre a estratégia política das esquerdas. Uma geração inteira de militantes e intelectuais, e Florestan fez parte disso, desenvolveu um projeto político estratégico para a classe trabalhadora, que se materializa principalmente na busca de conquistas mínimas para os trabalhadores que sejam possíveis dentro da democracia burguesa. Esse projeto, conhecido normalmente como democrático e popular, apresentou em seu interior todo o tipo de disputas, especialmente entre um campo majoritário reformista e sua ala revolucionária. Florestan tinha uma clara simpatia pelo segundo campo, mas alertava que esse setor seria vitorioso somente na medida em que conseguisse se enraizar no movimento de trabalhadores.

Ricardo afirma que Fernandes formula uma estratégia predominantemente socialista, com um programa democrático-popular. Nas últimas décadas toda a ação do campo hegemônico do movimento dos trabalhadores teve como foco a chegada ao governo para realizar um projeto de melhoria nas condições dos trabalhadores dentro do capitalismo. Em 2002, a partir do governo Lula, as expectativas desse campo majoritário estão colocadas na execução de políticas democráticas e de distribuição de renda e de direitos, ou seja, para usar um termo presente em Florestan, na realização de reformas dentro da ordem. Florestan apontava que, se ficassem presos dentro da órbita da revolução dentro da ordem, as organizações dos trabalhadores seriam cooptadas por objetivos imediatos, se limitando (e até mesmo defendendo como estratégia) a conquista de reivindicações internas ao processo capitalista de produção.

O terceiro aspecto fundamental da pesquisa de Ricardo é o debate sobre educação e sua relação com o processo de emancipação. Ricardo identifica, no contexto anterior ao golpe de 1964, uma estratégia democrática de Florestan. O processo do golpe e a ditadura que nasce dele provocam uma transfiguração na concepção de educação de Florestan. Segundo Ricardo, nessa nova fase de elaborações por parte de Florestan, não há espaço para ilusões democráticas quanto ao conteúdo da defesa da escola pública. Ao destacar a importância da mobilização da classe, Florestan aponta um novo foco de atenção do processo de aprendizagem, que se desloca da escola e passa para a ação direta. Certamente alguns elementos dessa percepção já estavam presentes no momento anterior, mas é a própria elaboração de uma interpretação para as transformações econômicas e sociais que influenciam em sua concepção de educação.

Ricardo localiza a obra de Florestan em seus contextos, pesquisando a fundo o sentido dos conceitos. Claro que a obra de Florestan não é isenta de equívocos, como sua própria atividade militante, afinal, mesmo se colocando no campo de esquerda dentro do PT, optou

por não ingressar em nenhuma de suas correntes, talvez preferindo o diálogo com todas e, ao mesmo tempo, sem se comprometer com um projeto. Não há organizações perfeitas, e isso fica ainda mais dramático em um contexto de fragmentação da esquerda, mas a opção por um agrupamento significa a vontade de construir algo, assumir seus defeitos e ajudar a superá-los, entendendo que parte dos grupos que se pretendem marxistas não passam de um embrião do que pode vir a ser um verdadeiro partido revolucionário.

O trabalho que Ricardo nos apresenta sintetiza sua própria trajetória de militância e de formação teórica e política. Contudo, ao expressar a síntese de um momento em particular de sua formação, o presente livro também mostra lacunas e limites normais a qualquer trabalho de pesquisa, a serem preenchidos em trabalhos acadêmicos futuros ou na própria prática política. O presente trabalho certamente é uma das melhores formas de adentrar na obra de Florestan Fernandes, tomando contato não apenas com alguns de seus conceitos centrais, como localizando sua militância no contexto da militância socialista.

Portanto, ao iniciar fazer a leitura das páginas que seguem, o que se terá é um profundo debate sobre estratégia e tática, socialismo e revolução, a partir de uma brilhante análise sobre o olhar de Florestan Fernandes sobre o Brasil. Em um momento em que a maior parte da esquerda se deixa levar pelo canto da seria da democracia burguesa, apontando sua estratégia para a eleição de um novo comandante para o capitalismo em crise, é imprescindível entender a interpretação sobre o Brasil feita Florestan Fernandes. Poucas leituras nos ajudam nesse caminho como este livro de Ricardo Velho.

Blumenau, dezembro de 2019

INTRODUÇÃO

Vive-se num tempo histórico nebuloso. A perspectiva da classe trabalhadora em luta pela sua emancipação parece se esvaziar diante das ilusões com o mercado e do crescente individualismo. Uma onda conservadora tomou as ruas do Brasil ao afirmar que o culpado pelas mazelas sociais é o governo e não as relações sociais de produção capitalistas.

Como resultante, há um revigoramento da organização de setores tradicionais das classes dominantes no país e, por consequência, várias manifestações de ódio e opressão étnica, sexual, regional, econômica e social. Todas elas, demonstrações de que o Brasil passa por uma profunda inquietação quanto ao seu futuro imediato. No mundo não é diferente. Tem-se, por exemplo, a crise migratória na Europa, os conflitos no Oriente Médio, a crescente tensão entre a Rússia e os Estados Unidos. Esses são exemplos do futuro incerto que a humanidade tem diante de si.

As diferentes formas de expressar as contradições do modo de produção hegemônico no planeta estão expostas em cada esquina. No entanto, as ferramentas de conhecimento dessas relações enferrujam-se. No Brasil, o conformismo político dos últimos 30 anos fez com que a luta de classes ficasse restrita (com raras exceções) ao confronto nas urnas e não nas ruas, o que demonstra a pobreza teórica e política da atualidade.

Atualmente, a compreensão dos processos sociais é resumida a uma descrição efêmera do cotidiano imediato, impedindo o entendimento dos acontecimentos históricos. As noções bizarras e fragmentadas orientadoras do senso comum, de acordo com Antonio Gramsci (1891–1937), amarram-se em uma ciência social igualmente bizarra e fragmentada. Contra elas, se faz necessário um mergulho na história da humanidade para a compreensão dos processos sociais, econômicos, políticos e culturais determinantes. Por isso, a pesquisa na área das ciências da educação, compreendida numa perspectiva de crítica ao mundo existente e na premissa de um devir histórico possível de emancipação humana, é necessária e urgente.

Uma contribuição fundamental nesse sentido é dada pelo sociólogo Florestan Fernandes (1920-1995). O seu questionamento ao tempo histórico em que estava inserido pode ser novamente invocado em seus pressupostos políticos e científicos para a análise e compreensão da atual estratégia política dos trabalhadores. O autor estudou os principais temas da constituição da sociedade brasileira¹, à luz dos teóricos clássicos das ciências sociais, e elaborou uma teoria *sui generis* sobre a formação social do país. Derivam daí suas proposições sobre o papel da educação na ordem burguesa bem como sua superação. Ele próprio não se considerava um pedagogo ou um cientista da educação, no entanto, sua produção no campo educacional é considerável e influente. A partir dessa sua “nova interpretação do Brasil”², ocorrem desdobramentos científicos e políticos sobre a perspectiva teórica e prática da classe trabalhadora. Fernandes, desde sua mais jovem produção, tem a marca dos “de baixo” – como costumava nomear a classe trabalhadora. Dessa forma, ele reivindica sua origem de classe dominada para pensar e agir na realidade brasileira.

¹ Entre eles: a função da guerra na sociedade tupinambá, o folclore na cidade de São Paulo, a integração do negro na sociedade de classes, a revolução burguesa, a ditadura civil-militar e o processo de democratização.

² Ianni, Octávio. A sociologia de Florestan Fernandes. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 10, n. 26, p. 25-33, jan. 1996.

Desde o final do século XX (e ao longo do século XXI), os debates sobre as soluções pedagógicas e políticas para a educação brasileira têm sido marcadas por uma insuficiente interpretação do Brasil, apesar da importância de uma avaliação concreta da realidade para a proposição de alternativas – daí decorre a atualidade e importância da obra de Fernandes. Nos diferentes momentos³ de efervescência do debate sobre os rumos educacionais do país, a sua reflexão esteve sempre imbricada na possibilidade da revolução socialista no Brasil. Vale destacar que, em todos esses períodos, é perceptível a existência de diferentes correntes de pensamento e organizações de classe não só envolvidas em apresentar a sua visão do processo, mas também em intervir nos rumos da mudança social. Dentre as lideranças e militantes, seja nas instituições ou nos partidos, figuram sujeitos históricos interessados na manutenção e/ou superação de determinada forma de organização da sociedade, ou seja, podemos afirmar a existência de formuladores de estratégias político-revolucionárias.

Florestan Fernandes é um dos autores que almeja superar o capitalismo, destoando de outros pesquisadores cujas produções obedeciam aos marcos da “ordem” existente. Ao estudar contundentemente o tema da Revolução Burguesa como processo social amplo e, de forma específica, a educação em suas diferentes expressões, o sociólogo paulista foi alçado ao rol dos intelectuais que analisam o tema a partir de uma formulação político-revolucionária. Sua teoria é parte de uma estratégia global de luta de classes, em suas próprias palavras: “A burguesia põe em prática uma estratégia de luta global. Os proletários devem fazer o mesmo [...]” (Fernandes, 2000, p. 96).

A vida e a militância de Fernandes, desde muito cedo, foram marcadas pelo mecanismo de expansão capitalista e suas diferentes formas

³ São exemplos desses momentos de discussão dos rumos da educação na história brasileira: o debate dos pioneiros da educação nova, na década de 1930/40; a Campanha em Defesa da Escola Pública, na década de 1950; a luta pela Reforma Universitária durante os primeiros anos da ditadura empresarial-militar (1964-1985); a implementação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), nos anos 1990.

políticas correspondentes. A visão de totalidade exigida para apreender a realidade de maneira integrada é, em parte, resultado de sua trajetória pessoal e política. A luta contra o autoritarismo nos anos 1940 o motivou a participar do Partido Socialista Revolucionário (PSR), ligado à IV Internacional e que opunha tanto ao Estado Novo de Getúlio Vargas quanto às orientações políticas ligadas à III Internacional⁴, dirigida pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, liderada por Josef Stalin. O pensador paulista combatia, simultaneamente, em duas frentes: contra o conservadorismo tradicionalista da nova burguesia brasileira e contra a burocratização da teoria marxista hegemônica pela positivização do materialismo histórico.

Essa militância juvenil causou marcas profundas nas compreensões posteriores acerca do autor, embora sua participação no PSR não tenha durado muito tempo. Em entrevista a Paulo de Tarso Venceslau, Fernandes, questionado sobre sua saída do movimento trotskista, em meados da década de 1940, diz:

Eu me mantive nele até o início dos anos 50. Aí os próprios companheiros acharam que não seria conveniente que eu desperdiçasse o tempo em um movimento de pequeno alcance, quando podia me dedicar a trabalhos de maior envergadura na universidade. O Sacchetta, que era um homem esclarecido, me aconselhou: “É melhor você se afastar da organização e se dedicar à universidade, que vai ser mais importante para nós” (Fernandes, 1991, s/p).

Hermínio Sachetta, líder do PSR, ao dizer a Fernandes que ele seria muito mais útil como pesquisador do que como militante, estava lhe atribuindo uma tarefa revolucionária importante, pois as compreensões do desenvolvimento do capitalismo nacional, à época, eram insuficien-

⁴ A I Internacional, encerrada em 1876, teve como origem a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), influenciada por Karl Marx, Friedrich Engels e Mikhail Bakunin. Anos depois, ela foi recriada pela social-democracia alemã, influenciada por Eduard Bernstein e Karl Kautsky, conhecida como II Internacional. Por fim, a III Internacional foi criada pela então URSS, sob a influência de Lenin e, após sua morte, dirigida por Josef Stalin.

tes ou equivocadas – no entendimento de Fernandes. Essas não davam conta nem da apreensão concreta das contradições existentes nem da formulação de uma correta estratégia revolucionária. Assim, ele negava as teses que propunham repetir estratégias vitoriosas adotadas em outras experiências históricas, como era o caso da URSS. Além disso, a visão mecanicista do movimento revolucionário da III Internacional também era alvo das críticas de Fernandes.

Ao longo da análise aqui proposta, a produção teórica de Florestan Fernandes, especificamente no que tange o tema da educação brasileira, será apresentada de forma a não perder de vista também a discussão dos fundamentos das diferentes estratégias políticas transformadoras vinculadas à classe trabalhadora. Além disso, será também objeto de investigação crítica a produção de Fernandes sobre a formação social brasileira, na qual ele descreve e analisa a Revolução Burguesa, relacionando essa materialidade com os processos educativos estáticos e/ou transformadores integrados a uma estratégia revolucionária socialista.

Alguns pressupostos

A escola é objeto de preocupação de Florestan Fernandes principalmente durante décadas de 1940 e 1950, período em que foi influenciado pela participação intensa na Campanha em Defesa da Escola Pública. No entanto, uma análise apurada de sua produção deixa entrever que suas investigações não se limitam a esse campo e apontam também para uma análise da sociedade brasileira. Ao acompanhar as várias transformações políticas, econômicas e culturais ocorridas durante as décadas de 1950 e 1960, ele relaciona a educação aos processos de socialização política da classe trabalhadora.

Um olhar atento sobre esses diferentes momentos educacionais – educação escolar formal e socialização nas lutas políticas – mostra que a interpretação de Fernandes é seminal, pois como estrategista que é, aponta tanto para os momentos nos quais a classe trabalhadora

se torna “classe em si” quanto para os caminhos necessários à transformação da “classe para si”, nos termos do movimento da consciência e da ação consciente, apresentados por Marx⁵. Em *Democracia de co-optação e o apassivamento da classe trabalhadora*, Mauro Iasi (2012) indica a existência de duas grandes estratégias político-revolucionárias nos últimos anos no Brasil: 1) a democrática e nacional; e 2) a democrática e popular. Grosso modo, a primeira compreende as alianças entre os trabalhadores e a burguesia nacional como necessárias para superar os estágios pré-capitalistas; a segunda prevê uma aliança com o campo popular⁶, contrária à autocracia burguesa e em luta pela transição socialista. Essa última tem Florestan Fernandes como um de seus influenciadores teóricos.

Alguns autores, ao pesquisarem os fundamentos teóricos que guiam as organizações de trabalhadores, conseguem chegar ao âmago da realidade brasileira em termos de possibilidades históricas da revolução socialista⁷. Assim, a análise aqui apresentada não deixa de pensar também sobre as categorias mobilizadas por Florestan Fernandes ao interpretar a realidade brasileira, que apontam para uma estratégia de revolução socialista atrelada à educação. Ao pensar sua obra, é necessário historicizá-lo politicamente, levando em conta o contexto de embates “a quente”⁸ da luta de classes, no qual estava inserido.

⁵ Uma análise específica sobre o assunto é desenvolvida por Mauro Iasi, na obra *As metamorfoses da consciência de classe: o PT da contestação ao consentimento* (2006).

⁶ Uma análise sobre o assunto pode ser conferida na obra *Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático e popular* (2001), de Conceição Paludo.

⁷ Exemplos dessas pesquisas são Tumolo (2002), que pesquisou a formação político sindical da Central Única dos Trabalhadores; Iasi (2006), que pesquisou o Partido dos Trabalhadores; Lazarini (2012) e Favaro (2014), os quais estudaram a pedagogia histórico-crítica.

⁸ Termo usado por Florestan Fernandes para indicar o conflito extremado entre as classes, muitas vezes fazendo uso da violência. Em oposição está o conceito de luta “a frio”, significando uma temperatura baixa de conflito, ou seja, gerido dentro de padrões normais na sociedade de classes.

Embora uma elaboração teórica singular não possa ser responsabilizada pela sua concretização através das organizações de classe, é necessário realizar um inventário das contribuições que certos conceitos e análises têm no interior da própria constituição tática e estratégica. Tal é a perspectiva de Tumolo (2002), Iasi (2006) e Favaro (2014), ao analisarem a função que os pesquisadores militantes têm ao construírem uma crítica das possíveis causas das derrotas da classe trabalhadora. De uma compreensão teórica e política insuficiente e/ou equivocada das relações sociais, econômicas e políticas da formação social brasileira decorre equívocos e erros práticos das organizações de classe que estão à frente das intervenções na luta de classes “a quente”. Por isso, a busca de uma “análise concreta da situação concreta”⁹ é necessária em cada tempo histórico, para demarcar os períodos em suas especificidades e generalidades.

Duas necessidades se colocam para a formulação de uma estratégia revolucionária: o estudo sobre a constituição do Estado e das classes sociais como realidade histórica em movimento; e o uso do marxismo como uma teoria-guia para a ação transformadora. Florestan não estava a elas alheio. O ferramental teórico marxiano possibilita que ele desenvolva sua interpretação sobre o Brasil. No entanto, são variadas as interpretações sobre o poder desse clássico na atualidade do capitalismo brasileiro. Ao ser questionado por entrevistadores sobre a visão monoclássista do Partido dos Trabalhadores (PT) e criticado por seu viés marxista, Fernandes, que militou no partido entre 1985 e 1995, responde: “Mas um dos dilemas do PT é não ser monoclássista. Na verdade, esse reducionismo que tem sido imputado ao marxismo não existe. As pessoas não leem Marx, leem divulgadores e depois simplificam” (Fernandes, 1991b, p. 10).

A problemática das classes remete ao debate sobre o sujeito revolucionário, ou seja, a pergunta: quem faz a revolução? E Florestan, na mesma entrevista, mostra a resposta de Marx: “O que ele afirma é que

⁹ Síntese de Vladimir Lenin sobre o marxismo, desenvolvida em *O que fazer?*, de 1902.

uma classe portadora da condição de classe revolucionária” (Fernandes, 1991b, p. 10). Na sequência do diálogo, novamente ele retoma Marx, ao tratar do conjunto das ações particulares para uma determinada formação social constituir-se:

[...] [Marx] sabia que existe um exército industrial de reserva, que na população excedente há uma variedade imensa de pessoas que não estão incluídas nem no exército ativo, nem no exército industrial de reserva (Fernandes, 1991b, p. 10).

Isso significa dizer que a sociedade resultante dessas ações tem também uma estrutura de classes e um relacionamento com os países capitalistas centrais. Segundo ele, Marx também sabia “[...] que existem as colônias, que há uma burguesia diferenciada, que há uma nobreza que ainda tem força na Inglaterra. Marx era um homem de uma imaginação fértil, [...] capaz de apanhar a totalidade” (Fernandes, 1991b, p. 10). Em relação a certo reducionismo no pensamento marxista, tal é a resposta: “Há marxistas e marxistas Na universidade, conheci pouca gente que realmente havia lido Marx. Eu próprio não conheço Marx tanto quanto desejaria” (Fernandes, 1991b, p. 11). Fica evidente, assim, a importância do retorno direto ao autor como uma importante ferramenta para o rigor da análise aqui apresentada.

Seguindo tal raciocínio, deve-se questionar em qual tipo de marxismo as diferentes leituras da realidade social e educacional baseiam-se. Uma pista é dada: “Em *O Marxismo Ocidental*, Perry Anderson disse que o marxismo se empobreceu na medida em que intelectuais marxistas passaram a ser intelectuais não-ativistas” (Fernandes, 1991b, p. 11). Para o sociólogo, os intelectuais não podem se “[...] dissociar da prática política, sob a pena de perder a perspectiva de classe e cair no vício acadêmico do pensamento abstrato” (Fernandes, 1991b, p. 11). Fernandes afirma ainda que “[...] ser ativista não significa necessariamente filiar-se a um partido. No *Manifesto comunista*, Marx e Engels não falam em partido comunista. Eles falam que a função dos comunistas é servir a todos os partidos operários” (Fernandes, 1991b, s/p). Portanto, a organização

política da classe tem distintas camadas de compreensão do real, “E que o comunista devia levar a eles a visão de conjunto, a totalidade das grandes transformações que ocorrem e o que elas vão gerar. Seriam elementos fermentadores no processo político e de produção intelectual” (Fernandes, 1991b, s/p).

A compreensão de Fernandes sobre o papel dos comunistas fica patente em todas as suas ações, desde sua crítica à teoria acadêmica abstrata até às intervenções políticas sem fundamento teórico, por ele chamadas de voluntaristas. E mais do que uma ação individual, todo o seu esforço foi para que a prática da seriedade, do rigor e da lucidez intelectual se institucionalizasse numa disciplina consciente, seja na sociologia ou dentro das organizações políticas. A visão de totalidade tem, nessa perspectiva, a capacidade de inserir a leitura do mundo no próprio fazer-se do mundo; ação e reflexão em sintonia são derivadas do marxismo e levadas à condição de princípio organizador da obra de Fernandes.

Outro pressuposto caro a essa discussão é concepção de educação como parte constituinte da luta de classes, que precisa, portanto, ser entendida no interior da dinâmica acarretada por ela. Isso implica em colocar os devidos pesos e medidas para cada ação educativa nos espaços onde ocorrem. Um deles é a escola, lugar em que se dá o ensino sistematizado; outros são as organizações em que os trabalhadores executam suas tarefas de autoafirmação como classe, a exemplo dos sindicatos, partidos e clubes.

Fernandes trata as duas “territorialidades” de maneira específica. Durante a Campanha em defesa da escola pública¹⁰, na década de 1950, o ensino sistemático e a organização escolar são preocupações constantes em sua obra. Já durante o acirramento do enfrentamento entre burguesia e proletariado, nos anos 1970, Fernandes incorpora a

¹⁰ A Campanha foi uma intensa mobilização social durante a discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, na qual Fernandes participou como militante. Outros importantes educadores estavam envolvidos como Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira.

educação proletária (não sistemática) como um de seus eixos de produção teórica e política. Uma das funções de ambas as compreensões de educação é a descolonização do trabalhador. A primeira tem a predominância de uma estratégia democrática ao socialismo; a segunda, a predominância de uma estratégia socialista.

Provavelmente o sociólogo paulista ficaria muito perplexo ao ver as afirmações de seu colega de partido à época, Aloísio Mercadante, ministro da educação em 2015, em entrevista à *Folha de São Paulo*:

O Brasil tem que acelerar sua transição para uma economia do conhecimento. Educação, ciência e tecnologia e inovação são a base dessa estratégia. A educação, principalmente, se estiver melhor articulada com o setor produtivo. O empresário brasileiro tem uma certa dificuldade em ter cultura inovadora, o que tem muito a ver com sermos um capitalismo tardio, em que o empresário acha que inovar é comprar máquina pronta e acabada e não fazer melhor, mais barato, mais eficiente que o que fazia antes. Este caminho é o que nos vai permitir avançar. Conseguimos isso na agricultura (Mercadante, 2015, s/p).

O entendimento do ministro sobre os papéis da educação e da inovação está diretamente ligado ao seu entendimento sobre mudança social. Enquanto Fernandes vê na escola um potencial espaço de aprendizagem para a luta, o ministro vê um mecanismo de aumento da produtividade econômica. Sem uma clara compreensão das categorias de interpretação da formação social brasileira e, também, da estratégia de mudança social requerida, não é possível debater o tema da educação e da revolução. Há concordância com Favaro (2014), quando define sua concepção de educação:

Ressaltamos de antemão que entendemos que a educação humana na atual sociedade ocorre em vários âmbitos, não estando de forma alguma restrita à escola. Ela se faz presente em inúmeros espaços, dentre eles os meios de comunicação, a igreja, família, sindicatos, fábricas, partidos políticos, etc., e ocorre de distintas maneiras. A particularidade

da escola é que ela tem objetivos previamente definidos no sentido de socialização do conhecimento sistematizado, tornando-se por isso alvo de disputa de diferentes projetos de formação que correspondem às distintas expectativas das classes sociais. Tal característica, todavia, não diminui, em nosso entendimento, a importância dos demais espaços formativos (Fávaro, 2014, p. 20).

Essa ampla compreensão do conceito de educação tem proximidade com a construção teórica de Fernandes, o que sugere um grande legado teórico para o conhecimento da sociedade brasileira. Contudo, seus conceitos foram expressão das relações sociais de produção do seu tempo, ou seja, são datados, como são todas as categorias históricas. Impõe, então, a questão: qual a contribuição de Florestan Fernandes para as ciências sociais na atualidade? Qual sua importância para a elaboração de teoria educacional numa sociedade em mudança? As respostas podem estar na própria obra de Fernandes, quando nos indica a necessidade de estudar os clássicos – não para simplesmente mostrar erudição, mas pelo contrário, para refazer seus passos metodológicos, olhando para a realidade e produzindo conceitos com capacidade explicativa dessa mesma realidade particular. A pesquisa teórica e empírica sempre foi o fundamento da compreensão de ciência para o sociólogo paulista, o que implica em dizer que, na atualidade, não se trata de desenterrar suas categorias usadas no passado, mas sim de produzir novas e ricas categorias capazes de exprimir o atual momento de desenvolvimento do capitalismo e da ordem subjacente a ele.

Já se passaram mais de 40 anos da elaboração do livro *A Revolução Burguesa no Brasil*, principal obra de síntese teórica, e 20 anos da morte do pensador paulista. É, portanto, muito claro que não se vive mais na mesma realidade histórica. Além disso, a luta de classes, por meio de diferentes mecanismos, produziu alterações profundas na conformação dos conflitos geopolíticos e geoeconômicos no mundo e no Brasil. Nesse contexto, a teoria social é chamada a dar conta dessas novas formas em que o capital e suas personificações de classe se movem.

Fernandes combateu todos os tipos de colonialismo teórico e cultural. Além disso, defendeu a criatividade singular necessária para que cada formação social possa ser explicada, levando em consideração os conhecimentos universais da ciência social produzidos na história. Em seu livro *Elementos de sociologia geral e aplicada*, publicado em 1971, arrolou as características do método em Max Weber (1864-1920), Émile Durkheim (1858-1917) e Karl Marx (1818-1883), mostrando como, em diferentes tipos de sociedade, cada um poderia cumprir um papel. Ao final, demonstrou como Marx tem caráter universal enquanto durar a forma social capitalista. Isso significa que nas formações sociais nacionais pós-Revolução Industrial e surgimento do capitalismo, a expansão de relações de produção passam a ser determinadas pela égide do capital.

Portanto, Fernandes ficaria perplexo se visse, hoje em dia, intelectuais tentando explicar o país com categorias produzidas para descrever e interpretar um Brasil de 60 anos atrás, perdendo, assim, toda a riqueza do desenvolvimento do próprio ser social do capital. Isso implica que a atualização da discussão sobre a obra de Florestan Fernandes requer a capacidade de distinguir a universalidade capitalista mundial e a singularidade de sua materialização na periferia do sistema. Assim, dois elementos se destacam na teoria florestaniana: o método dialético e a perspectiva da Revolução Socialista. Em sua *práxis*, eles são eixos norteadores de toda sua obra. Recuperá-los é passo necessário para assumir as tarefas atuais da classe trabalhadora em sua necessidade de entender o mundo para transformá-lo.

É importante ressaltar ainda que a produção teórica de Florestan Fernandes experimenta diferentes momentos. Tal fato é absolutamente natural, pois trata-se de um sujeito histórico em constante “fazer-se”, que colocou para si os problemas de pesquisa como problemas de luta política na medida em que ele próprio é fruto desse sistema de exploração. Nas palavras de José Paulo Netto (2012), trata-se de uma produção diferenciada em dois sentidos: “[...] primeiro, desbor-

dando o seu ofício principal, a Sociologia; segundo, mostrando que seu trabalho experimentou inspirações e momentos teóricos diversos, ainda que inseridos num projeto intelectual unitário” (Netto, 2012, p. 9). Essa afirmação de Netto possui uma dimensão que se funda na sociologia crítica e militante de Fernandes, pois dela deriva a característica de superação do ensaísmo brasileiro de Euclides da Cunha, Silvio Romero, Oliveira Viana, entre outros. Fernandes teria passado por momentos diferenciados de produção intelectual, no entanto, com um mesmo objetivo: a Revolução Socialista.

Com sua pesquisa teórica e empírica acerca de vários aspectos da vida sob o capitalismo, o autor fundou uma corrente de explicação especificamente científica, usando de todo o arsenal disponível em sua época – dos funcionalistas aos intelectuais da escola de Chicago, passando pela sociologia compreensiva de Weber e sob a determinação epistemológica e política do marxismo. Resulta daí questionamentos múltiplos sobre a forma como ocorrem os processos de socialização nas diferentes formações socioculturais. Essa questão tem sido pano de fundo para muitas das pesquisas na sociologia crítica e militante, pois isso implica uma escolha na direção da mudança social pretendida pelos diferentes sujeitos em conflito. No caso da formação capitalista, das classes sociais.

A contribuição de Fernandes sobre o funcionamento do capitalismo latino-americano e seus desdobramentos na constituição dos aspectos de domínio cultural deixa explícita a importância dada pelo autor à educação e sua relação com os processos de mudança social numa perspectiva revolucionária. Até o momento, no Brasil, existem pesquisas que abordam a biografia de Florestan Fernandes, sua contribuição fundadora da Sociologia Crítica e a sua militância na campanha pela escola pública nas décadas de 1950 e 1960¹¹; no entanto, raros são os

¹¹ São exemplares os trabalhos desenvolvidos por Martínez (1998), D’Incao (1987), Ianni (1987), Mazza (1997).

trabalhos¹² dedicados a mostrar a educação no interior da constituição de uma estratégia política revolucionária a partir do conjunto da obra do autor. Tal constatação foi – e tem sido – de relevância central para as reflexões aqui expostas, cujo norte é buscar compreender as transfigurações da educação na produção teórico-política de Florestan Fernandes e apreender qual o papel da educação na formulação estratégica da Revolução Socialista no Brasil.

Os conceitos que foram abordados – tais como educação, capitalismo dependente, Revolução Burguesa, Revolução Proletária – não estão isolados de uma leitura da totalidade da realidade concreta, tal como desenvolve Cherobini (2010). Florestan não esteve alheio às determinações do mundo e buscou compreender o real em sua estrutura e dinâmica próprias, sem se deixar contaminar pela ideologia que produz e reproduz a lógica social dominante.

Para considerar o conjunto de uma obra global, é preciso integrar a totalidade de cada um dos pontos e fases num movimento dinâmico. Qualquer tentativa de universalizar *diretamente* uma determinada fase – que é sempre constituída de elementos mais, ou menos, conflitantes – resultará apenas numa *projeção* histórica de uma parte específica sobre o todo e, ao mesmo tempo, na liquidação da tensão dinâmica a ele inerente. Pois qualquer fase específica representa *ipso facto* também um nível específico de realização e de ponto de repouso, o qual, se generalizado, inevitavelmente se cristaliza o movimento (que chegou até ele e que prosseguirá depois dele) e distorce seriamente a figura como um todo. Em contraposição, o único modo de proceder propriamente histórico é utilizar o *próprio movimento* como *princípio de seleção* aplicado a todos os pontos e fases específicos (Cherobini, 2010, p. 305).

¹² São pesquisas relevantes na área: a tese *As contribuições educacionais de Florestan Fernandes: o debate com a pedagogia nova e a centralidade da categoria revolução* (2008), de Gilcilene Barão (2008), que trata especificamente a questão da educação; e a dissertação de mestrado *Em busca da “revolução brasileira”: o democrático-popular como expressão político-programática da formação da classe trabalhadora no Brasil* (2012), de Gomes Soares, voltada para a questão da estratégia.

No caso, estudar Florestan Fernandes necessariamente remete a localizar sua produção no conjunto dos conflitos de seu tempo e na perspectiva de superação do modo de produção capitalista. Tal posicionamento é pressuposto necessário para a apreensão da sua contribuição no que tange à área da educação na formação social brasileira. Ao atingir uma compreensão desenvolvida sobre os conceitos de Revolução Burguesa, capitalismo dependente, autocracia burguesa, estratégia socialista, revolução dentro e/ou contra a ordem, por volta dos anos 1970, Fernandes estava no auge de sua produção e, portanto, só pode ser entendido a partir desse patamar.

O fato de Florestan usar o próprio movimento contraditório de mudança social como princípio de seleção, implica em uma crescente capacidade de saturação¹³ dos conceitos explicativos da realidade brasileira. Enquanto alguns comentaristas o veem como um autor meramente “publicista”, vislumbrando a unidade entre teoria e prática, outros leem sua obra como articulista de jornal, um militante sociólogo-socialista que emprega as categorias teóricas para interpretar e apontar alternativas para sua classe. De acordo com Mészáros (1987), ao escrever sobre a obra de algum autor e entender os fundamentos desse pensamento, é salutar perceber quais

[...] linhas esquemáticas da ideia sintetizadora fundamental podem estar presentes – ou melhor: têm que estar presentes – na mente de um filósofo quando este desenvolve, num contexto determinado, algumas de suas implicações concretas em contextos particulares (Mészáros apud Netto, 2012, p. 296).

Se existe uma unidade na teoria de Fernandes, uma “ideia sintetizadora fundamental”, é dela que se deve partir para compreender a particularidade do elemento educacional na formulação estratégica de mudança social apresentada em sua obra.

¹³ Esse conceito, muito recorrente em Fernandes, indica a unidade do diverso, uma quantidade de variáveis envolvidas numa dada realidade histórica, resultado de muitas contradições.

Um dos desafios enfrentados ao analisar as contribuições do autor foi tratar das continuidades e descontinuidade teóricas do autor. A questão do que é universal e do que é particular na teoria de Fernandes tem implicações no debate atual no campo educacional. As consequências das diferentes respostas a essa pergunta podem desdobrar em diferentes formulações estratégicas. A imensidão da sua obra remete a inúmeros temas relacionados, direta ou indiretamente, à questão educacional. Todavia, espera-se que tal complexidade seja estimulante na continuidade da pesquisa sobre o pensamento crítico de Florestan Fernandes e sua reflexão sobre o papel da educação nas transformações revolucionárias.

1

EDUCAÇÃO E ESTRATÉGIA DA REVOLUÇÃO

*No me hago ilusiones contigo
pero cuando extravió la razón
una obra de arte
aparece al mirarte
alumbrada de fascinación
y con la suerte echada
va mi alma robada
por el goce que da la ilusión.*

Silvio Rodriguez

Estudar Florestan Fernandes é um desafio e uma necessidade. Primeiro, um desafio, pois, segundo Cardoso (1996), trata-se de um autor com uma contribuição para as ciências sociais de importância seminal. A vastidão de sua obra pode é constituída em termos quantitativo e qualitativo. Ela passa por estudos de folclore, temas da antropologia, da sociologia, da ciência política, da psicologia social, da economia, e deixa marcado o caráter erudito do pensador. Além disso, esses estudos ocorrem em diversas línguas estrangeiras as quais, o então estudante, precisou aprender com esforço.

O autor apresenta problemas concretos, tratados por ele como “dilemas”, que têm impacto na descolonização da mentalidade científica. Ou seja, ele atualiza a necessidade de estudos criativos e, de acordo com sua compreensão de método, empíricos. Florestan afirma a existência de uma forte influência das visões europeia e/ou estadunidense

na ciência social brasileira, sem a devida “saturação” histórica, o que enfraquece os conceitos de capacidade explicativa¹. Isso pode ser observado na medida em que ele produz pesquisas em diversas áreas do pensamento, marcadas por autores “ensaístas” e não pela pesquisa nos moldes científicos.

Os diferentes dilemas brasileiros são apreendidos no decorrer de sua produção teórica por meio de um diversificado esquema de pesquisa. Sua análise abrange conteúdos empíricos e teóricos, fruto do grupo² criado por ele junto à cadeira de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP). Essa contribuição específica, a construção de uma problemática nas Ciências Sociais, foi estudada por alguns intelectuais como Otavio Ianni (1987), Miriam Limoeiro Cardoso (1987), Maria Ângela D’Incao (1987), Netto (1987), Laurez Cerqueira (2004), Paulo Henrique Martinez (1998) e Roberto Leher (2012).

Nesse sentido, estudar e recuperar a obra de Florestan Fernandes também é uma necessidade, pois ela é uma poderosa ferramenta para entender e questionar o entendimento sobre o capitalismo moderno da realidade brasileira. A produção de Fernandes se faz indispensável para a crítica às estratégias utilizadas no período histórico subsequente a sua morte, ocorrida em 1995. Daí a retomada recente das temáticas verificadas em publicações na área de educação, presente em Fávero (2005), Barão (2008, 2011), Costa (2009), Oliveira (2010), Soares (2009, 2011), Soares (2012), Silva (2012), Sereza (2014), entre outros.

Retomar alguns aspectos do caminho teórico realizado por Fernandes é passo necessário para a análise aqui pretendida.

¹ Uma análise sobre o tema pode ser conferida na obra *Elementos de sociologia geral e aplicada*, de 1976.

² Ver a obra *Florestan: sociologia e consciência social no Brasil* (1998), de José de Sousa Martins

Método e teoria

Os aspectos metodológicos da obra de Fernandes não são menos importantes. Tal fato contribui para que sua obra adquira uma dimensão oceânica, não apenas em termos quantitativos, mas principalmente pela sua qualidade. Fernandes criou o que José de Souza Martins (1998) insiste em chamar de Escola Paulista de Sociologia³.

Como princípio metodológico, escolheu o marxismo desde sua militância juvenil no trotskismo, todavia, enriqueceu a compreensão científica estudando várias teorias sociais. De acordo com Gorender (1995),

O marxismo não foi para Florestan tão-somente uma das três vertentes confluentes do método sociológico, o marxismo teve para ele a significação singular e única de indicador dos temas de pesquisa, de crivo inicial das opções de investigação (Gorender, 1995, p. 33).

Isso indica sua perspectiva na escolha do referencial marxista como eixo organizador de sua interpretação sociológica e política da sociedade brasileira. Seu grande esforço foi o de aliar o rigor científico com as necessidades e compromissos dos intelectuais na periferia do mundo capitalista, onde “pensar algo sociologicamente, é pensar algo socialmente”, em sua paráfrase de Wright Mills, em *A imaginação sociológica*, de 1969.

Já no final de sua vida, Fernandes debateu diretamente com a crise do marxismo, na década de 1990, da seguinte maneira:

Não faço parte daqueles que acham que o marxismo está morto, mas que o marxismo precisa se redefinir. Em todas as revoluções ele se redefiniu e não poderia ser revolucionário se assim não o fizesse, o que não significa “rever” o marxismo (ou ser revisionista), e sim pôr toda uma filosofia política dentro de um contexto histórico concreto (Fernandes, 1994, p. 172).

³ O próprio Martins admite o desacordo de Fernandes com o tratamento, pois acreditava que estava contribuindo com a criação de padrões mínimos de cientificidade da pesquisa social e não com a criação de uma escola de pensamento.

O autor sintetiza o método de Marx no esforço de compreensão da realidade social brasileira. Ele não se limita ao instrumental de agitação do marxismo, mas aprofunda sua análise acerca da própria constituição do real em suas bases filosóficas. No esforço de compreender a dialética do concreto na formação social de países com capitalismo tardio, o mestre paulista encontra na teoria social marxista os fundamentos que explicam o movimento de entificação do ser social. Assim descreve o mecanismo que possibilita a compreensão do real, ou seja, da cognoscibilidade:

O impasse foi resolvido dentro da lógica hegeliana: o próprio movimento da realidade estabelece uma lei de interpenetração dos contrários, por meio da qual é possível compreender inclusive o elemento comum e sua validade como fator explicativo. Sem elementos comuns, o próprio desenvolvimento acumulativo da cultura e as transições bruscas de um período histórico para outro, com as correspondentes mudanças de organização social motivadas pelas transformações das relações de produção, seriam inexplicáveis (Fernandes, 2010, p. 30).

Nota-se como o autor estabelece a contradição como categoria chave para esse momento do conhecimento e, derivado disso, aponta para a possibilidade de alteração das relações existentes – desde que se tenha clareza do que é comum e, portanto, do que é peculiar nesse mecanismo de mudança social. Esse elemento metodológico é fundamental à teoria social de Fernandes, pois é dele que surge a interface entre ciência e ação política.

Na medida em que uma compreensão teórica acertada sobre a sociedade é construída, torna-se também possível analisar e discutir quais são os sujeitos e conflitos centrais ou secundários. Portanto, é nesse ponto que surge a necessidade de uma formulação de estratégia revolucionária. Além disso, surge também a necessidade de se estabelecer qual lugar a ação educativa pode ocupar no interior dessa estratégia.

Um dos momentos da atuação educacional é através da contribuição de militantes intelectuais. Essa possibilidade está colocada em

sua condição de produzir conhecimento capaz de descrever o real em suas conflitualidades concretas e delimitar o campo de intervenção das forças vivas na luta de classes. No entanto,

[...] como Lênin, desconfio dos intelectuais. Eles inventaram o cooperativismo, o socialismo, o anarquismo, o comunismo – mas existem intelectuais e intelectuais. Sem teoria não há revolução. No entanto, depois da derrota das revoluções de 1848-1850, Marx ironizou os extremistas, todos os intelectuais, que se deitavam em seus sofás e maldiziam a revolução, que era impossível (Fernandes, 2006, p. 236).

Não há como analisar a obra do sociólogo paulista sem essa mediação teórica e política, ou seja, da inter-relação orgânica entre o pensar e o fazer. A militância sempre foi presente em sua vida, o que o levou a ter uma compreensão clara da sua tarefa de produção intelectual como parte das necessidades práticas do movimento socialista brasileiro.

Florestan Fernandes, ao produzir sua teoria social, coloca a questão das tendências de desenvolvimento do real:

Restringindo-me ao essencial, o ponto de divórcio está no aspecto prático do materialismo histórico, que implica unidade de teoria e ação e, em consequência, resposta positiva a pergunta da possibilidade de se conhecer de antemão, dentro de certos limites e de acordo com os dados da situação vivida, a sua possível tendência de desenvolvimento (Fernandes, 2010, p. 43).

Como socialista, ele analisa as tendências que essa transição proporciona e formula estratégias capazes de indicar a possibilidade de uma revolução. Tal é a síntese de Fernandes sobre seu entendimento em relação a Marx, apresentada por Cardoso (1987):

Os elementos definidores da dialética marxista a que me refiro são aquelas que Karl Marx expressa no “Método da Economia Política”. Relembrando: 1) Marx nos ensina que a reconstrução do real é um produto teórico que se eleva do abstrato ao concreto (pensado) pela via do pensamento;

que opera, pois, desde o começo com conceitos. 2) Marx ensinou também que tal reconstrução só é possível sobre o desenvolvimento concreto mais rico, vale dizer, quando um modo de produção está implantado e, portanto, a sua lógica comanda o social. O cerne da produção teórica reside justamente aí, na apreensão e formulação desta nova lógica histórica, o que de modo algum é possível antes da sua efetiva constituição. 3) assim, tendo-se tornado inteligível o novo modo de produzir, na racionalidade que lhe é própria, a partir do estudo da realidade histórica mais desenvolvida que lhe dá forma, só então o passado que o antecede e do qual se distingue qualitativamente também se torna inteligível. A anatomia do homem é chave para anatomia do macaco (Cardoso, 1987, p. 243).

Essas preocupações com o método de reconstrução teórica tinham uma razão: diferenciar-se dos comentaristas, chamados por ele de ensaístas brasileiros. No final do século XIX e início do século XX, vários autores elaboraram suas imagens do Brasil. De acordo com Coutinho (2000): “[...] há ‘imagens do Brasil’ nas obras de Gilberto Freyre e de Oliveira Vianna, que são de direita, ou na de Caio Prado Júnior, que é de esquerda” (Coutinho, 2000, p. 1).

A diferenciação em relação aos ensaístas era necessária na medida em que a produção teórica sobre o Brasil não se pautava por critérios de validade universais. Não que isso fosse entendido do ponto de vista positivista, mas sim como mecanismo de apreensão do movimento de constituição do próprio real. O que aparece como “concreto pensado” é resultado de um trabalho de enriquecimento teórico e empírico das hipóteses explicativas do pesquisador. É através dessa perspectiva que Fernandes trata a questão. E para realizar essa árdua atividade, foi preciso buscar o que havia de mais avançado na Ciência Social do período. É necessário lembrar que, no Brasil, as universidades são instituições tardias e quase exclusivas da classe dominante. O pensador paulista situa historicamente como procedeu para embasar suas atividades de pesquisa:

A debilidade de nossa situação era tão grande que eu próprio – basta ver os Fundamentos empíricos da explicação sociológica – fui procurar ganhar solidez e terreno nos clássicos. Eu era militante do movimento de esquerda, extremado, eu poderia ter ficado um marxista dogmático; de lá para cá, ter superado o Caio Prado Jr. em matéria de preocupação pela dialética. E, no entanto, não fiz isso, estudei simultaneamente antropologia, sociologia, um pouco de psicologia, alguma economia, alguma filosofia, muita história. Quer dizer, *fiz uma coisa que os marxistas que não são o próprio Marx às vezes chamam de orientação eclética*. Na antropologia estudei muita coisa importante que se não fosse o Willem na filosofia e a Escola de Sociologia Política eu nunca teria aprendido. Trabalhei muito com os antropólogos sociais ingleses, com os etnólogos franceses, discípulos de Durkheim, inclusive pelo vigor do Mauss vocês podem saber qual é o valor disso (Fernandes, 1995c, p. 10, grifos nossos).

O ecletismo citado não corresponde a uma mistura infundada de autores e concepções epistemológicas, mas sim a busca de uma solidez nos clássicos capaz de sustentar uma teoria rica em determinações da realidade brasileira. Fernandes deixa claro “[...] que os marxistas que não são o próprio Marx” (Fernandes, 1995c, p. 12), remetendo-se aos textos interpretativos, os quais não apreenderam o método elaborado por Marx. Ou seja, ele inclui Marx dentre os pensadores que buscaram a compreensão dos clássicos de seu tempo para poder incorporá-los e superá-los. Se Marx não tivesse lido Adam Smith, David Ricardo, Friedrich Hegel, Pierre-Joseph Proudhon, não poderia acionar suas contribuições e sobrepujar todas as suas parcialidades e equívocos.

O viés eclético, no sentido apresentado acima, está sob uma constante vigilância teórica e política, pois do contrário, poderia se transformar em artifício de elaborações “sociologistas” ou “culturalistas”, ambas rechaçadas por Fernandes. A preocupação do autor é nítida:

Todas as influências se somaram nessa mesma direção, agora, eu lutei muito para não ser sociologista e principalmente para não excluir psicologia, economia, história, porque na verdade nós temos que voltar a um texto que para mim é muito fun-

damental, o *posfácio d'A crítica da economia política, aquela ideia da totalidade*. Durante algum tempo, eu corri o risco de palmilhar o caminho da filosofia social, da filosofia das ciências modernas, de pulverizar as ciências e de procurar uma falsa autonomia das ciências. Eu teria entrado por um mau caminho. *O que me salvou foi a impregnação marxista da minha relação prática com os problemas da sociedade brasileira*. Aí eu compreendi que o sociólogo realmente sozinho opera com um ponto de vista, com os fatos que esse ponto de vista exige (Fernandes, 1995c, p. 10, grifos nossos).

É evidente seu cuidado constante em indicar as fontes de seu pensamento. Se por um lado ele afirma o ecletismo, por outro deixa explícita a sua determinação fundante – a relação com a materialidade social brasileira, a qual só poderia ser explicada pela compreensão de totalidade.

Estudar Florestan Fernandes tem sido uma necessidade por conta da sua relevância na produção teórica e prática de uma compressão revolucionária do mundo. Suas elaborações são especialmente endereçadas aos interessados em se colocar como sujeitos desse processo transformador. Sua teoria do capitalismo dependente foi uma contribuição fundamental para o marxismo, pois ela deriva tanto da análise da evolução do modo de produção no Brasil e na América Latina quanto das determinações mais profundas das formas política, econômicas e sociais dessas sociedades, constituindo-se em uma explicação de conjunto. De acordo com Sereza (2014):

Como ocorre com a obra de outros intérpretes do Brasil, o trabalho de Florestan terá profundo impacto no debate nacional. Mas, no seu caso, especificamente, esse papel não se limitará a alimentar esse debate de fora para dentro: suas interrogações, suas pesquisas e suas abordagens nascerão de uma perspectiva política clara para dar corpo àquilo que Florestan chamará de “sociologia crítica e militante”, que permitiu a importantes setores marginalizados da sociedade encontrar no processo de produção e divulgação de sua obra um ferramental de questionamento e intervenção na sociedade de classes brasileira (Sereza, 2014, p. 229).

A expressividade da envergadura intelectual e política de Florestan requer algumas notações biográficas⁴, embora não seja objetivo dessa análise uma exaustão ou reconstrução cronológica dos fatos. Afinal, ele teve uma vida dedicada aos trabalhadores, foi exemplo de professor, além de pesquisador e de militante, que acabou influenciando inúmeras gerações de lutadores sociais e pensadores. Gilcilene Barão (2008) resgata de José Carlos Mariátegui – marxista peruano – uma expressão que, particularmente, parecer remeter a Florestan Fernandes, o “intelectual panorâmico”, em contraste com os “homens tubulares” existentes no seu tempo. É no sentido de assentar uma necessária base contextual que seguem essas breves indicações de fatos e produções teóricas.

Breve nota biográfica e bibliográfica

É notória a produção bibliográfica de Fernandes no que tange a teoria sociológica. São mais de 50 livros editados, alguns com traduções para espanhol, inglês e alemão⁵. Daí a necessária busca, ao longo desse processo investigativo, por localizar essa produção dentro de um quadro histórico, indicando, ao menos em parte, o contexto no qual o autor estava inserido e parte dos conflitos teóricos e políticos que subjazem aos temas.

A história pessoal do autor começa quando sua mãe, portuguesa, lavadeira na cidade de São Paulo, dá ao filho o nome de Florestan, em homenagem ao motorista da casa da família onde trabalhava. O nome

⁴ Indicações de estudos que abordam especificamente a biografia de Florestan Fernandes podem ser encontradas em Cerqueira (2004).

⁵ Para o espanhol, duas obras foram traduzidas: *A Revolução Burguesa no Brasil*, publicada pela editora Século Vinteuno; e uma coletânea de textos organizada pela professora Heloísa Rodrigues Fernandes, intitulada *Dominación y desigualdad: el dilema latino-americano*, publicada pela editora Prometeo/CLACSO. Para o alemão, a obra *A integração do negro na sociedade de classes*. Em inglês, *Reflections on the brazilian counter-revolution: essays*.

também é de um personagem da única ópera escrita por Ludwig van Beethoven, intitulada *Fidélío* (1805) – Florestan é um personagem preso injustamente que, através da entrada clandestina de sua esposa na prisão, acaba sendo libertado por ela, quando todos já acreditavam que estivesse morto. Não constam nas obras biográficas ou autobiográficas⁶ se era de conhecimento de sua mãe, dona Maria Fernandes, essa obra clássica da ópera. No entanto, consta que a patroa pertencente à família Bresser, em São Paulo, resolveu chamar a criança de Vicente, pois não convinha um nome tão altivo para um filho de lavadeira.

A vida imita a arte, diz o saber popular e, nesse caso, nos parece que a ópera, apresentada em 1805, na Alemanha, indica um enredo que seria reescrito pelo pequeno Vicente e, depois, gigante Florestan. O mote da obra de Beethoven remete, em certa medida, às peripécias que se apresentariam na vida de Florestan: a necessidade de, sendo vítima de inúmeras injustiças sociais e econômicas, buscar a libertação nas ações clandestinas e subversivas pelas mãos de outros oprimidos. Engraxate, vendedor, representante comercial, carregador, entre outros “bicos”, foram atividades que Fernandes executou para ajudar nas despesas domésticas. Ele e sua mãe sempre precisaram se mudar para poder “se arranjar”. Em suas palavras: “A soma de duas fraquezas, não era uma força [...]” (Fernandes, 1981c, p. 10). Seu comportamento rebelde e, ao mesmo tempo, humilde, pode ser demonstrado no seguinte trecho:

Tive experiências assim gente que queria dar comida como que dá comida a um cão. Eu podia estar morrendo de fome, mas não aceitava. Eu só aceitava comida na casa de uma professora, cujo filho era meu amigo, com quem eu brincava. Em outras casas eu recusava mesmo que comida fosse boa e estivesse faminto. Eu recusava porque me revoltava contra o fato de oferecerem comida em condições degradantes. [...] A violência entrou na minha vida muito cedo, era um processo de autodefesa: se eu não usasse a violência, eu acabaria sofrendo utilização sexual violenta por parte dos adultos.

⁶ Tais foram os autores consultados: D’Incao (1987), Cerqueira (2004), Martinez (1998), Fernandes (1980).

Acabaria sendo castigado nos grupos de crianças que brincavam no bairro. Como eu não era de nenhum dos grupos, eu poderia ser perseguido (Fernandes, 1981c, p. 12).

Nota-se na narrativa das experiências vividas um forte viés ético e moral, uma resistência nascida do sofrimento em situações degradantes. Mas também é possível ver o crescente aprender a sobreviver concretamente no mundo, o que representa uma apreensão da materialidade experienciada nas relações mercantis em desenvolvimento. Sua educação escolar foi interrompida aos seis anos de idade, quando ele precisou ganhar a vida na rua e, ao mesmo tempo, onde começou a sua educação não sistemática: “Eu me formei dentro da cidade, a minha escola de fato foi a cidade. E como criança, como rapaz, eu cresci através da convivência com os outros” (Fernandes, 1981c, p. 16). A indicação de uma aprendizagem extraescolar, através da convivência, demonstra como Fernandes entende de maneira ampla a questão da educação, partindo de sua própria experiência e, posteriormente, pesquisando sistematicamente a socialização infantil, universitária e política.

Suas obras acompanham a necessidade de compreensão das transformações da sociedade brasileira e de sua própria carreira universitária. Abaixo pontuamos os principais momentos acadêmicos, de pesquisa, teóricos e políticos do professor Florestan Fernandes:

- 1920: 22 de julho, nasce Florestan Fernandes;
- 1940: termina o curso de Madureza, relativo ao ensino básico;
- 1944: licencia-se em Ciências Sociais;
- 1944: torna-se assistente da cadeira de Sociologia II, junto a Fernando de Azevedo, na USP;
- 1945: colabora com o Jornal Folha da Manhã, dirigido por Hermínio Sacchetta (militante do Partido Socialista Revolucionário, (PSR), ligado à IV Internacional, de influência trotskista);
- 1946: traduz *Para a Crítica da Economia Política*, de Karl Marx;

- 1946: torna-se mestre, com a dissertação intitulada *A organização social dos Tupinambá*, pela Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo;
- 1951: defende a tese de doutorado *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*, na Faculdade de Filosofia;
- 1952 e 53: torna-se assistente da cadeira de Sociologia I, junto a Roger Bastide, que estava retornando para Paris;
- 1953: torna-se livre-docente, com a tese *Ensaio sobre o método de interpretação funcionalista na Sociologia*;
- 1964: assume como professor titular na USP, com a tese *A integração do negro da sociedade de classes*;
- 1969: é cassado pelo Ato Institucional nº 5 do governo ditatorial;
- 1969 e 72: torna-se professor *visiting-scholar* na Columbia University e Yale University, no Canadá;
- 1978: retorna à atividade de professor na Pontifícia Universidade Católica (PUC), de São Paulo;
- 1986 e 1990: é eleito Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

É importante ainda demarcar algumas das principais contribuições teóricas⁷ do autor na relação entre educação e estratégia socialista⁸. De acordo com ano da primeira edição:

- *Mudanças sociais no Brasil*, de 1960;
- *A sociologia numa era de revolução social*, de 1962;
- *A integração do negro da sociedade de classes*, de 1964;
- *Educação e sociedade no Brasil*, de 1966;

⁷ Sua extensa obra bibliográfica pode ser consultada no anexo I de Cerqueira (2004) e Barão (2008), que contém comentários a respeito das obras.

⁸ Além disso, é importante ressaltar sua extensa contribuição jornalística junto a jornais de circulação nacional.

- *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, de 1968;
- *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*, de 1973;
- *A Revolução Burguesa no Brasil*, de 1975;
- *A universidade brasileira: reforma ou revolução?*, de 1975;
- *Circuito fechado. Quatro ensaios sobre o "Poder Institucional"*, de 1976;
- *A condição do sociólogo*, de 1978;
- *Lenin, organização e introdução*, de 1978;
- *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana*, de 1979;
- *Apostamentos sobre a "Teoria do Autoritarismo"*, de 1979;
- *Movimento socialista e partidos políticos*, de 1980;
- *Poder e contrapoder na América Latina*, de 1981;
- *O que é revolução?*, de 1981;
- *O desafio educacional*, de 1989;
- *Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo*, de 1989;
- *O PT em movimento: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores*, de 1991;
- *Entrevista à revista Teoria e Debate*, de 1991.
- *Reflexão sobre o socialismo e a auto-emancipação dos trabalhadores*, de 1992;
- *Democracia e desenvolvimento – a transformação da periferia e o capitalismo monopolista da era atual*, de 1994;
- *A contestação necessária: retratos intelectuais de inconformistas e revolucionários*, de 1995;
- *Em busca do socialismo*, de 1995.

Vista de tal forma panorâmica, sua obra demonstra a estreita ligação do tempo histórico com o tempo teórico. Na tradição rigorosa da ciência social, não se pode deslocar as categorias de suas determinações materiais. Fernandes foi um defensor de um método rigoroso para a sociologia e, portanto, ao estudar sua obra, é preciso estar decididamente esclarecido sobre o teor de suas análises e prognósticos.

Mapeamento das pesquisas sobre o tema

Inúmeros estudos foram realizados sobre Florestan Fernandes nos últimos anos⁹. Dentre eles, existe uma quantidade considerável de material sobre as temáticas específicas pesquisadas por Fernandes, principalmente sobre o conceito de capitalismo dependente. No entanto, há uma insuficiência no que concerne à temática da educação na perspectiva de estratégia revolucionária, destacando-se a pesquisa empreendida por Gilcilene Barão (2008).

Destaca-se ainda dentre as pesquisa realizadas a interpretação polêmica sobre a obra de Fernandes, de Barbara Freitag (1987), a qual indica uma ruptura epistemológica na obra do autor. Segundo a pesquisadora, até 1969 haveria uma posição marcadamente “acadêmico-reformista”, sendo que, após a exclusão da USP por conta do golpe empresarial-militar e do Ato Institucional nº 5, ela se transformaria em “político-revolucionário”.

O estudo de Mazza (1997) segue o mesmo sentido de Freitag (1987), realizando um recorte temporal na obra de Fernandes de 1941 até 1964. A primeira fase, que compreende o período de 1941 até 1953, seria de formação acadêmica; entre 1954 e 1964, seria uma fase de trabalho como livre-docente na USP. “O corte de 64 foi definido

⁹ Um levantamento bastante rigoroso sobre o tema foi realizado por Duarcides Ferreira Mariosa, na tese do Programa de Doutorado em Sociologia da Unicamp, intitulada *Florestan Fernandes e a sociologia como crítica dos processos sociais* (2007).

em função de mudanças de temáticas e dos referenciais teóricos de base que orientaram os seus trabalhos posteriores a esta data” (Mazza, 1997, p. 7).

Um elemento importante elencado por Mazza (1997) é a compreensão de Fernandes sobre “demora cultural”¹⁰ e sua relação com a educação:

Florestan tentou identificar os fenômenos particulares ocasionadores de demora cultural, e, dentre eles dá destaque à falta de um elevado padrão de educação popular no Brasil, produto da contradição entre necessidade de educar as massas populares e a incapacidade dos governos em atender efetivamente essa necessidade compreendida como um dos focos principais da instabilidade do regime republicano. Ou seja, o problema da carência educacional das massas e da necessidade de superar tal problema apresentava-se a ele como um campo estratégico para o confronto da demora cultural, adquirindo uma importância analítica crescente (Mazza, 1997, p. 73).

Ainda de acordo com a autora:

É possível inferir que, entre as pesquisas primeiras desenvolvidas sob a orientação do referencial funcionalista, os empenhos da docência tendo em vista a formação do professor, do técnico e do pesquisador nas Ciências Sociais, o conceito de demora cultural analisa a heterogênea convivência entre instâncias da vida social e o conceito de dilema social que projeta nos sujeitos sociais específicos as responsabilidades dos obstáculos à mudança, Florestan Fernandes vê na Educação uma área promissora de investigação para a descrição, análise, interpretação e intervenção construtiva na sociedade brasileira (Mazza, 1997, p. 75).

A compreensão de Mazza (1997) leva a acreditar que, por esse motivo, Fernandes teria se engajado na Campanha em Defesa da Escola Pública, no final da década de 1950 e início de 1960. Saviani (1996)

¹⁰ De acordo com Saviani (1996), o conceito de “demora cultural” surge pela primeira vez em um texto de 1946, no Jornal de São Paulo e, posteriormente, em 1954 e 1960.

também situa a categoria de “demora cultural” como um elemento importante para compreender a teoria educacional de Fernandes:

Quando Florestan Fernandes completava o seu processo de iniciação à ciência sociológica, convertendo-se de aprendiz de sociólogo em sociólogo maduro com a conclusão de sua dissertação sobre A organização social dos Tupinambá em 1946, ele assumiu no Jornal de São Paulo uma sessão semanal dedicada às ciências sociais, sob o nome “Homem e Sociedade”. Nessa sessão publicou em 5/3/46, a matéria denominada “A educação no interior do Brasil” em que aplica o conceito sociológico de “demora cultural” para se referir ao nosso atraso educacional, tecendo considerações a partir das informações contidas no livro Viagem ao Tocantins de Júlio Paternostro (Saviani, 1996, p. 75).

É possível inferir que esse aspecto da demora cultural, para Fernandes, tem relação direta com sua compreensão de mudança social, seja ela provocada ou espontânea. Nesse momento de sua produção, a problemática teórica é a transição do Brasil arcaico para o Brasil moderno, ou seja, como se dá a Revolução Burguesa. É notável que, no período analisado por Mazza (1997), o autor ainda não havia elaborado suas categorias de “capitalismo dependente” na forma mais desenvolvida e madura, o que só ocorre entre 1966 e 1975 através da publicação dos livros *Sociedade de classes e desenvolvimento*, de 1968, *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*, de 1973, e *A Revolução Burguesa no Brasil*, de 1975.

Obra de relevância para a continuidade dos estudos acerca de Florestan é *Democracia e educação em Florestan Fernandes*, organizada por Osmar Fávero e publicada 2005. Esse livro traz ao público uma série de artigos de pesquisadores da vida e da obra do autor a partir de diferentes perspectivas analíticas, contribuindo construtivamente para a ampliação do estudo a seu respeito. Na apresentação, Fávero (2005) afirma:

Discutindo questões diversas no campo da sociologia, Florestan formulou análises fundamentais sobre aspectos da realidade brasileira que ampliam nossa possibilidade de

compreensão dos impasses da educação pública no Brasil (Fávero, 2005, p. 2).

O artigo de Miriam Limoeiro Cardoso sobre a teorização do capitalismo dependente busca entender o mecanismo de totalidade que compõe a estruturação do modo de produção capitalista no Brasil. E mesmo sem contemplar a contribuição de Florestan à educação “[...] fornece as pistas necessárias para entendê-la na sociedade brasileira das últimas décadas” (Fávero, 2005, p. 3). A autora é uma das principais pesquisadoras da obra de Florestan Fernandes, particularmente sobre a sua compreensão de Revolução Burguesa e de capitalismo dependente. Sua produção trata primordialmente da relação entre a formação social brasileira e os processos de internalização cultural. Para Cardoso (2005), o sociólogo busca entender como a estrutura econômica cria suas condicionantes culturais e como se dá a internalização das ideias e das categorias de pensamento vindas de outras realidades. Segundo a autora, “Esta é uma forma de domínio (cultural), que é fortalecedora do outro lado deste mesmo domínio (econômico). É para esta alienação, que é cultural e também moral, que Florestan chama a atenção” (Cardoso, 1996, p. 18). E continua:

A oportunidade de refletir sobre casos de nações que também se encontram em situação de dependência, mas que contam com civilização própria, rica e complexa - diferentemente de nações cujo processo civilizatório foi constituído de forma semelhante ao do Brasil – repercute fortemente no pensamento de Florestan. É num momento assim que ele põe em questão os limites de sua antiga reflexão sobre a dependência cultural, formula a situação dos países subdesenvolvidos em termos de heteronomia ou dependência e caracteriza a condição heteronômica como sendo econômica, política e social (Cardoso, 1996, p. 18-19).

Essa indicação de Cardoso (1996) sobre a mudança de conteúdo da crítica à demora cultural, a qual passa a ser uma das características da dependência na formação social, política e econômica brasileira, é fundamental para a temática da teoria da revolução.

Nota-se uma inversão na ótica em relação à Freitag (1987) e Mazza (1997), cuja argumentação busca explicitar uma ruptura epistemológica no autor: especialmente na primera, uma perspectiva de aprofundamento de pesquisa que leva ao enriquecimento da compreensão de heteronomia e dependência. Pode-se constatar uma descontinuidade na elaboração de Fernandes, mas não, necessariamente, uma ruptura. Há uma descrição das diferenças entre os países, no que toca a cultura e, portanto, às formas de manifestação da civilização moderna.

Roberto Leher (2012) também contesta a tese da ruptura:

Diferente de Freitag, não a concebo como uma ruptura epistemológica, mas como um longo processo de elaboração pleno de retificações e novas sínteses em seus trabalhos. Decorre dessa compreensão que não trabalho com a proposição de que existem dois momentos distintos na elaboração de nosso autor sobre a educação: pré e pós-ruptura (Leher, 2012, p. 1160).

Num primeiro momento, parecia mesmo uma questão de demora, ou de atraso, em relação aos países centrais. No decorrer de sua obra, em que se percebe um enriquecimento da pesquisa e ampliação das noções de dependência, são encontradas as chaves teóricas para explicar o Brasil de maneira singular. O atraso, ou incompletude das transformações capitalistas, não se apresenta no imediato. É necessário ir às raízes da temática para a sua devida análise. Isso implica na compreensão da ordem social, política e cultural dessa formação social ímpar. Sereza (2014), estudioso de Fernandes, diz:

Essa contradição, de uma revolução que não se completa, porque não pode cumprir a promessa de democratização da sociedade, acaba conduzindo os países periféricos a uma situação especial, em que dois processos concorrem para determinar o futuro dessas nações (Sereza, 2014, p. 236).

A posição teórica e política sobre o atraso ou incompletude da Revolução Burguesa parecem estar submetidas a uma lógica formal e

linear, pois, se a burguesia foi revolucionária antes da vitória do capital, depois disso, ela é contrarrevolucionária. Aliás, em qualquer lugar do planeta onde a burguesia esteja atuando politicamente, ela estará em ação contrarrevolucionária. Para Fernandes, isso parece claro a partir do momento em que se desvencilha da interpretação mecanicista do Partido Comunista Brasileiro (PCB), já vinculado ao stalinismo. A luta de classes é mundial e só se expressa nas particularidades nacionais dentro de certas determinações universais do modo de produção. Fernandes denomina as primeiras de lutas históricas e, as segundas, de estruturais.

Professora, pesquisadora e também filha de Florestan Fernandes, Heloisa Fernandes, escreveu uma introdução para uma coletânea de textos do pai, publicada pelo Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (Clacso) sobre diversos temas. Nessa introdução, Heloisa Fernandes (2008) indica alguns caminhos percorridos por seu pai para chegar a um patamar elevado de compreensão do dilema social brasileiro, superando a sua antiga compreensão de demora cultural.

De hecho, para Fernandes, “una de las hipótesis más penetrantes de la moderna interpretación sociológica es la de la demora cultural”, porque presume la existencia de un ritmo diferencial de los cambios en las diversas esferas culturales e institucionales de una sociedad. Es por eso que, en períodos de transición, puede haber una disociación de las temporalidades. En Brasil, el trabajo esclavo fue reemplazado por el trabajo libre, pero el cambio capitalista en la esfera económica no estuvo acompañado por los cambios necesarios en las demás esferas; en el plano político y administrativo, como también en el cultural, se mantuvieron los estándares de una sociedad estamental y de castas (Fernandes, 2008, p. 25).

A manutenção de diversas relações pré-capitalistas demonstra que a transição ainda persiste, ou que a incorporação dessas relações está agora sob o comando de novas relações dominantes. Essa perspectiva enriquece a noção de que o capitalismo e a ordem burguesa têm temporalidades diferentes; e que nem sempre as duas serão constituídas de

maneira uniforme. A Revolução Burguesa tem um caminho próprio em cada formação social.

Na sequência, diz Heloisa Fernandes (2008):

Con la redacción de la tercera parte de la Revolución Burguesa en Brasil, Fernandes asume las tesis de la teoría del capitalismo dependiente gracias a las cuales su interpretación sociológica incorpora las determinaciones del imperialismo, de la sobreexplotación de la fuerza de trabajo, del desarrollo desigual y combinado, etc., que lo llevan a presentar la “hipótesis de la dominación autocrático-burguesa” como la fase política necesaria del capitalismo salvaje. Además, la interpretación adquiere una hipótesis nueva: el desarrollo desigual y combinado propicia y alimenta el mantenimiento sobredeterminado de las temporalidades. Por eso mismo, ya no se trata de demora ni de ritmos diferenciales de cambio: el nuevo y el viejo se complementan y se retroalimentan. Salvaje es la versión dependiente del capitalismo; “estrangulada, distorsionada y perversa” es la nueva versión de la revolución burguesa. (Fernandes, 2008, p. 29).

A compreensão de Heloisa Fernandes sobre a obra do pai é fundamental para entendermos a crescente saturação histórica que Florestan Fernandes realiza em suas obras. Ela indica o caminho teórico percorrido por ele para se chegar à complementariedade de tipos de dominação burguesa em diferentes formas de transformação capitalista. Se a hipótese de Heloisa está correta – que Florestan passa a interpretar a demora cultural como parte do capitalismo dependente “selvagem” –, pode-se entender porque, em determinado momento de sua produção, ele passa a dar atenção especial para o estudo da formação social brasileira, de onde deriva a sua compreensão sobre o papel da educação no bojo da revolução social.

Corroborando a tese de Heloisa Fernandes (2008), Leher (2005) afirma:

Na nova formulação, a heteronomia cultural deixa de ser uma causa do impedimento do desenvolvimento autônomo,

mas é, antes, consequência da condição capitalista dependente. A heteronomia é econômica, política, social, ideológica e moral (Leher, 2005, p. 212).

Essas transições durante a vida e a produção do autor são aprofundamentos teóricos sobre sua compreensão da realidade latino-americana. Além disso, a incorporação de novos elementos explicativos leva-o a novas categorias, mais densas de determinações. Daí a necessidade de questionar a existência de rupturas epistemológicas, colocando em dúvida as afirmações de Mazza (1997) e Freitag (1987) sobre a obra do autor. No caminho contrário, colocam-se as perspectivas investigativas que procuram entender o desenvolvimento teórico e político de Fernandes como um processo de adensamento da sua interpretação do Brasil, que se reflete também na sua análise acerca do papel da educação no interior de uma estratégia revolucionária, bem como das metamorfoses que nela se encontram implícitas.

Recapturando categorias

José Paulo Netto usa o termo “recaptação” para indicar a importância de Fernandes no debate sobre a revolução. No seminário sobre a obra de Florestan, que ocorreu em Marília, em 1986, Netto (2012) afirma que em tempos de eurocomunismo e de perda da centralidade da política revolucionária, Florestan Fernandes contribui para a recuperação da centralidade da revolução e da luta de classes. Também a tese de Gilcilene Barão (2008) é importante no adensamento desse debate, uma vez que sua perspectiva é a de buscar a centralidade da categoria de revolução e sua relação com a educação. Diz a autora:

Analisar a revolução nas condições concretas da realidade brasileira é um ponto essencial na produção teórica de Florestan. Esta análise justifica uma tese sobre Florestan Fernandes, pois é necessário aprofundar o diálogo entre o estudo de sua perspectiva teórica e os que estão construindo a pedagogia crítica e revolucionária, fundamentada na concepção de mundo socialista (Barão, 2008, p. 17).

Barão (2008) apresenta uma série de estudos sobre Fernandes e redige várias observações sobre as diferentes temáticas da pesquisa do sociólogo. Discorre sobre sua biografia, sua personalidade, sua atuação partidária, suas referências bibliográficas e temáticas. Tais referências são organizadas na forma de quadros que relacionam datas e as possíveis questões dessas obras para a educação. Além disso, a autora apresenta capítulos que expressam sua perspectiva das “chaves de leitura”, o arcabouço teórico e as contribuições educacionais de Florestan Fernandes, especialmente o entendimento sobre a contribuição desse sociólogo para a construção de uma pedagogia socialista. O ponto de partida de Barão (2008) são as linhas interpretativas de Fernandes sobre o capitalismo brasileiro. Vejamos a nota 57:

Cabe deixar registrado que a realidade brasileira é uma chave essencial em toda a produção de Florestan, mas nesta tese será priorizado o período pós 1950. No entanto, a forma como dialoga e incorpora as demandas e os desafios dessa realidade do capitalismo são diferentes ao longo da sua trajetória e da sua produção (Barão, 2008, p. 83).

A pesquisadora aponta um processo de amadurecimento de Fernandes para entender o Brasil:

A reflexão sobre o socialismo torna-se articulada à sua análise científica, presente nos seus escritos ou nas suas intervenções políticas através da concepção materialista da história. Com este amadurecimento, consolida-se um novo piso teórico. Florestan enriquece a sua reflexão sobre a especificidade do capitalismo, da luta de classes e da revolução socialista na realidade histórica brasileira. Metodologicamente, as experiências revolucionárias acontecidas no pós 1905 e 1917 na Rússia, na América Latina, nas lutas de libertação dos países africanos e nos países socialistas, tornaram-se parâmetro de reflexão da nossa realidade [...] (Barão, 2008, p. 92).

Partindo da análise do processo de apreensão da realidade brasileira realizado por Florestan Fernandes, Barão (2008) desenvolve o tema da estratégia. A autora destaca duas “chaves de leitura” no segundo

capítulo de sua obra: “1) situar o pensador social em sua realidade histórica e 2) destacar o conteúdo de sua produção, no caso, as temáticas da revolução e da luta de classes” (Barão, 2008, p. 121). Essa perspectiva é de importância fundamental para a pesquisa no campo educacional brasileiro. Nos termos da autora:

Neste núcleo, Florestan explicita o compromisso de ruptura com a ordem capitalista e com a construção do socialismo na realidade brasileira. Este compromisso, na sua face teórica, é a caracterização sociológica de revolução empreendida por ele, principalmente a partir dos estudos da revolução burguesa no Brasil e dos processos revolucionários em curso no século XX (Barão, 2008, p. 121).

Esse trecho apresenta uma problemática importante: a presença de elementos históricos no amadurecimento da obra do autor. Isso implica notar as diferenças de conteúdo nos diferentes momentos da sua produção, por exemplo, o impacto da Revolução Cubana em 1959, e o “novo piso” não só teórico, mas também político, desse acontecimento. Parece que essa indicação leva a pesquisadora a apreender a formulação estratégica¹¹ de Fernandes.

Apesar das perspectivas que sua análise sugere, ela não é exposta de forma explícita na tese da pesquisadora em termos de conjunto de táticas, objetivos táticos, estratégia e objetivos estratégicos, necessários para se chegar ao fundo das mudanças anticapitalistas. Sobre o contexto da década de 1960, Barão (2008) apresenta o debate sobre o imperialismo e as polêmicas em torno do conceito. Isso indica a importância do período para Fernandes:

A reflexão sobre o desenvolvimento do imperialismo é central para entender o período estudado, e, também, porque é a porta de entrada de Florestan para explicar os aspectos

¹¹ Barão (2008) indica nas notas de números 85 e 86 a transcrição de aulas na PUC-SP sobre “Análises dos Processos Revolucionários”, sendo publicado apenas o livro *Da guerrilha ao socialismo*, sobre o processo cubano. As outras anotações estão disponíveis na biblioteca da UFSCar.

centrais da dominação externa nos países da América Latina (Barão, 2008, p. 131).

Ao apresentar esses conceitos, ela indica as principais influências teóricas que Fernandes sofreu. Vejamos as duas principais:

Para Florestan, três aspectos em Marx precisam ser adequados para explicar as conexões entre capitalismo e classes sociais nos países periféricos, são eles: 1º) a teoria da acumulação capitalista; 2º) a mercantilização do trabalho; 3º) as contradições entre forças produtivas e as formas de organização da produção (Barão, 2008, p. 161-162).

E continua:

Lenin é outro autor o qual Florestan estabelece diálogo na constituição do seu arcabouço teórico. Para Florestan, a contribuição de Lenin ao marxismo abrange os seguintes aspectos: a) análise sobre a penetração do capitalismo na agricultura; b) estudo sobre as condições e os efeitos do imperialismo; c) compreensão da função da guerra e da revolução; d) sistematização sobre a concepção de Estado e da utopia na perspectiva marxista; e) campo da ação revolucionária (Barão, 2008, p. 164).

Portanto, para Barão (2008), Marx e Lenin têm uma implicância definitiva no entendimento de Florestan sobre o modo de produção capitalista no Brasil. E, dessa maneira, ela aprofunda a compreensão sobre o evento gerador de um “capitalismo dependente”. Assim ela descreve:

Toda essa situação levou Florestan a assumir a tarefa teórica de compreender e explicar a especificidade do desenvolvimento do capitalismo no Brasil: o que restou das relações coloniais e o que coloca o país na órbita de um capitalismo dependente (Barão, 2008, p. 172).

Além disso, a autora indica que os estudos sobre os processos revolucionários teriam passado a ser a bússola teórica de Fernandes, demonstrado pela seguinte passagem, do próprio Fernandes:

[...] graças à minha proscricção, tive três anos para meditar sobre tais fatos, durante minha agradável e reconfortante permanência na Universidade de Toronto. O meu trabalho obrigava-me a fazer análises comparadas: passei a considerar essa evolução à luz de processos análogos, que estavam ocorrendo em outros países da América Latina. Essas comparações foram decisivas para mim, pois elas evidenciam em que sentido o que acontecia no Brasil era típico de um “estágio de incorporação”. De outro lado, dediquei larga parte do meu ócio ao estudo da Revolução socialista na Rússia, na China e em Cuba (Fernandes apud Barão, 2008, p. 181).

Os estudos intensivos no exílio o levam a rever parte de sua interpretação, aprofundo-a no sentido da necessidade das rupturas revolucionárias. Assim, é possível entender que elas acontecem de formas variadas e específicas, nas diferentes formações sócio-históricas. Barão (2008) precisa apontar esses estudos para demonstrar a “recaptação” da categoria de revolução, pois, no Brasil,

[...] ao invés da implantação do Estado democrático-burguês, impôs-se o Estado autocrático burguês. [...] A partir deste momento, Florestan compreende não ser possível ter qualquer ilusão de que, sob a liderança da burguesia, o capitalismo pudesse oferecer saídas democráticas ou nacionalistas para beneficiar o conjunto da nação. [...]. Portanto, não há etapas intermediárias porque a revolução deve ser socialista (Barão, 2008, p. 181).

A questão elencada pela autora é fundamental. Teria Fernandes, antes da implantação do Estado autocrático burguês, alguma ilusão em relação à ação da burguesia? Essa poderia cumprir as tarefas democrática e nacional? As respostas a essas perguntas são um dos eixos da discussão envolvendo as possíveis interpretações teóricas sobre o papel da educação na Revolução Socialista brasileira. Outra questão, que se desdobra da citação acima, são as possíveis etapas intermediárias antes da Revolução Socialista. É preciso diferenciar as formulações estratégicas de Fernandes das do PCB, herdeiro das produções da III Internacional e que afirmava a tese “etapista”.

A afirmação do socialismo como única saída civilizatória é uma grande façanha no período da década de 60 e 70, durante a ditadura empresarial-militar, na qual as organizações dos trabalhadores estavam dizimadas ou em recuo forçado. Leher (2005) afirma:

A responsabilidade de Florestan era enorme. No período de 1967-1973, poucas vozes ousavam criticar de forma contundente o regime e mais raras eram as vozes que sustentavam um claro posicionamento socialista-militante de feição marxista (Leher, 2005, p. 220).

Mas isso não significa que foi possível produzir uma nova formulação estratégica correta vinculada ao movimento dos trabalhadores em geral. Barão (2008) indica que os trabalhos de Fernandes são:

[...] um ponto de referência fundamental e um marco de leitura obrigatório para todos os que têm compromisso teórico e prático de ruptura com a dramática realidade econômica, política, social e cultural brasileira. Incluem-se aí, certamente, os educadores que tem como estratégia educacional a construção de uma pedagogia da revolução contra a ordem ou socialista e a luta em defesa da escola pública (Barão, 2008, p. 188).

Esse ponto de referência aponta para a necessidade de uma Revolução Socialista e, portanto, de uma pedagogia socialista. Nessa perspectiva, é preciso inserir a ação educativa nos diferentes momentos do processo revolucionário. A compreensão de processo educativo, para Fernandes, é entendida de maneira ampla. De acordo com Leher (2005):

Distintamente de Althusser, que propugna que o único conhecimento verdadeiro, não ideológico (falso), é o científico, Florestan adota uma noção de ideologia em que o conhecimento elaborado na luta política cotidiana, nas resistências, pode ser efetivo. Há aprendizagem na experiência não-científica. Por isso, as classes subalternas podem constituir-se em forças que lutam, que resistem à exploração. E essa concepção não é lateral na obra de Florestan. Ao contrário, susten-

ta que a ação da intelligentsia somente pode ser realmente efetiva “na” classe trabalhadora como intelectual-militante (Leher, 2005, p. 229).

É perceptível, portanto, que Fernandes distingue e reflete profundamente acerca desses vários momentos educativos. A luta em defesa da escola pública é apenas uma dessas ações táticas; a ação em espaços organizativos da classe trabalhadora é outra ação tática. Essas indicações devem ser compreendidas devidamente localizadas em seu tempo e espaço.

2

CAPITALISMO, DEPENDÊNCIA E AUTOCRACIA

Nosso desafio é o mesmo de Lenin. Retomar o estudo rigoroso, procurando compreender a forma precisa do capitalismo contemporâneo, seus momentos de inflexão e sua flamejante retomada contemporânea. Se reduzirmos esse movimento a uma repetição da análise realizada nas primeiras décadas do século XX, certamente não teremos extraído de Lenin exatamente o que ele insistiu em nos legar: a capacidade e a exigência de analisar as transformações que a própria dinâmica capitalista engendra, transformando-se e revolucionando-se para assegurar a permanente ampliação da extração de sobretrabalho e da valorização do valor.

Virgínia Fontes (2008, p. 107)

A escolha desse texto de Virgínia Fontes como epígrafe do capítulo remete a Vladimir Lenin. Isso porque podemos alçar o professor Florestan Fernandes à condição de gigante do pensamento revolucionário mundial e que, portanto, não deve ser simplesmente repetido, mas compreendido e assimilado em sua totalidade teórica e política.

Ao realizar a tarefa de análise e interpretação da realidade brasileira sob a ótica fundante dos clássicos das ciências sociais e enriquecido de inúmeros trabalhos de pesquisa sobre os diferentes sujeitos envolvidos na constituição da sociedade brasileira, Fernandes aponta para as singularidades dessa formação histórica-social. Uma delas é a selvageria das relações entre grupos, estamentos, setores e classes sociais. No entanto, também fez a seguinte observação: “Certa vez lancei o conceito

de capitalismo selvagem. Como marxista, lancei com muito medo, porque, de uma perspectiva marxista, todo capitalismo é selvagem” (Fernandes, 2006, p. 223).

Era preciso salientar a radicalidade da maneira como o capitalismo se expressou no país e isso foi possível com o termo “selvagem” – não no sentido moral da palavra, mas sim na medida em que ela demonstra como os acontecimentos ligados à expansão das relações mercantis se deram por aqui, de maneira dura, seca, sem mediações institucionais democráticas. Na comparação com as congêneres clássicas, percebe-se uma distinção dos mecanismos de apassivamento, de coerção das classes e setores dominados. A pesquisa social sobre esse tema e a questão da socialização desses estratos é relativamente recente no país, principalmente no que tange a uma perspectiva crítica. Por esse motivo, Fernandes é considerado fundador da ciência social com esse viés.

À primeira vista, o início de qualquer estudo sobre a realidade brasileira se faz com a incursão histórica até Portugal e a colonização do século XV. Contudo, a expansão portuguesa e a invenção do Brasil ocorrem no interior de um processo mais amplo de transformação econômica, política e social das relações de produção da vida no velho continente. Nota-se que a lógica da mercadoria¹ já é dominante nesse período histórico e é nela que vão se fundar as conquistas e as superações necessárias para a irrupção do capitalismo como realidade mundial. Nesse sentido, o estudo do Brasil, imerso nesse amplo movimento, só pode acontecer se compreendido sob a lógica da mercadoria, ou seja, ele exige uma análise que passe pelo nascimento de uma sociedade de classes produtora de capital.

É perceptível que Fernandes realiza o estudo da Revolução Burguesa no Brasil sob a égide da compreensão marxiana da lógica da

¹ Essa lógica pode ser compreendida fundamentalmente no estudo de *O capital*, de Karl Marx.

mercadoria². Ao pesquisar sobre os negros, o folclore, a socialização infantil, o indígena, o migrante e, por fim, sobre a educação, o autor incorpora o pano de fundo do processo de crescente mercantilização da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, ele nota que isso ocorre de forma específica. Em seu livro *A integração do negro na sociedade de classes* (1964), Florestan discute a incorporação do antigo escravo na condição de força de trabalho, ou seja, como mercadoria disponível para a expansão de relações especificamente capitalistas. Essa maneira ímpar da transformação da ordem social é percebida como uma singularidade: “A grande maioria dos países de origem colonial sofreu um desenvolvimento capitalista deformado e perverso” (Fernandes, 2000, p. 107).

Sob esse aspecto, as transformações capitalistas não clássicas, dependentes ou subdesenvolvidas, não se dão a partir dos mesmos caminhos já trilhados nas sociedades de classe pioneiras como a França, a Inglaterra e os Estados Unidos. As cinco transformações em conjunto causaram mudanças políticas, sociais e culturais profundas na história daqueles países.

Como consequência, não conheceram as reformas típicas da revolução burguesa, descrita por muitos historiadores como a revolução agrícola, revolução urbana, revolução industrial, revolução nacional e revolução democrática (Fernandes, 2000, p. 107-108).

De acordo com Fernandes (2000), na Alemanha e no Japão essas transformações ocorreram por meio de burguesias débeis que se articularam com aristocracias e burocracias e, para sobrepujar a falta de poder puramente econômico destas, lançaram mão do artifício da centralização política.

² Em visita a biblioteca pessoal de Fernandes, na UFSCar, em janeiro de 2016, notamos a obra *O capital*, de Marx, completamente “usada”. Quer dizer, anotada, sublinhada, gasta pelas inúmeras leituras que seu frequentador realizou. Pode-se inferir a partir dessa observação que Fernandes não só era conhecedor, mas um estudioso da obra principal de Marx.

Os países de origem colonial, semicolonial e dependentes não participaram dessas transformações de forma homogênea, causando uma diversidade de formações sociais e, também, de vias históricas ao capitalismo. Dessa maneira, as perspectivas de ação política das classes em ascensão ficam bastante restritas no que tange ao uso do poder estritamente econômico. Vejam:

A revolução burguesa constitui um problema para esses países. O sistema não era bastante diferenciado e dinâmico para servir de base a uma diferenciação pronunciada do regime de classes. Suas burguesias ou eram “burguesias compradoras” ou eram burguesias demasiado fracas para arcar sozinhas com o peso econômico, a responsabilidade social e os riscos políticos inerentes à revolução burguesa (Fernandes, 2000, p. 109).

A burguesia brasileira, com esse perfil descrito como fraca no tocante à necessidade histórica, tem um papel fundamental na constituição do que Fernandes chama de capitalismo dependente. Mas, para poder desenvolver esse raciocínio, é preciso apresentar o conceito de classe social segundo o autor. Assim ele o descreve:

O conceito de classe social tem sido empregado em diferentes sentidos. [...]. Por fim, existem autores que aplicam com máximo de especificidade histórica, para designar o arranjo societário inerente ao sistema de produção capitalista. Nesse sentido, a classe social só aparece onde o capitalismo avançou suficientemente para associar, estrutural e dinamicamente, o modo de produção capitalista ao mercado como agência de classificação social e à ordem legal que ambos requerem, fundada na universalização da propriedade privada, na racionalização do direito e na formação de um Estado nacional formalmente representativo (Fernandes, 1981, p. 33).

Nesse trecho, fica patente o entendimento de que só é possível compreender o capitalismo “com o máximo de especificidade histórica”, a partir da interação entre o ‘mercado’ e a ‘ordem legal’, ambos materializados nos pilares capitalistas fundamentais: propriedade priva-

da e Estado Nacional. Nota-se que isso terá implicação na interpretação teórica e política do autor, pois ele não dissocia em momento algum os elementos de estrutura e de história, ou seja, as determinações materiais e as possibilidades de ação das classes sociais.

Compreender a realidade brasileira segundo a obra de Florestan Fernandes é algo fundamental para apreender como a interpretação das formações sociais se articula com um devir histórico transformador. Esse era o seu pressuposto teórico-político: entender para transformar. Nesse sentido, ele desenvolve uma reconstrução teórica do sistema de classes sociais³ no capitalismo brasileiro, diferenciando-o do antigo regime e da ordem social colonial⁴.

A Revolução Burguesa

Há, por esse motivo, uma calibração teórica de Fernandes que passa das categorias derivadas da tradição weberiana para conceitos descritivos e explicativos de cunho marxiano⁵.

Até o final do século XIX, o viés patrimonialista da sociedade brasileira podia ser descrito com categorias de características weberianas. Contudo, segundo Fernandes, haveria uma limitação explicativa derivada da limitação teórica em tratar das contradições entre econômica e história, que têm sua síntese no marxismo. De acordo com Hirano (1988),

³ É importante indicar que o autor usa o conceito de “classe social” a partir dessa orientação teórica e, portanto, ao analisar os períodos anteriores, usa os conceitos de “castas” e “estamentos”. Sobre o assunto, consultar Hirano, (1988) acerca das divergências de Fernandes no uso dos conceitos de “castas” e “estamentos”.

⁴ A reconstrução aqui mencionada ocorre com *A Revolução Burguesa no Brasil*, de 1975. A determinação explicativa da obra de Fernandes deve ser retomada a partir dessa obra. Existe um lapso nas pesquisas sobre essa temática, pois a utilização sistemática do conceito de “desenvolvimento desigual e combinado” não foi cotejada com as obras clássicas de Marx, Lenin e Trotsky.

⁵ Não acreditamos que haja uma mudança de fundamento epistemológico, mas sim uma alteração da metodologia de exposição do resultado das pesquisas.

[...] Florestan Fernandes vincula sua reflexão histórica (sobre o patrimonialismo) à tradição weberiana, identificando a organização do “Império colonial português da época dos descobrimentos, da expansão marítima e da Conquista”, com o Estado Patrimonial, a questão está já anteriormente desenvolvida por Faoro, em relação a Portugal e o Brasil, e por F. H. Cardoso, em relação ao Brasil (Hirano, 1988, p. 240).

A perspectiva marxista está presente na medida em que a realidade nacional é apreendida teoricamente como uma economia predominantemente capitalista. Na passagem abaixo vemos como a luta de classes é o motor das transformações, mesmo com denominações e descrições weberianas:

Na verdade, várias burguesias (ou ilhas burguesas), que se formaram em torno da plantação e das cidades, mais se justapõem do que se fundem, e o comércio vem a ser o seu ponto de encontro e a área dentro da qual se definem seus interesses comuns. É dessa debilidade que iria nascer o poder da burguesia, porque ela impôs, desde o início, que fosse no terreno político que se estabelecesse o pacto tácito (por vezes formalizado e explícito) de dominação de classe. Ao contrário de outras burguesias, que forjaram instituições próprias de poder especificamente social e só usaram o Estado para arranjos mais complicados e específicos, a nossa burguesia converge para o Estado e faz sua unificação no plano político, antes de converter a dominação sócio-econômica no que Weber entendia como “poder político indireto” (Fernandes, 1987, p. 204).

A composição da classe burguesa encontra no passado colonial um pesado fardo de relações ligadas à produção agrícola para exportação. Já o encontro com o comércio nas cidades erige um caráter específico de unificação desses interesses. Isso se deu via Estado que, por fim, passa a ter um peso definitivo na elaboração da explicação do Brasil.

A relação entre classe, estado e estratégia é fundamental na ciência social moderna – os diferentes matizes teóricos abordaram a questão. De acordo com Hirano: “A visão teórica de Florestan Fernandes sobre

a burguesia, a transformação dela em classe, e a sua ação revolucionária, tem raízes tanto weberianas quanto marxistas [...]” (Hirano, 1988, p. 264). É interessante essa aproximação explicativa para entender como a realidade é que define a teoria e não o contrário, pois as diferenças entre Marx e Weber são derivadas das suas opções de classe. No entanto, é o desenvolvimento do capitalismo que precisa ser explicado. Segundo Hirano (1988), “É notável a aproximação de Florestan Fernandes e Weber. Mas é igualmente notável a aproximação de Weber em relação a Marx, quando entende serem os vários capitalismos politicamente orientandos e o capitalismo político protocapitalista” (Hirano, 1988, p. 265).

Na história concreta do aburguesamento de setores aristocráticos é perceptível a lentidão desse processo, determinado pela evolução das relações mercantis derivadas do comércio capitalista mundial. A burguesia

[...] se compromete por igual, com tudo que lhe fosse vantajoso: e para ela era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do “atraso” quanto do “adiantamento” das populações (Fernandes, 1987, p. 204).

Em outro trabalho, o sociólogo paulista indica a questão do comportamento da burguesia:

(...) escolhemos três problemas distintos, situados em níveis diferentes do funcionamento do regime de classes e de sua inserção na história, com o fito de sugerir uma perspectiva para a compreensão endopática do destino da sociedade de classes no mundo subdesenvolvido. *Os três problemas centralizam a nossa atenção sobre as classes altas* – ou a burguesia dessa sociedade. Não há mal nessa limitação. Seja porque *somente essas classes atuam efetivamente, construindo a história que os outros vivem*. Seja porque as outras classes não contam, no processo histórico, ou se fundem na ação de sentido histórico da burguesia (Fernandes, 1978, p. 78, grifos nossos).

Os trechos grifados na passagem acima indicam a existência de uma importante questão teórica e histórica. A constituição da classe burguesa, ou de “ilhas burguesas”, tem como elemento construtor o que Fernandes chama de *congérie* social⁶ – um amontoado de setores, grupos e facções que se unificam ao redor de interesses imediatos. Se a classe burguesa é uma *congérie* social, será possível acreditar que a sua classe antagônica, o proletariado, também seja entendido como *congérie* e, portanto, que tenha também como caráter constituinte um desenvolvimento capitalista débil?

Esse questionamento fica mais claramente esclarecido na medida em que se entende o sistema de classes sociais em sua diferenciação e crescimento, na forma especificamente capitalista. Não há um perfil de burguesia e outro perfil do proletariado. Ambos são frutos da mesma realidade histórica e social. Portanto, eles precisam ser entendidos em sua complementariedade. Se, até aqui, mostramos como a burguesia brasileira conseguiu alçar à condição de dominante, usando o monopólio do poder político em composição com os antigos “senhores”, temos que admitir que a constituição do proletariado é fruto desse mesmo processo particular de transformação capitalista.

Esse proletariado é inimigo número um do sistema assim como era o escravo e o liberto. Escravos e trabalhadores era questão de polícia, como demonstra a repressão violenta à greve geral de 1917 em São Paulo. Trata-se de um proletariado que nasce desenraizado e desarmado das ferramentas organizativas próprias da classe trabalhadora, diferentemente do que ocorre nos países que são berço do capitalismo. Na América Latina, essa história se desenrola de outra maneira. Uma possível demonstração dessa hipótese, de debilidade inicial constituinte da classe proletária, são os fracassos, em termos estratégicos, das ações anarco-sindicalistas do início do século XX. Além disso, ela é fruto das derrotas que a classe trabalhadora sofreu enquanto agregada à “cauda política” das ações da burguesia, a partir dos anos 30 do século passado.

⁶ Esse conceito será abordado de forma mais minuciosa posteriormente.

Fernandes, ao analisar as origens da sociedade brasileira e latino-americana, afirma que elas são resultados da expansão mercantil europeia, que se tornaram alvos de expropriações diversas, notadamente herdeiras das formas sociais, econômicas e políticas dos colonizadores. A transplantação ao mesmo tempo econômica, política e cultural, é objeto das inúmeras análises de Fernandes que o possibilita fundamentar as particularidades históricas do capitalismo nesses territórios. Vejamos:

As “classes” são identificadas com a herança colonial, com tradições de estilo de vida a la grande, com o orgulho e o paternalismo ibérico, com a apatia e o conformismo das massas, etc. perde-se de vista o essencial; como a emergência de novas realidades econômicas, sociais e políticas, vinculadas à expropriação capitalista, permitiram a revitalização de atitudes, valores e comportamentos estamentais. [...] *A expansão do capitalismo atingiu, em todos os países (embora com extensão e intensidade variáveis), proporções suficientes para fazer da ordenação em classes sociais o núcleo estrutural e dinâmico da organização societária.* Ao mesmo tempo, porém, a referida expansão do capitalismo ajustou-se, de maneira variável, mas geral, a condições externas e internas que restringiram ou entorpeceram as funções diferenciadoras, classificadoras e estratificadoras do mercado e do sistema de produção capitalistas, inibindo assim o grau de universalidade, a eficácia e a intensidade dos dinamismos revolucionários ou estabilizadores da ordenação em classes sociais. Isso quer dizer que o modo histórico-social de concretização do capitalismo engendra a sua própria realidade substantiva. As classes sociais não “são diferentes” na América Latina. *O que é diferente é o modo pelo qual o capitalismo se objetiva e se irradia historicamente como força social* (Fernandes, 1981, p. 39, grifos nossos).

Fernandes não explica o Brasil supondo a existência do capitalismo desde o início da colonização, mas sim a partir da existência de formas de expropriação do excedente econômico baseados em padrões de dominação externa. Só com a constituição da ordem social competitiva e um sistema de classes sociais classificadas socialmente pelo mercado é que se pode afirmar a existência de padrões capitalistas de

desenvolvimento econômico. Por esse motivo, não se alinha à tese do PCB no período das décadas de 1930 e 1940, que defendia a existência de restos do feudalismo no país⁷.

A classificação tipológica de Fernandes é construída nessa interface analítica. Ele usa um conceito específico para descrever o período colonial brasileiro de “acumulação estamental de capital”, aproximando-se do conceito marxiano de acumulação primitiva, mas com as especificidades históricas latino-americanas. No decorrer de sua descrição do desenvolvimento histórico brasileiro surge a seguinte indicação: “A autonomização política e a burocratização da dominação patrimonialista imprimiram à produção e à exportação as funções de processos sociais de acumulação estamental de capital” (Fernandes, 1987, p. 75)⁸.

Essa caracterização é diversa de toda a ciência social brasileira produzida até então, pois indica a existência de mecanismos de expropriação de trabalho excedente drenados para a expansão e consolidação de relações sociais capitalistas, ou seja, o autor não pressupõe a existência de vários capitalismos nacionais, mas sim o capitalismo em escala global nas suas diferentes manifestações desiguais. O conceito precisa ser entendido no conjunto de sua elaboração sobre a Revolução Burguesa. Para Fernandes,

Na acepção que tomamos o conceito, Revolução Burguesa denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial (Fernandes, 1987, p. 203).

É evidente a ideia a compreensão da Revolução Burguesa só é possível quando a relação social especificamente capitalista está desen-

⁷ Para uma compreensão mais acurada do assunto, sugerimos consultar Del Roio (2007).

⁸ A constituição dos conceitos de “acumulação estamental” e de “revoluções na América Latina” deixa perceptível que Fernandes utilizou muito de Adolfo Gilly, autor mexicano que escreveu *La revolución interrumpida* (1971).

volvida. Fernandes demonstra a apropriação da dialética materialista em sua interpretação, indicando a sua capacidade de lidar com a formação social brasileira em termos de universalidade inserida na particularidade histórica. Dessa maneira, ele dialoga com o conjunto dos autores⁹ que se esforçam para derivar da realidade concreta uma tendência em curso e, assim, indicar os possíveis desdobramentos políticos transformadores. Os estudos de Florestan Fernandes sobre o Brasil sempre tiveram essa intencionalidade, o que é demonstrado em suas obras sobre o compromisso social do sociólogo.

Uma via não clássica ao capitalismo

É preciso situar a teoria da Revolução Burguesa desenvolvida por Fernandes dentro da classificação marxista das vias não clássicas para o capitalismo. Em diálogo aberto com a tradição marxista internacional, o autor constrói os fundamentos descritivos dos processos da acumulação capitalista mundial, apontando como o Brasil e a América Latina contribui para tal. Em Lenin, a via prussiana e, em Gramsci, a revolução passiva¹⁰, são as mais conhecidas formulações de vias não clássicas e por isso é tão importante perceber a contribuição que Fernandes apresenta em sua elaboração. Esses autores têm como prioridade teórica e política a formulação de uma estratégia revolucionária, elemento central em seus trabalhos. Acredita-se que Fernandes também se inscreve nesse rol de autores estrategistas¹¹.

Todavia, o princípio básico desse tipo de elaboração estratégica requer uma análise cuidadosa da realidade social na qual cada autor está inserido. Para tanto, o sociólogo paulista faz uso do conceito de “capitalismo dependente”. Mais adiante será mostrado o construto por

⁹ Podemos citar Caio Prado Júnior, Jacob Gorender, Darcy Ribeiro, entre outros.

¹⁰ Sobre o tema, ver Iasi (2012).

¹¹ A influência da obra de Lenin na teoria de Fernandes é inegável, no entanto, essa relação carece de estudos mais aprofundados e críticos a respeito.

inteiro, por agora, é preciso questionar a procedência e a abrangência da categoria de “dependência”.

No trabalho de Castelo (2011) é discutida a contribuição de Fernandes no tocante à teoria da dependência¹² e isso recoloca a questão da via brasileira para o capitalismo. O autor utiliza Trotsky para indicar um dos nutrientes da categorização florestaniana.

As leis da História nada têm em comum com os sistemas pedantescos. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processus histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha (Trotsky apud Castelo, 2011, p. 309).

A indicação acima é fundamental para entender que o “desenvolvimento combinado” e os ritmos desiguais do capitalismo são antídotos fortes contra a visão mecanicista e dogmática do marxismo dominante na III Internacional, o que situa Fernandes numa órbita criativa e, ao mesmo tempo rigorosa, do estudo da realidade em movimento. Ou seja, ela mostra que seu princípio metodológico é a contradição. Assim, de acordo com Fernandes, tal lei se configura como uma das explicações do capitalismo dependente no continente americano.

¹² Importante corrente de pensamento difundida nas décadas de 1960 e 1970 na América Latina como contraponto às elaborações da Cepal. Vide a produção de Rui Mauro Marini, Vania Bambirra, Teotônio dos Santos, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Falleto e André Gunder Frank. Embora não seja nosso objetivo analisar comparativamente os conceitos de dependência de Fernandes e o conjunto da Teoria da Dependência, é importante evidenciar que, mesmo no interior dessa, há uma teoria marxista da dependência.

Como afirma Cardoso (1994), “Florestan não formula uma ‘teoria da dependência’. Sua formulação do capitalismo dependente constitui uma contribuição teórica à teoria do desenvolvimento capitalista” (Cardoso, 1994, p. 2).

Vejamos:

Para Florestan, assim, “sobreapropriação capitalista e dependência constituem a substância do processo” (CSAL, 54). Neste sentido, há um padrão de acumulação de capital que é típico da relação de parceria desigual das burguesias envolvidas, cuja forma Florestan designa como “sobreapropriação repartida do excedente econômico” (CSAL, 57) (Cardoso, 1994, p. 4).

A relação de dependência fica determinada no “espaço intra-burguês”, ou seja, dos mecanismos de apropriação da riqueza social produzida entre as diferentes frações burguesas, nos diferentes ramos econômicos – e, também, entre os estados nacionais envolvidos com essas frações de classe. A “sobreapropriação repartida do excedente econômico” é uma maneira de descrever como setores mais avançados, do ponto de vista capitalista, subordinam setores retardatários. Na dinâmica mercadológica, o que define o setor avançado é o nível de desenvolvimento de forças produtivas materiais: uso de recursos naturais, o grau de produtividade da força de trabalho e, principalmente, o desenvolvimento tecnológico.

Ao que parece, Fernandes apresenta a questão da dependência pela conjugação entre o baixo nível de produtividade da economia brasileira e a forma política pouco flexível para atender às demandas dos conflitos próprios da sociedade de classes. Cardoso (1994) descreve assim esse fenômeno:

Deste modo, o capitalismo dependente se concretiza através de sobre expropriação e de autocracia, caracterizando o que Florestan Fernandes denomina capitalismo selvagem. Conjugação crescimento econômico dependente com miséria e exclusão despóticas, além da ausência de direitos fora dos

setores sociais dominantes. Pensa Florestan que na América Latina, “quer se trate das metrópoles, das cidades ou do campo, as classes sociais propriamente ditas abrangem os círculos sociais que são de uma forma ou de outra privilegiados e que poderiam ser descritos, relativamente, como “integrados” e “desenvolvidos”. Tais setores coexistem com a massa dos despossuídos, condenados a níveis de vida inferiores ao de subsistência, ao desemprego sistemático, parcial ou ocasional, à pobreza ou à miséria, à marginalidade socioeconômica, à exclusão cultural e política, etc.” (CSAL, 37) (Cardoso, 1994, p. 5).

Os dilemas sociais são derivados dessa incapacidade burguesa em realizar certos avanços civilizatórios mínimos no tocante aos setores marginalizados dentro e fora do mercado capitalista de trabalho. Já para as classes incorporadas ao sistema, a participação política e econômica é normal, ou seja, se mantém desde o antigo regime colonial até a entrada nos atuais mecanismos de mercado mundializado.

Os mecanismos mercadológicos de incorporação dos setores sociais fazem com que o autor afirme que exista a igualdade, mas que “uns são mais iguais que os outros”. Dessa maneira, ele reconhece que o liberalismo é o fundamento político-ideológico do capital e que, portanto, a igualdade é real do ponto de vista jurídico. Quanto à igualdade econômica, política e cultural, isso não se repete, pois a lógica interna do sistema impede uma expansão de direitos liberais para a totalidade da sociedade. O desenvolvimento desigual da expropriação capitalista combina-se com a criação de marginalidade nas periferias do sistema. O importante é que se mantenha o fluxo de excedente econômico para alimentar a acumulação incessante e insaciável de capital.

A manutenção de relações de dependência, entendida como desenvolvimento desigual e combinado, é historicamente necessária para a continuidade dessa acumulação. O que pode variar são os graus de incorporação dos setores marginalizados, mesmo mantidas todas as outras variáveis da equação: propriedade privada dos meios de produção, força de trabalho como mercadoria e, por fim, o Estado nacional, neces-

sário para manter as duas primeiras. As temporalidades desse desenvolvimento podem ser descritas assim:

[...] as nações latino-americanas são produtos da “expansão da civilização ocidental”, isto é, de um tipo moderno de colonialismo organizado e sistemático. A razão dessa persistência é a evolução do capitalismo e a incapacidade dos países latino-americanos de impedir sua incorporação dependente ao espaço econômico, cultural e político das sucessivas nações capitalistas hegemônicas. Antes de mais nada, o capitalismo transformou-se, através da história, segundo uma velocidade demasiado acelerada para as potencialidades históricas dos países latino-americanos (Fernandes, 1981, p. 11).

Essa “velocidade” deve ser entendida como a capacidade de expandir forças produtivas de exploração de mais-valia situadas nos países centrais. Já a incapacidade de impedir essa evolução tem por fundamento a combinação entre rigidez política e excedente da mercadoria força de trabalho. Essa última, portanto, não participa dos rituais decisórios no campo político e, muito menos, nos espaços de construção de direitos, próprios ao liberalismo.

[...] a institucionalização política do poder era realizada com a exclusão permanente do povo e o sacrifício consciente de um estilo democrático de vida. A integração nacional, como fonte de transformações revolucionárias e de desenvolvimento econômico, sociocultural e político, tornou-se impossível (Fernandes, 1981, p. 11-12).

A impermeabilidade do sistema mostra sua face antidemocrática não por capricho das burguesias, mas sim pela materialidade na qual o trabalhador, constituído basicamente como expectador da cena histórica, não conta para o processo de constituição das relações mercantis. Ele não foi útil como massa de manobra para desalojar antigas classes dominantes, a exemplo de Inglaterra e França. Por aqui, desde sempre, os trabalhadores só podem contar com suas próprias forças. Mas é importante ressaltar que essa afirmação só parece coerente se se tiver como ponto de partida as interpretações de Fernandes.

A passividade das burguesias nativas tem o substrato material da aliança com as burguesias hegemônicas, baseadas em parques fabris de alta produtividade, apropriando-se de excedentes econômicos criados em relações sociais de produção pré-capitalistas. De acordo com Fernandes:

[...] a docilidade dos interesses privados latino-americanos em relação ao controle externo não constitui tão-somente um estratagema econômico. Trata-se de um componente dinâmico de uma tradição colonial de subserviência, baseada em fins econômicos, mas também na cegueira nacional, até certo ponto estimulada e controlada a partir de fora (Fernandes, 1981, p. 12).

Situar o papel político e econômico das burguesias nativas é fundamental para se explicar o funcionamento dependente do capitalismo latino-americano. Pois é dessa articulação imbricada de interesses que se construiu a força das burguesias crioulas, nascidas e alimentadas pela exploração capitalista. De alguma maneira, a docilidade assinalada no texto é o lado externo de barganha da participação nos negócios internacionais. No entanto, o aspecto interno é caracterizado como autoritário e violento.

A definição do caráter autocrático da burguesia brasileira foi possível pela elaboração teórica que Fernandes realizou a partir de sua leitura de Marx, Lenin, Trotsky¹³, Rosa Luxemburgo e outros. Dessa maneira, o sociólogo pôde pensar o Brasil e entender o desenvolvimento do modo de produção capitalista com suas particularidades históricas de forma desigual e combinada.

Só foi possível realizar tal empreitada com a descrição da constituição do sistema de classes sociais no país. Assim começa uma das tarefas mais complexas da teoria social: produzir categorias para apreender a realidade em movimento. Fernandes inicia seus estudos sobre

¹³ O artigo de Silva (2012) indica a influência de Trotsky na compreensão teórica e política de Fernandes.

o tema reconstruindo a caracterização da burguesia, classe fundamental do modo de produção capitalista e, até esse momento, revolucionária em relação ao antigo regime, considerando as revoluções burguesas clássicas na Inglaterra, França e EUA.

Origens e características da burguesia no Brasil

No Brasil, a burguesia surge do emaranhado de relações comerciais da coroa Portuguesa com a colônia. Sobre esse fato histórico, Fernandes afirma:

À luz de tais argumentos, seria ilógico negar a existência do “burguês” e da “burguesia” no Brasil. Poder-se-ia dizer, no máximo, que se trata de entidades que aqui aparecem tardiamente, segundo um curso marcadamente distinto do que foi seguido na evolução da Europa, mas dentro de tendências que prefiguram funções e destinos sociais análogos tanto para o tipo de personalidade quanto para o tipo de formação social (Fernandes, 1987, p. 17).

Todavia, a burguesia surgida no século XIX no Brasil não tem as mesmas prerrogativas e perspectiva de classe em comparação às burguesias emergidas da Revolução Industrial na Europa e na América do Norte. No entanto, parece necessário reafirmar isso para não cair na tentação de usar uma casa de espelhos para interpretar a sociedade brasileira. Em cada tempo e espaço histórico, o regime de classes se configura com contradições próprias e outras que são estruturais, ou seja, com caráter de universalidade. A apreensão das continuidades e descontinuidades desse processo é fundamental para o entendimento do movimento do capital. Segundo Fernandes:

O burguês já surge, no Brasil, como uma entidade especializada, seja na figura do agente artesanal inserido na rede de mercantilização da produção interna, seja como negociante (não importando muito o gênero de negócios: se vendia mercadorias importadas, especulava como valores ou com

o próprio dinheiro; as gradações possuíam significação apenas para o código de honra e para a etiqueta das relações sociais e nada impedia que o “usurário”, embora malquisto e tido como encarnação nefasta do “burguês mesquinho”, fosse um mal terrivelmente necessário). Pela própria dinâmica da economia colonial, as duas florações do “burguês” permaneceriam sufocadas, enquanto o escravismo, a grande lavoura exportadora e o estatuto colonial estiverem conjugados. A independência, rompendo o estatuto colonial, criou condições de expansão da “burguesia” e, em particular, de valorização social crescente do “alto comércio”. Enquanto o agente artesanal autônomo submergia, em consequência da absorção de suas funções econômicas pelas “casas comerciais importadoras”, ou se convertia em assalariado e desaparecia na “plebe urbana”, aumentavam o volume e a diferenciação interna do núcleo burguês da típica cidade brasileira do século XIX. Ambos os fenômenos prendem-se ao crescimento do comércio e, de modo característico, à formação de uma rede de serviços inicialmente ligada à organização do Estado Nacional, mas em seguida, fortemente condicionada pelo desenvolvimento urbano. Tratava-se, antes, de uma *congérie social*, que duma classe propriamente dita (Fernandes, 1987, p. 18, grifos nossos).

Essa descrição da burguesia terá consequências longínquas para nossa sociedade, pois é desse nascimento de classe como uma *congérie social* que deriva a maior parte do comportamento autoritário e conservador do burguês brasileiro. Esse sujeito de classe surge na transição de um sistema colonial vinculado à expansão capitalista europeia e ao aproveitamento das oportunidades econômicas criadas pelas transformações que o capitalismo impunha aos impérios mercantilistas decadentes (Portugal e Espanha). Ele é um determinante material dessa realidade e, portanto, um limitador da ação dessa classe. Vejam:

O “burguês”, que nascera aqui sob o signo de uma especialização econômica relativamente diferenciada, iria representar, portanto, papéis históricos que derivavam ou se impunham como decorrência de suas funções econômicas na sociedade nacional. Ele nunca seria, no cenário do Império, uma figura dominante ou pura, com força socialmente

organizada, consciente e autônoma. Mas erigiu-se no fermento daquele espírito revolucionário que fala Nabuco, que “a sociedade abalada tinha deixado escapar pela primeira fenda dos seus alicerces”. Um “espírito revolucionário”, que em suma, eclodia em condições ambíguas e vacilantes, afirmando-se mais indiretamente e segundo objetivos egoísticos difusos, que de modo direto, organizado e esclarecido (Fernandes, 1987, p. 19).

Esse “espírito revolucionário” pode significar, em comparação com seu equivalente histórico clássico, que o burguês brasileiro (ou latino-americano) fica muito mais “tímido”, ou seja, ele não tem as condições materiais para se colocar na cena social de maneira transformadora. Portanto, não pode ser inventivo na produção de uma revolução com características de classe autênticas. Assim, surge para Fernandes a questão dramática: “[...] existe ou não uma ‘Revolução Burguesa’ no Brasil?” (Fernandes, 1987, p. 20).

A resposta dessa pergunta pode ser encontrada na reconstituição do processo de incorporação das relações sociais em expansão no “mundo ocidental moderno”, categoria com a qual Florestan identifica o capitalismo. Assim:

Trata-se, ao contrário, de determinar como se processou a absorção de um padrão estrutural e dinâmico de organização da economia, da sociedade e da cultura. Sem a universalização do trabalho assalariado e a expansão da ordem social competitiva, como iríamos organizar uma economia de mercado de bases monetárias e “capitalistas”? É dessa perspectiva que o “burguês” e a “Revolução Burguesa” aparecem no horizonte da análise sociológica. Não tivemos todo o passado da Europa, mas reproduzimos de forma peculiar o seu passado recente, pois este era parte do próprio processo de implantação e desenvolvimento da civilização ocidental moderna no Brasil (Fernandes, 1987, p. 20).

O momento de implantação de novas relações é acompanhado da destruição das antigas relações de produção dominantes e, no Brasil, isso se dá na transformação de uma sociedade colonial em direção a

uma sociedade nacional – não por capricho dos estamentos dominantes, mas por pura necessidade de adaptação aos mecanismos de mercado em voga. E, como a economia colonial era absolutamente voltada para a satisfação do mercado externo, a nova situação de transição para a sociedade nacional se coloca como um desafio. Sendo assim, as novas demandas e as velhas castas são apresentadas a uma situação em que não há conflito entre os diferentes sujeitos históricos dominantes.

A antiga aristocracia agrária, baseada no latifúndio e na monocultura, será a base material para o surgimento da grande burguesia, que não precisará disputar o poder contra uma antiga forma de dominação. Soma-se a isso a criação de uma “nova burguesia”, advinda do comércio de importação e exportação. Inaugura-se, assim, um padrão de conciliação na política brasileira. A frase síntese muito utilizada por Fernandes é: “Tudo muda, para tudo permanecer como está”.

É notável que esse padrão não é exatamente uma decisão da vontade dos envolvidos, mas primordialmente uma necessidade concreta na busca de acumulação de capital em âmbito mundial, pois esses interesses internos estão ligados de forma medular ao mercado mundial, desde seu nascimento. No novo mundo, uma terra de caça se abria para o capitalismo europeu e, depois, estadunidense. Para Fernandes, a dificuldade estava na capacidade desses setores internos usarem esses recursos para um desenvolvimento de tipo autônomo, na perspectiva capitalista, o que era constrangido, em parte, por conta das relações pré-capitalistas vigentes e da relação de dominação do mercado externo sobre a situação interna:

Certas consequências da abundância de terras, do trabalho escravo e da agricultura extensiva agravaram esses efeitos, resultando do conjunto que essa unidade produtiva possuía escassa capacidade para originar um circuito de reinversão com tendências autonômicas e de bases capitalistas mais ou menos consistentes (Fernandes, 1987, p. 25).

E continua:

[...] a formação da mentalidade econômica do principal agente econômico interno estava sujeita a uma distorção inevitável. Sob muitos aspectos, ele era compelido a definir-se mais como parte e delegado das agências que operavam, política e comercialmente, a partir de fora [...]. Isso era perfeitamente normal, na condição heteronômica que poderia empenhar-se, a longo termo, na realização de processos socioeconômicos que poderiam redundar em maior margem de autonomia e, mesmo conduzir à Independência (Fernandes, 1987, p. 25).

Chama a atenção, no trecho acima, a categoria “heteronomia”. Em sua construção, Fernandes está cotejando o desenrolar histórico da burguesia brasileira com as suas congêneres clássicas, o que representa um recurso metodológico importante para entender a particularidade do capitalismo tupiniquim. Essa heteronomia é decorrente da incapacidade da burguesia brasileira em gerar ações e controle sobre os dinamismos do mercado capitalista, tida como “[...] parte e delegado das agências que operavam, política e comercialmente, a partir de fora” (Fernandes, 1987, p. 25). É uma relação desigual entre frações das classes burguesas.

O contraponto entre interno e externo é aqui desenhado como uma topografia das classes, ou seja, a partir da localização, na hierarquia do poder, que cada setor ou fração da burguesia se encontrava e qual seu poder efetivo, tanto econômico como político. Por esse motivo, os recursos disponíveis a cada grupo social são descritos, para que se possa desenhar o padrão da luta de classes na formação social brasileira, tendo em vista que a constituição de um Estado Nacional é extremamente importante na análise desse processo. De acordo com o autor:

[...] o comércio possuía dois núcleos distintos aos quais correspondiam duas lógicas econômicas. Aos níveis negócios de exportação e importação ou do “alto comércio”, vinculados aos padrões de consumo e ao estilo de vida dos estratos dominantes, ao abastecimento das grandes fazendas e à venda por atacado, tendia a impor-se e a vigorar uma orientação capitalista típica (graças à qual a transação tinha,

de fato, o caráter de negócio). Aos níveis do “comércio comum”, da venda de varejo e do pequeno comércio artesanal aos fretes de serviços e à mascateação, tendia a preservar-se e a vigorar uma orientação quando menos extracapitalista (com gradações que permitem ver, no quadro geral, tanto o comércio espoliativo típico da acumulação original de capital, quanto transações comerciais propriamente ditas, na forma e no fundo, com caráter de negócio em sentido capitalista restrito) (Fernandes, 1987, p. 181).

Novamente, é perceptível a combinação de aspectos desiguais sob a determinação das relações capitalistas. O que é “extracapitalista” toma novos rumos. Em outras palavras, o que é extra capitalista fica subordinado e subsumido às relações sociais de produção especificamente capitalistas e, mesmo quando não transformadas, seguem sendo alavancadoras de acumulação de capital – no caso brasileiro, ainda na fase comercial. O aspecto político de tal “aliança” é a capacidade de conciliar os diferentes ramos dessa economia. Segundo Fernandes:

Pelo que indicam as conexões expostas, a propalada interdependência entre os interesses da aristocracia agrária e os interesses da nascente “burguesia urbana” não constituía um subproduto do livre jogo dos processos econômicos. Existia reciprocidade de interesses econômicos, mas ela não era o fundamento material da comunidade política; este provinha de um forte condicionamento da ordem social escravocrata e senhorial, que produzia a identificação dos estratos sociais vinculados ao “alto comércio” com as estruturas de poder existentes. Portanto, *não se configura historicamente, dessa perspectiva, a existência de uma “burguesia” plenamente integrada e consciente do seu destino histórico, que pudessem afirmar-se como portadora de uma consciência especificamente revolucionária*. A realidade mostra-nos o inverso disso, pois o plano no qual a ação daqueles estratos sociais era profunda e incoercivelmente inovadora, eles pretendiam uma evolução com a aristocracia agrária e não contra ela (o que destituía o ímpeto decorrente da “revolução dentro da ordem” de qualquer eficácia política) (Fernandes, 1987, p. 186, grifos nossos).

Essa classe, surgida das entranhas do antigo regime por sua própria constituição histórica, não carrega interesses revolucionários. Pelo contrário, ela tem forte característica conservadora devido ao amálgama com a aristocracia. E, por esse motivo, Fernandes reafirma em termos teóricos e históricos a perspectiva “atrasada” da classe dominante brasileira, pois ela se vincula aos modelos de desenvolvimento econômico e aos aspectos socioculturais de manutenção da ordem social burguesa amalgamada com os interesses aristocráticos. Ela se difere, portanto, das burguesias pioneiras, que tiveram que defrontar-se com o antigo regime e derrotá-lo tanto no terreno econômico como no político e cultural. A burguesia nascida dessa combinação conciliatória tem como marca de nascença um caráter autocrático¹⁴, tema que trataremos a seguir.

O caráter autocrático do Estado brasileiro

Para entender o funcionamento do poder burguês, é preciso compreender o que Fernandes pensa sobre o caráter do Estado e suas formas de expressão. Em sua obra *A Revolução Burguesa no Brasil* (1987), ele aponta a “independência” como fenômeno político/estatal, sendo um dos fatores de constituição do regime de classes no Brasil. Vejam:

A Independência acrescenta-lhe o início de um novo tipo de autonomia política: com ela, instaura-se a formação da sociedade nacional. [...] o poder deixará de se manifestar como imposição de fora para dentro, para organizar-se a partir de dentro, mau grado as injunções e as contingências que iriam cercar a longa fase de “predomínio Inglês” na vida econômica, política e diplomática da Nação (Fernandes, 1987, p. 31-32).

E prossegue:

¹⁴ Esse debate é tema do livro *Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa* (2015), Antonio Carlos Mazzeo.

Na medida em que o Brasil já se integrara no sistema mercantil engendrado pela expansão do capitalismo comercial e em que a ruptura dos nexos coloniais formais não implicava nenhuma alteração profunda nas formas dessa integração, impunha-se uma evolução paralela interna, que implantasse no país concepções econômicas, técnicas sociais e instituições políticas essenciais para o intercâmbio e a associação com as nações hegemônicas do sistema (Fernandes, 1987, p. 35).

A independência é um marco na transição do período colonial para o período neocolonial. Na sociedade nacional não há mudanças nas relações de produção, ou seja, em nível econômico, as relações de expropriação do excedente econômico continuam a se dar de maneiras predominantemente pré-capitalistas. A forma política existente, caracterizada por um conjunto de padrões de conciliações e de ajustes “pelo alto”, terá continuidade, contudo, com nomenclaturas modernas e liberais. Mas, é perceptível que isso já está subordinado ao mercado capitalista mundial. O exemplo a seguir ilustra o papel do poder político para esse padrão de “conciliação pelo alto”:

A democracia não era uma condição geral da sociedade. Porém, necessidade e recurso do equilíbrio, eficácia e continuidade da dominação estamental. O debate democrático tinha por fim estabelecer os limites de acordo (ou desacordo) e as linhas possíveis de solução (ou de omissão) recomendáveis, suscetíveis de merecer a aprovação ou de obter o consentimento dos “cidadãos prestantes” e da parte socialmente válida dos “cidadãos ativos”. Por essa razão, a sociedade civil constituía o ponto de referência do debate político e encarnava, em última instância, o árbitro figurado que iria julgar ou estaria julgando o mérito das decisões (Fernandes, 1987, p. 44).

Nesse momento de afirmação capitalista, a sociedade brasileira já conta com categorias liberais para explicar os fenômenos, mas elas estão inseridas numa realidade composta por diferentes idades históricas coetâneas, segundo termos utilizados por Florestan. A sociedade civil e os cidadãos dessa democracia são os que compõem esse “mundo pró-

prio” da antiga aristocracia e da nova burguesia entrelaçada por interesses comerciais em comum. A forma política democrática com sociedade civil e cidadãos ativos se resumia, na verdade, aos “mais iguais”. Ou seja, estamos diante de um mecanismo de construção de consentimento ativo por parte dos setores dominantes e de repressão, também ativa, contra os setores não integrados (negros, indígenas, brancos pobres etc.).

Há uma combinação da antiga forma de dominação estamental, marcante durante o período colonial, com as novas formas democrático-burguesas que passaram a ocorrer após a independência. Dessa maneira, considerando que Fernandes entende a existência de democracia burguesa ao menos desde a independência, podemos afirmar seu distanciamento dos autores que entendem a Revolução Burguesa apenas como uma transformação de forma política.

A constituição da ordem burguesa se dá por uma composição entre o velho e o novo:

Essa correlação entre o “velho” e o “novo” evidencia que o Estado preenchia funções manifestas em dois níveis distintos. As elites dos estamentos senhoriais precisavam dele, quase na mesma proporção: 1) para manter as estruturas sociais que poderiam privilegiar seu prestígio social e, portanto, conduzi-las ao monopólio social do poder; 2) para expandir ou fomentar o aparecimento de condições econômicas, sociais e culturais que deveriam formar o substrato de uma sociedade nacional (Fernandes, 1987, p. 47).

Assim, o Estado cumpre o papel de realizador da conciliação de classes na medida em que articula os interesses ainda vigentes dos antigos setores dominantes com as necessidades nascentes de expansão das relações determinantes em escala global. Por este motivo, a captura do Estado por inteiro é condição para a plena realização do processo de Revolução Burguesa, no entendimento de Fernandes. Assim, o golpe empresarial-militar de 1964 torna-se um marco, uma referência dessa captura, configurando o ponto final do estágio revolucionário da burguesia brasileira e que, a partir de então, só pode ser considerada contrarrevolucionária.

Para chegar a esse raciocínio, é preciso compreender que esta sociedade nacional pressupunha a existência de condições estruturais para o funcionamento de um mercado especificamente capitalista e, para tanto, necessitava de recursos técnicos e humanos. Para essa empreitada, era preciso mover vários processos:

Como consequência natural da mudança das funções econômicas do “senhor rural”, o comércio de importação aumentava de importância, o mesmo sucedendo com os agentes humanos que detivessem o seu controle interno. Se se acrescentar a esses dois pontos a necessidade de criar (ou, em alguns casos, de expandir) instituições extrapolíticas complementares ou suplementares ao Estado (da rede dos serviços aos bancos), completamos o quadro sugerido. A tais instituições corresponde uma pressão intensa e contínua (em termos relativos) sobre ocupações qualificadas e as profissões liberais, que não encontravam antes condições favoráveis para se diferenciarem e expandirem (Fernandes, 1987, p. 48).

Esses processos de diferenciação pressionaram mudanças notáveis na sociedade como um todo. Na medida em que essas instituições “extrapolíticas” atuam para criar o espaço político da classe burguesa em conciliação com a aristocracia dos senhores de terra, os novos mecanismos de coerção, repressão e convencimento vão se estabelecendo, principalmente via o Estado Nacional. Por esse motivo aponta Fernandes:

Graças e através da Independência, Nação e Estado nacional independente passaram a ser “meios” para a burocratização da dominação patrimonialista e, o que é mais importante, para a sua transformação concomitante em dominação estatal típica. [...]. Desse modo, a constituição de um Estado nacional independente representava o primeiro passo para concretizar semelhante destino. Por meio dele, os interesses comuns daqueles estamentos podiam converter-se em interesses gerais e logravam condições políticas para se imporem como tais (Fernandes, 1987, p. 55).

A universalização dos interesses de classe, no caso brasileiro, ficava restrita à sociedade civil, da qual participava as “pessoas de bem” que faziam a história, mas excluía, desde sua origem de classe, os trabalhadores assalariados e demais agrupamentos despossuídos. A sociedade válida se fechava entre a aristocracia senhorial e a burguesia nascente, amarradas aos mesmos interesses gerais de manutenção da ordem, garantindo a propriedade privada, os privilégios sociais e o uso da força estatal para esmagar os adversários. Esse mecanismo político, com determinação econômica de conciliação pelo alto,

Portanto, com a Independência e a implantação de um Estado nacional configura-se uma situação nacional que contrasta, psicossocial e culturalmente, com a situação colonial anterior. Os estamentos senhoriais não só tiveram de realizar uma rotação copernicana em sua concepção de mundo e do poder, para se adaptarem a essa alteração. Eles tiveram de avançar, lenta e penosamente, em alguns casos, ou rápida e satisfatoriamente, em outros, para ajustamentos psicossociais culturalmente inovadores, que se tornavam mais ou menos inevitáveis a partir do instante em que o domínio deixava de ser uma espécie de mundo social em si e para si, autossuficiente, mas incapaz de beneficiar-se de sua autossuficiência (Fernandes, 1987, p. 59).

As bases para a transformação capitalista estão montadas e o sujeito histórico criado; as rotações copernicanas necessárias foram feitas – não pelo puro “cálculo racional” weberiano, mas sim pela mais crua necessidade de sobrevivência na concorrência mercadológica. Aqui vemos Fernandes usando como base teórica o materialismo histórico, mesmo com a descrição em termos da sociologia compreensiva.

A nova situação tem agora uma materialidade que precisa ser re-colocada em perspectiva analítica. Como se dará a redistribuição do excedente econômico? Como as classes trabalhadoras vão se posicionar diante dessa nova realidade? A dependência em relação à metrópole é superada a partir de agora? Vejamos:

Assim, ao mesmo tempo em que desapareciam os focos de heteronomia econômica, social e política, regulados pela vigência do estatuto colonial, surgiam novos padrões de organização interna do fluxo da renda. Esta deixou de ser canalizada normalmente para fora; e ganhou um suporte social interno, os agentes econômicos que controlavam a grande lavoura e, em seguida, também controlavam o grande comércio (ou seja, importação e exportação) (Fernandes, 1987, p. 63).

E ainda:

Parece evidente que as camadas senhoriais não conseguiram equiparar autonomização econômica e autonomização política. [...] a autonomização política firmava a independência econômica dos estamentos senhoriais sobre a heteronomia econômica da Nação, no presente e no futuro. Por conseguinte, fazia com que o “senhor agrário” só fosse economicamente autônomo em um sentido unilateral e propriamente interno, já que a situação heteronômica irredutível da economia da Nação também o tornava economicamente dependente (Fernandes, 1987, p. 83).

Ao descrever esses processos de mudança social, primeiro com base na independência, e depois com foco no golpe empresarial-militar, o pensador paulista aponta no sentido de compreender as nuances que conformaram a sociedade brasileira em sua totalidade. O perfil histórico das classes sociais em seu movimento de constituição forjaram características específicas ao conjunto das instituições. E isso é detonador de novas formas de organização pautadas em um perfil de classe burguesa, com autonomia para agir politicamente dentro do país, mas dependente para fora, o que significa a associação subordinada das relações burguesas no sistema de produção de capital em escala mundial. Portanto, a questão de dependência se mostra vinculada a elementos da materialidade econômica e a elementos históricos da luta de classes.

A preocupação em apresentar esse caráter da burguesia brasileira, que se desdobra também no próprio caráter do Estado, repercute sobre a sua maneira peculiar de tratar a questão educacional e se ma-

nifesta no debate sobre escola pública, a universidade e a socialização política dos trabalhadores.

É preciso chamar a atenção novamente para o movimento de superação de “focos de heteronomia”, pois, para Fernandes, eles irão se alterar e mudar de qualidade, mas não deixarão de existir. Tais focos são marcas de nascença de classe, produzida por essa Revolução Burguesa não clássica. Vejamos como as novas perspectivas induzem a novas características:

As principais pressões modernizadoras provinham da formação e da consolidação de uma ordem social nacional. Criar um Estado nacional ou forjar uma Nação significa organizar o espaço econômico, social e político de uma forma peculiar. Não só se torna necessário imprimir regularidade e eficácia a certos serviços, certos tipos de comunicação ou de contato e a certas instituições integrativas de âmbito nacional; é preciso assimilar a tecnologia que torna possível semelhante organização do espaço econômico, social e político que operam dentro desse espaço, preservando ou alterando seu padrão de equilíbrio segundo objetivos ou direções determinadas pelo querer coletivo (Fernandes, 1987, p. 65).

Esse esforço modernizador esbarrava em determinações materiais e culturais dos setores das classes dominantes em processo de adaptação à nova situação. Isso impunha

[...] duas funções que a absorção cultural preencheu desde o início. Primeiro, a função por assim dizer universal: a esse processo prende-se, de fato, a lenta construção do arcabouço material e moral de uma Nação. Sob esse aspecto, cabia-lhe dotar a sociedade brasileira de capacidade para reproduzir, autonomamente, os atributos culturais de uma sociedade nacional. Enquanto fora Colônia, essa perspectiva ficara totalmente vedada. O Brasil passava a participar diretamente, então, através de suas possibilidades virtuais ou reais, do estoque de técnicas, de instituições e de valores sociais da civilização ocidental contemporânea. [...] Assim, a assimilação de novos modelos de organização das casas comerciais, das manufaturas, dos bancos, dos serviços públicos etc., tanto

pressupunha certo “progresso institucional”, quanto a objetivação de condições culturais internas de integração de uma “sociedade nacional”, de uma “economia de mercado” etc. (Fernandes, 1987, p. 66, grifos nossos).

É notável a importância dada ao conjunto dos processos necessários para o pleno desenvolvimento da Revolução Burguesa, destacadamente às “condições culturais internas de integração”. Tal fato parece ser parte do enfoque do autor sobre as funções da educação na mudança social provocada e/ou espontânea. Nesse momento de construção das condições para o desenvolvimento de relações burguesas em todos os aspectos da vida nacional, Fernandes vê o papel civilizatório do capitalismo, que destrói elementos culturais atrasados vinculados à vida aristocrática e religiosa do antigo regime. Tal fato não parece ser nenhum tipo de ilusão com a burguesia, mas sim uma confiança no papel de acelerador da história que esse desenvolvimento representava.

Dando continuidade ao tema da absorção cultural, pontua Fernandes (1987):

Segundo, uma função que se poderia chamar de interferente: data daí a propensão das elites dominantes a interpretar todo processo de mudança social como “assunto privado”. É certo que nunca mais se repetiram as condições estimulantes desse momento histórico. Nunca mais as “elites no poder” iriam se revelar tão abertas diante da aventura da inovação cultural e tão seguras ou confiantes em face dos seus resultados reconhecíveis antecipadamente. Contudo, algo aconteceu, nesse período que elevou uma reação tipicamente estamental a necessidades prementes de mudança sociocultural à categoria de norma ideal do comportamento social inteligente. [...] A tutela estamental acabou sendo socialmente definida como uma sorte de equivalente histórico do “despotismo esclarecido” e a única via pela qual a sociedade brasileira poderia compartilhar com segurança os avanços do “Progresso” (Fernandes, 1987, p. 67).

Vê-se que, ao interpretar o processo de Revolução Burguesa,

Fernandes consegue elencar as determinações essenciais do comportamento das classes sociais e indicar a característica negadora dos avanços culturais em escala ampliada. A burguesia foi revolucionária, mas ela não é mais! Disso deriva a compreensão de “resistência sociopática à mudança”, pois aceitar uma incorporação cultural avançada seria o mesmo que negar a herança colonial e suas tradições. Para a aristocracia integrada aos negócios de importação e exportação, senhores de engenhos e barões do café, isso estava fora de cogitação. O fator histórico, nesse momento, preponderou sobre o fator econômico, corroborando a hipótese de que a burguesia, como concierge social, tem um perfil ultraelitista e reacionário, mesmo em sentido burguês.

A burguesia brasileira em formação tem seus próprios aspectos de ação de classe, o que remonta aos tempos do império e deita suas raízes no transcorrer dos séculos. No entanto, o que possibilitou tal comportamento foi a relação de poder derivada da associação com o capitalismo mundial. Se o capitalismo brasileiro nasce com essas características, seu desenvolvimento vai ditar novas perspectivas. O pensador paulista segue com a descrição da formação das classes sociais e do papel do Estado nessa constituição:

Se as camadas senhoriais não se apoiassem em ajustamentos políticos altamente egoísticos e autoritários, correria o risco de uma regressão econômica, da perda do controle do poder e da inviabilidade do Estado nacional. Se elas não aceitassem certas condições ideais do modelo absorvido de organização do Estado nacional, este não abriria perspectivas à formação e ao fortalecimento progressivo do substrato material e moral de uma sociedade nacional, ou seja, estaria condenado como realidade histórica. No mínimo, o país se fragmentaria em várias unidades políticas hostis, pois a hipótese alternativa seria a feudalização da dominação patrimonialista. Assim, a impossibilidade de romper frontalmente com o passado e de optar claramente por um certo futuro é que impôs o Estado-amálgama (Fernandes, 1987, p. 68, grifo nosso).

Com essa categorização, Fernandes brinda-nos com uma análise das raízes do principal instrumento de organização e efetivação do poder burguês no país. Ele situa a existência de grande parte da flexibilidade de ação da burguesia pelo uso do Estado, seja na indução e controle da economia, seja na constituição de mecanismos políticos e culturais que viabilizam a continuidade do poder burguês com as particularidades de dependência brasileiras. O pensador paulista apresenta os problemas fundamentais para entender o processo:

Primeiro: a autonomização do país inicia-se como um fenômeno medularmente político. *Não houve transformação prévia, concomitante ou subsequente da organização das relações de produção.* Ao contrário, pelo menos no que respeita à grande lavoura, setor básico da economia colonial, a autonomização política processou-se em condições que pressupunham a preservação e o fortalecimento dos padrões coloniais de organização das relações de produção. [...] *O paradoxo está no fato de que “revolução nacional” não resultou de uma “revolução econômica” nem concorreu para forjar ideias de autonomia econômica que implicassem ruptura imediata, irreversível e total com o passado recente* (Fernandes, 1987, p. 72, grifos nossos).

A Independência é um fenômeno político interno condicionado e motivado pelas mudanças econômicas ocorridas no capitalismo mundial, sendo uma disputa pelo controle do excedente econômico produzido no Brasil. Entre a metrópole portuguesa, de caráter mercantil, e a nova metrópole inglesa, já em pleno desenvolvimento industrial, a determinação das relações de produção penderam para a última, imprimindo ao evento da independência uma roupagem liberal-democrática, dentro dos padrões internacionais de Revolução Burguesa. No entanto, ela se deu por via de inúmeros e fortes condicionamentos materiais, acarretando uma não transformação das relações de produção internas, mantendo um caráter pré-capitalista direcionado do processo mundializado de acumulação de capital industrial.

Por esse motivo, há uma disjuntiva entre os processos políticos e econômicos na Revolução Burguesa no Brasil.

[...] não são as alterações do mercado externo e do sistema internacional de poder que explicam, sociologicamente, essa evolução histórica. [...] *A evolução histórica em questão explica-se por processos históricos-sociais internos, apenas condicionados e estimulados favoravelmente pelas alterações do mercado externo e do sistema internacional de poder.* [...] O privilegiamento econômico das atividades práticas das camadas senhoriais assumiu, assim, o caráter de um “imperativo histórico”. Ele acarretava a continuidade pura e simples dos padrões coloniais da “grande lavoura”, com todo o séquito de condições que a tornavam tão imprópria à integração nacional – a escravidão, o latifúndio, a monocultura extensiva, a especialização na produção e exportação de certos “produtos tropicais”, a extrema concentração social da renda, a exiguidade e a descontinuidade do mercado interno, a dependência das importações, o crescimento econômico descontínuo e horizontal etc. (Fernandes, 1987, p. 72-74, grifos nossos).

Ao apontar o vetor da explicação para o setor interno do processo, Fernandes nos obriga a entender as forças recíprocas (dialéticas) de atuação nas relações de produção. Não há pureza isolada de qualquer um dos fatores, mas sim interesses e correlação de forças em conflito. E mais:

[...] essa conclusão nos obriga a considerar como operavam, nas circunstâncias em que se processou o privilegiamento econômico das atividades práticas das camadas senhoriais, os móveis econômicos capitalistas, que se inseriam no comportamento dos “senhores rurais”. As transformações apontadas não afetavam nem a organização da produção nem o “espírito” ou a “mentalidade” dos agentes econômicos privilegiados. [...]. Por isso, os fatores dinâmicos de sua situação econômica levaram-nos a se concentrar na defesa dos meios de manutenção e crescimento da economia escravista e a um repúdio mais ou menos generalizado e sistemático ao elemento burguês dos seus papéis econômicos. [...]. Se a mudança foi neutra ao nível das relações econômicas que afetaram o domínio

(ou a estrutura e o funcionamento da plantação), o mesmo não sucedeu em outros níveis. *A autonomização política e a burocratização patrimonialista imprimiram à produção e à exportação as funções de processos sociais de acumulação estamental de capital.* [...] Assim a acumulação estamental de capital passou a produzir novos dividendos sociais, na medida em que os referidos “senhores” se engolfavam na vida urbana e nas oportunidades que ela acarretava, especialmente aos que se dispunham a aceitar os papéis de “capitalista” e de “proprietário”, vinculados a aplicações ou especulações com o capital, condenadas pelo antigo código ético senhorial. [...] o referido processo se cristalizou, adquirindo caráter social recorrente e o significado de um estado econômico permanente, persistindo mesmo à desagregação da ordem social patrimonialista e à universalização do regime de trabalho livre. *Dessa maneira, embora o setor colonial da economia brasileira sofresse várias alterações sucessivas, para adaptar às condições internas de uma economia nacional, à expansão da economia urbana, ou pura e simplesmente às transformações do neocolonialismo no mundo moderno, ele se manteve suficientemente integrado para eternizar um processo pré-capitalista de acumulação de capital* (Fernandes, 1987, p. 75-77, grifos nossos).

Nesse processo está a raiz da dependência do capitalismo brasileiro, nos termos aqui tratados. A plena integração do Brasil ao desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo mundial ocorre não por explicações na esfera da circulação de mercadorias, ou pela distinção de valores da constituição da força de trabalho, mas sim pela relação estabelecida na produção de valor associada ao comércio mundial. Na medida em que essa acumulação estamental de capital se cristalizava (por vários mecanismos pré-capitalistas), a economia nacional ficava medularmente marcada, de nascença, por uma dupla articulação¹⁵. Por um lado, com as burguesias nativas e, por outro, com as burguesias internacionais.

¹⁵ Entendemos aqui como a divisão do excedente econômico entre os setores internos e externos da burguesia.

Na obra de Fernandes, o perfil da dependência ocorre pelo viés da constituição dos interesses da classe burguesa brasileira em seu surgimento. Assim, só é possível explicar o pensamento social desse autor tomando esse complexo conjunto de categorias explicativas para poder apreender a realidade brasileira. Fernandes continua a indicar elementos da problemática:

[...] ao que parece, o primeiro grande salto que se deu na evolução do capitalismo no Brasil é antes de natureza sociocultural que econômica. [...] a persistência das estruturas de produção colonial polarizava os dinamismos econômicos nas relações da produção interna com o mercado externo e mantinha um padrão de heteronomia econômica quase sufocante. [...] Não obstante, dada a continuidade da concentração demográfica, da mobilidade horizontal das elites senhoriais (provocada por motivos primordialmente políticos e só derivadamente econômicos, mas suscetível de engolfá-las na diferenciação dos papéis econômicos), do afluxo de capitais, de técnicas e de unidades empresariais estrangeiras, da divisão do trabalho e da diferenciação social, duas tendências econômicas lograram condições para se perpetuarem e para atuarem como fatores dinâmicos de consolidação de uma ordem econômica vinculada à utilização dos recursos internos e das forças econômicas do meio social ambiente (Fernandes, 1987, p. 78-79).

Esses fatores são determinantes para entender o pensamento do autor sobre o capitalismo brasileiro. Ele tem uma elaboração sofisticada sobre os processos de mudança social que ocorrem em formações sociais não clássicas e, assim, precisa montar um conjunto bastante variado de interferências para produzir uma explicação de totalidade. Um dos recursos explicativos é a separação entre o processo de implantação do mercado capitalista e do seu específico sistema de produção.

São dois momentos da história que precisam ser analisados para que seja possível elaborar uma visão de conjunto. Nesse ponto, Fernandes se diferencia de grande parte da teoria social brasileira. Ao descrever o desenvolvimento do “mercado capitalista” como algo anterior

ao desenvolvimento do “sistema de produção capitalista”, Fernandes demonstra seu domínio da crítica da economia política marxista, que diferencia os processos de produção de valor de uso, de mercadoria e de capital. Se, por sistema de classes entende-se o processo de produção de capital, é claro que as formas anteriores precisam ser descritas em suas especificidades, bem como à quais formas elas se subordinam na lógica econômica dominante.

Fernandes demonstra como o mercado capitalista já existia numa sociedade com relações de produção pré-capitalistas e, inversamente, como relações pré-capitalistas são mantidas subordinadas ao sistema de produção capitalista. Ele também indica como o mercado capitalista, ao se tornar predominante e ser expressão das relações de produção mais desenvolvidas na Europa, acaba por determinar alterações na sociedade colonial, gerando seu esfacelamento.

Todavia, isso ocorre sob o comando de setores dominantes que operam o Estado nacional para a manutenção dos privilégios e das facilidades dadas aos “de cima”, configurando uma instituição estatal de caráter ultraconservador e ultraelitista. Assim, é preciso criar um conjunto de instituições para além do Estado propriamente dito, de forma a legitimar e refletir em ideias as relações sociais dominantes. Desta maneira, o substrato da consciência burguesa é a relação de dominação fundada numa extração de excedente econômico pré-capitalista, mas que pressiona para a sua plena transformação em algo especificamente capitalista. De acordo com Fernandes,

Assim a implantação do capitalismo em novas bases econômicas e psicossociais constitui um episódio de transplantação cultural. Ele não “nasceu” nem “cresceu” a partir da diferenciação interna da ordem econômica preexistente (o sistema econômico colonial). Mas vincula-se a um desenvolvimento concomitante de tendências de absorção cultural, de organização política e de crescimento econômico, que tinha seus suportes materiais ou políticos na economia colonial, sem lançar nela suas raízes. Em consequência, o salto ocorrido na esfera econômica não corresponde, geneticamente, a um

processo de diferenciação (contínua ou súbita) das mesmas estruturas econômicas. Representa um processo novo, que extrai parte de sua substância das estruturas preexistentes, mas que se organiza, desde o início, como uma estrutura divergente, nascida da conjugação histórica de novas possibilidades de ação econômica e de novos padrões de organização do comportamento econômico (Fernandes, 1987, p. 80).

Essa incorporação do que existia, sob a pressão de relações mais desenvolvidas, é determinante no entendimento do futuro da sociedade brasileira e latino-americana. A “transplantação cultural”, vinculada à mudança econômica vinda de fora, estabelece-se como um mecanismo de pressão aos setores ultraconservadores internos. Isso explica porque Fernandes pode ter nutrido algumas utopias¹⁶ quanto ao papel da educação escolar e das reivindicações democrático-burguesas antes dos anos 1960. Essas bandeiras de luta estavam vinculadas ao processo de transplantação cultural, considerado por ele, uma aceleração da história. Mas isso só seria possível se os setores burgueses também agissem no mesmo sentido, o que não ocorreu. Ficou patente, dessa forma, o comportamento conservador e reacionário desses setores durante a campanha pelas Reformas de Base e, mais ainda, na execução do golpe de 1964.

Sua descrição da origem desse comportamento baseia-se em:

Portanto, estamos diante de uma evolução histórica em que o “setor velho” da economia não se transformou nem se destruiu para gerar o “setor novo”. Daí se originou um paralelismo econômico estrutural, tão orgânico e profundo quanto persistente. [...] o “setor novo” deveria ligar o seu destino às cidades e às funções sociais construtivas que os ideais políticos de integração nacional conferiam à modernização econômica e, por meio desta, ao desenvolvimento do capitalismo nos moldes europeus (Fernandes, 1987, p. 81).

¹⁶ Assim consta na introdução do livro *Mudanças Sociais no Brasil*, escrito em 1960: “Tratava-se de uma utopia e, pior, de uma utopia que se achava redondamente errada” (Fernandes, 2008, p. 30).

Esses diferentes setores optaram por conciliar suas posições políticas porque estavam condenados a conciliar seus interesses econômicos. É por esse motivo que há um “amalgamamento” na política brasileira, pois o que o velho e o novo têm em comum é a necessidade de garantir a produção de capital através de relações determinadas pelo capital internacional.

Só com o tempo, graças à expansão do mercado interno e ao aparecimento de condições favoráveis ao aparecimento de tendências de crescimento econômico autossustentado, o “espírito burguês” se libertaria dessas malhas negativas, compostas pelas várias ramificações internas do capitalismo comercial, e fomentaria processos de autonomização econômica autêntica. Ainda assim, sem romper com todos os liames e entaves, que nasciam de um entrosamento congenitamente heteronômico ao mercado externo de capitais e ao sistema internacional de poder (Fernandes, 1987, p. 82).

A perspectiva de autonomia e de heteronomia como conceitos explicativos desse período estão carregados de análise histórica, uma vez que Fernandes dá a elas o peso de expressões da realidade concreta. Ao utilizar essa relação autonomia/heteronomia, Fernandes parece saturá-las de contextos nos quais os setores e frações de classe no Brasil não têm capacidade de ação independente, em contraste com os setores e frações de classe dos países centrais. Fica assim evidente que essa autonomia e heteronomia têm seu fundamento no “ser de classe” da burguesia, tanto brasileira quanto estrangeira. Tal ideia parece corroborar com a interpretação empenhada em indicar que Fernandes utiliza os conceitos do marxismo como eixo articulador de sua interpretação do Brasil, ainda que esteja instrumentalizado com categorias de outras matrizes teóricas como Durkheim, Weber e Manheim (Netto, 2012; Cohn, 1987).

As burguesias surgidas desse processo histórico e social de composição e associação com o sistema capitalista mundial “[...] exprimiam a constituição de um Estado burguês que não era democrático, mas sim autocrático e que devia tirar a crônica crise do poder burguês na periferia de seu perigoso ponto morto” (Fernandes, 2000, p. 110). Isso significa

estar diante de uma modalidade de ação política singular na história capitalista. Os mecanismos institucionais criados pelas classes dominantes nessas formações sociais periféricas tiveram uma eficácia revolucionária muito restrita e uma ação contrarrevolucionária ultramoderna, deixando para trás antigos compromissos das burguesias “clássicas”.

As revoluções burguesas em atraso ganharam a cena histórica, mas elas surgiram destituídas da maioria das funções e tarefas revolucionárias ou reformistas que cercam os “casos clássicos” (França, Inglaterra e EUA) e suas “versões atípicas” (Japão e Alemanha). Tudo se passou como se o objetivo central se restringisse, em médio prazo, em criar para a burguesia interna e para as burguesias externas um modo de aprofundar, com segurança, a transformação capitalista na esfera econômica, transferindo para um futuro incerto o atendimento de outras transformações que não poderiam ser realizadas de modo concomitante (Fernandes, 2000).

O Capitalismo Dependente

A partir dessas indicações sobre a burguesia brasileira e sobre o perfil autocrático do Estado, é importante apontar também o caráter da mudança social requerida na sociedade brasileira. Nessa longa dinâmica, cabe recordar que Florestan Fernandes não ficou à parte no debate com os grandes intérpretes do país e com as principais forças políticas nacionais. Nesse diálogo crítico, o autor passa a ser um importante – talvez fundamental – componente sobre a explicação da formação social brasileira. A partir desse cenário, o embate teórico terá consequências para a formulação estratégica de vários agrupamentos e organizações políticas.

Sob a pena de Fernandes, a caracterização do capitalismo brasileiro como “dependente” começa a se desenhar. A análise do autor parte das relações econômicas com o mercado mundial que, internalizadas como estruturas políticas autocrática, assumem um caráter de dependência:

Do último quartel do século XIX até a II Guerra Mundial, introduziu-se um padrão de dependência pelo qual a modernização atingiu a diferenciação da economia de modo profundo, da esfera comercial à industrial e bancária, com ampla satelitização pelo mercado mundial e pelos Estados Unidos, França, Alemanha, Itália, etc. Em seguida, as empresas gigantes crescem a partir da iniciativa do Estado, que passará a ter um papel marcante na formação de uma economia capaz de absorver técnicas, valores e instituições das grandes corporações. Dois estágios se sucedem, nos quais a dependência econômica sofre transformações quantitativas e qualitativas (Fernandes, 1991, p. 32).

Como visto nas seções anteriores, os diferentes estágios são apresentados como sucessivos, pois produzem e reproduzem uma relação herdada do passado colonial e uma articulação entre burguesias interna e externa. A satelitização¹⁷ é criada em torno dos países de alto desenvolvimento tecnológico, ou seja, centros do sistema capitalista mundial e, posteriormente, pelas grandes empresas nascidas com auxílio do Estado brasileiro, o que remete à importância dada ao controle dessa instituição para o desenrolar da Revolução Burguesa. As empresas ligadas à siderurgia, energia elétrica (produção e distribuição), petróleo, comunicações, mineração, portos, aeroportos, dentre outras, são todas relacionadas à infraestrutura básica para o crescimento de relações mercantis. Então, a dependência assume características históricas e estruturais de acordo com as singularidades das transformações capitalistas brasileiras.

Assim Florestan descreve a articulação entre a política e as estruturas econômicas:

As alíquotas que, na antiga forma de apropriação colonial, cabiam à Coroa e a seus agentes ou prepostos foram parcialmente reabsorvidas pelo capital estrangeiro, que passou a operar de dentro do país, acompanhando a internalização das fases de comercialização dos “produtos

¹⁷ O termo satelitização é muito utilizado por Fernandes. É importante compreendê-lo como categoria explicativa, na medida em que explicita uma falta de autonomia do “satélite” em relação ao “astro”.

tropicais”, então incorporados aos sistemas de exportação. É nessa debilidade que se encontra, segundo presumimos, a razão da indiferença dos estamentos senhoriais diante dos papéis econômicos que poderiam desempenhar, após a extinção do estatuto colonial. Se assumissem tais papéis econômicos, seriam levados a desempenhar, na qualidade econômica de comerciantes e exportadores, a dimensão tipicamente burguesa do status do “senhor agrário”. Todavia, na situação de heteronomia econômica apontada, não tinham condições para integrar, social e politicamente, um status econômico que pudesse organizar os referidos papéis. O mesmo não lhes sucedia no outro plano, nas relações com os demais segmentos da sociedade nacional, no qual podiam explorar o controle do domínio como fonte de independência econômica e do monopólio do poder político (Fernandes, 1987, p. 83).

A burguesia nascente é muito frágil em suas relações com outras frações da burguesia internacional, devido ao seu papel subordinado nas relações econômicas (diminuta composição orgânica de capital e baixa produtividade do trabalho escravo). No entanto, essa mesma burguesia era muito forte em suas relações com os setores dominados dentro das fronteiras nacionais. Havia uma burguesia fraca para fora, mas forte para dentro. Com esse perfil socioeconômico e cultural, a burguesia teve um papel decisivo no desenrolar dos períodos de desenvolvimento capitalista.

O núcleo de real vitalidade econômica produzia para exportação, não para o consumo interno. Em consequência, configurou-se, estrutural e funcionalmente, uma situação de mercado em que preponderavam as conexões econômicas com o exterior e em que as conexões econômicas com a vida econômica interna possuíam escassa importância estrutural e dinâmica (Fernandes, 1987, p. 87).

E continua:

Um país cuja economia se especializa na produção agrícola e obtém os excedentes de que precisa por meio da exportação depende do mercado externo e possui um mercado

interno forçosamente débil. O que importa, na análise sociológica, é conseguir uma descrição integrativa e totalizadora. Ora, isso não é difícil, desde que se compreenda que a situação de mercado se configura a partir de vários elementos socioeconômicos. No caso brasileiro, os elementos cruciais, no período, considerado, pode se reduzir a três: 1) preponderância da exportação; 2) importação como mecanismo corretivo da especialização na produção agrícola; 3) dependência em face do exterior para formar e aplicar o excedente econômico (Fernandes, 1987, p. 87).

Os três elementos elencados têm relação permite entrever uma caracterização da dependência vinculada ao perfil das classes sociais, principalmente da burguesia, na criação de uma relação com o mercado mundial capitalista, sem fundar um mercado próprio interno. A debilidade fica expressa na necessidade da exportação para a realização dos lucros e na importação de itens industriais (e não é apenas de bens de consumo, mas fundamentalmente de bens de capital, ou seja, meios de produção industriais). As duas primeiras características remetem para uma terceira, numa relação desigual, qual seja: a de dependência para “formar e aplicar o excedente econômico”. Uma economia que depende da exportação de capitais dos países centrais só pode ser uma economia dependente. E os países centrais só podem ser imperialistas.

É perceptível que os mecanismos de imposição de decisões fluem de fora para dentro, implicando em formas políticas próprias da periferia do sistema. Tais são os diferentes momentos dessa inferência externa:

No primeiro, operaram limitações à ingerência estrangeira nas relações com o Estado e os setores fortes da economia brasileira. No último, que está em curso, a ingerência passa a ser avassaladora: implanta, no Brasil, um fluxo modernizador, um polo diversificado de natureza neocolonial e interfere cruamente na soberania nacional. [...] Falta à burguesia nativa o impulso “conquistador”, o que a impediu de liquidar o colonialismo até suas raízes e a induziu a se aproveitar dele, o que a afasta de um nacionalismo militante radical e o que leva a encarar a democracia como algo formal e ritual, não como uma revolução emancipadora de caráter geral (Fernandes, 1991, p. 32-33).

O ritualismo democrático tem como pano de fundo essas relações sociais de produção herdadas do colonialismo, agora regidas por novas determinações políticas e econômicas, o que passa a ser chamado de neocolonialismo. É importante salientar o papel que a burguesia não cumpre nesse cenário – o de conquistadora – ou seja, ela não assume o que historicamente foi uma tarefa burguesa, qual seja, avançar em um processo civilizatório, destruindo tradições e ritualismos estéreis para o desenvolvimento do mercado.

Atendo-se aos aspectos econômicos da construção teórica de Fernandes e, sabendo que a concorrência não é sinal de igualdade numa era capitalista, o autor elenca os principais elementos para a interpretação das formas manifestas do capitalismo em terras tupiniquins. Fernandes aponta:

Esse pano de fundo sugere quão emaranhado e desnortean-te foi o desencadeamento da “Revolução Burguesa” numa economia colonial, periférica ou dependente. [...]. Além disso, como a situação de mercado existente combinava, articuladamente, elementos heteronômicos com elementos autonômicos, boa parte dos modelos econômicos transplantados não tinha por meta criar processos econômicos de desenvolvimento interno análogos aos que eram produzidos pela integração das economias centrais. Ao contrário, suas funções latentes ou manifestas consistiam em manter e em intensificar a incorporação dependente da economia brasileira àquelas economias. Desse prisma, os processos econômicos que podiam ser desencadeados, orientados e organizados através dos modelos econômicos transplantados visavam a acelerar o desenvolvimento econômico interno segundo objetivos que o articulavam, heteronomicamente, aos dinamismos das economias centrais. Daí podia resultar um desenvolvimento paralelo do capitalismo no Brasil. Esse capitalismo não continha, porém, as mesmas características estruturais e funcionais do capitalismo vigente nas nações dominantes. Era um capitalismo de tipo especial, montado sobre uma estrutura de mercado que possuía duas dimensões – uma estruturalmente heteronômica; outra com tendências dinâmicas autonômicas ainda em vias de integração estrutural. Por causa dessa dupla polarização, a esse capitalismo se poderia aplicar a noção de “capitalismo dependente” (Fernandes, 1987, p. 89-90).

Essa é a descrição do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. Também é preciso situar historicamente que o autor, em grande parte do seu estudo, está tratando de um período anterior à primeira Guerra Mundial, em que o trabalho assalariado ainda não era predominante. Portanto, ainda é uma descrição insuficiente para interpretar o conjunto da história do capitalismo brasileiro. Ao que tudo indica, não há nenhuma ilusão de desenvolvimento autônomo do capitalismo brasileiro nessa interpretação de Florestan Fernandes, mas sim uma lúcida e fundamentada descrição do perfil da classe dominante no país e das particularidades do desenvolvimento capitalista brasileiro até o momento de sua produção, em meados da década de 1970.

O que Fernandes passa a chamar de capitalismo dependente não é uma etapa do processo que chegará a ser independente, mas sim uma das formas que o capital, como forma social total, se manifesta na formação histórico-social brasileira.

É por esse motivo que Fernandes precisa inserir na sua interpretação do Brasil os diferentes momentos da dominação externa à sociedade brasileira sem, contudo, ter como eixo explicativo o Estado Nacional, mas sim a luta de classes, demonstrando, também, quais os recursos de poder que cada fração de classe poderia desembainhar. Tendo sempre presente que o essencial é a exploração de excedente econômico para a valorização do capital, o sociólogo vai complementando sua argumentação com mais rigor.

Na verdade, o essencial consistia na reelaboração econômica da apropriação colonial. As alíquotas de que participavam a Coroa, seus prepostos e as companhias comerciais poderiam ser extintas ou redistribuídas. Não obstante, a situação de mercado imperante tolheu seus anseios mais profundos (aristocracia agrária), deixando-lhes, realmente, apenas a perspectiva de acomodação à substituição dos tipos de controle. Tiveram, pois, que se contentar com as vantagens econômicas inerentes à autonomização política do país, deixando aos importadores europeus uma ampla margem de dominação econômica, que só seria eliminada se se extirpasse a grande lavoura exportadora (Fernandes, 1987, p. 92).

E continua:

Portanto, as relações econômicas com o exterior não se alteraram, apenas, dentro de um contexto histórico que preservava certas dependências nucleares. Elas se deram de modo a modificar a qualidade dessas dependências. [...] *O principal aspecto da modernização econômica prendia-se, naturalmente, ao aparelhamento do país para montar e expandir uma economia capitalista dependente, sob os quadros de um Estado nacional controlado, administrativa e politicamente, por “elites nativas”* (Fernandes, 1987, p. 93, grifos nossos).

Essa transição para um novo padrão de dependência dá o tom para os próximos períodos do desenvolvimento econômico brasileiro após a I Guerra Mundial. Resta ainda descrever o funcionamento do principal instrumento desse processo: o Estado. Para compreendê-lo, é preciso entender, em seus detalhes empíricos, os mecanismos que a burguesia criou:

De início, deu-se mais importância à transferência de firmas ou de filiais de firmas em pequena escala, o que fez com que o processo se realizasse em torno da transplantação de unidades econômicas completas, que se especializavam em transações comerciais (de exportação e de importação) e em operações bancárias. Com elas, processava-se a transferência de tecnologia, de capitais e de agentes econômicos, com as instituições sociais que podiam organizar suas atividades ou funções no “setor novo” da economia brasileira. Com base nesse aparelhamento delineavam-se dois desenvolvimentos concomitantes: 1º) a emergência de um novo padrão de crescimento econômico interno; 2º) a organização dos nexos de dependência econômica em relação ao exterior através de elementos nucleares desse novo padrão de crescimento econômico, ou seja, em função das estruturas e dos dinamismos internos da economia brasileira. [...] em consequência, *tal aparelhamento eliminava a posição marginal que o Brasil ocupava em face do capitalismo comercial*, enquanto perdurou o sistema colonial. Com ele, a economia do País passava a ter um status próprio na organização da economia mundial, gerada pelo capitalismo comercial. Graças a esse status é

que podia absorver novos padrões de comportamento e de organização econômicos, tecnologia moderna, instituições econômicas, capital e agentes humanos economicamente especializados etc., dando um salto súbito na participação dos modelos capitalistas de organização da personalidade, da economia e da sociedade. [...]. Impunha-se introduzir nela os tipos de institucionalização dos processos econômicos que eram requeridos pela situação nova, que racionalizava os nexos de dependência diante do exterior (Fernandes, 1987, p. 94, grifos nossos).

E ainda:

Os padrões capitalistas se introduziram, através dela, de forma compacta e autêntica, na esfera das transações comerciais; converteram-se em dimensão real e efetiva do comportamento dos agentes econômicos, afetando tanto os conteúdos quanto a organização de suas personalidades. O “elemento burguês” do setor novo da economia brasileira nasce diretamente de sua influência profunda, que implantou todo um complexo cultural fundamental da civilização capitalista no seio da sociedade brasileira. Isso deixa claro que a substituição dos nexos de dependência vinculava-se a mecanismos reais de mudança econômica (embora tais mecanismos fossem, ao mesmo tempo, os meios pelos quais se concretizariam, historicamente, os novos laços de dependência) (Fernandes, 1987, p. 95, grifos nossos).

Depois da I Guerra Mundial, durante o auge da crise capitalista no final dos anos 1920 e início de 1930, o capitalismo mercantil brasileiro precisou mudar o padrão de relação com o comércio mundial. O capitalismo brasileiro é exigido em aspectos anteriormente descartados pelo conjunto dos setores dominantes. Padrões de comportamento, aplicação de tecnologias e agentes humanos são essenciais para a arrancada desse novo período. Esse é exatamente o ponto em que Fernandes começa a notar que os processos de implantação interna das instituições necessárias para tais atos são tolhidos. As universidades, escolas, os institutos de pesquisa ou tecnológicos não têm o mesmo peso político e cultural que tiveram nas nações dominantes. Todos esses instrumen-

tos sociais, econômicos, políticos e culturais são exigências do período histórico vivido. Sabe-se que a crise de 1929 influenciou os rumos da totalidade da economia mundial, redefinindo áreas de influência entre as potências e o aparecimento do nazi-fascismo na Europa.

Nesse período, o país estava vinculado medularmente ao mercado mundial, que se encontrava em crise. As saídas da burguesia brasileira são definidas pelo seu perfil histórico, nesse caso, centralizar ainda mais as decisões no Estado nacional, mas também dar a ele uma forma adequada ao momento histórico mundial. A Revolução de 1930 é o resultado desse processo, que resultou no longo período da era Vargas, representando a dominação burguesa num momento de constituição das novas lideranças políticas e econômicas mundiais.

O Brasil entra na era do capitalismo concorrencial quando esse já está se transformando em monopolista, portanto, mais uma, vez a burguesia está atrasada em relação ao centro do sistema e, fica assim, satelitizada pelas decisões deste. O conjunto de mudanças necessárias para adequar o Estado e a sociedade brasileira aos novos tempos segue um padrão de aproximação ao padrão capitalista mundializado, pois é claro que a associação ao mercado mundial acelerou muito o desenvolvimento das instituições necessárias a esse novo tipo de crescimento econômico. Contudo, a modernização improvisada e fragmentada se mantém. Assim, o perfil da classe burguesa, ultraconservadora, ultraelitista, só pode ser, por conseguinte, autocrática. Isso se torna evidente quando são analisadas suas ações políticas frente aos enfrentamentos com as classes trabalhadoras durante os anos 1920 e 1950.

Ao tentar compreender o surgimento desse perfil, Fernandes explica como as transições do antigo senhor de engenho para o novo burguês se manifestam:

Chega-se, assim, a uma conclusão aparentemente contraditória. A autonomização política não resultou nem conduziu a nenhuma transformação econômica de natureza revolucionária. No entanto, onde ela se vinculou a transformações

econômicas relativamente significativas e profundas, e se manifestavam mais fortemente os novos laços de dependência do país em relação ao exterior, ela iria ser a fonte de toda uma série de mudanças econômicas e, nesse sentido, o verdadeiro ponto de partida de maior liberdade e de maior independência na esfera econômica. A questão, aí, não é tanto do salto que se deu com a absorção sociocultural e econômica de novas técnicas, capitais e modelos de ação econômica. Está, antes, na mudança sofrida, internamente, pelo padrão de civilização vigente. Este passou a organizar a vida econômica em novas bases, pelo menos nas áreas afetadas pelas atividades mercantis assinaladas, e sofreu uma diferenciação que permitia reduzir a distância histórico-cultural que existia entre o fluxo daquele padrão de civilização nas economias centrais e o seu fluxo em nossa economia. Pela primeira vez, emergia na cena histórica brasileira o verdadeiro palco do “burguês”: uma situação de mercado que exigia, econômica, social e politicamente, o “espírito burguês” e a “concepção burguesa do mundo” (Fernandes, 1987, p. 96).

O desenvolvimento da relação social capitalista esfacela o antigo sistema colonial e todas as suas consequências – cultural, econômica, política etc. –, tornando a especificidade do mercado algo mais amplo que ele mesmo, ou seja, implicando em determinações para além da economia propriamente dita. Ele exige, desse modo, um conjunto cada vez maior de instituições que regulem essa nova forma de produzir a existência humana. É perceptível que “reduzir a distância histórico-cultural” entre os padrões de civilização significa que Fernandes entende o quanto o capitalismo e suas instituições fazem progredir o desenvolvimento humano em geral em relação ao colonialismo. Isso significa dizer que essa cultura é parte do acúmulo histórico da “civilização ocidental moderna”, o que só pôde acontecer devido à internalização de processos econômicos, que deu às classes dominantes maiores condições de controle do sistema como um todo – contudo, sem as mesmas condições de poder que os setores e frações externas mantiveram.

Em poucas palavras, a economia agrária patrimonial constituía uma agência ímpar de captação de excedente econômico.

co. Parte substancial deste, que não se destinava à preservação do quadro produtivo escravista ou ao entesouramento, era consumida, depositada a juros ou aplicada reprodutivamente na cidade. Graças a essa conexão, a produção agrícola exportadora erigiu-se em condição do crescimento econômico interno. A divisão do trabalho social e a estrutura capitalista da situação de mercado funcionavam, em última instância, como fatores socioeconômicos da redistribuição da renda. Em consequência, o setor novo da economia absorvia parcelas crescentes do excedente econômico e convertia-se no fulcro de um novo padrão de desenvolvimento econômico (Fernandes, 1987, p. 100).

Dessas passagens, pode-se inferir que o autor descreve como as relações pré-capitalistas criaram um patamar positivo para o desenvolvimento de relações especificamente capitalistas a partir do “consumo produtivo” de excedente econômico pelo setor urbano. Esse viés da economia nacional é determinante do conjunto das relações de classe e seus conflitos, pois uma justaposição do setor novo com o antigo regime reduz muito o espaço de atuação das classes subalternas na arena política, e mesmo econômica. Essas características de ação política e econômica da burguesia nascente serão o cenário histórico persistente em todo o século XX, contra o qual os trabalhadores se debaterão tentando ter alguma voz na vida política do país.

A dependência, aqui entendida ainda como heteronomia, é parte constituinte da vida política no país, ou seja, só uma das classes consegue agir livremente, enquanto a outra é condenada ao ostracismo histórico. Diferenciando-se da história clássica das burguesias europeias, em que o terceiro estado (proletários e camponeses) foi ativamente mobilizado para as conquistas democrático-burguesas, nos países de capitalismo dependente tal não acontece:

Explica-se, assim, como uma condição nuclearmente heteronômica pudesse gerar a sua própria negação e superação. [...] Sem dúvida, esse circuito não apresentava requisitos estruturais e dinâmicos análogos aos que se formariam, na mesma época, numa economia capitalista central. Isso sig-

nifica que ele jamais conseguiria eliminar, por si mesmo, o estado heteronômico do sistema econômico global (Fernandes, 1987, p. 101).

E mais:

Por isso, a partir dele (sistema econômico global) é que se iriam irradiar a difusão e a consolidação do capitalismo. De acordo com essa interpretação, não foi nem a produção agrícola exportadora, nem a produção manufatureira ou industrial que galvanizaram, historicamente, o primeiro surto integrado do capitalismo no Brasil. *Essa função foi preenchida pelo complexo comercial*, constituído sob as pressões econômicas concomitantes do neocolonialismo, da emancipação política e do desenvolvimento urbano (Fernandes, 1987, p. 102, grifos nossos).

A interpretação do pensador paulista sobre o primeiro surto de capitalismo sendo originado pelo complexo comercial é coerente com sua análise estrutural e histórica do país. O modo de produção existente, em âmbito global, se estrutura em espaços novos partindo das realidades locais e, no caso brasileiro, do passado colonial vinculado ao mercado externo. Por isso, o comércio de importação e exportação tem um papel determinante no processo. No entanto, com o passar do tempo, as relações de produção pré-capitalistas se tornaram um entrave ao movimento de acumulação especificamente capitalista; conseqüentemente obsoletas. Torna-se necessário, agora, um novo surto de transformações. Nesse espaço de tempo, Fernandes aponta as causas materiais dessa crise:

[...] manifestou-se um processo que iria estabelecer uma dissociação mais profunda, afetando o núcleo das relações de produção (primeiro, ao nível da continuidade e da produtividade do trabalho escravo; mais tarde, no plano da administração e gestão). As pressões do mercado mundial sobre os custos sociais da produção agrária atingiram, então, o arcabouço da economia escravista. Essas pressões, vistas superficialmente, punham em causa o custo e a produtividade do trabalho escravo. [...] (Os fazendeiros) Procuraram intensi-

ficar o trabalho escravo ou combiná-lo com o trabalho livre, tentando promover a substituição paulatina daquele; concomitantemente, eliminaram todos os custos diretos ou indiretos, visíveis ou invisíveis com que a ordem social senhorial onerava a produção agrícola; substituíram ou aperfeiçoaram as técnicas agrícolas; ao mesmo tempo, modernizaram os transportes; e separaram o lar senhorial da unidade da produção, removendo os fatores de redução da produtividade que provinham das técnicas de organização e da dominação patrimonialistas da produção (Fernandes, 1987, p. 109-110).

O autor tem clareza quanto à centralidade da força de trabalho no processo de constituição de um novo patamar de desenvolvimento capitalista e passa então a analisar essa conformação da classe trabalhadora. Fernandes tem consciência da importância da produtividade do trabalho na totalidade da economia nacional e pôde, assim, apresentar uma análise acerca do perfil da classe trabalhadora.

Em consequência, as formas de acumulação de capital, adotadas predominantemente pelos imigrantes pioneiros, giravam em torno da metamorfose do trabalho em dinheiro. Isso não quer dizer que se tratasse sempre do trabalho pessoal ou de uma forma constante de trabalho. Surgiram vários “modelos” de exploração do trabalho e da mobilidade ocupacional, intencionalmente voltados para a acumulação de capital. A mais simples e conhecida diz respeito à cooperação doméstica. [...] A estreiteza da faixa monetária obrigava os fazendeiros a arranjos que redundavam, através da parceria, em suplementação in natura dos pagamentos monetários. Dada a sua orientação econômica o imigrante conseguia, por meio da produção de suas hortas: 1º) reduzir sua área como agente de consumo, preservando seus padrões alimentares em níveis de segurança e de conforto (com frequência, conforme às determinações mínimas da própria tradição cultural); 2º) desenvolver uma esfera independente de comercialização constante de bens de consumo (com as famílias numerosas) (Fernandes, 1987, p. 131).

Essas peculiaridades determinam uma capacidade adaptativa dos novos trabalhadores brasileiros ao valor dos salários pagos pelos

fazendeiros, o que faz com que esse valor da força de trabalho tenha características específicas, desde suas origens mais remotas. Ao que parece, a determinação desse valor se dá pela capacidade que uma formação social tem de produzir a mercadoria “força de trabalho”, com todos os meios de subsistência necessários à sua reprodução e, ao mesmo tempo, a capacidade de consumir essa mercadoria¹⁸. No caso brasileiro, essa característica terá grandes influências nas elaborações teóricas sobre a explicação da formação social aqui desenvolvida¹⁹.

O processo de composição do sistema de classes no Brasil é uma variável a ser levada em consideração quando se empreende localizar as determinações das formas políticas da resolução de conflitos criados por esse sistema. O mercado interno, agora principalmente de bens de consumo, assume um papel decisivo.

Favorecido pelo crescimento relativo crescente da oferta de capitais, provocado principalmente pela proliferação de agências financeiras ou bancárias estrangeiras e pelas atividades econômicas do fazendeiro – “homem de negócios”, e pelo grau de racionalidade adaptativa de sua mentalidade econômica (e não pelo teor ideal da racionalidade econômica, como se tem afirmado, pois este exigiria as condições normais de um regime capitalista integrado), o imigrante concentrou sua ação econômica em áreas que eram vitais para o aparecimento ou o fortalecimento das referidas conexões. [...]. Daí resultou uma vasta e rápida concentração de capital comercial que se refletiu, especialmente, sobre a lavoura de subsistência, a criação de gado vacum e porcino e, durante curto período, a produção artesanal, inseridas de modo regular (na maioria dos casos pela primeira vez, em termos de mecanismos monetários), no mercado interno. Quanto à produção, seja contribuindo para expandir a pequena empresa agrícola e a produção

¹⁸ Uma leitura acerca da polêmica discussão sobre a determinação do valor da força de trabalho pode ser conferida em Tumolo (2014).

¹⁹ É o caso da caracterização de superexploração vinculada a Ruy Mauro Marini; da preponderância de exploração de mais-valia absoluta na periferia, vinculada a José Martins e Jason Borba. Ambas as leituras foram criticadas por Paulo Tumolo e, por conseguinte, as compreensões distintas dessas obras e autores.

agropecuária industrial comercializada, seja imprimindo à produção manufatureira maior diferenciação e magnitude de escala. Daí também resultou uma rápida e vasta concentração de capital comercial e de capital industrial, de consequências estruturais para a expansão e a integração do mercado interno, e para redução e a modificação da pauta das importações (Fernandes, 1987, p. 134-135).

Essas mudanças levam ao entendimento de que a crise internacional pós 1929 forçou uma readequação do processo produtivo brasileiro, levando ao conhecido sistema de substituição de importações. Novamente o contexto internacional obrigou as classes burguesas internas a diversificar sua inserção no mercado capitalista, gerando um surto de industrialismo no país. Nos anos 1930, com Vargas, foi necessária a criação de bases de apoio ao capital brasileiro, não de caráter nacionalista, mas por conta de uma ausência temporária de uma associação internacional duradoura. Isso porque é sabido que Vargas flertou com o nazismo e o fascismo abertamente, inclusive copiando instrumentos estatais de controle e gestão das forças produtivas, principalmente da força de trabalho. O principal desses instrumentos é o sistema normativo sindical nacional, inspirado na *Carta del lavoro* de Mussolini, no qual as organizações de trabalhadores precisam ser autorizadas e fiscalizadas pelo Ministério do Trabalho.

Há um avanço do ponto de vista do desenvolvimento industrial no Brasil, devido ao período de crise, mas, ao mesmo tempo, há a permanência do padrão político de conciliação pelo alto. Nas palavras do sociólogo paulista,

Em consequência, o tipo de capitalismo constituído na América Latina, que floresceu graças à *modernização do arcaico*, atinge a era da industrialização em grande escala e da exportação de produtos industrializados explorando com intensidade a *arcaização do moderno* (Fernandes, 1981, p. 41, grifos nossos).

E ainda:

Contudo, não se estabeleceu “na era industrial” – como não se estabelecerá anteriormente com a produção e a exportação de produtos primários – uma relação dinâmica entre capitalismo e descolonização. Para se expandirem e consolidarem, o mercado capitalista moderno, primeiro, e o sistema de produção capitalista, em seguida, *adaptaram-se, de uma maneira ou de outra, a estruturas socioeconômicas de origem colonial ou variavelmente pré-capitalistas e dependentes*. [...] Incapaz de provocar uma revolução urbana – como foi incapaz de produzir uma revolução agrícola – o capitalismo em questão faz com que a história social do campo se reproduza na evolução das grandes metrópoles e das cidades (Fernandes, 1981, p. 42, grifos nossos).

Essa observação terá consequências para o entendimento do problema agrário brasileiro e sua relação com a questão operária. Por esse motivo, é imprescindível compreender o conjunto dos conflitos de classe e sua dinâmica interna para descrever as possibilidades revolucionárias inerentes ao processo de transformação capitalista.

Em suma, as classes sociais não podem preencher suas *funções sociais desintegradoras tanto quanto suas funções sociais construtivas sob essa modalidade predatória de capitalismo selvagem*. As classes sociais puderam preencher tais funções, nos modelos europeu e norte-americano de revolução burguesa, porque *as classes sociais submetidas à expropriação e à espoliação conquistaram o direito de serem ouvidas, de usar os meios institucionais de protesto ou de conflito, e de manipular controles sociais reativos, mais ou menos eficazes, regulando assim a sua participação social nos fluxos da renda e nas estruturas de poder*. As classes sociais falham, nas situações latino-americanas, porque operam unilateralmente, no sentido de preservar e intensificar os privilégios de poucos e de excluir os demais. Elas não podem oferecer e canalizar socialmente “transições viáveis”, porque a *“revolução dentro da ordem” é bloqueada pelas classes possuidoras e privilegiadas, porque as massas despossuídas estão tentando aprender como realizar a “revolução contra a ordem”* (Fernandes, 1981, p. 42, grifos nossos).

Primeiro, é preciso questionar até que ponto as classes trabalhadoras realmente tiveram meios institucionais para protestar nos processos clássicos, pois sabemos que os massacres não foram poucos nos EUA, França e Inglaterra – basta analisar o que aconteceu aos povos nativos apaches e kiowas do Oeste estadunidense ou a quaisquer comunards de Paris, em 1871. Nessas formações sociais clássicas, Fernandes indica existir espaço político para o conflito de classe, ainda que reativo, no entanto, ele tem consequências para a socialização política dos trabalhadores, definindo outras características do Estado Nacional. Ele se difere na formação social dependente, onde esse espaço é negado desde sua origem mais remota.

As características das formações sociais com raízes na ordem colonial, considerando o período analisado por Fernandes que vai até meados da década de 1970, não tinham ainda o sistema de classes e as forças produtivas plenamente criados e desenvolvidos em termos especificamente capitalistas, ou seja, em conjunto com os departamentos de bens de produção e de consumo. Por esse motivo, a categorização dependente tinha força explicativa, pois ela estava baseava naquele momento do desenvolvimento capitalista. Isso implica também em uma debilidade na constituição da classe antagônica a essa burguesia: o proletariado urbano-industrial.

Um desenvolvimento capitalista satelitizado não lança na arena política uma “burguesia conquistadora”; um desenvolvimento capitalista com baixa industrialização ou uma industrialização maciça incipiente não conta de imediato com um “proletariado independente”. Os elementos “objetivos” e “subjetivos” da transformação capitalista impõem, pois, um equacionamento histórico objetivo (Fernandes, 1981, p. 77).

Portanto, nessa formação social, a luta de classes tem peculiaridades que imprimem novas formas de ação política em ambos os polos do conflito. Do lado da burguesia, trata-se de diminuir ao máximo a entrada dos trabalhadores no palco político e, dessa maneira, manter o monopólio do poder político e cultural que galvaniza suas posições

privilegiadas no sistema econômico. Do lado proletário, trata-se de criar esse espaço político negado pela burguesia, num contexto onde as reivindicações mais liberais (como saúde e educação públicas) têm potencial explosivo para a ordem.

Se a burguesia brasileira, até meados dos anos de 1950, tivesse uma postura integrativa do ponto de vista interno, seria possível pensar em uma aliança de classes anti-imperialista, como pensava o PCB. No entanto, a história demonstrou o contrário, tal como a descreve Fernandes:

A nossa burguesia preferiu ser uma burguesia pró-imperialista, e com isso tivemos todos os problemas que condenam o Brasil: a incapacidade de realizar qualquer transformação social profunda dentro do capitalismo. Por quê? Porque temos algo que chamei de “apropriação dual do excedente econômico”. Duas burguesias dividem entre si a mais-valia gerada pelo trabalho, pelo sistema de produção, e graças a isso exportamos a parte maior do excedente econômico que mal lhe permite financiar a reprodução do seu sistema de produção (Fernandes, 2006, p. 223).

Entendida dessa forma, a debilidade da burguesia interna atinge um patamar no qual ela age no terreno onde exerce seu poder, qual seja o território nacional, nas fábricas e fazendas nas quais emprega a força de trabalho e utiliza a violência física e simbólica para manter a ordem. Os requisitos necessários para a implantação de novos patamares de expansão capitalistas estão dados; os modelos tradicionais são incorporados e transmutados em cálculo racional lucrativo. Entender esses pressupostos é parte fundante de uma estratégia política dos trabalhadores, pois em cada nova instituição há uma marca dessa evolução histórica e política da luta de classes. Essa historicidade nos remete ao conjunto das violências impostadas em sua materialização:

Reflexionando a fondo sobre la evolución descrita, una conclusión se impone por sí misma: el desarrollo capitalista exige ciertos requisitos históricos – en las relaciones de producción y en el crecimiento de las fuerzas productivas; en las estructuras, dinamismos sociales y tendencias de modifi-

cación de la sociedad civil, y en la organización, el funcionamiento y transformación del Estado –, y al transcurrir, aquél elimina, por su parte, estructuras, dinamismos funcionales o evolutivos superados. En la periferia esa realidad también aparece, aunque el proceso de eliminación no presenta la misma intensidad y la misma universalidad. El avance puede concentrarse más en una esfera que em otra, más en una región que en otra, más en determinados complejos de instituciones que en otros. Las clases sociales de la cima se reajustan rápidamente (o por lo menos de modo más rápido que las otras) a esa situación repetitiva, y en el fondo, mientras *pueden manejar autoprotegida y ofensivamente la violencia orgânica y pueden combinar esta forma de violencia con la violência espontânea y anômica, secretada en los intersticios del “submundo”, en el “subsuelo de la sociedad” y en las “rompientes de la miseria”, cabalgan sobre ese conocido desarrollo capitalista desigual*. La reproducción y revitalización de estructuras, funciones, complejos institucionales, procesos económicos, sociales y políticos, en tanto, vienen a ser una fuente de ventaja relativa insuperable (Fernandes, 2008, p. 174, grifos nossos).

As classes dominantes, através do Estado ou do despotismo da fábrica, podem intervir na luta de classes impedindo que a contradição entre relações sociais de produção e o avanço das forças produtivas se transformem em conflitos destrutivos da ordem, ou mesmo que lutas reformistas possam ser toleradas. Mas também demonstram que essas classes têm uma relação subordinada ao mercado mundial, ou seja, continuam determinadas em suas ações pelo polo externo da expansão da acumulação de capital.

Isso sugere que a revolução burguesa, à medida que se transita do capitalismo comercial para o capitalismo industrial e financeiro, engendra problemas crescentemente mais complexos e insolúveis na esfera da dependência econômica, cultural e política, aparecendo como inevitável a transferência de decisões vitais para os centros estratégicos das nações capitalistas hegemônicas. [...]. O que significa que só as classes sociais destituídas e o proletariado poderão forjar essa alternativa, *mas fora e contra a ordem existente*, o que

exige que suplantem a dominação burguesa interna e externa, bem como se mostrem aptos para desencadear uma revolução socialista (Fernandes, 2008b, p. 42, grifos nossos).

A reflexão final de Fernandes demonstra sua discordância com a política de alianças de classe com a burguesia, pois o que determina a ação revolucionária é a capacidade de intervir sem amarras na conjuntura de luta política pelo controle da mudança social. Na argumentação do autor, é perceptível que sua descrição demonstra a impossibilidade da burguesia ser transformadora no país. Decorre desse fato a necessidade de que os trabalhadores assumam essa condição. As formas político-organizativas e as bandeiras de luta que Fernandes propõe estão vinculadas e são derivadas desse entendimento.

Dominação externa na formação social brasileira

É importante que a descrição do capitalismo brasileiro empreendida por Fernandes seja acrescida também de sua produção sobre os padrões de dominação externa e sua compreensão de totalidade do capitalismo dependente, em que ele trata das suas consequências para a estratégia político-revolucionária. O autor apresentou quatro formas da dominação externa para explicar os processos e fenômenos que ocorrem na América Latina. A primeira é ligada ao antigo sistema colonial, descrito da seguinte forma:

Em termos jurídicos, a legitimidade de dominação tem um duplo fundamento, legal e político. [...]. Em termos sociológicos, os fundamentos legais e políticos dessa dominação colonial exigiam uma ordem social em que os interesses das Coroas e dos colonizadores pudessem ser institucionalmente preservados, incrementados e reforçados, sem outras considerações. Isso foi conseguido pela transplantação dos padrões ibéricos de estrutura social, adaptados aos trabalhos forçados dos nativos ou à escravidão (de nativos, africanos ou mestiços). Assim a combinação de estamentos e castas produziu uma autêntica sociedade colonial, na qual apenas

os colonizadores eram capazes de participar das estruturas existentes de poder e de transmitir posição social através da linhagem “europeia” (Fernandes, 1981, p. 13).

Essa forma de dominação entra em crise por vários fatores. Fernandes aponta a insuficiência de Espanha e Portugal em sustentar o financiamento para a expansão das atividades mercantis. Veneza e Holanda aportaram com recursos tecnológicos e de capital para essa expansão, tornando-se “núcleos do capitalismo mercantil”. Outro elemento de contradição com o sistema colonial eram os interesses dos crioulos, ou seja, dos pertencentes às classes dominantes nas colônias que pressionavam para ter maior poder.

Os movimentos de emancipação iniciaram-se como uma oposição radical a esse padrão complexo de exploração. Eles eram dirigidos contra as Coroas, porque somente através da independência os agentes privilegiados da economia colonial poderiam atingir os requisitos legais e políticos de sua autonomia econômica (mantidas as demais condições do sistema de produção colonial) (Fernandes, 1981, p. 14).

A segunda forma de dominação é o Neocolonialismo, que ocorreu em um curto espaço de tempo no qual as nações dominantes tinham apenas controle do mercado. Para Fernandes, “A dominação externa tornou-se largamente indireta” (Fernandes, 1981, p. 15). Nessa condição podemos entender como evoluía a constituição de novas contradições no desenvolvimento de uma economia com dinamismos próprios. O autor afirma:

O esforço para alterar toda a infraestrutura da economia parecia tão difícil e caro que esses setores sociais e suas elites no poder preferiram escolher um papel econômico secundário e dependente, aceitando como vantajosa a perpetuação das estruturas econômicas construídas sob o antigo sistema colonial (Fernandes, 1981, p. 16).

Nessa passagem, é evidente a presença de dois elementos fundantes de sua explicação sobre a dependência. O primeiro deles é a

perspectiva de uma decisão dos setores sociais, o que Fernandes aponta como uma “preferência” dessas elites. O segundo é a determinação material de tal decisão, ou seja, da incapacidade concreta de optar por outra “preferência”. A terceira forma de dominação externa surge da “reorganização da economia mundial, provocada pela revolução industrial na Europa” (Fernandes, 1981, p. 16). Tais elementos são importantes para a elucidação de uma totalidade do movimento de sua teoria e permitem apreender a ideia de uma constituição de formação social ímpar no capitalismo moderno.

Na verdade, o neocolonialismo citado acima teve uma função importante para a dinamização da revolução industrial. Ele foi uma fonte (através do “comércio triangular”) de acumulação de capital nos países europeus, especialmente na Inglaterra, e originou diversos mercados nacionais em crescimento postos sob reserva, vitais para o desenvolvimento do capitalismo industrial (Fernandes, 1981, p. 16).

Isso implica na combinação do desenvolvimento capitalista, no que tange à relação entre centro e periferia. O centro sai na frente na expropriação de capital e exporta relações desse tipo para a periferia; no entanto, isso se movimenta e o que era determinado pode virar determinante. O excedente da periferia precisa se reincorporar no processo para se transformar em capital – fluxo ininterrupto de valorização do valor.

Pode-se inferir também a necessidade que o capital, via Estados Imperiais, tem em avançar rumo a novos mercados. As navegações e as novas tecnologias são subordinadas ao processo de valorização, induzindo os complexos econômicos, políticos e culturais a serem “lançados” para o cenário global. Portanto, a mundialização do capitalismo é intrínseca à sua natureza expansiva. As relações de autonomia e dependência se definem e redefinem a partir dessa lógica incessante e insaciável e, portanto, só se pode afirmar sobre o caráter autônomo ou dependente de uma formação social num contexto específico e histórico concreto.

Quando o centro, ou as economias capitalistas avançadas, se colocam como lideranças na expansão econômica, ocorrem conflitos de interesses entre os diferentes sujeitos envolvidos.

As influências externas atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, não apenas através de incorporação maciça e direta de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e de desenvolvimento sociocultural. Assim, a dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica na América Latina (Fernandes, 1981, p. 16).

As formas de dominação se tornam mais complexas e as relações envolvidas ficam menos perceptíveis para análise, principalmente para quem as vive de forma subordinada. Isso se dá devido à imensidão do conjunto dos instrumentos e instituições envolvidas na gestão desses conflitos. Não se trata mais de uma colônia ou mercado de exportação, mas de um sistema de produção e comércio de caráter mundial. Assim, as relações de dependência e/ou autonomia se articulam a complexos jogos de poder entre as classes envolvidas nas lutas concretas pela sobrevivência humana. Os mecanismos podem ser descritos da seguinte maneira:

O controle financeiro das emergentes economias satélites tornou-se tão complexo e profundo que o esquema exportação-importação foi refundido para incluir a "integração" do comércio interno, a "proteção" dos interesses rurais ou da modernização da produção rural, a "introdução" das indústrias de bens de consumo, a "intensificação" das operações bancárias etc. Em síntese, as economias dependentes foram transformadas em mercadoria, negociáveis à distância, sob condições seguras e ultralucrativas (Fernandes, 1981, p. 17).

Mas essa continuidade de dominação externa mais complexa e densa tem consequências também profundas para os interesses das classes dominadas. Fernandes, ao expor suas formas e contradições, apresenta esse processo para entender o que materialmente determina as opções assumidas pelo capitalismo brasileiro. Assim, ele observa que o condicionamento externo reforça os interesses das classes dominan-

tes do período colonial e neocolonial, sem haver com elas uma ruptura. “Tanto para o ‘moderno’ como para o ‘antigo’ colonialismo (em termos de dominação imperialista), a integração nacional das economias dependentes sempre foi negligenciada” (Fernandes, 1981, p. 17). A burguesia associada age da seguinte maneira:

Os objetivos manifestos e latentes foram dirigidos para os ganhos líquidos, isto é, para a transferência do excedente econômico das economias satélites para os países hegemônicos. Sob esse aspecto, a “idade de ouro” do imperialismo europeu encerrou o circuito iniciado pelo antigo colonialismo e expandido pelo neocolonialismo, ambos de origem europeia, formando o burguês complacente, o equivalente histórico latino-americano do “bourgeois conquerant” (Fernandes, 1981, p. 17-18).

Podemos depreender de tal fato que as opções da classe dominante numa economia dependente são pelos “ganhos líquidos”, pouco importando o conjunto da existência social da Nação. Isso implica uma atitude ultrarreacionária e ultraelitista desses setores sociais e, por conseguinte, a completa exclusão das classes trabalhadoras dos ganhos civilizatórios possíveis numa transformação burguesa clássica. Por exemplo, no que tange a cultura, a defesa de uma escola pública e gratuita nunca foi bandeira dos “de cima”. Fernandes tira dessa conclusão uma das motivações para a Campanha em Defesa da Escola Pública, no final dos anos de 1950. Inclusive, ele não descarta a possibilidade de aliança com setores liberais e burgueses radicais²⁰, como os expressos por Fernando de Azevedo²¹.

Há ainda uma quarta forma de dominação externa, que surge a partir da soma das grandes empresas corporativas nas áreas comercial, de serviços e financeira, mas principalmente indústria leve e pesada.

²⁰ Esses setores radicais da burguesia brasileira sempre foram minoritários, com quase nenhuma interferência da vida política nacional. No entanto, são setores com certa influência nas organizações dos trabalhadores.

²¹ O texto de Fernandes sobre Fernando de Azevedo, no livro *A contestação necessária* (1995), indica bem essa aliança tática e o respeito do autor para com seus combatentes lúcidos e sinceros.

Elas representam o capitalismo corporativo ou monopolista, e se apoderam das posições de liderança – através de mecanismos financeiros, por associação com sócios locais, por corrupção, pressão ou outros meios ocupados anteriormente pelas empresas nativas e por seus “policy-makers” (Fernandes, 1981, p. 18).

Enfim, tal era o momento que Fernandes vivia ardentemente: o do capitalismo monopolista internacional. Daí decorre a sua necessidade de descrevê-lo e analisar as suas consequências para as economias dependentes. O que ele produz é uma caracterização extremamente complexa do sistema, desde os seus mecanismos de coerção até os de consentimento. Há uma totalidade envolvida na ocupação dos espaços, bem como uma garantia de impermeabilidade quanto aos trabalhadores. Não se pode conceder nenhum palmo para os adversários, pois o período é de guerra entre o ocidente capitalista e o oriente socialista, materializados entre EUA e URSS.

Três pontos são muito importantes, mesmo numa exposição sintética. Primeiro, essa tendência envolve um controle externo simétrico ao do antigo sistema colonial, nas condições de um mercado capitalista, da tecnologia avançada, e da dominação externa compartilhada por diferentes nações: os Estados Unidos, como superpotência, e outros países europeus e o Japão, como parceiros menores, mas dotados de poder hegemônico. No fundo, tal tendência implica um imperialismo total, em contraste com o imperialismo restrito, descrito acima. *O traço específico do imperialismo total consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional etc.* (Fernandes, 1981, p. 18, grifos nossos).

Essa diferenciação entre “imperialismo restrito”, ligado claramente ao período concorrencial do capitalismo em expansão na periferia,

e “imperialismo total”, já parte do período monopolista, é divisor de águas na teoria social florestaniana²².

É nítido o conjunto de instituições envolvidas na produção e reprodução desse sistema, por isso o pensador paulista apresenta as quatro formas de dominação externa. E o faz não por mecanismos simplistas ou comerciais, mas a partir de dentro, com as grandes empresas corporativas operando na formação social brasileira, ou seja, como relações de produção especificamente capitalistas. Por este motivo, só é possível compreender o modo de produção capitalista em sua totalidade de relações contraditórias, o que Fernandes, na esteira da tradição clássica, chama de desigual e combinado. Não há dependência de maneira abstrata; ela existe determinada por um conflito entre classes sociais no interior da formação social e entre diferentes formações sociais. A dupla articulação toma contornos muito nítidos. A partir do momento em que as grandes empresas estrangeiras se implantam em vários ramos econômicos, o que ocorre é a remessa de lucros para o exterior e o afluxo de tecnologias, processos industriais, pessoal especializado, para dar conta de tamanha expansão. Reatualiza-se as relações de dominação externa, mas agora com grande e decisiva participação dos setores interessados internamente. E há uma vantagem adicional: o controle do Estado Nacional e sua capacidade de gerar condições favoráveis para essa expansão.

Segundo, esse tipo de imperialismo demonstra que mesmo os mais avançados países latino-americanos ressentem-se da falta dos requisitos básicos para o rápido crescimento econômico, cultural e social em bases autônomas. Como nos outros três períodos, a implementação de mudanças é feita por pessoal estrangeiro, transplantação maciça de tecnologia e de instituições, suprimento externo de capital e de controle financeiro (Fernandes, 1981, p. 18).

²² É possível perceber a influência das influências de Rosa Luxemburgo e Vladimir Lenin na obra de Fernandes, no tocante ao conceito de Imperialismo, tema que requer uma pesquisa e análise específicas.

E ainda:

Terceiro, ele prova que uma economia satélite ou dependente não possui as condições estruturais e dinâmicas para sobrepujar nacionalmente, pelos esforços de sua burguesia (isto é, lato sensu, os setores dominantes das classes alta e média), o subdesenvolvimento e suas consequências (Fernandes, 1981, p. 18-19).

A análise acima indica uma impossibilidade da estratégia nacional para a transformação social. Ela aponta para a impotência da burguesia, devido aos seus interesses de classe e não por falta de vontade ou traição nacional. Trata-se de uma condição material que determina a ação política. Na perspectiva dos trabalhadores, isso é fundamental para a elaboração de uma estratégia revolucionária, já que não pode haver hesitação.

A ilusão de uma revolução industrial liderada pela burguesia nacional foi destruída, conjuntamente com os papéis econômicos, culturais e políticos estratégicos das elites no poder latino-americanas. Agora, uma nova imagem do capitalismo (um neocapitalismo?), da “burguesia nacional” e da “interdependência internacional” das economias capitalistas está sendo reconstruída, para justificar a transição atual e para criar a nova espécie de ideologia e de utopia burguesas dependentes (Fernandes, 1981, p. 18-19).

Esse era o debate com os intelectuais de esquerda, esperançosos em uma aliança entre os trabalhadores e a burguesia brasileira. Fernandes é um crítico dessa interpretação e, portanto, da estratégia política subjacente a ela.

No entanto, a questão do subdesenvolvimento latino-americano era, até então, o grande dilema teórico do campo intelectual, que buscava compreender como a América Latina e o desenvolvimentismo surgiam como uma óbvia oposição à estratégia do subdesenvolvimento. A compreensão de que faltava capitalismo na América Latina estava subjacente ao problema. A solução, portanto, era implantar em todo

o território mais relações mercantis, de forma que os vários problemas sociais seriam amenizados.

Nas décadas de 1950 e 1960, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), organismo ligado à ONU, passa a ter grande influência na construção de uma visão de futuro no continente, a partir dessa perspectiva desenvolvimentista. Por esse motivo, Fernandes vai se debruçar mais detidamente numa elaboração crítica dos vários conceitos utilizados pela ciência social dominante da época, o que lhe permitiu adentrar no pensamento constituído pelo materialismo histórico e, assim, se apoderar de novos instrumentos teóricos capazes de dar dinâmica a uma nova formulação teórica sobre o “desenvolvimento” no continente.

É sabido que esses anos eram de grande euforia política, de grandes mudanças revolucionárias no mundo. Sendo assim, o autor ousou galgar aprofundadas críticas às transposições mecânicas dessas vias (Cepalinas) para o caso brasileiro. É necessário que este contexto seja posto em perspectiva para podermos apreender como Fernandes entende a educação nessa conjuntura.

A grande crise do sistema capitalista, datada de 1973, também vai interferir no quadro geral de entendimento do autor. Sua volta para o Brasil depois do exílio e a publicação de seu livro *A Revolução Burguesa no Brasil*, em 1975, vai recolocar a polêmica sobre qual a estratégia mais adequada às condições nacionais para uma mudança social revolucionária.

Na apresentação do livro *Poder e contrapoder na América Latina*, publicado pela primeira vez em 1981, o sociólogo afirma: “Por isso anuí ao convite de Jorge Zahar e fiz tudo que podia para demonstrar o significado da presença proletária na revolução democrática, retratando-a com a transparência possível” (Fernandes, 1986, p. 7). Assim, ele recoloca a questão da democracia no horizonte da discussão da mudança social, ainda durante a ditadura empresarial-militar. Ele chamava esse período de transição prolongada, ou mais especificamente, de período da contra-revolução preventiva. Por esse motivo,

[...] na América Latina, não são só as revoluções que são interrompidas. As *contrarrevoluções também*. As classes burguesas dominantes são impotentes para conduzir as revoluções inerentes à transformação capitalista (Fernandes, 1986, p. 9, grifos nossos).

Desta maneira, ele delimita os movimentos das classes dominantes que, em um determinado momento, precisam “endurecer” a dominação burguesa e, em outros, podem transitar para a democracia restrita, sem perder a direção geral do processo de acumulação econômica e de poder político.

A ditadura foi um meio de impedir que a revolução nacional e democrática interferisse “negativamente” (de uma perspectiva burguesa, ou seja, univocamente nacional e imperialista) na eclosão do capitalismo monopolista; manter o máximo de ditadura possível, quando esta poderia ser reduzida a pó de traque é, por sua vez, uma forma de “segurar” a revolução nacional e democrática montante, de garantir ritmos lentos, graduais e seguros de transição política (um sonho dourado dos militares no poder que os políticos garantiram à perfeição) (Fernandes, 1986, p. 10-11).

A indicação do trecho aponta para o momento em que a Revolução Burguesa estaria consolidada: o Golpe de 1964. A partir daí, todas as mudanças sociais dentro da ordem deixam de ser alavancadoras do domínio burguês, como em outras Revoluções Burguesas, mas passam a interferir “negativamente” nessa perspectiva, do ponto de vista da especificidade brasileira. Isso implica numa nova situação para a luta de classe, em sentido socialista. A revolução nacional e democrática não é mais um vetor transformador burguês, mas sim proletário, no entendimento de Fernandes.

A nova configuração do poder burguês leva o autor a realizar sínteses explicativas que produzem uma nova formulação sobre as possíveis fissuras do sistema. A principal delas é a potencialidade da reivindicação pelas chamadas pautas democráticas e populares.

Democracia e Capitalismo Dependente

Uma questão polêmica na obra de Florestan Fernandes é a questão da democracia. Ao apresentar a origem do capitalismo dependente, o autor vê como necessário um conjunto de categorias teóricas para a apreensão da totalidade da formação social brasileira, como autocracia, burguesia dependente, proletariado em formação, padrões de dominação externa etc. Nessa construção teórica, a forma política tem uma importância marcante nas sociedades dependentes. É dessa perspectiva que Fernandes analisa a democracia no Brasil; de um ponto de vista histórico e concreto, ou seja, de como a forma política está repleta de conteúdo econômico; em outras palavras, a partir da perspectiva de relações de produção e forças produtivas materiais de caráter capitalista.

As burguesias dos países capitalistas atrofiados (ou subdesenvolvidos) defrontaram-se com os riscos da revolução nacional em verdadeiro estado de pânico, como se ela fosse uma catástrofe social. Como não podiam impedi-la (isso é impossível sob o capitalismo), movimentaram-se dentro da obscura selva da razão do “mundo moderno”, convertendo a dominação burguesa em si mesma numa força social totalitária e o Estado nacional em instrumento político institucionalizado dessa força. [...]. Esta modalidade de revolução burguesa não busca autonomia do crescimento econômico capitalista, mas crescimento econômico rápido (ou tão rápido quanto possível) nas condições permanentes (embora constantemente renovadas, a partir de fora e de dentro) do capitalismo dependente. [...]. *Assim, para atingir seus fins, a dominação burguesa dissocia a revolução econômica da revolução política, o que faz com que a revolução burguesa fique representando um deslocamento totalitário de poder de classe, que elimina, de fato ou de direito (ou de fato e de direito), o resto da sociedade do espaço político e suprime os ritmos turbulentos da história, proscrevendo o conflito social* (Fernandes, 1995, p. 126, grifos nossos).

A inexistência desse espaço político é uma polêmica na formulação estratégica socialista, pois abrir esse espaço parece ser uma tarefa proletária e não mais burguesa. É preciso debater mais categorias para

aprofundar esse elemento democrático, como a relação entre as formas políticas – no caso, a democracia com o desenvolvimento econômico.

Em uma sociedade de classes, nem o desenvolvimento econômico nem a democracia constituem um fim em si e para sim. [...]. Quando uma classe (ou um conglomerado de classes) destrói esse enquadramento nacional por meios revolucionários ou contra-revolucionários, ela (ou ele) se sobrepõe e se antepõe ao todo. Então, cumpre indagar quais são as consequências do processo, aonde ele leva. Ora, quando a ruptura se dá por via contra-revolucionária, o polo democracia é, pelo menos enquanto durar tal deslocamento do poder de classe, sufocado em favor do polo desenvolvimento (Fernandes, 1995, p. 129).

Fica muito nítida a compreensão do autor quanto às “escolhas” políticas da burguesia brasileira. Não se trata de uma “vontade” que guia as decisões, mas sim de um processo de longa duração amalgamada no Estado e com duras consequências para as classes trabalhadoras. A direção do desenvolvimento econômico, na revolução burguesa não clássica no Brasil, tomou os rumos não democráticos devido a uma série de fatores históricos e políticos. Não há automatismos na história. A democracia foi necessária como reivindicação burguesa numa sociedade em que uma ampla aliança era necessária para derrotar antigos grupos dominantes. Na periferia atual, isso não foi necessário, portanto, a democracia também não.

Desse ponto de vista, o espaço político necessário para a maturação de conflitos entre as classes é tolhido, mesmo nos estreitos limites dentro da ordem. Para que as classes trabalhadoras possam manejar a luta política de maneira a avançar em reivindicações básicas, é preciso localizar com correção o papel da sua antagonista: a burguesia. Em outras revoluções não clássicas também ocorreram problemas similares.

Os estudos de Lênin sobre o papel da burguesia antes, durante e depois da revolução de 1905, na Rússia, foram os primeiros a abrir um novo caminho da análise histórico-sociológica. Eles revelaram que, em certas condições concretas, a

burguesia pode não dispor de espaço político para promover a criação de uma democracia burguesa e para transformar a revolução nacional no eixo político da industrialização (Fernandes, 1995, p. 133).

E mais:

A diferença básica consiste, portanto, em que essa burguesia só é débil para promover a revolução burguesa segundo o modelo “clássico”, nacionalista-democrático. Ela é bastante forte para preservar o seu poder real, usar o Estado nacional para se proteger e, especialmente, para estabelecer políticas econômicas que assegurem continuidade e aceleração do crescimento econômico sem maiores repercussões no grau de democratização e de nacionalização das estruturas do poder (Fernandes, 1995, p. 134).

É evidente que a opção teórica por Lenin indica a perspectiva de democracia a que Fernandes se afilia. É nítida a influência da análise sobre as revoluções socialistas em sua interpretação da transformação capitalista no Brasil. Assim como o líder russo, o sociólogo paulista está em busca de uma análise concreta da via brasileira para o socialismo e, portanto, precisa (novamente como Lenin) de uma rigorosa teoria sobre o capitalismo brasileiro. Ele ainda vai mais longe, ao fazer perguntas que colocam o devir histórico sempre em pauta:

Diante de semelhante quadro, a pergunta frequente do sociólogo: “quem aproveita a transformação capitalista? ”, responde-se a si mesma. Os dois polos da dominação burguesa, representados pela burguesia das nações capitalistas hegemônicas e pela grande burguesia brasileira, e as classes médias que fornecem os quadros humanos da burocratização e da tecnocratização das estruturas do poder (inclusive estatal), é que se beneficiam, direta e imediatamente, da aceleração do desenvolvimento capitalista. As demais classes ficaram na penumbra e serão contempladas de modo muito lento e desigual, à medida que os efeitos indiretos da transformação capitalista descrita atingirem todas as funções integrativas e classificadoras do mercado e do sistema de produção sob o capitalismo (Fernandes, 1995, p. 136).

Fernandes dá início ao esboço da sua perspectiva acerca da impossibilidade da realização completa de certas reivindicações dentro do capitalismo dependente, por conta do perfil da burguesia autocrática e da forma política montada no Estado Nacional. No entanto, ele prevê a lentidão de uma eventual contemplação de direitos pela via da aceleração do desenvolvimento capitalista, ou além da lentidão, uma desigual distribuição de recursos advindos dessa aceleração, o que brilhantemente ilumina os dias atuais.

3

A FORMULAÇÃO ESTRATÉGICA DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA NO BRASIL

Total fidelidade ao marxismo não pressupunha a "repetição de Marx", ou a ossificação da dialética, e sim, a busca de caminhos novos, que só o marxismo podia desvendar, desde que aplicado de forma precisa, exigente e imaginativa, como um saber vivo, em intrínseca conexão com a vida

Florestan Fernandes (1978, p. 15)

No livro *O que é revolução*, de 1981, Florestan Fernandes faz uma rica e detalhada análise do processo de mudança social brasileiro, apontando, também, o seu caráter de classe. A partir dessa compreensão, ele indica quatro grandes momentos desse processo: 1) o de calibrar as palavras; 2) o de agir dentro da ordem; 3) o de conquistar o poder; e 4) o de iniciar a transição socialista após conquistar o poder. Da compreensão desses quatro momentos e de suas articulações é possível derivar o entendimento de sua formulação estratégica.

No primeiro, ele aponta que é preciso localizar a atuação das classes em luta, descrever seus interesses e elucidar como a ação burguesa se materializa. No Brasil, de acordo com Fernandes,

[...] [se] a massa dos trabalhadores quiser desempenhar tarefas práticas específicas e criadoras, ela tem de se apossar primeiro de certas palavras-chave (que não podem ser com-

partilhadas com outras classes, que não estão empenhadas ou que não podem realizar aquelas tarefas sem se destruírem ou sem se prejudicarem irremediavelmente). Em seguida, deve calibrá-las cuidadosamente, porque o sentido daquelas palavras terá que confundir-se, inexoravelmente, com o sentido das ações coletivas envolvidas pelas mencionadas tarefas históricas (Fernandes, 1984, p. 9-10).

O segundo, na avaliação do autor, é marcado pela ação conservadora da burguesia brasileira no interior da própria transformação capitalista. Ou seja, ela não é capaz, de acordo com essa análise, de concretizar as palavras de ordem liberais, dentre elas, a revolução nacional e a democrática¹. Por esse motivo, quaisquer reivindicações operárias dentro da ordem tornam-se explosivas. Portanto, a classe dominante não pode ceder aos dominados, pois isso provocaria o risco de sua própria destruição. Dessa maneira, caberia aos dominados abrir o espaço político por dentro da ordem e reivindicar avanços imediatos e democráticos, ligados diretamente à existência cotidiana.

Diante da impossibilidade de a burguesia ceder às reivindicações democráticas, surge o terceiro momento: a conquista do poder, ou seja, a derrubada da burguesia e subsequente alçamento do proletariado à condição de controle do Estado. Isso só seria possível quando os diferentes sujeitos organizados elevassem ao máximo as ações dentro da ordem, dos quais são momentos exemplares as lutas por escolas públicas de qualidade, por saúde pública, por reforma agrária, por reforma urbana, por melhores condições de trabalho etc.

O quarto momento é o mais complexo. Ele implica que somente após a conquista do poder, a nova classe dominante poderia exercer o seu poder para acabar com os fundamentos da exploração e da opressão. Ou seja, apenas com o uso do Estado a seu favor o proletariado iniciaria o aniquilamento das relações sociais determinantes da forma social do capital: a propriedade privada dos meios de produção, a divi-

¹ Os dois conceitos serão problematizados em detalhes adiante.

são de classes e do próprio Estado.

Os quatros momentos diferentes se entrelaçam pela ação determinante das classes em luta. Cada passo é seguido de uma reação do inimigo em conflito, portanto, ele é resultante de um jogo complexo de análise da realidade e, conseqüentemente, da correlação de forças.

Dessa maneira, a construção de uma ferramenta de análise poderosa é fundamento da formulação estratégica. Tal é o motivo que nos leva a pensar que a interpretação do Brasil elaborada por Fernandes é o fundamento de sua compreensão da estratégia da revolução brasileira. Ao discorrer sobre a compreensão dessa realidade e do capitalismo subjacente a ela, fica claramente notável uma intencionalidade no professor Florestan Fernandes: a certeza de que sua sociologia é militante. A afirmação contém uma imprecisão, ao que parece, pois não é uma intencionalidade do método de pesquisa, mas sim uma visão do papel do intelectual nas sociedades de capitalismo dependente.

Para materializar essas mudanças profundas na sociedade é preciso que a leitura das contradições geradas pelo capitalismo seja incorporada pelas organizações de classe. Para isso, é fundamental uma ação dirigida com precisão e objetividade, além de uma estratégia política e revolucionária baseada na ciência social mais avançada.

Se a calibragem das palavras tem tanta importância, de acordo com a discussão do sociólogo paulista, um elemento teórico importante nessa análise é evidenciar o conceito de “estratégia”.

Segundo Clausewitz (1996), general alemão que tornou clássica a atual compreensão sobre o termo, em seu livro *Da guerra*,

[...] a condução da guerra é a formação e a condução da luta. Se esta fosse um ato único, não haveria necessidade de mais qualquer subdivisão, mas a luta compõe-se de um número maior ou menor, de ações separadas, completas em si mesmas que chamamos de combates, como mostramos no primeiro capítulo do primeiro livro, e que todos juntos formam novas unidades. Daqui resulta as suas atividades

completamente diferentes, a da formação e condução destes combates singulares de per si, e a combinação de uns com os outros tendo em vista o objetivo final da guerra, ao primeiro dá-se o nome de tática e ao outro de estratégia (Clausewitz, s/d, grifos nossos).

Da compreensão rigorosa de tática e estratégia depende boa parte da elaboração teórica e prática do movimento revolucionário. A discussão sobre a estratégia revolucionária precisa, necessariamente, situar com clareza quais são os combates e os objetivos táticos de forma que a combinação deles resulte numa estratégia para alcançar o objetivo estratégico. Cada uma dessas ações não pode ser confundida com a outra, sob o risco de embaralhar a compreensão entre os meios e os fins. Grosso modo e empiricamente, é possível afirmar que as produções de organizações políticas, e também de teóricos marxistas nos dias atuais, contêm a afirmação de que a estratégia é socialista.

No entanto, desenvolvendo a perspectiva de Clausewitz (1996), é possível concluir que o socialismo é um objetivo estratégico e não a estratégia. E mais, que ele é apenas uma transição para alcançar outro objetivo estratégico, o comunismo. Assim, a condução da luta de classes, entendida por Fernandes como uma “estratégia global”, precisa ser apropriada de maneira integral. O risco que se corre ao não realizar essa complexa tarefa em sua totalidade é apreender a produção teórica do autor de maneira parcializada e, portanto, estéril para a luta política revolucionária.

Como visto anteriormente, a educação, para Fernandes, tem um papel importante na estratégia revolucionária, decorrendo daí a importância de situar qual o seu papel em nível tático e estratégico. Mais uma vez, é importante retomar o general alemão: “De acordo com a nossa classificação, portanto, a tática é a teoria da utilização das forças militares em combate. Estratégia é a teoria da utilização dos combates para alcançar o objetivo da guerra” (Clausewitz, s/d). Seguindo essa categorização, tornam-se possíveis os seguintes questionamentos: como Fernandes formula sua estratégia global rumo ao socialismo? Como se

coloca a questão do poder? Qual a importância da educação como tática ou como estratégia em sua produção teórica?

Para responder, ainda que parcialmente, a essas questões, é preciso retomar a apresentação das categorias explicativas da realidade brasileira e latino-americana. Na medida em que se objetiva localizar o papel da educação nesses processos de mudança social, especificamente, de mudanças revolucionárias, é preciso ater-se à compreensão do autor sobre as estratégias político-revolucionárias necessárias nos diferentes momentos para a realização de um projeto socialista.

Estratégias revolucionárias

Fernandes compreende a intencionalidade da ação humana na produção da história, mas isso não se dá no vazio, ou ao acaso, e sim dentro de determinadas tendências e conflitos. “O importante e decisivo não está no passado, remoto ou recente, mas nas forças em confronto histórico” (Fernandes apud Cardoso, 1987, p. 242). Saber quais são essas forças em confronto é parte fundamental da tarefa científica e transformadora. Ao pensar sobre a mudança social é necessário precisar o contexto da formação social onde ela ocorre. Em sua pesquisa, o sociólogo paulista busca compreender o movimento do capital na particularidade brasileira e verificar onde esse desenvolvimento é mais completo. Daí seus estudos sobre a região de São Paulo, pois é nessa capital que está o capital.

É evidente que Fernandes está seguindo o caminho metodológico herdado de Marx e Engels, procurando no mais alto grau de desenvolvimento da relação social determinante os nexos explicativos da vida social. Ao buscar categorias analíticas e descritivas sobre a possibilidade de revolução, ele as encontra em Marx, em uma passagem de sua Introdução a *Contribuição para a crítica da economia política*, que apresenta o momento em que podemos ler as mudanças qualitativas de determinada sociedade.

O resultado geral a que cheguei e que uma vez obtido serviu de fio condutor aos meus estudos pode resumir-se assim: na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência. *Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em obstáculos a elas. E se abre, assim, uma época de revolução social* (Marx, 1978, p. 135, grifos nossos).

Nessa passagem, Marx nos brinda com uma teoria da mudança social, ou melhor, uma teoria da revolução em *statu nascenti* que só pode ser compreendida com o conjunto de sua obra interpretativa do modo de produção capitalista. A menção das formações econômicas sobre as quais se erguem superestruturas jurídicas e políticas é a antessala para a afirmação de que na produção da vida, existem relações que são necessárias e independentes da vontade dos sujeitos. Portanto, elas são os contextos nos quais os indivíduos não escolhem como viver, seja numa sociedade com relações de produção escravistas, servis ou assalariadas.

Em seguida, há a descrição da abertura de um processo de revolução social no momento em que as forças produtivas se chocam com as relações de produção. Exemplificando, podemos dizer que isso ocorre quando a vida não flui e as formas de produção da existência ficam ameaçadas – onde há comida, mas também há fome; onde há

vacinas, no entanto, as crianças morrem; onde existem alternativas, mas é decretado, de maneira fugidia, o fim da história. O trecho deixa explícito um conjunto de categorias que podem explicar o movimento de transformação da realidade ou, de outra maneira, os momentos em as revoluções se tornam possíveis. Marx e Engels produziram essa elaboração de acordo com a realidade material da revolução burguesa, entretanto, deriva disso uma compreensão dos choques entre as classes como o motor da história.

É possível perceber a existência de uma teoria da revolução, em sentido marxista, inerente à obra de Fernandes, cuja descrição teórico-política se dá a partir da análise do capitalismo brasileiro e latino-americano. Sua contribuição para o movimento revolucionário se dá na medida em que ele investiga os elementos concretos dessas formações sociais, arrancando do solo material as contradições específicas do modo de produção capitalista. O autor estabelece um debate com a produção de Marx e Engels, indicando importantes fontes para a pesquisa de sua compreensão de história em processo e da revolução como movimento prático-político de classe. Esse diálogo se dá, principalmente, por meio das Introduções da coleção *Grandes Cientistas Sociais*, da editora Ática, como fica evidente no trecho a seguir:

A questão que se deve colocar aqui, como questão essencial, é clara: podia existir uma consciência revolucionária da história em uma sociedade capitalista que enfrentava os transe da revolução burguesa (Inglaterra e França) ou se debatia com a impotência da burguesia para soltar a sua revolução (Alemanha) sem surgir uma classe capaz de opor-se, como e enquanto classe, contra a ordem existente e encetar seu próprio movimento político revolucionário? (Fernandes, 2012, p. 29).

O excerto evidencia a compreensão complementar das classes em formação, segundo a qual somente é possível descrever a ação burguesa em conjunto com a ação/reação operária. Como já indicado anteriormente, Fernandes situa a “fragilidade” burguesa em correlação com a “fragilidade” operária. Assim, o questionamento acima, no qual está implícita

a necessidade de uma potência de classe intrínseca ao desenvolvimento de relações capitalistas, encaixa-se na formação social brasileira como um dilema: como ter uma consciência revolucionária em um contexto autoritário? A resposta é dada pela própria história, na medida em que as relações capitalistas unificam os trabalhadores nas cidades e submetem todas as outras relações ao poder e à lógica do capital. Isso se desdobra em uma concentração e centralização das forças proletárias, sem que represente um salto de qualidade em sua organização de forma espontânea.

Pelo viés da burguesia, as coisas se resolvem pela via nacional. Para o autor paulista, é a luta de classes o eixo organizador para se pensar o capitalismo. As expressões nacionais são mecanismos para a expansão das relações de produção mercantis. Como já isto, durante a expansão capitalista no Brasil, essa classe é dominante sem ser revolucionária e, por isso, sua forma de dominação requer o elemento político superconcentrado – nesse caso, o Estado.

Nesse quadro histórico, somente uma teoria capaz de captar o movimento de transformação da realidade pode contribuir para a elucidação das contradições e do sentido da mudança na sociedade brasileira. A luta de classes na ótica marxista é o fundamento da perspectiva de Fernandes, como indica a passagem a seguir, comentando sobre Marx:

Tal como convinha a alguém que enunciava a teoria da revolução social inerente à consciência de classe e ao futuro político do proletariado, dos quais participava intimamente – como militante proletário, como cientista social e como estrategista do movimento socialista revolucionário. O que interessa, aqui, é que o centro de gravidade de uma posição de classe, *por ser a posição de uma classe revolucionária em ascensão histórica*, assegurava ao cientista social uma extrema autonomia. Ele não precisava curvar-se às deformações ideológicas impostas pela ordem. Tampouco estava sujeito a novas deformações, porque uma classe social revolucionária não pode travar e vencer seus combates freando a contribuição da ciência ao alargamento e ao aprofundamento de sua consciência histórica e de sua capacidade de ação coletiva histórica (Fernandes, 2012, p. 33, grifos no original).

Essa autonomia só pode ser alcançada na medida em que o militante operário está em movimento de ascensão histórica, em identidade com a classe revolucionária – o proletariado. Por esse motivo, compreender a formulação estratégica de Fernandes pressupõe compreender a teoria da revolução em Marx e Engels.

Fernandes debate com um texto aparentemente conjuntural de Marx e Engels, datado de 1850: a *Mensagem da Direção Central à Liga dos Comunistas*. Com o desenrolar das experiências de transição socialista do século XX, essa obra tornou-se um clássico da teoria e da estratégia revolucionária, cujos principais pontos são sintetizados por Fernandes, tal como pode ser observado do trecho seguinte.

(Mensagem da direção central à Liga dos Comunistas de 1850) uma circular política de K. Marx e de F. Engels. Nela surge a ideia de “revolução permanente” e a condenação mais completa das práticas burguesas e socialistas reformistas. Além disso, o texto é importante em virtude da análise histórica de situações concretas, evidenciando o quanto a prática subversiva foi decisiva para moldar a consciência revolucionária e vice-versa (Fernandes, 2012, p. 35).

O autor busca uma teoria da revolução, a partir da compreensão de Marx e Engels, capaz de expressar uma orientação política concreta para o proletariado e sua organização revolucionária. O seu critério básico é entender o padrão da luta de classes em uma determinada sociedade e apreender o devir possível, traçando cenários e antecipando as intervenções concretas. Tal é sua compreensão acerca da ação do proletariado:

Uma classe revolucionária, mas que se encontra ainda subdesenvolvida e fraca – como ocorria com o proletariado alemão -, descobre na prática subversiva um meio privilegiado de confrontação com as “ilusões da democracia” e de auto aperfeiçoamento (sic) através da luta de classes. O texto recomenda os dois níveis de luta do “partido operário” – o *legal* e o *secreto* – mas se constrói levando em conta o primeiro nível e os seus desdobramentos nas relações do pro-

letariado com a pequena burguesia (embora, naturalmente, a atividade da Liga Comunista fosse altamente secreta e, por natureza, subversiva) (Fernandes, 2012, p. 65, grifos nossos).

Fernandes deixa clara sua contrariedade com as “ilusões da democracia” e apresenta o caráter organizativo e operacional do partido, a partir de *Mensagem*. A forma de organizar os trabalhadores em uma sociedade em transição precisa ter um elemento público, a parte legal, que se comunica direta e abertamente com a classe operária, e demais segmentos sociais com interesses semelhantes. No entanto, ela não pode excluir a parte secreta, pois se trata de planejar a revolução que destruirá a totalidade dessa sociedade e seus fundamentos. Isso significa que os aliados de hoje serão os inimigos de amanhã e, sabendo que na luta de classes os inimigos também jogam, é preciso estar preparado antecipadamente para esse cenário. No caso dessa transição de caráter democrático-burguesa, uma das ações do inimigo, a pequena burguesia, é a incorporação de todas as classes no processo de democratização da participação política no Estado e em algumas de suas instituições. Nesse caso,

[...] os proletários não deveriam deixar-se corromper “com esmolas mais ou menos veladas” e tampouco deveriam trocar uma “melhoria temporária de sua situação” pela debilitação de sua própria força revolucionária. A *questão que sobe à tona é a das duas revoluções em presença*. A pequena burguesia tentava fortalecer e acelerar uma débil revolução democrático-burguesa. O proletariado constituía a única classe que poderia ser portadora de uma nova revolução social. Nesse contexto histórico, o que era um fim para a pequena burguesia, não passava de um meio para o proletariado. Assim se coloca o tema da revolução permanente: os benefícios da revolução democrático-burguesa não deviam desviar os proletários de sua própria revolução (Fernandes, 2012, 65-66, grifos nossos).

Nessa passagem, Fernandes apresenta uma controvérsia entre os marxistas, que é também uma das principais questões políticas concretas da formulação estratégica nas revoluções do século XX: a

concomitância de duas revoluções. De um lado, a revolução burguesa em ascensão; de outro, a proletária, em gestação. Essa questão tem suas raízes na análise das contradições entre as forças produtivas materiais e as relações sociais de produção. A seguinte passagem do prefácio de *Contribuição à crítica da economia política*, de Marx, apresenta a possível raiz da polêmica:

Uma formação social nunca parece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade” (MARX, 1978, p. 130).

Uma possível interpretação, herdeira do stalinismo da III Internacional, afirma que as transformações revolucionárias só ocorrem quando a estrutura econômica estiver saturada de desenvolvimento de forças produtivas. Por esse motivo, nessa fase da revolução, ela indica uma política de alianças pré-socialistas com a burguesia. No entanto, outra interpretação possível indica que as relações de produção de novo tipo, já incubadas no seio da antiga sociedade, viabilizam ações de caráter socialista. Essa interpretação se aproxima da leitura do partido bolchevique sobre a revolução. A saída para esse dilema é fornecida por Lenin e está diretamente ligada às chamadas condições subjetivas da revolução proletária.

Ainda nos termos de *Mensagem* sobre a necessidade de o proletariado manter-se independente, podemos verificar em Fernandes a seguinte afirmação:

Marx e Engels não endossavam as vantagens e as facilidades de uma união e de uma conciliação cegas. [...] O objetivo central, no seu plano tático, não eram as vantagens imediatas e a sua magnitude, mas a “posição independente” conquistada pelo proletariado, que poderia ser arruinada (Fernandes, 2012. p. 66-67, grifos nossos).

Para garantir tal independência, é necessário um poder que ema-

ne da própria classe e que não seja simples representação, mas efetivo movimento de contraposição à burguesia e seu Estado. Portanto,

[...] a saída pela “*dualidade de poderes*” é recomendada enfaticamente. Além das pressões necessárias para manter a pequena burguesia e o governo sempre acuados e dispostos a rodopiar de concessão em concessão, é proposta a formação, ao lado dos “governos oficiais”, de governos “revolucionários operários” (sob a forma de comitês e de conselhos municipais e de clubes operários e de comitês operários). *Mesmo a defesa armada* independente da classe operária é mencionada entre as condições ativas de resistência e combate à democracia burguesa. *As diferenças de objetivos impõem diferenças de métodos de luta revolucionária* (Fernandes, 2012, p. 67, grifos nossos).

Fica cada vez mais clara a perspectiva altamente subversiva que Fernandes encontra no texto de Marx e Engels. O duplo-poder armado é a forma de a classe trabalhadora enfrentar o poder da burguesia e, assim, constituir-se como alternativa no devir histórico, inclusive enfrentando diretamente a democracia burguesa. O que nos permite dizer que não está presente, em Fernandes, qualquer ilusão democrática, ou o que seria o mesmo, dizer que sua obra é uma defesa do Estado Democrático e de Direto.

A afirmação do duplo-poder configura-se como uma sociedade em *statu nascenti* e só pode realizar-se na medida em que superar a fragmentação da produção capitalista como autogoverno operário. Para a materialização desse fenômeno, Fernandes afirma:

O problema básico, aqui, é o da centralização do poder de classe, do revigoramento e desenvolvimento do partido operário e da existência de condições para que o proletariado possa “opor-se energicamente aos democratas pequeno-burgueses” (Fernandes, 2012, p. 67, grifos nossos).

A questão da centralização do poder e do partido tem relação direta com a história de lutas em determinada formação social. No caso da Alemanha do final do século XIX, ainda não unificada, significava

um avanço civilizatório grandioso, mas era fruto da ação do capital em desenvolvimento. No caso do proletariado alemão, tratava-se de aproveitar esse avanço para impulsionar suas tarefas. No caso da Rússia, no início do século XX, era uma necessidade de infringir um golpe certo e direto na autocracia czarista, sem cair em qualquer ilusão constitucional, como dizia Lenin, corroborado por Fernandes.

Em determinado ponto do transcurso histórico das revoluções burguesas, a burguesia, por meio do Estado, pôde alterar sua forma para tentar cooptar parte das exigências da sociedade de classes. Ela pôde fazer isso por meio de aberturas democráticas, como por exemplo, as eleições. Nesse momento de luta entre as diferentes forças políticas pelo controle da transformação, Marx indica que o partido operário deve participar do processo. No entanto:

Sem temer “o triunfo da reação”, o partido teria, assim, um amplo campo político para lutar por vários tipos de medidas democráticas e “mais ou menos socialistas”, até chegar o momento de “propor medidas diretamente socialistas” (a circular arrola os tipos de medidas) (Fernandes, 2012, p. 68).

Essas medidas, mais ou menos socialistas, são definidas pelo grau de autonomia alcançado pelo proletariado em movimento. Entende-se, assim, que se ainda não estiverem criadas as condições subjetivas para impor derrotas ao inimigo, seguramente retrocede a patamares inferiores de luta e consciência de classe, como demonstrou na história as experiências alemã, nos anos 1918 e 1923; italiana, entre 1918 e 1919; e iugoslava, no final dos 1980.

Em síntese, tais são alguns pontos que se destacam na análise de Fernandes, a partir do qual deriva uma teoria da revolução:

1. A delimitação do caráter da revolução *in flux*, ou seja, qual o grau de contradição entre as forças produtivas e as relações sociais de produção, comparando e descrevendo as diferentes experiências históricas;
2. A revolução é permanente, ou nos termos leninianos, a revolução é ininterrupta;

3. Constituir uma organização própria, independente e autônoma;
4. Essa organização deve possuir um caráter legal e também secreto;
5. Estruturar o duplo-poder nas suas diversas possibilidades históricas, inclusive armada;
6. Ação dentro da ordem (medidas democráticas) e contra a ordem (medidas socialistas), ou seja, uma concomitância de revoluções.

Esses elementos indicam que Fernandes trabalha teórica e politicamente com uma lógica subversiva, desenvolvendo em suas formulações o aprofundamento da estratégia socialista de revolução com base na teoria marxista e leninista.

A questão posta é fundante da problemática revolucionária nas transformações capitalistas, tanto as clássicas como nas não clássicas. E, partindo da teoria produzida por Marx e Engels, Fernandes vai derivar a sua própria formulação estratégica para a revolução proletária nos países periféricos e dependentes. Ela nasce da aprendizagem histórica da luta de classes, primeiro junto à burguesia, no momento de derrota do antigo regime e, depois, contra a burguesia rumo à construção do socialismo.

K. Marx e F. Engels estabelecem um paralelo entre o “movimento burguês” e o “movimento operário”. [...] A analogia localiza, apenas, o objetivo da luta de classes e a relação histórica que torna uma classe oprimida revolucionária. O princípio histórico explicativo nasce da situação histórica que está sendo vivida e do seu movimento para a frente, ou seja, das condições objetivas através das quais os proletários se organizam em classe e chegam ao patamar histórico de sua autonomia como classe, atingindo, assim, a “hora decisiva” da luta de classes, a conquista do poder, a “dissolução da classe dominante”. Esse processo histórico, que nasce da “sociedade antiga” e terá de desenrolar-se e amadurecer dentro dela, até explodir e engendrar a “sociedade nova”, é que deve merecer a maior atenção (Fernandes, 2012, p. 142).

A explosão da sociedade antiga e o surgimento da nova exigem que os objetivos de classe fiquem claros. Se a burguesia tiver a direção

política do processo, seus interesses serão vitoriosos e, se o proletariado alcançar independência, poderá derrotar a burguesia e instaurar suas próprias formas de organização social. Nesse sentido, parece que Fernandes busca na história as experiências e teorias exitosas para fortalecer a perspectiva dos trabalhadores. Surge aqui a exigência de o autor estudar as experiências revolucionárias, dentre elas as da Rússia e de Cuba.

A influência da Revolução Russa

A experiência da Revolução Russa teve grande impacto na esquerda brasileira². Em Fernandes, isso assume uma característica ímpar que o leva ao estudo sistemático da obra de Lenin. Crítico do estalinismo, o autor incorpora a perspectiva histórica e política do revolucionário russo.

No intento de sumarizar as contribuições de Marx e Engels, foi produzida, no interior da *Coleção Grande Cientistas Sociais*, uma edição sobre o pensamento de Lenin, na qual Fernandes é o organizador e escreve uma Introdução. Nesse texto, ele apresenta um conjunto de ensinamentos do líder bolchevique para os revolucionários modernos, incorporado, ao que parece, na formulação estratégica elaborada por Fernandes.

Fernandes afirma: “O marxismo, depois de Lenin, não é mais a mesma coisa, porque ele incorporou um “modelo” de como passar da ditadura burguesa à ditadura do proletariado” (Fernandes, 2012, p. 232). Essa primeira afirmação já impõe um patamar de diálogo diferenciado com a teoria da revolução, pois incorpora de Lenin a experiência concreta da Revolução Russa e todos os seus ensinamentos políticos.

Atento às estruturas de poder e aos efeitos da dominação de classe inerentes à democracia burguesa, Lenin chegou rapidamente à conclusão de que a revolução proletária possui

² Uma exposição mais detalhada sobre a temática pode ser conferida no livro *História do Marxismo no Brasil - Vol. 1* (2007), de João Quartim Morais.

um padrão histórico. *Em contraste com a revolução burguesa, ela não pode iniciar-se antes da tomada do poder pelo proletariado e da dominação da maioria.* Por isso, o problema estratégico da luta pelo poder tinha de ser proposto em termos do uso revolucionário do espaço político que a classe operária pode conquistar e manejar com relativa autonomia, legal e ilegalmente, no seio da sociedade de classes. Como *a dominação burguesa também implica socialização ideológica e política do resto da sociedade pela burguesia*, tal uso do espaço político impunha, naturalmente, certas condições básicas: 1) formação de uma minoria contestadora fortemente organizada, capaz de atuar legal e ilegalmente, sem vacilações, como vanguarda revolucionária da classe operária; 2) a ruptura com todas as formas diretas ou indiretas e visíveis ou invisíveis de acomodação à ordem democrática burguesa; 3) *a educação política do proletariado e, na medida do possível, das massas pobres e da pequena burguesia, através de situações e de reivindicações concretas, do desenvolvimento da consciência de classe e da agudização (nos níveis econômico, sociocultural e político) dos conflitos de classe* (Fernandes, 2012, p. 233-234, grifos nossos).

Essa passagem contém uma contribuição sintética para o pensamento revolucionário, pois aponta elementos concretos de intervenção na conjuntura política. A importância do pensamento inerente à questão educacional indica que a socialização ideológica e política ocorrem durante a luta de classes, em seus aspectos imediatos. Ou seja, é através de reivindicações concretas que ocorre a educação política do proletariado. Além disso, o autor não deixa de destacar o uso do espaço político ainda dentro da ordem, pois é só depois da conquista do poder que se torna possível avançar à transição socialista. Decorre daí o fato de as tecnologias de conquista do poder ser de suma importância ao pensamento florestaniano.

A sumarização dos elementos da Revolução Russa e do pensamento de Lenin deixa explícito o patamar concreto da luta de classes no século XX, especificamente em sociedades de transformação capitalista não clássica – os chamados “elos débeis” do sistema, onde não haveria o desenvolvimento de todas as forças produtivas, mas

que apresentaram situações políticas aos revolucionários capazes de fazer avançar a luta de classes em favor do proletariado. Os exemplos da Rússia, China e Cuba são afirmativos dessa caracterização. Todas elas são situações revolucionárias surgidas em países que chegaram ao capitalismo por vias não clássicas e, dessa forma, com baixo desenvolvimento de forças produtivas.

A partir desse raciocínio, o autor afirma que a revolução proletária, entendida como transição ao socialismo, não pode começar antes da tomada do poder. A pergunta que se coloca é: como tomar o poder? O ponto zero da revolução resume-se à forma dessa tomada de poder, portanto, a ação política da classe trabalhadora e de suas organizações, antes disso, é instrumental para esse fim.

A conquista de espaço político é uma das formas para ampliar a ordem burguesa e educar a classe na luta contra essa ordem. As conquistas democráticas são meios para a educação proletária em direção à revolução. Fernandes é pragmático ao apresentar determinadas tarefas para os trabalhadores:

[...] as tarefas de agitação e propaganda podiam irradiar-se por toda a sociedade, embora concentrando-se com maior intensidade na classe operária; e as tarefas políticas, imediatas e de largos prazos, podiam ser definidas segundo critérios específicos de flexibilidade e de eficácia. A ideia básica consistia em que a revolução não nasce pronta e acabada – o partido revolucionário do proletariado deveria travar suas batalhas, clandestina ou abertamente, tendo em vista *as combinações que poderiam favorecer, em determinado momento, ou o fortalecimento da democracia burguesa, ou o deslocamento desta no sentido de uma democracia operária, ou a tomada pura e simples do poder* (Fernandes, 2012, p. 234, grifos nossos).

O pensador paulista elabora diferentes cenários de ação. Ao apresentar o fortalecimento da democracia burguesa, ou o deslocamento para uma democracia operária, está arrolando opções históricas que não dependem apenas da vontade do formulador, mas

sim das ações e desdobramentos concretos da luta de classes. Essas opções históricas surgem para os revolucionários que estão em permanente luta pela emancipação humana, mesmo quando não estão dadas todas as condições³. Outro aspecto relevante é seu entendimento sobre as combinações de diferentes batalhas, no campo burguês ou no operário, pois isso indica a clareza de seu pensamento relativo à estratégia. Dessa maneira, o cenário da luta é determinante da tática a ser usada e a combinação desses combates configura e reconfigura uma ação estratégica.

A experiência russa e o pensamento leninista foram apropriados por Fernandes em sua teoria porque a partir delas é possível apreender a lógica dos movimentos de ida e vinda das ações táticas, de acordo com o momento político particular. Vejamos o que Fernandes diz sobre Lenin:

Ele ignorou o peso paralisante da existência ou inexistência de "condições objetivas" que permitissem a revolução proletária. Fez isso deslocando em várias direções o aproveitamento revolucionário das condições objetivas existentes (*na consolidação de democracia burguesa, na acentuação da influência operária dentro da democracia burguesa ou na criação de uma democracia operária sem a destruição do Estado democrático-burguês, na implantação do Estado operário, etc.*) sempre em direções que atendessem, em curto e em longo prazos, os alvos finais de destruição do capitalismo e de transição para o socialismo (Fernandes, 2012, p. 235, grifos nossos).

³ Para Lenin (1979), esse debate se insere na caracterização de uma situação revolucionária, na qual existam: 1. A impossibilidade para as classes dominantes manterem sua dominação de forma inalterada: crise da 'cúpula' [...] Para que a revolução estoure, não basta que "os de baixo não queiram mais" viver como antes, mas é preciso também que 'os de cima não possam' viver como até então; 2. Um agravamento, além do comum, da miséria e dos sofrimentos das classes oprimidas; 3. Um desenvolvimento acentuado, em virtude das razões indicadas antes, da atividade das massas, que se deixam saquear tranquilamente nos períodos 'pacíficos', mas que, nos períodos agitados, são empurradas, tanto pela crise de conjunto como pela própria 'cúpula', para uma ação histórica independente.

A capacidade de Lenin indicar ações influenciou o pensamento de Florestan Fernandes⁴ a pensar estratégias no sentido de abrir espaço político, mesmo numa sociedade autocrática. São perceptíveis algumas similaridades entre as descrições do Estado e da economia na Rússia com a descrição de Fernandes sobre o Brasil. Uma dessas diz respeito ao atraso relativo das relações especificamente capitalistas, ou um lento desenvolvimento das forças produtivas, o que redundava em uma baixa intensidade de luta de classes. Isso implica que as condições objetivas para a revolução não surjam de maneira plena, forçando os revolucionários a se concentrar nas condições subjetivas:

A vantagem de dispensar maior atenção às “condições subjetivas” procedia de outro resultado previsível: a rápida transformação do proletariado em classe politicamente consciente e apta a *proceder à reeducação política* do resto da maioria (Fernandes, 2012, p. 236, grifos nossos).

Percebe-se que a utilização do termo “reeducação política” tem um caráter amplo no que tange a ação do proletariado, pois remete às relações entre ele e as outras classes que ainda não adquiriram consci-

⁴ É notável também a influência de Ruy Mauro Marini: “É bom ter-se presente que, quando se afirma que a necessidade histórica da revolução democrático-burguesa consiste no fato de ser preciso liquidar as tarefas não cumpridas pela burguesia, para poder enfrentar as que são próprias da construção do socialismo, está-se a idealizar, se não a burguesia, pelo menos a democracia burguesa. As tarefas democráticas que elevam o proletariado não são tarefas da burguesia nem podem ser cumpridas no âmbito da democracia burguesa. Isto é certo principalmente com relação às que se referem à democratização do Estado; recordemos que ainda que na sua forma mais avançada: a república democrática parlamentar, o Estado burguês obstrui e afasta a participação política das massas, já porque restringe as tomadas de decisões aos órgãos do Estado, que se situam fora de qualquer controle por parte do povo, já porque exerce sobre este a coerção armada. Tais tarefas só podem cumprir-se, pois, mediante a democracia proletária, quer dizer, aquela que assegura a ditadura da maioria sobre a minoria. Ainda no contexto de situações históricas determinadas, a necessidade da democracia proletária (como instrumento que permite ao povo fazer valer a sua vontade) põe-se precisamente porque a burguesia no poder não assegura o cumprimento das tarefas exigidas pelas massas. Na Rússia, foi a incapacidade da burguesia para levar a cabo a reforma agrária, a contratação da paz e o abastecimento de bens essenciais às tropas combatentes e à população das cidades o que convenceu as massas da justeza do programa proletário e abriu as portas à tomada do poder pelos bolcheviques” (Marini, 1975, s/p).

ência política suficiente. Essa educação é de classe e instrumentalizada pelo partido. Assim:

Em resumo, o partido revolucionário precisa comportar-se como uma vanguarda consciente, responsável e corajosa: cabe-lhe montar a tática e escolher as palavras de ordem ajustadas a cada situação, avançar sempre, estabelecer a melhor ligação possível e insuperável entre os fins imediatos e os fins permanentes ou gerais do movimento socialista. Se isso impõe uma constante recalibração política do partido revolucionário, também não deixa de exigir *uma incessante reeducação política dos militantes*, do proletariado e, através deles, da massa ou do povo (Fernandes, 2012, p. 258, grifos nossos).

Essa educação também se direciona aos militantes, que precisam ter claro as táticas e as palavras de ordem, elementos que não surgem da espontaneidade das contradições na expansão capitalista. Dessa maneira:

O ponto de partida desse processo de luta política deve repousar na desintoxicação das massas populares, que *precisam libertar-se do aburguesamento inevitável das condições de existência operária sob o capitalismo e das influências pequeno-burguesas*; e o objetivo final, por sua vez, deve ser a criação e a emulação do espírito revolucionário das próprias massas, elevando sua consciência de classe e, concomitantemente, sua combatividade como e enquanto classe (Fernandes, 2012, p. 259, grifos nossos).

A interpretação desse trecho demonstra que, para o autor, a combatividade da classe é fator diretamente relacionado com a desintoxicação das massas. Isso tem importância para compreensão da estratégia quando colocada em movimento nas diversas organizações dos trabalhadores tais como os sindicatos, comitês, associações etc. O que estamos chamando de socialização política operária nada mais é do que o conjunto das ações que a classe trabalhadora desata ao entrar em conflito com as diferentes formas de manifestação do poder burguês seja na fábrica ou nos espaços de negação da participação desses trabalhadores no usufruto dos bens produzidos pela humanidade. Como

exemplo, podemos perceber as reivindicações por melhores condições de trabalho, assistência de saúde, escola pública, previdência social etc. como manifestações dos trabalhadores em movimento por sua própria afirmação como classe e, portanto, não limitadas à tentativa de realização dessas reivindicações. Essas ações são educativas, no entendimento do pensador paulista.

A análise de Fernandes é muito similar à de Lenin.

A verdadeira educação das massas não pode ser jamais separada de uma luta independente, e principalmente da luta revolucionária das próprias massas. Só a ação educa a classe trabalhadora, só ela lhe dá a medida de suas forças, alarga seu horizonte, aumenta suas capacidades, esclarece sua inteligência e tempera sua vontade. [...]. Educando o partido operário, o marxismo educa uma vanguarda do proletariado capaz de tomar o poder e de conduzir todo o povo ao socialismo, de dirigir e de organizar um regime novo, de ser o educador, o guia e o líder de todos os trabalhadores e explorados pela organização de sua vida social, sem a burguesia e contra a burguesia (Lenin apud Fernandes, 2012, p. 259-260, grifos nossos).

O revolucionário russo é um estrategista ativo e não pode acreditar em qualquer tipo de ação sem diretividade. A educação surge como um elemento unificador da ação revolucionária, que faz a ligação entre a intencionalidade do partido e a ação das massas em luta. Novamente, tal fato deixa evidente a influência leninista no sociólogo paulista, percebida na seguinte afirmação: “Essa prática educativa não nasce nem conduz a qualquer espontaneísmo das massas” (Fernandes, 2012, p. 260).

Além desse posicionamento sobre a educação proletária, para apreender a concepção estratégica de Fernandes, é preciso apropriar-se de sua concepção de método materialista. Diz o autor paulista:

A atualidade de Marx não reside nas obras que escreveu, mas no apelo para estudar e reinterpretar o concreto como totalidade histórica e descobrir nele a natureza da revolução. Atualidade significa “ir além”, seguindo os mesmos princípios e métodos interpretativos (Fernandes, 1995, p. 145).

E continua:

Voltamos ao ponto de partida que Marx e Engels atravessaram. As revoluções de meados do século XIX falharam, dentro de uma ótica comunista. O que os dois pensadores fizeram? Debruçaram-se sobre a história para descobrir as fontes de seus erros. Puseram revolução e contra-revolução face a face e buscaram novas interrogações para os problemas mal-entendidos ou para os processos em gestação. As evoluções do capitalismo monopolista hodierno são claramente reacionárias. Reação versus revolução. Temos de recuperar a noção de revolução permanente, que eles enunciaram. E verificar por que os caminhos dessa típica reação, imersa sob inovações e “modernidade”, desembocam nos limites de uma civilização estática. E, principalmente, cabe-nos estudar se os dinamismos da revolução não estão alimentando, no substrato da sociedade capitalista mais avançada, algo diferente - uma civilização capaz de fomentar um mundo histórico que vá além dos tecnologistas e dos seus aproveitadores. Ou seja, liberar a imaginação inventiva, a ciência e a tecnologia das cadeias que as prendem à multiplicação da injustiça social (Fernandes, 1995, p. 145).

Assim como Lenin, o retorno ao marxismo não significa para Fernandes uma atitude anti-criativa. Ao contrário, ele exige um retorno permanente do concreto em sua manifestação particular e não uma bricolagem teórica. Desse ponto de vista, entendemos que a influência da Revolução Russa no pensamento de Fernandes é determinante de sua compreensão de ação tática e estratégica, assim como também seu entendimento de ação educativa.

A influência da Revolução Cubana

É conhecida a grande admiração que o professor Florestan Fernandes tinha pela Revolução Cubana. Em seu retorno ao Brasil, ele ministrou um curso sobre esse acontecimento histórico e político, resultando no livro *Da guerrilha ao socialismo, a Revolução Cubana*, em 1979.

Nessa obra e em outras referências sobre o tema, aparece o enredamento das tarefas democráticas e nacionais no contexto do desenvolvimento capitalista dependente em Cuba que, para Fernandes, se torna explosivo. Socializar a terra e estatizar as propriedades imperialistas era a única ação concreta que podia alterar a realidade dos trabalhadores da ilha caribenha. Os revolucionários desataram o caráter socialista da revolução ao efetivar essas reivindicações. Não são as nomenclaturas que definem um processo histórico, mas sim suas consequências materiais para o conjunto dos sujeitos envolvidos. Parece límpido que Fernandes tenha essa noção teórica e política, pois apresenta em seus escritos sobre Cuba um quadro demonstrativo da dialética entre ações democrático-nacionais e populares e o seu caráter socialista.

Em resumo, o radicalismo nacional e democrático foi liberado para que surgisse de baixo para cima, unindo contra a ordem existente todos os deserdados da terra. Por aí se vê a simultaneamente, duas coisas. A “revolução dentro da ordem” foi um momento real da revolução cubana. Durou pouco e se extinguiu depressa porque só os deserdados da terra se mobilizaram para lutar por ela. A “revolução contra a ordem” tornou-se, alternativamente, uma realidade permanente e em aceleração crescente. Porque não havia mais nada para salvar do capitalismo e só o socialismo respondia ao radicalismo nacional e democrático da maioria (Fernandes, 1979, p. 13).

Todas as referências à revolução nacional têm como fundamento a transição de uma sociedade colonial ou neocolonial para o capitalismo desenvolvido ou diretamente ao socialismo. Fernandes não tem dúvidas quanto ao caráter da revolução necessária, que é socialista, mas também sabe que ela está mediada pela realidade concreta e pelo desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais de produção. Por isso, a “questão nacional” ganha importância, não como unidade central de interpretação, mas sim como campo político de ação das classes em luta. Com relação a essa transição:

Tudo isso quer dizer que o passado não nos preocupa, aqui, como um processo vivido e morto, mas como o epicentro

de um legado cultural e político permanente, o qual facilitou e exigiu, a um tempo, *o enlace dos tempos burgueses e populares da revolução nacional* (Fernandes, 1979, p. 18, grifos nossos).

Mais uma vez é apresentada a temática da concomitância das revoluções: de um lado os interesses da burguesia e, de outro, dos trabalhadores. O apontamento sobre o peso do passado é central para entendermos a formação social cubana como resultante da expansão capitalista e, portanto, como no caso brasileiro, uma sociedade de capitalismo dependente. A burguesia cubana também tinha sua debilidade congênita vinculada ao histórico de relações associada à metrópole espanhola e, posteriormente, aos Estados Unidos. Desta maneira, o conteúdo da transformação capitalista pressupunha um espaço político nacional não existente na ilha caribenha – daí o caráter explosivo da questão nacional. Fernandes descreve a situação da Revolução Cubana:

Ao invés de tornar obsoletas as ideias de *nação* e de *revolução nacional*, ela as recupera e as projeta na consciência social como alvos supremos, a serem atingidos *através* ou *contra* o capitalismo, o que redimensiona o *nacionalismo* como ideologia básica da luta contra o neocolonialismo (Fernandes, 1979, p. 38).

No caso cubano, as guerras pela independência (1868-1878 e 1895-1898) haviam lançado parte considerável da população trabalhadora (escravos e libertos) na luta anticolonial, o que significou um legado nacionalista fortemente ligado às massas populares. Todavia, a forma política dessa independência nunca esteve claramente delineada pelas classes dominantes. Dessa maneira, quando a guerrilha do Movimento 26 de Julho⁵ apresentou-se como herdeira desse processo, ela alcançou uma profunda identidade com a história da luta dos trabalhadores no país. Assim, o elemento democrático foi fundante da crítica ao regime

⁵ Organização política liderada por Fidel Castro que levava esse nome pela tentativa insurrecional frustrada ocorrida no dia 26 de julho de 1953.

ditatorial que marcou as décadas de 1920, com Gerardo Machado, e 1950, com Fulgencio Batista. Fernandes indica a questão democrática carregada de variáveis históricas concretas.

As nações capitalistas industrializadas e “adiantadas” bloqueiam o avanço do socialismo: uma via democrática, que impede a revolução, ou uma via revolucionária, que conduzirá à democracia socialista? Esse é o dilema e a experiência cubana nos leva à essência desse questionamento (Fernandes, 1979, p. 56).

E continua:

O nacionalismo militante extremado, puritano e revolucionário caíra nas mãos dos jovens radicais, de certos estratos das classes médias e da pequena burguesia e, principalmente, do proletariado urbano e rural. Se já era impraticável conter a revolução nacional dentro da ordem (como conciliá-la com a ordem social neocolonial?), esse deslocamento do centro de gravidade pressupunha que os limites da revolução contra a ordem iriam nascer da prática política e da luta militar (não dos nacionalismos, em si mesmos, nem das ideologias e utopias das classes em conflito). Por essa razão, à medida que a relação de forças decide que deveria prevalecer eram os interesses e os valores das massas populares (isto é, das classes trabalhadoras), e revolução nacional irá descolocar-se no sentido de corresponder, estrutural e dinamicamente, ao seu novo eixo gravitacional. [...]. Porém, ao ir tão longe e tão fundo, ela desprende a revolução nacional do “idealismo burguês”, do liberalismo, da democracia constitucional e representativa. E inverte a tendência predominante no século XX: o conteúdo de classe da revolução nacional viria de baixo para cima, ou seja, das massas populares, dos humildes e explorados, dos setores organizados das classes trabalhadoras (Fernandes, 1979, p. 59-60, grifos nossos).

O importante desse trecho é o caráter de classe da questão democrática e nacional – e não as relações entre nação e forma política. Esse raciocínio é central na construção teórica do autor, pois é aqui que o eixo organizador de seu pensamento se manifesta. As contradições

entre os interesses das classes e, por desdobramento, as lutas entre elas, toma as proporções de crise revolucionária. O que determina se uma classe é, ou não, revolucionária é sua ação em direção à revolução e não qualquer automatismo abstrato. Isso implica na compreensão dos fatores que movem, de maneira crescente, os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores.

De reivindicações imediatas nacionais e democráticas, pelo fim da Emenda Platt⁶, eleições gerais e reforma agrária, seguiu-se uma revolução socialista. Ora, como isso foi possível? Fernandes indica em seu estudo uma concomitância de transformações: um momento “dentro da ordem”, que esbarrava nas atitudes ultraelitistas e ultraconservadoras da burguesia e outra “contra a ordem”, na medida em que fundava suas ações num proto-Estado independente, no caso o Exército Rebelde, nascido da guerrilha em áreas libertadas e apoiado por diferentes organizações urbanas.

Depois da queda de Batista, quando os interesses das massas populares se expressavam por meio do Estado, o capitalismo, em si mesmo, se transformou no inimigo da continuidade da revolução. Não há maneira de alcançar os interesses da classe trabalhadora sem enfrentar diretamente os interesses do capital e, no caso cubano, diretamente estadunidenses. Por esse motivo, o anti-imperialismo se torna uma bandeira de luta importante no continente americano. Vê-se agora as relações recíprocas entre a questão nacional, a democracia e a luta de classes na experiência da Revolução Cubana. Olhando mais de perto, percebe-se que,

Pela primeira vez, na história da América Latina, uma revolução nacional deixaria de dissociar o *elemento nacional* do *elemento democrático*, e ao vencer, a *ideia de nação* arrastada com ela a construção de uma *ordem social inteiramente nova e socialista* (Fernandes, 1979, p. 60, grifos do autor).

⁶ Artifício constitucional que prendia Cuba às decisões do Congresso Nacional estadunidense.

É evidente que, após a Revolução, a coetaneidade das revoluções⁷ só pode desatar no socialismo, por conta do caráter de classe que foi impresso ao elemento nacional e democrático. O autor deixa muito claro que a história nunca tinha demonstrado isso até a Revolução Cubana. E, ao manter ininterrupta a transformação exigida pelas necessidades das massas populares, o governo revolucionário foi jogado na corrente viva da criação de uma nova ordem social e, por uma série de motivos, tornou-se socialista.

A impregnação socialista tem relação com o contexto pós II Guerra Mundial, em que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) pôde influenciar positivamente na manutenção do caráter socialista de Cuba. No entanto, ao mesmo tempo, ela teve um apoio popular largamente mobilizado pela liderança revolucionária, devido ao fato de estar rente aos aspectos históricos das lutas nacionais e democráticas do país.

A revolução cubana encerrava uma época histórica e, o que é mais importante, abria a época histórica nova, impregnação de nacionalismo libertário, de anti-imperialismo, de socialismo e de comunismo revolucionários. Uma confluência de ideais e de valores contraditórios que se unificavam na prática, porque eram sustentados por forças sociais nativas e centrípetas e porque correspondiam à ascensão do Povo ao centro da cena histórica. A autonomia da nação se configu-

⁷ Esse é um tema controverso entre os marxistas que pode ser verificado na perspectiva de Ruy Mauro Marini: "A etapa democrática da revolução proletária não é senão isto: uma aguda luta de classes, mediante a qual a classe operária incorpora as vastas massas na luta pela destruição do velho Estado e passa a constituir os seus próprios órgãos de poder, que se contrapõem ao poder burguês. Reconhecer, portanto, a existência das duas etapas no processo revolucionário cubano não deve induzir em confusão. A etapa democrática da Revolução Cubana não é a etapa democrático-burguesa que se tem pretendido erigir em necessidade histórica da revolução latino-americana e que se definiria pelas suas tarefas anti-imperialistas e antioligárquicas. Ela é, sobretudo, a expressão de uma determinada correlação de forças, na qual subsiste ainda o poder burguês, a classe operária não deslinda ainda totalmente o seu próprio poder para afrontar definitivamente o poder burguês e a constituição da aliança revolucionária de classes segue o seu curso, mediante a incorporação nela das camadas atrasadas do povo. E neste quadro que começa a apagar-se a ideologia pequeno-burguesa no seio do bloco revolucionário, como o presente estudo demonstra para o caso cubano" (Marini, 1975, s/p).

rava como expressão da vontade coletiva dos trabalhadores e a continuidade da Revolução repousava em seus ombros, como única classe revolucionária que aparecera como tal na história de Cuba. Os esquecidos e excluídos se convertiam, assim, na verdadeira garantia de que poderiam ocorrer zigzagues e até oscilações perturbadoras e retrocessos, mas eles não reduziram a Revolução Cubana a uma “revolução interrompida”. Isso não quer dizer que Revolução Cubana tenha cumprido todas as tarefas no quadro histórico da pré-transição (Fernandes, 1994, p. 72).

Fernandes indica a não interrupção da revolução, o que é um aspecto muito positivo. Ele percebe como o conjunto das classes trabalhadoras, ao serem colocadas em ação no centro da cena histórica, arranca das mãos da burguesia as principais tarefas em atraso, mesmo durante uma transformação capitalista.

A experiência cubana desenrola a questão da educação em dois aspectos:

1. O elemento escolar: o governo revolucionário realiza campanhas de alfabetização e liquida com a ignorância sistemática em dois anos, sendo considerada a ilha livre de analfabetismo em 1962;

2. O elemento de socialização política: usando da experiência guerrilheira para colocar todos os trabalhadores em tarefas de defesa da revolução. A própria campanha de alfabetização se fez com “Colunas guerrilheiras⁸”, nas quais os jovens se impregnavam de uma personalidade libertadora, inspirada pelo pensamento de José Martí, e lutavam pela revolução em cada canto do país. Mais tarde, seriam criados os Comitês de Defesa da Revolução (CDR) em cada bairro, nos quais se definiam atribuições aos moradores em relação a tudo o que concerne à organização social, política, cultural e militar desse território. Isso implica a

⁸ Chamadas de Brigadas Conrado Benitez, em homenagem ao professor assassinado no início da revolução, por forças reacionárias treinadas e dirigidas pelos EUA.

[...] ressocialização da personalidade do guerrilheiro pela guerrilha e pela convivência com o camponês e suas condições concretas de existência. Sem dúvida, esse aspecto é fundamental, mas há outro igualmente importante (e de *uma importância política estratégica*): o proto-Estado guerrilheiro representou como amarramento com o poder popular e o aprofundamento antecipado da revolução. Se o primeiro aspecto explica o amadurecimento histórico do homem que vivia dentro do guerrilheiro, o segundo nos põe diretamente diante do nascimento do guerrilheiro como *homem político*. Foi graças a esta circunstância que a guerrilha operou como um equivalente social e político do partido revolucionário (Fernandes, 1979, p. 82, grifos do autor).

A ação guerrilheira, entendida para além da luta no campo militar, trouxe uma singularidade à organização política revolucionária de caráter socialista. Ela remete ao sentido educativo do processo: 1) na medida em que o guerrilheiro se apropria do mundo em conflito e age sobre ele de maneira revolucionária e 2) quando o proto-Estado é criado para dar vazão a essas novas relações em expansão. O caso cubano pode ser considerado uma experiência de unificação educacional, pois inseriu a ação escolar e os mecanismos de socialização política em um só processo. Ela assumiu, portanto, uma perspectiva emancipatória, pois ocorreu no seio de uma revolução.

Uma das grandes contribuições da experiência cubana é a perspectiva de uma intervenção militante em um contexto de capitalismo dependente, ou seja, em um ambiente semelhante ao vivido no Brasil em meados dos anos 1960 e 1970. Fernandes incorpora essas experiências e, criativamente, as insere no processo de formulação de uma estratégia político-revolucionária brasileira. Ele reconhece os aspectos positivos e negativos da experiência, daí a sua recorrente afirmação: “Cuba não se repetirá” (Fernandes, 1979, s/p). Sabendo que os inimigos também analisam as lutas de classes e se preparam para elas, Fernandes dizia que no Brasil não se podia repetir a estratégia guerrilheira vitoriosa em Cuba. Por conseguinte, o autor paulista buscou a análise concreta da situação bem como sua formulação coerente.

Revolução Nacional e Revolução Democrática

A produção categorial analisada até aqui indica que Fernandes tem como horizonte organizador de sua obra a revolução socialista. As influências da Revolução Russa, no que tange à questão democrática, e da Cubana, no que tange à questão nacional, são marcantes, pois passam a integrar o processo de aprendizagem da classe trabalhadora em escala mundial. Sobretudo, elas são um patrimônio cultural e político a ser levado em consideração no momento da formulação estratégica de orientação socialista.

É fundamental localizar os momentos do movimento de acumulação de capital nos distintos ciclos de expansão e retração econômica em escala mundial. Encontrar esse ponto de inflexão é a meta dos revolucionários que tentam se preparar para as situações revolucionárias. Somente em tais períodos especiais, de acirramento dos conflitos, é que se torna possível uma revolução vitoriosa. Daí decorre, novamente, o retorno de Fernandes a Lenin, em especial à obra *O Estado e a revolução*, publicada pelo revolucionário russo em 1917, para discutir a saturação de categorias explicativas do capitalismo dependente e as formas de “avançar sobre o poder” e desdobrar em um possível Estado Proletário.

Embora na discussão de textos apanhe como ponto de referência a Comuna, o capitalismo competitivo ou as formas políticas do Estado capitalista do século XIX, o pensamento político de Lênin opera a partir e contra o desafio do capitalismo da “era do imperialismo”. Segundo, graças a seu papel criador na esfera lógica da codificação (ou da sistematização) da teoria: teve de demarcar a importância relativa de certas concepções políticas no corpus teórico do marxismo. Atente-se, a este respeito, para a compreensão e a interpretação da conquista do poder pelo proletariado, do tipo de Estado resultante da ditadura do proletariado, das funções desse Estado de democracia de maioria (e do significado político dessa mesma democracia, destinada à superação e à destruição) e do definimento do Estado mediante o desenvolvimento socialista e a implantação do comunismo (Fernandes, 1995, p. 114).

O olhar instrumental de Lenin acerca da política impacta a compreensão da categoria “democracia” desenvolvida por Fernandes. Nesse trecho, fica evidente como a nova conjuntura do desenvolvimento econômico – a “era do imperialismo” – vai implicar nas maneiras de agir frente à situação política. Qual Estado é possível durante a democracia de maioria? Como ela será destruída? A primeira observação é que a democracia burguesa precisa ser destruída e essa não é uma conclusão simples, pois alguns autores usam a democracia como um fim em si mesmo⁹. Nessa perspectiva, as elaborações de Fernandes nos parecem muito precisas, apontando para a transitoriedade da democracia rumo à implantação do comunismo, que passa pela transição socialista.

Para o autor, a luta pela democracia em sociedades autocráticas como a Rússia, Cuba e o Brasil, em seus respectivos períodos históricos, exige uma atitude clara das organizações da classe trabalhadora, na medida em que as lutas dentro da ordem são degraus no amadurecimento político e devem indicar uma futura e necessária ruptura. Essa “educação” acontece vinculada às reivindicações imediatas dos trabalhadores. Mas como isso ocorre? Fernandes aponta na seguinte direção, ainda na apresentação de *O Estado e a revolução*, de Lenin:

Muitos poderão pensar que um livro como este só será necessário e útil quando existirem condições maduras para a tomada do poder revolucionário pelas classes trabalhadoras. Até lá, seria melhor manter o livro à distância das massas, dos quadros e das vanguardas do movimento socialista. No entanto, o que cria o quê? São as classes trabalhadoras que criam as condições de uma revolução social ou, vice-versa, estas que criam as classes trabalhadoras? Pensar dentro de tal esquema seria o mesmo que subjugar o movimento operário a uma ótica estreita, estanque e determinista, cega para a história produzida pelos homens. A revolução proletária não é como uma fruta madura e não basta erguer a mão para apanhá-la. Esse raciocínio é de aplicação univer-

⁹ Sobre o assunto, destacamos a importância da tese de doutoramento *Crítica à “ampliação da democracia” como caminho ao socialismo* (2016), de Stefano Motta.

sal e tem valor axiomático na periferia do mundo capitalista, na qual o capitalismo não oferece nem alternativas nem compensações. *Como educar as classes trabalhadoras para o socialismo? Como levá-las a compreender a sua tarefa revolucionária na tomada do poder, na destruição do Estado capitalista e na preparação da transição socialista?* Quanto tempo se deverá esperar que o capitalismo amadureça (ou apodreça)? É óbvio que a mencionada linha de argumentação não possui consistência; e que é preciso divulgar o mais possível a leitura de O Estado e a Revolução. *O desemburguesamento do proletário deve começar a partir das lutas contra o capitalismo e pelas reformas de conteúdo anticapitalista* (Fernandes, 1995, p. 116, grifos nossos).

O “desemburguesamento do proletariado”, ao que parece, é um processo educativo para além da escola e, principalmente, impregnado de conteúdo anticapitalista, o que obviamente é impossível diante da manutenção da ilusão de realizar as ditas reformas no âmbito da ordem. Como foi apontado na seção sobre a influência da Revolução Russa no pensamento do autor, é perceptível uma crescente problematização das formas de tomada do poder, ou seja, da instrumentalidade tática de, “a partir do poder”¹⁰, desencadear ações que possibilitem a transição socialista. O raciocínio que Fernandes segue é límpido:

A divulgação de O Estado e a Revolução é extremamente necessária em um momento como esse, no qual o avanço operário colide com as contrapressões vindas tanto das “ilusões constitucionais”, quanto das “manipulações populistas”. Concebido como arma de luta, o livro poderá desempenhar um papel deveras importante no despertar de uma consciência proletária socialista, sem a qual a pressão operária e o protesto sindical estão condenados ao malogro. A ligeireza com que se confundiu o “desenvolvimentismo” com a redenção nacional exige que se instrua os trabalhadores, os líderes sindicais e a juventude contestadora em textos de reflexão crítica tão aguda sobre as limitações do sufrágio universal, as debilidades intrínsecas da democracia constitu-

¹⁰ Uma análise específica sobre o assunto pode ser encontrado no livro *Da guerrilha ao socialismo*, publicado por Florestan Fernandes em 1979.

cional e representativa, o caráter opressivo e repressivo da República democrática, a necessidade da revolução violenta para a instauração de uma democracia da maioria, etc. Em particular, cumpre que se denuncie, sob todas as formas e com a força possível, a “fé supersticiosa no Estado”, algo a que Lênin se propõe de ponta a ponta, seguindo a trilha dos fundadores do socialismo revolucionário. A leitura é tanto melhor quanto ela contempla também como e porque o proletariado deve primeiro conquistar o Estado burguês para, em seguida, transformá-lo e destruí-lo. Se não existissem outras razões, esta bastaria para dar a O Estado e a Revolução um lugar incomum em nossa estante dos clássicos do socialismo (Fernandes, 1995, p. 117).

Surpreendentemente, essa citação não consta em nenhum dos trabalhos pesquisados sobre a obra do professor Florestan Fernandes, talvez porque aponte, cristalinamente, para a necessidade de uma revolução violenta que não caia nas superstições do Estado ou nas “ilusões constitucionais”. Portanto, a sua apreensão do processo democrático não pode aparecer descolada do conjunto dos outros combates que constituem a sua formulação estratégica. Aqui, o sociólogo paulista indica as inúmeras limitações do aspecto democrático dentro da ordem burguesa e elabora a necessária atuação violenta do proletariado para ir além dessa ordem, o que indica, também, uma condução da luta de classe com caráter socialista para além de um democratismo de caráter liberal conservador.

Em sua coletânea de textos de Lenin, de 1978, Fernandes escolhe várias passagens importantes para entendermos as “peças” de sua teoria da revolução. Uma delas é o terceiro item, *A revolução burguesa e os dois tipos de democracia*. Esse trecho consta na obra do líder russo *Duas táticas da social-democracia na Revolução Democrática*, de 1905. Lenin desenvolverá a perspectiva da intervenção do partido na transformação, ainda burguesa, da sociedade russa.

A “vitória decisiva da revolução contra o czarismo” é a *ditadura democrática revolucionária do proletariado e dos camponeses*. [...] Só poderá ser uma ditadura, pois as transformações absoluta e imediatamente necessárias ao proletariado e aos

camponeses provocarão, da parte dos proprietários fundiários, os grandes burgueses e do czarismo, uma resistência desesperada. Sem ditadura, seria impossível quebrar essa resistência, fazer com que malogrem as tentativas da contrarrevolução. Entretanto, ela não será, evidentemente, uma ditadura socialista, mas uma ditadura democrática. Não poderá tocar (antes que a revolução tenha transposto diversas etapas intermediárias) nos fundamentos do capitalismo. Poderá, no melhor dos casos, proceder a uma redistribuição radical da propriedade fundiária em proveito dos camponeses, introduzir a democracia de maneira total e consequente e até, inclusive, a proclamação da república; extirpar, não só da vida dos campos, mas também da vida das fábricas, os costumes do despotismo asiático; começar a melhorar seriamente a condição dos operários e a elevar o nível de vida; finalmente, *last but not least*, estender o incêndio revolucionário à Europa (Lenin apud Fernandes, 1978, p. 78, grifos no original).

Essa perspectiva democrática da revolução se deve à análise concreta que Lenin fazia das contradições entre desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção na Rússia, em 1905. A mesma terminologia é usada por Fernandes em seus textos sobre o período ditatorial no Brasil. A ditadura democrática pode soar estranha aos ouvidos de muitos, pois nos acostumamos a pensar a democracia em contraposição à ditadura e, por esse motivo, não conseguimos perceber a ação mobilizadora e contestadora da totalidade dos trabalhadores não se resumindo à forma política de determinado período histórico. Uma análise minuciosa deixa evidente que, em uma sociedade de classe, o Estado é sempre um Estado de classes, portanto, a tomada do poder pelo proletariado é necessariamente uma ditadura contra a burguesia.

A alteração mais profunda da sociedade só ocorre quando as relações sociais de produção começam a se alterar, o que acontece somente com a mudança do regime de propriedade. Lenin indica, por exemplo, a distribuição de terras aos camponeses como uma dessas ações. Em sua concepção, isso é uma ação de caráter democrático – e não socialista –, pois não alterou amplamente os mecanismos de produção e reprodução social da existência. É uma “ditadura de classe”

– operária e camponesa – contra a burguesia; “democrática”, porque atende aos interesses da maioria da população. Outro elemento chave da argumentação é a necessidade de “incendiar a Europa”. A presença dos países de ponta do capitalismo europeu no processo revolucionário era parte fundamental da estratégia russa, principalmente a Alemanha, pela característica da luta de classes naquele país. A derrota da Revolução Alemã, entre 1918 e 1923, afetou mortalmente a tentativa de uma revolução internacional¹¹.

De volta ao texto de Fernandes, é perceptível na argumentação do artigo de Lenin outra passagem importante para o tema da educação no interior da revolução democrática.

É verdade que nossa influência, a influência da social-democracia sobre a massa do proletariado, é ainda muito insuficiente; a influência revolucionária exercida sobre a massa camponesa é ínfima; a dispersão, a falta de cultura, a ignorância do proletariado e, sobretudo, dos camponeses, são ainda espantosas. *Mas a revolução faz um trabalho rápido de educação e de reunião.* Cada um de seus progressos desperta a massa e a atira, com força irresistível, precisamente para o programa revolucionário, o único que exprime integralmente, e de maneira consequente, seus interesses reais, seus interesses vitais (Lenin apud Fernandes, 1978, p. 78, grifos nossos).

Nesse trecho, são pontuadas as diversas formas em que a educação, como elemento de socialização política, cumpre papéis importantes antes, durante e depois da revolução proletária. O que se faz fundamental é localizar, com precisão, o caráter da contribuição de Fernandes em cada momento do processo. Se as organizações e formuladores

¹¹ A avaliação da contribuição de Lenin na obra de Fernandes é essencial para compreender a visão global de luta de classes do pensador brasileiro, bem como uma avaliação do conjunto da interferência do pensamento de Lenin sem a devida “saturação” histórica no pensamento revolucionário brasileiro. Uma pesquisa com esse intuito nos parece essencial para avaliar criticamente possíveis equívocos do líder russo no que concerne às particularidades da Revolução na Rússia e os desdobramentos futuros nos malogros daquela revolução.

apresentarem, por exemplo, a perspectiva de uma pedagogia socialista realizável durante a transição socialista ou o comunismo como sendo uma bandeira de luta ainda dentro da ordem capitalista, é bem possível que a tática esteja equivocada – ou então confundirem a democratização com o objetivo estratégico¹², ou pior, confundirem a democracia com o próprio socialismo.

Para não cair nesses equívocos, o sociólogo paulista aprofunda seus estudos sobre o dirigente russo e utiliza, em vários momentos de suas análises, o raciocínio dialético e histórico de Lenin. Em uma passagem de *O Estado e a Revolução*, Lenin discute a questão do Estado na transição para o socialismo através de uma polêmica com os anarquistas e encontra inspiração no pensamento de Engels:

Engels chega aqui ao interessante limite onde a democracia consequente se transforma, de um lado, em socialismo e, de outro, reclama o socialismo, pois para destruir o Estado é necessário converter as funções da administração pública em operações de controle e registro simples, que sejam acessíveis, primeiro, à imensa maioria da população e, depois, à toda ela. [...] *um democratismo levado às últimas consequências é impossível sob o capitalismo e sob o socialismo toda democracia se extingue* (Lenin, 1987, p. 120, grifos nossos).

O raciocínio estratégico sobre a democracia não é simples. É preciso compreender o que Lenin está construindo como pensamento, executando como organização do partido e, depois, como Estado proletário. Além disso, é preciso verificar como Fernandes incorpora e supera esses aspectos da estratégia.

É importante averiguar que qualquer luta democrática se torna instrumental para a revolução e, a partir do momento em que o proletariado se constitui como classe dominante, a socialização política do conjunto da sociedade será mais ou menos rápida, assim como a extinção da própria democracia. O significado desse processo pode ser

¹² Sobre o assunto, consultar *A democracia universal* (1979), de Carlos Nelson Coutinho.

entendido como a simplificação da produção social da vida, viabilizada pelo fim da apropriação privada da riqueza. Lenin dará mais pistas a esse respeito:

A cultura capitalista criou a grande produção, fábricas, ferrovias, correio, telefone, etc., e sobre essa base a enorme maioria das funções do antigo “poder estatal” se simplificou tanto e pode reduzir-se a operações tão simples de registro, contabilidade e controle, que são simplesmente realizáveis por todos que saibam ler e escrever, e podem ser executadas pelo “salário comum de um operário”, de tal modo que pode-se (e deve-se) despojá-las de qualquer vestígio de algo privilegiado ou “hierárquico” (Lenin, 1987, p. 88-89).

Para a plena realização dessa nova organização e, ao mesmo tempo, a extinção da democracia como forma política, é necessária uma transformação profunda da vida. O pensador russo assim descreve:

A total elegibilidade e a removibilidade a qualquer momento de todos os funcionários, a redução de seu ordenado até os limites do “salário corrente de um operário”, estas *medidas democráticas simples* e “compreensíveis por si mesmas, ao mesmo tempo que unificam totalmente os interesses dos operários e da maioria dos camponeses, servem como ponte que levam do capitalismo ao socialismo. Essas medidas referem-se à reorganização estatal, puramente política, da sociedade, mas é evidente que só adquirem sua plena importância e sentido em conexão com a “expropriação dos expropriadores” já em realização ou em preparação, ou seja, com a transformação da propriedade privada capitalista dos meios de produção em propriedade social (Lenin, 1987, p. 89, grifos nossos).

A conexão entre as tarefas democráticas e as tarefas socialistas, em sua íntima ligação na materialidade da luta de classes, exige a transformação do Estado existente. Ela se torna uma ação imediata de caráter ainda “dentro da ordem”, ou seja, democrática; já a expropriação é algo possível “a partir do poder” e, por esse motivo, uma tarefa socialista, portanto “contra a ordem”.

Fernandes incorpora a elaboração leninista à realidade brasileira, calibrando incessantemente os conceitos e a perspectiva teórica e política do revolucionário russo e realizando um exercício de apreensão do que é universal naquela teoria/estratégia e o que é particular em nossa formação social.

Todavia, o essencial aparece em dois pontos. Primeiro, a democracia típica da sociedade capitalista é uma democracia burguesa, ou seja, uma democracia na qual a representação se faz tendo como base o regime eleitoral, os partidos, o parlamentarismo e o Estado constitucional. A ela é inerente forte desigualdade econômica, social e cultural com uma alta monopolização do poder pelas classes possuidoras-dominantes e por suas elites. A liberdade e a igualdade são meramente formais, o que exige, na teoria e na prática, que o elemento autoritário seja intrinsecamente um componente estrutural e dinâmico da preservação, do fortalecimento e da expansão do “sistema democrático capitalista” (Fernandes, 1979, p. 7).

Dentro dos parâmetros burgueses, a democracia cumpre o papel de manutenção da ordem, mesmo porque não altera a desigualdade econômica, base do sistema de classes sociais. Dessa maneira, sob a forma democrática subjaz o autoritarismo inerente à condição capitalista. A descrição abaixo deixa essa análise evidente:

O capitalismo industrial não engendra sozinho essa realidade. Mas, ele responde pelos dois extremos de concentração do poder – do poder econômico ao nível da produção e da fábrica, e do poder político ao nível da dominação burguesa e da máquina estatal. De um lado, temos de considerar as implicações estruturais e dinâmicas da mais-valia relativa, que impõe formas próprias de despotismo burguês no âmago mesmo do conflito básico, vinculado à propriedade privada dos meios de produção e à expropriação do trabalhador. De outro, temos de considerar as implicações estruturais e dinâmicas de uma ordem social que se funda na desigualdade econômica, social e política engendrada por essa forma de produção (e de reprodução da ordem), a qual vincula o despotismo burguês ao Estado nacional e à democracia representativa (Fernandes, 1979, p. 13).

Os componentes da formação social estão interligados pelas ações concretas das classes em conflito. De um lado está a “transformação capitalista”, no aspecto da economia política, e de outro, a “ordem social competitiva”, na qual ocorrem os fenômenos determinados pela primeira. Ao apreender o conceito de capitalismo dependente em sua integridade, podemos notar que as duas componentes da formação social brasileira têm uma característica autocrática e, por isso, a ordem econômica, política e cultural está sempre em frágil equilíbrio. Fernandes, ao fazer essa análise, parece mostrar quais são os caminhos possíveis a serem trilhados até que essa ordem entre em crise.

Estrutura e história estão correlacionadas. Quando as relações autoritárias se exacerbam, a estrutura ganha saliência, o que é mais profundo vem à tona e revela a face burguesa da imposição da autoridade. Quando as forças antiburguesas ganham saliência, a história prevalece e o elemento democrático se expande, amparado nos interesses e situações de classe da maioria (Fernandes, 1979, p. 14).

“Estrutura” é aqui entendida como a transformação capitalista, ou seja, como as relações capitalistas se desenvolveram no Brasil. Para manter a coerência com a descrição da burguesia como concierge social, a face autoritária dessa burguesia é realçada. E “história” é apreendida como a ordem social competitiva, materializada nas ações que lutam pela ampliação da participação política e cultural, ainda dentro da ordem. Assim, o conjunto dos trabalhadores intenta abrir as vias para sua intervenção na vida social do país, encampando o conjunto das lutas democráticas.

Na distinção entre “estrutura” e “história”, Fernandes indica o seu entendimento sobre a dissociação da burguesia de seus elementos revolucionários. Ao mostrar a aproximação entre “estrutura” e “história”, ele situa a relação entre o modo de produção e suas contradições. Quando o elemento burguês está desmoronando, a “estrutura” prevalece por conta do poder intrínseco à propriedade privada. Mas, quando o elemento democrático prevalece, ou seja, quando as reivindicações e mobilizações por espaço de ação das classes trabalhadoras estão em ascensão, há uma

possibilidade de transformação. Essa ação, portanto, é uma tarefa imediata da luta política proletária, colocando a revolução democrática no topo da lista de exigências do período. No entanto, o autor destaca a necessidade de se atentar para os equívocos e confusões:

A partir do elemento burguês da democracia tem-se feito a defesa militante do liberalismo e ou da democracia parlamentar. É igualmente legítimo fazer o inverso: a partir do elemento proletário da democracia, fazer-se a defesa do socialismo e da revolução social. Não mais como K. Mannheim, em busca de uma “terceira via” (“liberdade com planejamento”), mas em busca de um novo padrão para a civilização industrial (Fernandes, 1979, p. 15).

A observação crítica aos elementos democráticos em debate indica uma breve síntese: 1) na formulação estratégica que Fernandes desenhou antes da consolidação da Revolução Burguesa, com a ascensão dos militares ao poder – amálgama entre burguesia brasileira, burguesia estrangeira e governo –, predominou a ênfase no planejamento social como uma via de aceleração da história e, portanto, do papel que a educação, principalmente escolar, podia desempenhar; 2) no período pós-golpe, sua produção, alicerçada na leitura da realidade em mudança, se desenvolve e ganha em profundidade revolucionária, na medida em que avança para além do planejamento social e, sobretudo, coloca a educação em uma perspectiva mais ampla no sentido de uma ação de classe e não de certas instituições especializadas. Podemos afirmar, assim, que a influência de Karl Mannheim¹³ e o seu socialismo democrático é substituída pela influência de Lenin e Rosa Luxemburgo, além da teoria do imperialismo e da revolução socialista.

Com essa substituição, é possível perceber que Fernandes configura com clareza os papéis da democracia em sua estratégia. Além disso, ele não perde o foco com a produção revisionista ou oportunista, como fica evidente no trecho:

¹³ Uma recente pesquisa acerca dos estudos de Fernandes sobre Mannheim e Karl Marx pode ser encontrada em Cêpeda e Mazucato (2015).

A democracia só é legítima quando encontra ou recebe o consenso “burguês”. Ou, o que é pior, dilui a classe operária em uma massa amorfa, que opera como elemento de manobra da “ordem” – os sindicatos põem-se na vanguarda da defesa da democracia parlamentar e deixam de questionar se deveriam possuir um “poder de barganha” ou um “contrapoder” (um poder antiburguês), como ocorre nos Estados Unidos. O poder se concentra no tope: os “mais iguais” (Wilbert Moore) não encontram a legitimidade do exercício da dominação ameaçada. Ao contrário, há uma lógica e uma mística do consenso democrático, que coloca o subproletário e o operário ao lado do estabelecimento, (do “establishment”, da “lei”, da “ordem”, do que é “estabelecido” e “seguro” etc.), como campeões da *democracia* e do *estilo democrático* de vida (Fernandes, 1979, p. 26).

Não há margem de dúvida sobre o caráter da democracia e do Estado na sociedade de classes para Fernandes. A legitimidade democrática serve aos dominantes, principalmente quando incorpora parcelas da classe trabalhadora em suas teias. O que Fernandes chama de “democracia de cooptação” é exatamente essa confusão entre meios e fins no seio dos revolucionários. Ela torna-se, assim, uma armadilha montada pelos “donos do poder”. O que está em jogo são as relações de produção, o regime de propriedade em si mesmo, e não apenas as manifestações políticas delas. Fernandes afirma:

No entanto, por causa mesmo da propriedade privada, da propriedade privada dos meios de produção e da base estrutural-dinâmica do crescimento do capital (apropriação da mais-valia relativa), o Estado democrático sempre foi, ao mesmo tempo, instrumento de poder e de dominação de classe (Fernandes, 1979, p. 29).

As novas fases do desenvolvimento do capital em âmbito mundial como manifestação do “imperialismo total” podem alterar os mecanismos de cooptação nos conflitos de classe, mas não apagam os antagonismos. No capitalismo monopolista, a integração de ações políticas e econômicas dá uma amplitude de intervenção contrarrevolucionária sem precedente na história. Portanto, as reivindicações democráticas

precisam estar situadas de maneira clara para não se confundirem com os hibridismos pluralistas pós-modernos.

O enlace entre “imperialismo” e “multinacionais” apresenta não o produto final da “democracia pluralista”, mas o Estado capitalista que se torna necessário nesta era conturbada e de desafio da história (Fernandes, 1979, p. 31).

Nos excertos acima, fica evidente a distinção que Fernandes faz entre a democracia como elemento de incorporação na ordem burguesa e a luta democrática como elemento revolucionário. Do ponto de vista de quem busca a compreensão do ferramental crítico da obra do sociólogo, não se pode deixar sem indicação essas passagens, pois elas são fundamentais para o entendimento de sua compreensão da luta de classes no Brasil e, portanto, das características que ela pode e deve assumir se quiser ir além de uma reforma capitalista do capitalismo.

Uma maior complexidade de elementos a serem somados ao debate pode ser encontrada em Lenin, ao discorrer especificamente sobre a questão da democracia. A partir da experiência da Comuna de Paris, o russo escreve sobre a transição socialista e as tarefas da classe trabalhadora nesse período e assim afirma:

Assim, ao destruir a máquina estatal, a Comuna aparentemente “apenas” a substitui por uma democracia mais completa: supressão do exército permanente e total elegibilidade e removibilidade de todos os funcionários. Mas, na realidade, esse “apenas” representa uma substituição gigantesca de umas instituições por outras, essencialmente diferentes. Encontramo-nos exatamente diante de um caso de “transformação de quantidade em qualidade”: a democracia, levada à prática do modo mais completo e consequente que se pode conceber, transforma-se de democracia burguesa em democracia proletária, de um Estado (força especial de repressão de uma determinada classe) em algo que já não é um Estado propriamente dito (Lenin, 1987, p. 87).

Em Fernandes, essa transição é elaborada sob a categorização de “revolução dentro da ordem” e “revolução contra a ordem”. É per-

ceptível que a influência leninista pesa nessas categorias e, além disso, implica na calibração dos conceitos de “revolução democrática” e “revolução nacional” como elementos mobilizadores da luta de classes vinculadas ao momento “dentro da ordem”.

No caso brasileiro, em que se vive num ambiente marcado pelo conservadorismo e pela repressão da burguesia sob o capitalismo dependente, o potencial explosivo do processo dentro da ordem é definidor do que se chama ponto zero da estratégia florestaniana, qual seja o pressuposto de que a burguesia não pode e não quer realizar nenhuma abertura política democrática.

Como as interfaces desses momentos mencionados são muito tênues, Fernandes precisa comparar e estruturar o pensamento em relação a outras experiências. Para cumprir esse objetivo, ele reflete sobre os mecanismos de mudanças sociais:

A reforma é sempre, nas sociedades capitalistas, para a ordem existente, um processo de reprodução do sistema capitalista. Quer dizer: se ela ultrapassa esse nível, os partidos ou movimentos são destruídos. Daí o fato que na Suécia, na Inglaterra e em várias outras experiências do socialismo civilizado redundou em reforço do capitalismo. Lutar pela reforma é também lutar pela revolução. A afirmação de Marx e Engels naquele ensaio que eles escreveram, Mensagem aos Comunistas Alemães, em que a revolução é vista como permanente, essa afirmação continua válida até hoje. Portanto, *a aceleração de uma revolução burguesa pode conduzir a uma negação da revolução burguesa e ao advento de uma revolução socialista*. Mas, apesar disso, o quadro histórico atual é diferente, porque os países capitalistas estão envolvidos num processo de contra-revolução mundial, que quebra os liames entre reforma e revolução. Aquilo que Miliband escreve no livro *O Estado Capitalista, uma combinação de repressão e esperança*, isto desaparece no horizonte atual. A repressão ganha cada vez mais espaço e a esperança vai minguando, pelo menos em termos proletários e de socialismo proletário (Fernandes, 1994, p. 150-151, grifos nossos).

Nesse argumento, o autor apresenta um cenário em que a combinação de repressão e esperança se desfaz, ou seja, o que sobra em uma sociedade de capitalismo dependente é a repressão, derivada do caráter autocrático de classes. No entanto, está também presente em seu pensamento a dialética da aceleração da revolução burguesa, que pode transformar-se em revolução socialista, pois as classes que personificam esses interesses estão postadas no cenário mundial de luta de classes. De um lado, os trabalhadores procuram se afirmar pelas experiências de transição socialista e, por outro, o capitalismo tenta combatê-los como contrarrevolução mundial. Os desdobramentos dos diferentes cenários são desenhados pelo autor e, por força das pressões práticas da luta de classes, existe uma aposta na tendência a seguir. No caso, Fernandes apostou na tendência ao recrudescimento da autocracia e não em sua autorreforma¹⁴.

A análise do pensamento do professor Florestan Fernandes e a sistematização de sua formulação estratégica requerem, no entanto, uma breve incursão no debate histórico sobre as diferentes estratégias político-revolucionárias dos trabalhadores no Brasil.

O debate atual sobre a estratégia

Mauro Iasi (2012), ao debater o comportamento da classe trabalhadora e tentar entender como se dão os processos de luta nos diferentes períodos históricos, assinala que existem armadilhas a serem evitadas. Uma delas é acreditar que o comportamento de classe é uma “mera intencionalidade subjetiva”, ou então uma “simples determinação de uma objetividade dada”. Na busca de uma explicação que apreenda a complexidade dessa análise, ele afirma:

¹⁴ Sobre o assunto, consultar o capítulo 7 de *A Revolução Burguesa no Brasil*, publicado por Fernandes em 1987.

Acreditamos que as coisas não são tão simples, trata-se de uma síntese de fatores subjetivos e objetivos, mas é preciso refletir sobre a objetividade contida nos ditos fatores subjetivos, da mesma forma que a maneira como a ação política da classe e suas direções incide concretamente no desenho final da objetividade que determinou essa ação. Por isso, quando falamos de um determinado comportamento da classe trabalhadora, devemos relacioná-lo a uma estratégia determinada em um certo período histórico, não como uma escolha arbitrária de uma certa direção ou vanguarda, mas como uma síntese que expressa a maneira como uma classe buscou compreender sua formação social e agir sobre ela na perspectiva de sua transformação (Iasi, 2012, p. 288).

A construção da crítica às estratégias político-revolucionárias é parte fundamental da tentativa de síntese teórico-prática produzida por Fernandes no decorrer de sua obra. Há uma concordância com Iasi e possível perceber que o sociólogo paulista incorporou elementos objetivos e subjetivos de uma situação revolucionária. Para desenvolver essa crítica, foi preciso apreender a leitura da realidade hegemônica em cada período histórico. Iasi (2012) aponta duas grandes estratégias da classe trabalhadora no Brasil: a democrática nacional e a democrática popular¹⁵. O autor acrescenta a importante recomendação:

Deve-se destacar que não é possível, nem pertinente, atribuir a responsabilidade pelo desenvolvimento de uma estratégia nem de seu desdobramento a um ou outro intelectual, no entanto, os elementos das diversas formulações teóricas que buscavam acertar contas com o período que se encerrava guardam os germes daquilo que se desenvolveria como formulação determinante no período que se abria (Iasi, 2013, p. 7).

Tal indicação metodológica inclui a crítica teórica e política no campo do debate público. Para dar vazão à crítica, o autor empreende uma

¹⁵ Tais estratégias foram indicadas também por Alberto Passos Guimarães, em 1960. Além disso, ambas são, no tempo presente, objeto de estudos e discussões no âmbito acadêmico e político-organizativo.

primeira síntese de formulação estratégica denominada “democrática nacional”, em que caracteriza a realidade brasileira por sua

[...] prevalência de uma estrutura agrária tradicional e o imperialismo, por um lado, e os vetores que apontavam para o desenvolvimento de um capitalismo nacional, por outro. Nessa leitura, tanto o imperialismo como o latifúndio (expressão mais nítida da estrutura agrária arcaica) impedia o desenvolvimento do capitalismo brasileiro (Iasi, 2012, p. 289).

Nesse entendimento, o perfil da revolução brasileira era anti-imperialista e anti-latifundiária, o que situava a burguesia nacional no arco de alianças dos trabalhadores. A principal organização legatária dessa perspectiva foi o Partido Comunista Brasileiro (PCB). No entanto, já vimos que Fernandes entende a transformação capitalista de uma maneira muito mais complexa e totalizadora; além disso, sua crítica recai sobre a ação caudatária da classe trabalhadora nesse período.

Iasi (2012) acrescenta à crítica um aprofundamento teórico importante no que diz respeito ao conceito de imperialismo, cotejando o entendimento de Kautsky e Lenin sobre o fenômeno. No entendimento de Kautsky, o imperialismo

[...] consiste na tendência de toda nação capitalista industrial a submeter ou anexar, cada vez mais, regiões agrárias mais extensas, qualquer que seja a origem étnica de seus habitantes” (Kautsky apud Iasi, 2012, p. 290).

Para Lenin, “[...] o imperialismo é o capitalismo em sua fase de desenvolvimento, na qual toma corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, na qual adquire importância a exportação de capitais” (Lenin apud Iasi, 2012, p. 290). Essa distinção é importante, pois recoloca a questão da forma da transformação capitalista no Brasil, quais os tempos históricos e qual a estrutura de classes que dela deriva. Feita essa leitura, torna-se possível apreender e formular a respeito das tarefas concretas da classe trabalhadora. Ao apontar a distinção entre os conceitos de imperialismo, Iasi (2012) afirma:

O que nos chama atenção é que, partindo da definição de Kautsky, o imperialismo se apresenta como fator de entrave ao desenvolvimento das relações capitalistas nas áreas em que se impõe; ao passo que compreendendo o fenômeno a partir da concepção de Lenin, o imperialismo se torna um fator de generalização das relações capitalistas. Por esse ângulo altera-se substancialmente o caráter da revolução. Para Kautsky, trata-se da revolução nacional; para Lenin da antesala da revolução socialista (Iasi, 2012, p. 291).

Essa observação é útil para interpretar parte do pensamento de Fernandes no que diz respeito ao caráter da revolução no Brasil, o seu entendimento de imperialismo e sua compreensão sobre a questão da revolução nacional. O próprio Florestan, ao debater criticamente com a interpretação do “colonialismo interno”, chega à elaboração:

[...] no plano da luta de classes e da oposição política articulada, ela (a teoria do colonialismo interno) aparece sob as bandeiras do combate ao “feudalismo”, às estruturas arcaicas da produção e, principalmente, do anti-imperialismo. Alguma coisa é melhor que nada! No entanto, a teoria do colonialismo interno concede uma vantagem estratégica às classes dominantes: ela negligencia demais a necessidade de uma investigação rigorosa das formas de estratificação engrenada ao capitalismo neocolonial e ao capitalismo dependente; põe em segundo plano a luta de classes propriamente dita, concentrando o impacto sobre os efeitos construtivos da mudança social espontânea, do desenvolvimentismo e, em particular, da secularização e burocratização inerentes à expansão do urbanismo e do industrialismo (Fernandes, 1981b, p. 79).

No início dos anos 1980, o pensador paulista indica sua crítica à assim chamada estratégia democrático-nacional. Isso fica evidente na sua apreensão do fenômeno do urbanismo e do industrialismo, entendidas como variáveis das relações capitalistas em desenvolvimento que capturam os conflitos de classe em uma órbita estritamente burguesa. O autor estreita, assim, as possibilidades de aproveitamento revolucionário das contradições inerentes ao regime de classes.

Outro elemento apresentado à reflexão sobre a estratégia demo-

crático nacional é a falácia embutida na compreensão de que o desenvolvimento “nacional” traria as condições para a revolução socialista, demonstrando a incompreensão dos mecanismos de contrarrevolução envoltos neles:

Aí se encontra a falácia, o crescimento das relações capitalistas vem acompanhado dos meios políticos próprios do capitalismo desenvolvido, seja na sofisticação de seu Estado, seja através dos meios, diretos e indiretos, de amoldamento da classe trabalhadora à ordem do capital, levando ao “aburguesamento” descrito por Lenin ou ao “transformismo” nas palavras de Gramsci (Iasi, 2012, p. 293).

Os meios políticos de amoldamento da classe trabalhadora são parte da transformação capitalista, analisados por Fernandes em suas obras sobre a Revolução Burguesa nas quais destaca como principal característica o padrão ultraconservador da luta de classes e a autocracia como forma política de Estado.

Nesse ponto, podemos apreender uma concordância de fundamentos entre Iasi (2012) e as ideias de Florestan Fernandes no que diz respeito à crítica a formulação democrática nacional. É importante ainda evidenciar como se desfralda historicamente a estratégia democrática popular.

Iasi (2012) dialoga com Florestan Fernandes e Caio Prado Júnior sobre a estratégia nascente. Caio Prado Júnior foi um teórico do PCB que se contrapôs às “verdades consagradas” e “esquemas abstratos” no partido.

Os esquemas abstratos aos quais se refere Caio Prado dizem respeito às formulações do VI Congresso da Internacional Comunista, em 1928, que afirmava que a passagem para a ditadura do proletariado não seria possível em países classificados como “coloniais e semicoloniais”, sem que fosse necessário transitar por uma série de “etapas preparatórias”, em outros termos, “por um período de desenvolvimento da revolução democrático-burguesa” (Iasi, 2012, p. 294).

O apontamento de Prado Júnior é contundente e implicou no afastamento do teórico do Partido. A afiada lâmina teórica desse autor nos brinda com outra crítica demolidora:

A “burguesia nacional”, tal como é ordinariamente conceituada, isto é, como força essencialmente, anti-imperialista e por isso progressista, não tem realidade no Brasil, e não passa de mais um destes mitos criados para justificar teorias preconcebidas; quando não pior, ou seja, para trazer, com fins políticos imediatistas, um correlato e igualmente mítico “capitalismo progressista”, o apoio das forças políticas populares e de esquerda (Prado Júnior apud Iasi, 2012, p. 296).

A inexistência de uma burguesia com caráter nacional tem implicações profundas na estratégia, pois indica que, na política de alianças, os trabalhadores não podem contar com a possível ação progressista dessa classe. De acordo com Iasi (2012), Prado Júnior entrou em um paradoxo ao afirmar o equívoco dos esquemas abstratos do partido. Por um lado, o partido interpretou erroneamente a estrutura e os interesses de classe no Brasil e, de outro, a afirmação da irrealizabilidade do socialismo, naquele momento, pela falta de condições mínimas para as transformações que ele exige. O que fazer então?

Iasi (2012) demonstra que Prado Júnior indicou a constituição de um campo “popular” composto por trabalhadores do campo, da cidade e pelas massas urbanas, contraposto ao bloco conservador, composto pelo latifúndio, pela burguesia imperialista-monopolista e pela burguesia brasileira, esta associada de forma subordinada.

Esse campo popular era caracterizado pela necessidade de controlar os rumos da mudança social, desenhando-se a seguinte conjuntura:

A negação da estratégia nacional democrática e sua aliança com a burguesia levam a afirmação de um desenvolvimento que se sustenta nas demandas da maioria da população, ainda não socialista, mas não mais acreditando no mero desenvolvimento de um capitalismo nacional e a lógica do lucro e da iniciativa privada como vetores de

um desenvolvimento que enfrente as demandas populares (Iasi, 2012, p. 299).

No entanto, essa caracterização deixa ausente um agente importante para a análise: o Estado. Segundo Iasi (2012), é sobre esse tema que Fernandes contribui. A compreensão de Florestan sobre a Revolução Burguesa como uma “contrarrevolução preventiva” leva Iasi¹⁶ a entender que, no Brasil, essa mudança assume

[...] uma forma não clássica, ela se dá pela aliança da burguesia, na verdade um setor oligárquico aburguesado, com a própria ordem arcaica, ou seja, realiza a revolução burguesa, mas não seus aspectos nacionais e democráticos. Nos termos de Florestan, trata-se de uma revolução dentro da ordem e não fora da ordem, ou se preferirem, de cima e não de baixo (Iasi, 2012, p. 301-302).

A continuidade da argumentação de Iasi (2012) é marcante. O debate chega a uma disjuntiva, pois “[...] estamos falando de uma via não clássica da via não clássica” (Iasi, 2012, p. 302). A decorrência desse entendimento é que não haveria um desenvolvimento autônomo do capitalismo brasileiro, mas sua inserção como “[...] área de influência da dominação imperialista, isto é, área de exportação de capitais” (Iasi, 2012, p. 302).

Nesse sentido, a forma imperativa de Estado é autocrática, necessária para reprimir e manter o controle sobre os deserdados. No entanto, isso é sempre transitório, como lembra Iasi (2012), pois a crise do poder burguês é iminente. O autor sintetiza ainda dois cenários constataados por Florestan Fernandes:

Um primeiro cenário seria uma espécie de autorreforma da autocracia na direção de incorporar aqueles setores naquele

¹⁶ Há, aqui, uma discordância de Florestan Fernandes com Iasi (2012), pois, em seu entendimento, não se trata de uma revolução dentro da ordem, mas sim da forma política como se materializou a revolução burguesa no Brasil. A revolução dentro da ordem seria o tensionamento que os trabalhadores podem levar à ordem, na medida em que reivindiquem as tarefas democráticas e nacionais que a burguesia, no capitalismo dependente, não pode realizar sem se destruir ou se fragilizar como classe.

momento não diretamente envolvidos no restrito círculo de poder burguês; um segundo cenário, dado o caráter estrutural das determinações que se encontram na base da autocracia burguesa, seria a continuidade e o fortalecimento da autocracia burguesa no Brasil (Iasi, 2012, p. 305).

Segundo Iasi (2012), Fernandes estaria descrente quanto à “revolução dentro da ordem” e aponta que estaríamos em um momento de passagem entre passado (revolução burguesa) e o futuro.

A massa daqueles que são colocados fora do círculo do poder burguês apresenta demandas que se chocam com os interesses da continuidade da acumulação de capitais, não porque sua natureza em si coloque essas demandas fora da ordem do capital, não é o caso, mas pelo fato que o poder burguês aqui se articula com a totalidade da acumulação do capital mundial e seu papel na lógica das contratendências à queda da taxa de lucro é operar como áreas de superexploração que sustentem o centro do sistema, assim como as classes dominantes locais, tornando tais demandas uma ameaça à ordem (Iasi, 2012, p. 305-306).

E continua:

Um poderoso movimento de massas, organicamente vinculado à classe operária e que apresentasse as demandas das classes trabalhadoras, mesmo nos limites da ordem burguesa, se chocaria com este Estado e a intransigência dos setores dominantes, exigindo uma ruptura que levaria à revolução “fora da ordem”. Como vemos, é o caráter da autocracia burguesa que permite a dinâmica que leva à revolução permanente. [...]. Existiria um conteúdo da revolução burguesa não realizado, como vimos, e que o autor denominará de tarefas democráticas em atraso e que, no quadro argumentativo exposto, só poderiam ser realizadas por uma aliança de classes no campo popular e no sentido do socialismo (Iasi, 2013, p. 11).

Ao apresentar essa perspectiva, Iasi (2012) mostra a contribuição de Florestan Fernandes para entender o momento atual do capitalismo brasileiro. Trata-se de “[...] entrelaçar os mecanismos de uma democracia de cooptação com a organização e o funcionamento do Esta-

do autocrático” (Fernandes apud Iasi, 2012, p. 306). Dessa maneira, o conteúdo da “democracia de cooptação” passa a ser uma das chaves de leitura do período histórico pós-ditadura e, por conseguinte, a peça fundamental para se interpretar a estratégia política colocada em ação pela classe trabalhadora nos últimos trinta anos.

De acordo com Iasi (2012):

Sinteticamente, podemos afirmar que a posição de Fernandes é que a revolução burguesa se realizou no Brasil não em sua forma clássica, portanto divorciada de seu caráter nacional e de seus elementos democráticos, o que leva à determinação da forma do Estado burguês como autocrático e sua revolução como, de fato, uma contrarrevolução preventiva permanente. Ora, esta será a base sobre a qual se erguerá outra dimensão fundamental da chamada estratégia democrática popular. [...]. Assim como para Caio Prado, ainda que por outros motivos, Florestan também acredita que uma revolução socialista seria naquele momento impossível, a apresentação das demandas democráticas não realizadas pela burguesia e que coincidissem com os interesses dos trabalhadores, levaria a um impasse cuja solução apontaria para a ruptura socialista (Iasi, 2012, p. 307).

A afirmação de Iasi (2012) segundo a qual, para Fernandes, a revolução socialista ainda não seria possível, é questionável. Ao que parece, o socialismo, para Florestan Fernandes, faz parte da formulação estratégica global de luta de classes, ou seja, de totalidade. Além disso, Iasi (2012) denomina o período da luta dentro da ordem de “transição para a transição”.

Resumidamente, os elementos centrais que Florestan Fernandes agrega à constituição da futura estratégia democrática popular são: a) A autocracia burguesa se funda em aspectos estruturais derivados da forma dependente do capitalismo brasileiro; b) A evolução particular da Revolução Burguesa no Brasil produziu uma separação entre o caráter burguês (a consolidação da ordem burguesa, que foi realizado) e o caráter democrático e nacional (que pelas determinações apontadas não foi realizado ou está

“em atraso”);c) a ausência de um movimento de massas de caráter socialista organicamente vinculado aos trabalhadores em geral e a classe operária em particular, leva ao fortalecimento da autocracia e de uma democracia restrita; d) a entrada em cena dos trabalhadores em 1978 permite a luta por uma democracia ampliada que inserindo os de baixo no campo político permitiria que uma revolução dentro da ordem se transforma-se em uma revolução “fora da ordem”; e) finalmente, esta passagem seria possível pela intransigência da burguesia e a impermeabilidade do Estado Burguês em relação às demandas populares (Iasi, 2013, p. 11).

Iasi (2012) retoma o fato de que a tese florestaniana acerca de uma revolução dentro da ordem articulada com uma fora da ordem não é de compreensão etapista, mas sim de uma perspectiva da revolução permanente. No entanto, essa combinação é “[...] por assim dizer, a alma da formulação democrática popular” (Iasi, 2012, p. 307).

Em seu livro *A metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*, de 2007, Iasi demonstra a apropriação da estratégia democrática e popular dentro do PT, em seus documentos oficiais, que contêm a afirmação de independência de classes como intenção, apontando para as tarefas democráticas e populares a serem realizadas. Na sequência de seus estudos sobre os fundamentos da estratégia, o autor encontra no pensamento de Fernandes algumas pistas sobre o caminho teórico e político da elaboração hegemônica do período mais recente da luta de classe no Brasil.

Seguindo sua argumentação, essa estratégia “[...] parte de um pressuposto semelhante ao que foi expresso por Florestan, isto é, a suposta impermeabilidade da burguesia brasileira e de seu Estado diante das demandas populares [...]” (Iasi, 2012, p. 310). Além disso, ao analisar o desfecho da estratégia política da classe nos últimos anos, Iasi (2012) pontua:

Pensada inicialmente como longo processo de acúmulo de forças que combinaria um braço de ação junto aos movimentos sociais e sindicais, ligados às lutas da classe trabalhadora,

e outro que refletiria esse crescimento de lutas através de patamares institucionais (sindicatos, organizações da sociedade civil e espaços institucionais conquistados via eleitoral nas administrações e parlamentares), processo este que deveria culminar na conquista do governo federal para que se desencadeassem reformas de caráter “anti-imperialista, anti-latifundiária e antimonopolista”; essa proposta sofreria uma inflexão significativa entre o VI e VII Encontros Nacionais do PT (Iasi, 2012, p. 310).

O autor aponta três processos que interviram para essa inflexão: 1) a possibilidade de uma vitória eleitoral no final dos anos 1980; 2) a reestruturação produtiva, que desmontou o movimento sindical e; 3) o desmonte das experiências de transição socialistas. Esses elementos são incorporados na estratégia de acúmulo de forças em uma conjuntura difícil, o que faz com que o “[...] programa tenda a um horizonte apenas democrático” (Iasi, 2012, p. 311).

A metamorfose, ou transformismo, se preferem, se dá no processo pelo qual acabam por se chocar dois interesses que até então formavam uma unidade: os interesses da classe trabalhadora retomando seu processo de luta com a crise da autocracia e os interesses de uma camada burocrática que se especializou na gestão dos espaços institucionais ocupados (partido, sindicatos, espaços governamentais ou parlamentares). Tal contradição se materializa na questão das eleições presidenciais e nas sucessivas derrotas de Lula (1989, 1994 e 1998), que leva um setor do PT a defender a tese segundo a qual seria necessário ampliar as alianças, o que implicaria uma moderação programática, para que fosse possível ganhar as eleições (Iasi, 2012, p. 312).

Tal fato não se dá sem uma justificativa “politizada” do processo:

Eles podem seguir acreditando que estão executando um momento tático de sua estratégia, acumulando forças até que um dia retomem as condições para a mítica ruptura socialista, transformada em horizonte que sempre se afasta quanto mais dele nos aproximamos (Iasi, 2012, p. 313).

A questão da meta socialista como horizonte é um dos problemas a serem debatidos ao se realizar uma avaliação das vitórias e derrotas da classe trabalhadora nos últimos anos. De acordo com Iasi (2012), “Não é, portanto, a definição do objetivo estratégico que define as diferenças entre certas concepções estratégicas, mas o *caminho proposto para alcançá-lo*” (Iasi, 2013, p. 5, grifos nossos).

Como Iasi (2012) realiza um balanço da estratégia democrática e popular, ele precisa focalizar o que se materializou na história. O sujeito dessa realização foi o Partido dos Trabalhadores, que concretizou o que Fernandes chamou de democracia de cooptação:

A base da democracia de cooptação é a focalização das ações sociais visando amenizar a pobreza absoluta ao mesmo tempo em que oferece condições para o crescimento econômico e, portanto, para a acumulação privada, aumentando a pobreza relativa (Iasi, 2012, p. 316).

Essa forma política, na verdade, foi um dos mecanismos utilizados para impedir o avanço da revolução socialista. Fernandes, por acreditar no caráter congenitamente autocrático da burguesia, não apostou em um cenário de mudança da natureza dessa burguesia. Assim afirma Iasi (2012):

A democracia de cooptação, genialmente antecipada por Florestan, mas por ele descartada como possibilidade, não veio da autorreforma da autocracia, mas, inesperadamente, do desenvolvimento da estratégia democrática popular madura que desloca para o governo um setor que emerge da classe trabalhadora e dela se afasta para negociar em seu nome o pacto que acaba por resolver os problemas de hegemonia que faltava à consolidação do poder burguês no Brasil. Querendo evitar os equívocos de um socialismo sem democracia, o PT acaba por implementar o pesadelo de uma burocracia sem socialismo (Iasi, 2012, p. 313).

Ao realizar essa avaliação, o autor chega à conclusão de que a “[...] estratégia democrática popular, que havia sido pensada como um cami-

nho alternativo para se chegar ao socialismo, torna-se mais um eficiente meio de evitá-lo” (Iasi, 2012, p. 313).

Podemos perceber que o caminho realizado por Iasi (2012) acompanha parte do pensamento de Florestan Fernandes. Contudo, existe um lapso no que tange à apreensão dos fundamentos da estratégia florestaniana. A síntese sobre o pensamento de Fernandes apresentada por Iasi (2012) demonstra como o Estado autocrático e o caráter autoritário da burguesia brasileira os tornaria impermeáveis aos apelos dos trabalhadores. No entanto, a história demonstrou que a permeabilidade não depende unilateralmente de uma das classes em luta; e que é necessário também incluir a ação do proletariado através de suas organizações políticas e sindicais na constituição da formação social em sua totalidade.

Para Fernandes, existe uma cronologia dos padrões de luta de classes no Brasil. Até a consolidação da revolução burguesa, havia elementos progressistas no interior da burguesia brasileira. No entanto, após o golpe de 1964, isso se desvaneceu, alterando o caráter das mudanças sociais e, em consequência, da utilização do Estado nos conflitos sociais. No período da Nova República, nos anos 1980, e com a entrada dos trabalhadores na cena política, há uma alteração dos padrões de incorporação das diferentes classes e frações de classe à ordem burguesa. De um lado, existe a desmobilização dos militares e, de outro, uma crescente organização dos trabalhadores, materializada no PT, CUT e MST. O fenômeno resultante é a possibilidade de um movimento socialista forte, ligado às organizações e aos partidos nitidamente proletários. No entanto, ainda insuficientes.

Se Fernandes compreende a insuficiência do movimento socialista no país, apontado por Iasi (2012) corretamente, ele também admite que a transformação capitalista, juntamente com a urbanização e a industrialização massiva, produziria alterações das relações de produção. O processo criaria uma classe trabalhadora em crescente contradição com o sistema de exploração capitalista, o que levaria a um possível amadu-

recimento político organizativo. Em seu texto de 1978, *Movimento socialista e partidos políticos*, o sociólogo paulista elenca vários entraves às possibilidades construtivas dos trabalhadores.

As classes trabalhadoras já possuem alta densidade dentro da sociedade civil; contudo, são conservadas sem participação e sem voz na sociedade política. Elas cobram, pois, sua autonomia como classe. Exigem um novo acoplamento da sociedade civil à sociedade política, o que significará, de imediato, a extinção da democracia restrita e o aparecimento de uma democracia de participação ampliada, imposta pelas classes subalternas. Portanto, as pressões operárias, de modo específico, saturam o espaço deixado vazio pelas classes possuidoras; o que uma burguesia débil se recusa ou vacila em fazer é desatado pelo movimento operário. Nessa oscilação, as pressões radicais de baixo para cima surgem com um forte teor anticapitalista e com uma polarização socialista espontânea; [...] (Fernandes, 2011, p. 245).

Essa indicação encaixa-se no conjunto do problema político-organizativo da formulação estratégica: a essência da ação burguesa e a reação do proletariado. Se uma democracia restrita pode ser transformada em uma democracia de participação ampliada, isso ocorre porque existe a materialidade da ação de classe, criada pelo vácuo da ação burguesa.

Em suma, a revolução burguesa em atraso toma um feito peculiar, reacionário e contrarrevolucionário, essencialmente antissocial, antinacional e antidemocrático; tanto a revolução nacional quanto a revolução democrática passam a constituir uma função da eclosão do Povo na história. A revolução em avanço é Socialista e Cuba simboliza esse fato (Fernandes, 2011, p. 246).

Fernandes entende que a burguesia é impermeável às reivindicações. De um lado, é possível perceber que ele estava certo se levarmos em conta a parcela da burguesia que ele analisa; por outro lado, a consolidação da auto-reforma se deu exatamente pela incorporação de setores representativos dos “de baixo” no sistema de poder burguês

via PT e CUT, já nos anos 2000. Assim, a contaminação burguesa nas organizações dos trabalhadores inviabilizou uma estratégia efetivamente socialista, transformando a estratégia democrática e popular no “fim” e não em “meio” para atingir a ruptura com a ordem burguesa.

Assim, analisando a estratégia democrática popular, a educação pública não é mais apenas uma ação tática de exercício político da classe, mas uma forma desenvolvida de democracia ainda dentro da ordem. Desse fato decorrem as críticas ao encaixe do tema da educação nas estratégias políticas da classe. Além disso, há também uma melhor localização do tema educacional nos diferentes períodos históricos da luta de classes, pois se, entre as décadas de 1960 e 1980, a defesa da escola pública era uma bandeira “com forte teor anticapitalista”, isso precisou ser reavaliado na medida em que as relações entre as classes se alteraram.

O sociólogo paulista produziu sua obra madura, do ponto de vista estratégico, nos anos 1980 e foi aí que se debateu com as heranças do período militar. Nesse contexto, ele afirma:

O “confronto com a ditadura” se dissociou das miragens da democracia representativa e constitucional. Como a ditadura exprime a dominação das classes possuidoras nacionais e estrangeiras, a luta contra o Estado autocrático burguês converte-se, automaticamente, em luta por uma democracia popular, proletária e socialista (Fernandes, 2011, p. 246).

O trecho supracitado deixa evidente a intencionalidade socialista do autor, o que não significa que estão dadas todas as condições para a realização do caráter socialista da revolução. Para tal, é necessária a criação de algumas condições chamadas de subjetivas por Lenin e, também, uma acurada leitura da conjuntura na qual se desenrola o drama.

Para tanto, a criação de um movimento socialista, independente e autônomo é prioritário. Nesse sentido, Fernandes indica uma forma peculiar de entender a educação.

Dadas as condições expostas, imperantes na América Latina em geral e no Brasil em particular, a prioridade cabe forçosamente àquilo que se poderia definir como a *socialização política comum* (pode-se dizer que sem partidos socialistas não haverá nenhuma *educação socialista das massas*, o que é verdadeiro, pois o movimento socialista não existe in abstracto, independentemente dos partidos socialistas). [...] a prioridade do movimento socialista vem do fato de que é essencial atender-se às exigências do trabalho comum mais elementar de absorção e difusão dos ideais e da ideologia socialistas (Fernandes, 2011, p. 247, grifos nossos).

As categorias educação e socialização política estão incluídas no conjunto de sua formulação sobre o caráter da revolução brasileira e da forma política da organização realizadora daquela. Ou seja, para o autor, é intrínseca a relação entre educação revolucionária e estratégia política revolucionária, na qual a primeira é determinada pela segunda. No interior dos conflitos do período, é preciso apontar as técnicas políticas de ação.

A luta política contra a ordem imperante na sociedade capitalista é conquistada palmo a palmo, dia a dia; a avalanche surge como produto de um patamar construído laboriosamente. Não se deve partir da avalanche, mas do terreno conquistado e conquistável. Essa é a lição que se deve extrair dos fatos. As pressões radicais de baixo para cima ainda são espontâneas e incipientes; até que elas se tornem organizadas e maduras, devemos percorrer um longo caminho de imprevistos e ziguezagues. [...]. Se não se compreender a necessidade de tal estratégia, a pressão criadora das comissões de greve, dos sindicatos e do movimento operário será neutralizada e incorporada aos dinamismos capitalistas de transformação e perpetuação da ordem (Fernandes, 2011, p. 248-249).

A compreensão da estratégia no sentido indicado por Clausewitz (1996) demonstra como a combinação das ações é fundante de uma possibilidade revolucionária e não a sua apreensão isolada. O trecho acima é claro quanto aos tempos em que a classe vive – tempos de ação clandestina e construção paciente das vias de eclosão da avalan-

che proletária. Enquanto isso não ocorre, a atenção dos trabalhadores precisa ater-se a construção de sua autonomia e independência. Mesmo as ações mais prosaicas, como as greves, perdem toda a eficácia se não estiverem inseridas num conjunto de ações encadeadas.

Por consequência, as alianças com outras frações de classe(s) ocorrem com base nos interesses históricos e imediatos dos trabalhadores. No entanto, a burguesia também organiza sua intervenção na história.

As burguesias da periferia não se aliam mais para favorecer o povo, as classes trabalhadoras ou algum ideal abstrato de democracia. Quando elas se aliam, isso significa que elas podem manipular o antagonismo de classes e submeter a desgaste ou à pulverização as pressões radicais de baixo para cima, elas são fracas e se fortalecem através de alianças (com o imperialismo ou com o Povo) (Fernandes, 2011, p. 250).

A política de alianças burguesa não deveria impressionar aos trabalhadores, sobretudo relacionada a qualquer tipo de “compromisso”. A história demonstrou que a classe dominante quer sempre, em primeiro plano, a manutenção da ordem burguesa. Em vários momentos do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, os trabalhadores foram iludidos com uma política “reboquista”¹⁷ e, assim, perderam a capacidade de ação autônoma, defendida insistentemente por Fernandes.

Por outro lado, o autor também afirma as deficiências organizativas entre as classes trabalhadoras e, num trecho longo, demonstra uma clareza fundamental:

Já deparamos, na evolução da sociedade brasileira, com outras irrupções similares da pressão das massas populares e das classes trabalhadoras; elas se diluíram e se perderam dentro da ordem, ou porque eram muito fracas e foram pulverizadas sem contemplação (como aconteceu na década de 1910), ou porque se viram incorporadas aos dinamismos políticos de consolidação da ordem existente (como ocorreu

¹⁷ Termo usado por Gregório Bezerra em suas Memórias, citado por Fernandes em *A contestação necessária* (1995).

nas composições da demagogia com o radicalismo pequeno-burguês nacionalista e populista, da queda do Estado novo em diante). Ora, essas pressões poderão dissipar historicamente se não encontrarem o suporte político do movimento socialista e um meio de expressão institucional a ser fornecido pelos partidos socialistas. Seria uma “repetição do passado” em novos quadros históricos. A propensão para que isso suceda não é tão aleatória. É que as referidas tensões refletem duas conexões distintas. Em um plano histórico superficial, em termos de conjuntura, elas respondem ao encrespamento da dominação burguesa, de sua ditadura de classe e de seu regime de exceção. A reciclagem da contrarrevolução poderia dar às classes dominantes a possibilidade de absorver e eliminar tais tensões, fazendo-as desaparecer dentro da ordem (com ou sem a cooperação das “forças esquerdistas”). Bastaria, para isso, reduzir tais pressões ao que elas possuem de imediatista, fixando-as, de um lado, ao “combate à ditadura” (ou, alternativamente, à “reimplantação da democracia” = sic!) e vinculando-as, de outro, a um puro economicismo (a reivindicações salariais, “condições de trabalho” e “negociação direta” entre trabalho e capital = sic!). Essa ótica burguesa conservadora esvaziaria aquelas pressões, tornando-as passageiras e inconsequentes. O mal é que essa ótica já penetrou na linguagem de vários grupos da esquerda, que aparentemente se preocupam mais com um socialismo elitista que com o poder real do proletariado. (Fernandes, 2011, p. 251-252).

A passagem traz uma reflexão importante para o sentido geral da formulação estratégica, pois nos remete a compreender o jogo do inimigo de classe em movimento. A burguesia sempre apresenta a possibilidade de diluição das demandas populares no interior da ordem, o que se torna um padrão na história da luta de classes.

O autor também chama a atenção para a preocupação com os “desvios” dos grupos de esquerda, pois parte da produção teórica sobre a estratégia deve apontar para os equívocos ou insuficiências das formulações teóricas incorporadas às organizações de classe. Em resumo, apreender os diferentes momentos das diferentes classes em luta é uma das funções da teoria revolucionária de Fernandes.

Ademais, o excerto elenca muitos elementos incorporados à prática política do período chamado democrático e popular. Ou seja, Fernandes anteviu os cenários possíveis de incorporação à ordem de demandas populares. Exatamente como o descrito, o PT cumpriu os papéis de uma burguesia radical sem, no entanto, conquistar a dita autonomia de classe.

Dando continuidade ao raciocínio, Fernandes elabora uma crítica aos mecanismos institucionais e organizativos dos trabalhadores:

Para que as classes trabalhadoras possam fazer face às novas funções contestadoras, que adquirem através da recente transformação do movimento operário e sindical, elas precisam de novos recursos institucionais. Ou seja, elas necessitam de partidos especificamente operários e que atuem de modo autônomo – isto é, sem absorver controles externos da burguesia e do Estado – como partidos especificamente socialistas (Fernandes, 2011, p. 254).

E continua:

Uma coisa é evidente: todos devem contar com legalidade e com espaço político suficiente *para desenvolver atividades de educação ideológica, mobilização política e criação de um pensamento socialistas próprio* (adequado às condições brasileiras e latino-americanas do presente). Outra coisa seria aconselhável: nem partidos socialistas gradualistas e reformistas deveriam oscilar tão violentamente para o centro ou para a direita, pois se converteriam em meros sucedâneos do radicalismo burguês e em instrumentos do cerco capitalista às revoluções socialistas em nossa era; nem os partidos socialistas revolucionários deveriam abolir por completo a tática das duas frentes, ficando à mercê do espaço político consentido dentro da ordem e das oscilações bruscas da repressão policial-militar (Fernandes, 2011, p. 256, grifos nossos).

É evidente, para Fernandes, que os riscos de acomodação à ordem estão diretamente ligados à incapacidade das organizações políticas efetivarem ações independentes e autônomas. Ao que parece, o autor está preocupado em verificar a inconsistência da política aliancista do PCB du-

rante os anos 1950 e 1960, nos quais a burguesia perfila-se como parceira de ação. Essa política de alianças na ação partidária não se configurou eficiente, pois tornou a classe trabalhadora caudatária da burguesia.

No trecho acima, Fernandes apresenta sua compreensão de educação como algo intrínseco à ação político-revolucionária, pois é parte da “mobilização política e da criação de pensamento socialista próprio”. A ação aliancista burguesa educa a classe trabalhadora em uma consciência burguesa.

A realização dessa educação ocorre na ação concreta dos trabalhadores, o que é resultado da transformação capitalista brasileira que alavanca o surgimento de movimentos contestatórios à ordem. Florestan Fernandes, em texto de 1978, alertava sobre as prioridades na conformação de um movimento socialista como ação das classes trabalhadoras em seu próprio terreno; e os partidos políticos como organização dessas classes em termos totalizantes, ou seja, quando está presente uma perspectiva global de luta de classes, atuando dentro e fora da ordem. Segundo o autor:

Como regra, onde o suporte material e a base política das potencialidades de negação da ordem das classes trabalhadoras são incipientes, amorfos ou “fracos”, o movimento vem a ser prioritário e a criação dos partidos o “fator de reforço” e de aceleração do crescimento das forças sociais e socialistas (Fernandes, 2011, p. 242).

O contexto histórico também é determinante do terreno sobre o qual se desenrola a formulação estratégica florestaniana. Ele considera a existência do bloco socialista como um fator acelerador das revoluções no mundo. A partir dessa perspectiva, a questão nacional ganhou contornos de centralidade no período em que a transição socialista podia exercer influência sobre o cerco capitalista dos países imperialistas. Fernandes diz, ao final da década de 1970:

Estamos em um mundo em que a revolução socialista é uma realidade histórica (o socialismo como alternativa para a

mudança do padrão da “civilização moderna”) e um terço da humanidade vive em regimes socialistas ou em transição para o socialismo. [...] A contraparte desse avanço está no endurecimento em escala mundial do cerco capitalista, tanto no combate ao “inimigo interno”, quanto na definição, solapamento e tentativa de destruição do “inimigo externo” (Fernandes, 2011, p, 242-243).

O autor afirma que esse contexto de expansão do bloco socialista e a tentativa de cerco capitalista criam as condições para intervenções totalitárias por parte das classes dominantes:

[...] tais processos se desencadeiam nas nações capitalistas centrais e periféricas, através dos Estados nacionais e de um sistema capitalista de poder que hoje é internacional (como a base material das formas de produção, distribuição e circulação do capitalismo monopolista, sob a modalidade de imperialismo nascida dessa unificação mundial do capitalismo). Não obstante, cumpre não exagerar. Essa evolução não elimina as contradições do sistema capitalista nem impede que a sua crise seja uma “realidade intrínseca”, apenas fortalecida e consolidada pelo embate em escala mundial com as nações socialistas ou semi-socialistas (Fernandes, 2011, p. 243).

Para o movimento socialista, a crise econômica intrínseca a lógica de acumulação capitalista significa a possibilidade de ruptura sistêmica, pois a internacionalização dos capitais traz em seu seio, também, as lutas proletárias internacionais. Por esse motivo, a existência do bloco socialista tem tanta importância na construção de uma via ao socialismo na América Latina. No que tange a formulação da estratégia, Fernandes afirma:

A pluralidade de modelos e de vias, se traz consigo uma fraqueza relativa provisória – vinda menos da multiplicidade de escolhas que de conflitos lamentáveis, os quais indicam que o socialismo revolucionário é tão suscetível de uma expressão nacional e patriótica quanto o socialismo reformista e gradualista -, enriquece e revitaliza o próprio socialismo, suscitando uma reformulação seja do uso dos planos, seja dos conteúdos e valores axiomáticos do humanismo socialista, seja pela necessidade de uma utopia central. Ao mesmo tempo, redefine

e invenção constante de tecnologias adequadas à conquista do poder sob o socialismo reformista e sob o socialismo revolucionário; e converte as experiências de transição para o socialismo no terreno de avaliação concreta das tecnologias aptas para alimentar as várias fases de desenvolvimento do socialismo (e, inclusive, para examinar criticamente a viabilidade da implantação do comunismo). Esse contexto é fundamental para quem vive nas áreas subdesenvolvidas e periféricas: ele delinea as possibilidades oferecidas na presente situação mundial ao movimento socialista e aos partidos socialistas; ou seja, quais são as forças mobilizáveis para quebrar e vencer o cerco interno e externo contra a expansão do socialismo (Fernandes, 2011, p. 243-244).

É nítida a preocupação do autor com a criação de uma via específica de transição ao socialismo em países periféricos e, para isso, ao mesmo tempo, quebrar o cerco capitalista. O seu esforço em produzir uma formulação global de luta de classes exige uma leitura das contradições iminentes ao capitalismo periférico, chamado de dependente; daí decorre a sua compreensão de luta de classes para expandir o espaço político dos trabalhadores e sua autoafirmação enquanto sujeito ativo, assim como sua insistência em apontar os erros das organizações políticas enfiadas em alianças ou ações medularmente dirigidas pela burguesia.

Contudo, a burguesia, nessas formações sociais dependentes, age no sentido de endurecer o regime, criando estruturas autocráticas de poder:

[...] esses regimes são parte de cerco capitalista à expansão do socialismo; eles eliminam todo o espaço político para qualquer manifestação autêntica de radicalismo burguês, o que quer dizer que eles tornam inviável qualquer “revolução dentro da ordem” por meios de mediações burguesas ou de forças especificamente burguesas de negação capitalista da ordem (nenhum estrato da burguesia se colocará contra os outros estratos da mesma burguesia; eles se fixam na defesa final da ordem capitalista, travando sua batalha de sobrevivência no terreno da defesa da propriedade, da empresa privada e do lucro; por conseguinte, os estratos da burguesia, incapazes de gerar pressões de baixo para cima, por meios

diretos ou indiretos – via Estado –, aniquilando assim a vinculação institucional e histórica das classes capitalistas com a revolução nacional e com a revolução democrática; ambas passam a depender de outros tipos de pressão e só se tornam viáveis na medida em que tais pressões possam vencer a resistência burguesa) (Fernandes, 2011, p. 244-245).

A explanação carrega em si uma notória capacidade de antecipação histórica. Fernandes acertou ao afirmar que a burguesia não faria uma manifestação radical, mas não considerou que parte da classe trabalhadora pudesse cumprir essa tarefa, como assinalou Iasi (2012), fato que nos leva a questionar a leitura de Fernandes sobre a impermeabilidade burguesa. Embora não tenha sido uma ação estritamente burguesa, ela foi executada pela parcela dos trabalhadores alçada à direção do governo e executada dentro de uma perspectiva burguesa. Os interesses da classe dominante foram garantidos pelas mãos de parte da classe operária. Merece nota o acerto de Fernandes ao dizer que uma política caudatária incorporaria as demandas operárias e as decapitaria das propensões revolucionárias.

Organização política e estratégia

A análise da incursão na atualidade presente na obra Fernandes torna possível compreender quais são as suas proposições organizativas e as indicações das tarefas políticas na revolução brasileira. A partir desse debate, é possível estabelecer de forma nítida a sua contribuição e os seus limites ao pensar uma via brasileira para o socialismo, com o foco nos papéis que a educação possa cumprir.

Devido à influência de Lenin na obra de Fernandes, a questão imediata que se coloca é relativa ao tipo de partido necessário para levar adiante as tarefas democráticas e nacionais. O sociólogo paulista afirma:

Na situação brasileira atual, é evidente que o partido proletário tem de ser um partido que seja capaz de combinar classe e massa e por isso ele tem de possuir os dois componentes

que Lenin descrevia em termos de uma combinação de planos legal e ilegal. Eu me vejo muito embaraçado em pensar como deveria ser o PT em termos de evidências que ainda não são claras na situação brasileira. Se um partido for capaz de desempenhar as tarefas históricas do proletariado, aí realmente ele, de um lado, vai acelerar as reformas e revoluções capitalistas que a burguesia não concretizou. Mas ele não pode ficar nisso, porque deixa de ser um partido proletário e revolucionário. Ele tem de ir além, de se colocar o problema da ditadura do proletariado, de ver que essa ditadura é uma forma política de democracia, e tem de se colocar o problema da transição para o socialismo, nas suas duas etapas, e do advento do comunismo (Fernandes, 1994, p. 151).

A combinação de um partido de massa e de quadros se insere na polêmica clássica entre Rosa Luxemburgo e Vladimir Lenin – a primeira, defendendo o partido de massas; o segundo, defendendo o de quadros. Os textos desses autores estrategistas sobre o tema são datados do início dos anos 1900¹⁸. Ambos reelaboraram suas concepções posteriormente, na medida em que a situação política e econômica se alterou. O que incomoda Fernandes é a indefinição do que deve ser o Partido dos Trabalhadores (PT), nas condições vividas em seu tempo, durante os meados de 1980. Mesmo assim, o autor aponta várias proposições para o Partido e, no entanto, poucas delas são levadas em consideração.

Para manter a coerência com sua matriz marxista, o sociólogo afirma que:

No caso brasileiro – e eu sou marxista e sou leninista – acho que estaríamos muito mais próximos de uma concepção que Lenin adotou em algumas ocasiões, de um partido de duas frentes: uma frente legal e outra subterrânea na etapa atual. Mas é obvio que esse partido não pode ser um partido pequeno, só de quadros. Ele tem que ser um partido de massas. Às vezes eu fico pensando na irresponsabilidade dos intelectuais, ao ficarem discutindo se o partido é de quadros,

¹⁸ Esse tema é valiosíssimo para a tradição revolucionária e faz jus a um estudo específico. A descrição aqui exposta é apenas uma síntese bastante genérica sobre o assunto.

se o partido é de massas. Um partido revolucionário deve ser necessariamente um partido de quadros e de massas. Se ele for um partido apenas de quadros, por mais revolucionário que seja, ele acaba se isolando e desaparecendo. Fica um movimento fanático e dogmático, enquanto um partido apenas de massas pode perder o componente revolucionário. Então, quadro e massa fazem parte da natureza do partido (Fernandes, 1994, p, 149-150).

A situação existente em meados das décadas de 1990, quando Fernandes escreveu sua análise, exigia que a organização política revolucionária agisse nas duas frentes de forma concomitante, pois, se abrisse mão de alguma delas, não estaria preparada para as armadilhas montadas pelo adversário. Além disso, ela não teria a capacidade de ação e reação diante da dinâmica de luta de classes no momento de derrocada da ditadura e construção da transição prolongada, forma como a burguesia desmobilizou os generais, mas negociou a continuidade da ordem burguesa.

A contribuição da teoria nesse partido também merece atenção:

Eu não acho que a consciência teórica deva ser o guia para a solução prática, porque estes problemas têm que ser definidos a partir da natureza da situação histórica. Quais são as tarefas do proletariado nessa conjuntura? É não pensar que o partido é o substituto do proletariado, que ele vai criar as condições para o proletariado se tornar revolucionário, etc. O partido é um instrumento de luta e não um substituto da classe e por isso ele pode, num dado momento, concentrar a força política da classe, dar à classe a capacidade de negar a ordem e de criar uma ordem social nova, diferente, uma sociedade democrática de novo tipo que permita depois eliminar as classes, o regime de classes, a sociedade civil, etc. (Fernandes, 1994, p. 151. Grifos nossos).

Logo na primeira frase fica evidente como o autor não é um idealista, pois não situa na teoria a solução prática. No entanto, em vários outros escritos, ele usa a frase de Lenin "Sem teoria revolucionária, não há prática revolucionária", presente na obra *Que fazer?*, escrito entre 1901

e 1902. Podemos perceber que Fernandes é legatário das concepções de organização de autores como Rosa Luxemburgo e Vladimir Lenin. É sabido que esses dois militantes e teóricos do socialismo tinham certas diferenças quanto à forma de organização dos trabalhadores. É exatamente por isso que se torna plausível pensar que Florestan tem influência de ambos, pois o autor é um estrategista da revolução brasileira e sabe que não pode copiar fórmulas. Conforme pontuamos anteriormente, existem certas regularidades históricas, ou elementos de universalidade, na constituição de uma estratégia e da organização necessária para sua implementação. Tal é a concepção de Florestan Fernandes:

A questão central para mim, em termos de análise leninista, é das tarefas do proletariado em uma situação histórica concreta. Eu acho que nunca passou pela cabeça de Lenin criar um modelo ideal de partido que depois deveria ser transferido para todos os países da periferia. O que existia na cabeça dele era o ideal da revolução proletária e é claro que ele considerava as condições russas em que a repressão e a opressão atingiram limites extremos. [...] A situação concreta do país é que vai determinar qual deve ser a natureza do partido revolucionário (Fernandes, 1994, p. 149).

A afirmação é peremptória: a materialidade determina a forma de organização. E, por isso, a leitura correta das contradições nessa realidade é fundamental para a direção política da luta, pois depende disso a formulação correta da combinação de diferentes ações táticas crescentemente mobilizadoras da classe.

O professor Florestan Fernandes viveu durante um período de grande agitação política, entre a derrota da leitura democrático nacional e o surgimento da estratégia democrático popular. Nesse ínterim, várias organizações se embrenharam na luta armada, influenciadas por uma leitura específica dos acontecimentos em Cuba, transplantando a teoria do foco guerrilheiro para a formação social brasileira. Ao ser convidado para integrar as fileiras de uma das organizações de guerrilha, tal é a resposta de Florestan para a pergunta “Depois de 1964, o senhor continuou na universidade?”:

Todos continuamos. De 1964 a 1969 assumi um papel ainda mais ativo. Já havia a Junta Militar, e eu ainda estava lutando. Percorri todo o Brasil, fiz conferências, cheguei a fazer quatro conferências em um dia em Porto Alegre. Houve uma tentativa de me arrastarem para a guerrilha. Enquanto um dos grupos se constituía, me foi oferecida a sua chefia. Aí eu disse: “Olha, devido à minha visão marxista da luta de classes eu não posso aceitar fazer parte da guerrilha” (Fernandes, 1991, s/p).

Em relação à questão “Que grupo era esse, professor?”, ele relata:

Eu não posso dizer, mas essas pessoas me procuraram por duas vezes na Faculdade de Filosofia. Formavam um grupo novo, que se aglutinava em termos radicais. Recusei dizendo que, como marxista, eu não podia aceitar, porque se a guerrilha não existisse, a ditadura precisaria criá-la para aprofundar a repressão e a contra-revolução. Não havia condições para uma ruptura no plano político, suficientemente profunda, para que a guerrilha pudesse ser o detonador de uma rebelião das classes trabalhadoras e das massas populares. Então, eu disse: “Não, eu não entro nessa.” Eu respeito muito os companheiros que morreram na guerrilha, porque deram demonstração de valor e altruísmo, sacrificaram a própria vida. Acho que a guerrilha tem chance quando está associada a um movimento de inquietação, de revolta, e nós não tínhamos aquilo. No final de 1968, a ditadura tinha de fazer comigo o que ela fez, porque assim como fui implacável na luta eles tinham de ser implacáveis na repressão. Fui submetido a Inquérito Policial Militar, processado, julgado e inocentado pela Justiça Militar e, finalmente, cassado pelo AI-5 e afastado da universidade (Fernandes, 1991, s/p).

É notável que a decisão de não entrar na guerrilha nos anos 1960, já durante a ditadura, reafirma sua compreensão de uma estratégia combinada entre a ação de massas e de quadros, portanto, não podia, mesmo respeitando a opção armada, concordar com a teoria guerrilheira na formação social brasileira.

Por aqui existia, naquele momento, uma diferenciação econômica considerável e a classe operária já dava sinais de amadurecimento políti-

co capaz de se lançar na arena política através de outro patamar organizativo. A necessidade de uma organização que fizesse a disputa política legal o levou para o PT, disputando as eleições de 1986 e 1990 como candidato a deputado federal. Mas essa tática, mesmo sendo defendida por ele, já dava sinais de deformações. O modelo burguês de ação organizativa estaria sendo incorporado pelo partido. Tal é a sua resposta ao questionamento “O que seriam estes modelos burgueses?”:

Na relação entre candidatos socialistas não deve prevalecer a disputa pelo voto. Dentro do PT, está crescendo uma técnica eleitoral competitiva. O objetivo pessoal de vencer eleitoralmente prepondera sobre a ideologia, a política, a cooperação entre companheiros. O companheirismo deve ser a regra fundamental entre pessoas que participam de tendências socialistas. O individualismo e a própria competição são símbolos fortes da sociedade capitalista. O que deve estar em primeiro lugar é a vitória do PT e não a eleição de determinado candidato. Mas é claro que quando um partido socialista escolhe a via parlamentar ele escolhe também a via eleitoral. E ambas as coisas deterioram um pouco o processo de identificação com o socialismo, porque a pessoa acaba sendo apanhada pelo umbigo por relações de classe burguesas. Para mim é coisa secundária se eu vou ser eleito ou não. Eu não estou concorrendo por mim e para mim. *E o processo eleitoral não é o objetivo em si, é um processo político no qual está em jogo a conscientização do estudante, do trabalhador, a identidade socialista. O objetivo é desempenhar tarefas políticas do partido. É lamentável dizer que isto não ocorreu.* E isso precisa ocorrer, senão os partidos de esquerda nunca chegarão a nada. Eles ficarão sempre rastejando em segundo plano. Só poderão “ocupar o poder”, nunca terão capacidade de “conquistar o poder”, e para o socialismo o que importa é a conquista do poder, para que ele possa transformar a sociedade. O partido é um meio para este fim (Fernandes, 1991, grifos nossos).

Essa compreensão sobre o papel da organização revolucionária, em especial do partido, faz com que Fernandes produza uma teoria que oriente sua ação concreta para uma direção diferente da efetivada pelo PT. Suas posições são minoritárias dentro do partido e, mesmo

sendo parlamentar, tentou levar adiante a sua compreensão educativa, ou seja, de carregar uma conscientização proletária em cada atitude, não em sentido idealista, mas arrastando consigo os elementos ativos da mobilização política gerada pelas contradições da lógica do capital. O partido deveria ser o meio para essa educação.

Como visto, Fernandes é militante político desde a Era Vargas e, mesmo sabendo que deveria participar ativamente dessa organização, teve que aguardar mais de 40 anos para filiar-se a uma dessas organizações. Sobre a sua não filiação ao PCB, maior e mais ampla organização dos trabalhadores até os anos de 1980, ele diz:

Na década de 50, fiquei muito engolfado no trabalho intelectual dentro da USP. Quando me afastei do grupo trotskista perdi posição no espectro político. Eu entraria no PC, pois este foi sempre meu ideal. E só não entrei porque esbarrei na posição tática do partido. Todas as vezes que eu tentei entrar, o PC seguia uma orientação que tornaria a minha presença dentro do partido negativa. Não adiantava nada eu querer ser militante de um partido comunista e depois estar em choque com ele. E essa ideia de que a gente entra e luta a partir de dentro não leva a nada (Fernandes, 1981c, p. 19).

Sua forte personalidade e firmeza estratégica o impedia de participar do PCB, na medida em que suas convicções estavam muito distantes da linha política do partido. E mais, não acreditava na disputa interna, que ainda consome boa parte das energias de muitos partidos e entidades. Esses espaços poderiam, e deveriam criar, um ambiente onde a vida intelectual e organizativa da classe pudesse fluir, estabelecendo uma ordem própria que maturasse certos aspectos de solidariedade operária. No entanto, isso exigiria atitudes ainda não encontradas nas décadas de 1950 ou 1960:

O PC poderia oferecer, se realmente aproveitasse o intelectual em atividades políticas específicas, se tivesse rompido com sua linha de conciliação de classe. As oportunidades se abriam em campo fechado. Você pega o Mário Schemberg, o Caio Prado Jr., através do PC eles encontraram um cami-

inho para a participação. Mas acontece que eu queria mais outro tipo de coisa. Eu queria ligar o trabalho na investigação na sociologia ao processo de construção de um pensamento socialista no Brasil, e isso exigia uma atividade política revolucionária que não havia. *Então o que restou, para mim, foi o trabalho dentro da universidade, a partir das tensões que poderiam nos levar a um processo de renovação cultural profundo* (Fernandes, 1981c, p. 19, grifos nossos).

A renovação cultural é parte da estratégia, pois há a necessidade de produção de um saber sistemático e científico sobre a realidade brasileira. Sem essa ciência é impossível identificar com clareza os caminhos a percorrer na construção das vias socialistas no país. Se ainda não existia esse ambiente nas organizações políticas é porque a própria sociedade de classe não produzia, no conflito próprio de sua existência, os antagonismos criativos inerentes à luta política. Desse entendimento sobre a renovação cultural desdobra-se outra importante afirmação no campo educacional: o papel da elaboração teórica. Fernandes entende essa tarefa como algo próprio ao movimento socialista, mas não da realidade imediata da luta de classes. A consciência imediata impede a compreensão profunda das relações determinantes do todo social. Um papel do partido é ser o responsável por parte dessa elaboração.

Deriva disso a famosa afirmação de Marx (2003): “Os homens fazem a história, mas não sob as condições de sua escolha” (Marx, 2003, p. 7). Então, as entidades vinculadas à vida operária também sofriam de debilidades próprias de uma sociedade de classes dependente. Do ponto de vista histórico e comparativo, Fernandes afirma:

Quanto à questão da organização, penso que, na verdade, um partido responde a uma dada situação histórica. Isso não se pode negar. Isso aconteceu na União Soviética, aconteceu na China e vai acontecer em toda a parte. O partido revolucionário não cria seu próprio destino, ele tem que trabalhar dentro de uma sociedade nacional e dentro do mundo. A melhor maneira, que temos para avaliar o que aconteceu na União Soviética é partir, de um lado, de Stálin, e, de outro, de Trotsky (Fernandes, 1981c, p. 25).

A antiga polêmica sobre as vias para o socialismo é aqui retomada sob a tutela dos grandes líderes da URSS – Stalin, muito criticado pelo autor por conta da sua orientação formal/positivista, e Trotsky, muitas vezes elogiado pela capacidade de incorporação das contradições vivenciadas no mundo periférico. Mais do que isso, a polêmica sobre a forma do proletariado mundial avançar em novas revoluções, para dar vazão ao elemento internacionalista do socialismo, barrado por Stalin, e alavancado por Trotsky.

O sociólogo paulista ainda cita outro grande estrategista, Antônio Gramsci, para dar corpo a sua argumentação singular de partido.

Assim, confirma o espaço de destaque dado ao partido político nos escritos de Gramsci, para o qual fica a cargo da liderança dirigente e do partido político das classes trabalhadoras, “acompanhar as transformações do proletariado em sua revolução e leva-lo a aproveitar o seu potencial de luta revolucionária de maneira decidida e criadora”, como também “montar várias estratégias e táticas de luta (nos planos econômico, político e ideológico), que se modificarão de uma fase a outra”, ainda que a “organicidade” de seus intelectuais esteja em processo de complexa e persistente “criação” (Fernandes, 1995, p. 187).

Ora, essa incorporação da formulação de Gramsci¹⁹ para pensar a revolução socialista no Brasil é muito distante de outras leituras de gramscinianos tupiniquins, pois não é uma aplicação da estratégia no Brasil tal como Gramsci formulara para o contexto italiano naquela época, mas um pensar em “complexa e persistente criação”, na qual as mudanças na vida operária, no processo de trabalho, no conjunto das contradições experimentadas cotidianamente pela classe, precisam estar presentes na formulação de táticas e estratégias. Ou seja, não é possível creditar

¹⁹ Na obra de Fernandes, a incorporação de Gramsci é muito menos visível do que a de Lenin. Acreditamos que isso se deu pela localização do exílio de Florestan, no Canadá, e não na Europa, como a maioria dos intelectuais brasileiros. Todavia, o uso que Fernandes faz de Gramsci é localizado, demonstrando que a leitura de Lenin parece ser mais apropriada do que a do intelectual italiano.

a Fernandes um rótulo mimetista, pois sempre foi um criativo teórico e esforçado militante partidário.

Assim, cabe discutir os fundamentos da formulação de Fernandes sobre a estratégia socialista. A partir da interpretação de Iasi (2012), procederemos à leitura dos textos mais político-organizativos de Florestan Fernandes, cujas peças-chaves são as teses para o I Congresso do PT.

Fernandes inicia sua análise com uma contextualização e uma dura crítica à socialdemocracia europeia, que “[...] reduz-se a uma social-democracia pequeno-burguesa deturpada, que entrega a cabeça aos capitalistas e o coração aos assalariados” (Fernandes, 1991, p. 7). Analisar os desdobramentos estratégicos e organizativos da sua obra é ponto de interesse dessa análise.

Uma transição para a transição

No interior da produção estratégica de Fernandes, é notável a importância dada aos conceitos de revolução dentro da ordem e revolução contra a ordem. Em alguns desses textos, percebemos que o movimento de uma para outra é carregado de opções históricas. Como já visto, a experiência cubana tem muita influência na compreensão de transição socialista para o autor, pois coloca concretamente a opção socialista para a mudança social. No entanto, a possibilidade da transição socialista, somente possível de ser materializada contra a ordem, vem precedida de algumas lutas por transformações dentro da ordem, o que ele caracteriza como revolução democrática e nacional.

A tarefa inicial, em uma sociedade de capitalismo dependente, é criar um espaço político inexistente e, para tanto, o alargamento da ordem civil é necessária. Entende-se que é aqui onde se encaixam suas propostas de lutas democráticas como educação pública, saúde universal, reforma agrária etc. A partir dessa série de lutas, o proletariado pode

aprofundar mudanças não realizadas pela Revolução Burguesa em atraso.

Por allí se revela el aspecto más complejo de la situación histórica de ese límite burgués: la ampliación de la sociedad civil y la profundización del orden político-legal correspondiente se delinean como *una responsabilidad* de las clases subalternas. Éstas son clases como y en tanto tales. Pero tienen que generar el “derecho a la revolución” si pretenden salir de un estado de subalternación permanente. Y deben realizar tal evolución aun cuando se trate apenas de “reformular” el orden vigente, de llevar hasta el fondo la revolución burguesa, es decir, aun cuando se propongan desempeñar los roles históricos que la burguesía se rehúsa a tomar, de cargar con tareas específicamente burguesas (en otras condiciones) de la *revolución dentro del orden*. Para responder positiva y constructivamente a semejante responsabilidad histórica, las clases oprimidas, trabajadoras y subalternas tienen que realizar una doble rotación histórica previa. En primer lugar, deben absorber y eliminar de su medio social intrínseco la violencia anómica y destructiva, que impide la unificación, la solidaridad y el desarrollo independiente de clase. En segundo lugar, deben acumular una masa histórica de violencia positiva y creadora que pueda ser transformada en fuente de autodefensa y de contraataque, es decir, que pueda alimentar la solución de los antagonismos de clase en el nivel de la organización de la sociedad civil y del Estado. Esas dos realizaciones constituyen, en las fronteras históricas descritas, *requisitos específicos* para la transformación del orden civil (burgués) por las clases subalternas o, si éste se cerrara a toda transformación, por racional y necesaria que fuera (como ocurrió con la autocracia rusa), para el pasaje más o menos rápido y directo a la *revolución contra el orden* (Fernandes, 2008, p. 184).

Esse fenômeno é chamado de “transição para a transição”, nos termos de Iasi (2012). É possível apreender a necessidade de uma quantidade de ações políticas que possibilitem a maturidade da classe trabalhadora, em termos de poder autônomo e independente, para então se embater contra o sistema, derrubando a burguesia e tomando o poder político. Para tanto, Fernandes arrola duas realizações necessárias para

iniciar o processo: 1) absorver e eliminar a violência destrutiva que impede a independência de classe e, 2) criar uma “contraviolência”, necessária para o surgimento de outra sociedade.

Importante é perceber o papel da contraviolência, ou o que chama de violência positiva e criadora. Não há como avançar dentro da ordem sem a força suficiente que faça a burguesia recuar ou alterar seu padrão de funcionamento – somente com o uso da força isso se materializa. Essa afirmação remete à compreensão da revolução dentro da ordem não como uma etapa democrática, mas sim como um momento de construção da ação autônoma da classe trabalhadora.

Contudo, dentro do partido em que estava militando existiam outras compreensões táticas e estratégicas, o que leva Fernandes a criticá-las e, ao mesmo tempo, construir sua própria linha de pensamento. Nas teses para o I Congresso do Partido dos Trabalhadores, em 1991, afirma:

Esse primeiro Congresso situa o PT em sua maturidade como partido socialista. Cabe a pergunta: um partido pode alcançar a sua maturidade tão depressa, em dez anos?! Parece evidente que a sociedade na qual vivemos não contém os requisitos estruturais e dinâmicos que permitam suscitar tal desfecho. Os ritmos históricos são lentos demais e a acumulação de forças caminha mais depressa em favor das classes dominantes, bafejadas pela dominação imperialista externa. A história, todavia, não está parada e os ritmos históricos lentos desiludem e irritam as classes ou frações de classes, os estratos raciais e étnicos, as categorias sociais dos subalternizados e reprimidos. A todos eles, o que falta é a consciência social comum de que as condições de barbárie existente são fomentadas e expandidas pelo capitalismo, enquanto o socialismo se prefigura como a única promessa de que eles imponham, por suas mãos e ação coletiva convergente, as transformações de uma realidade odiosa e indesejável. Portanto, *é das mãos, da consciência social revoltada e da ação coletiva organizada dos de baixo que resultarão os requisitos estruturais e dinâmicos que faltam para que eles próprios passem a ranger os dentes para a organização de uma democracia da maioria e dela para o socialismo* (Fernandes, 1991, p. 15-16, grifos nossos).

Parece claro que entre a transição socialista e a ordem vivida está uma luta política que deve ser coletiva e organizada para ampliar a democracia. Talvez essa seja uma das contribuições mais significativas para a formulação estratégica florestaniana, pois situa as contribuições concretas da luta política imediata dentro do que o autor concebe como sendo a luta pela revolução dentro da ordem ou pela revolução democrática e nacional.

Certamente sua mirada é balizada pela experiência cubana, na qual a situação da classe trabalhadora era tão explosiva que qualquer investida para ampliar a ordem democrática seria repelida violentamente. Partindo de uma formação social semelhante (colonial), a característica da burguesia é semelhante. Sendo assim, a ação da classe trabalhadora no Brasil, ao buscar a luta democrática, poderia – mais demorada ou mais rapidamente – levar a uma ação revolucionária contra a ordem. Fernandes resume assim: “Nesse clima político, *nenhuma verdadeira democracia é possível* e o reformismo operário – sindicalista, socialista e comunista ou não – adquire o cunho de subversão da ordem” (Fernandes, 1991, p. 38-39, grifos nossos).

Para o pensador paulista, a crise da ditadura é fruto de uma série de incapacidades da continuidade do Estado autoritário. Uma dessas incapacidades é conciliar com parte dos trabalhadores e o PT, que naquele período se configurava como uma das peças da crise do poder burguês. Fernandes indica que a greve de 1978, na SCANIA e no ABC paulista, efetuou uma ruptura.

A “oposição consentida” esboroou-se e a sociedade civil viu-se diante dessa separação de águas: ou prevalecia o percurso da conciliação ou se afirmaria um caminho de embate frontal, que viabilizasse outras saídas autenticamente democráticas e, para a esquerda, *irreversivelmente socialistas*. Romper com a ditadura, correndo todos os riscos; romper com a burguesia reacionária e imperialista, atacando o despotismo do capital na empresa e na sociedade civil; romper com o sindicalismo pelego; agravando as tensões e os “rachas” entre operários e no movimento sindical. Clareou-se o

cenário político: chegara a hora decisiva de fundar um partido que pudesse reunir os dissidentes, somando todas as forças e ideologias – vindas do passado recente ou nascidas do presente – que estivessem voltadas para formação de um arco operário orgânico. Em aliança com dissidentes de outras classes (os trabalhadores da terra, os setores radicais da pequena burguesia e da classe média assalariada), impunha-se partir em busca de um límpido projeto histórico socialista para o Brasil, pluralista, íntegro e irreduzível. [...] *E que se propunha a educar para o socialismo radical* [...] (Fernandes, 1991, p. 40-41, grifos nossos).

Uma transição para a transição com esse arco de alianças é uma das peças fundantes da estratégia democrática. Pode-se perguntar: qual a necessidade desse acúmulo de forças antes da ruptura? Qual o papel político desse acúmulo de forças? A questão democrática precisa ser apreendida para que seja possível responder, em parte, às perguntas, de acordo com a leitura de Florestan Fernandes.

Aqui fica evidente um quadro expositivo das principais ideias desse autor para mostrar a inserção da educação na sua teoria da revolução. Se há uma indicação de que uma organização socialista precisa educar para o socialismo, também há o movimento inverso, a educação burguesa:

O despotismo burguês nas famílias, nas fábricas, nas escolas, nos meios de comunicação cultural de massa, etc., a repressão policial-militar e judiciária e a opressão política fecharam todas as vias que visassem ir além da oposição consentida (Fernandes, 1991, p. 42).

E continua:

Fortalece-se, graças aos recursos de inculcação à disposição da hegemonia burguesa, a pseudocerteza de que o socialismo revolucionário (ao contrário da social-democracia, domesticada pelo “capitalismo pós-industrial”) é incompatível com a democracia. [...] Essa nossa burguesia odeia a democracia, mesmo dentro dos parâmetros capitalistas, porque teme que ela acabará acarretando, fatalmente, a “anarquia da ordem”, e o “comunismo”! (Fernandes, 1991, p. 42).

Mais uma vez, o autor aponta a incongruência da coexistência da democracia e do socialismo, realçando a sua compreensão de que a luta pela revolução dentro da ordem é apenas uma ação imediata encadeada pelo conjunto da estratégia.

Na coletânea sobre Lenin, como visto anteriormente, o sociólogo inicia uma discussão direta sobre a estratégia da revolução e da educação do partido e seus militantes. Ao comentar, na introdução, as escolhas das obras do revolucionário russo, Fernandes indica em vários momentos sua compreensão sobre a possível estratégia da revolução brasileira, sempre atento às particularidades históricas impostas pela materialidade da revolução burguesa tupiniquim.

Atento às estruturas de poder e aos efeitos políticos da dominação de classe, inerentes à democracia burguesa, Lênin chegou rapidamente à conclusão de que a revolução proletária possui um padrão histórico próprio. Em contraste com a revolução burguesa, ela não pode iniciar-se antes da tomada do poder pelo proletariado e da dominação pela maioria. Por isso, o problema estratégico da luta pelo poder tinha de ser proposto em termo do uso revolucionário do espaço político que a classe operária pode conquistar e manejar com relativa autonomia, ilegal e legalmente, no seio da sociedade de classes (Fernandes, 1978, p. 17).

Quanto dessa perspectiva é comparável ao Brasil no final da década de 1970? É isso que caracteriza uma transição da transição? Questões como essas são objetos de estudos ininterruptos de Fernandes a partir de então, concomitantes à sua intervenção política como militante partidário dentro do Partido dos Trabalhadores, na década de 1980. No entanto, na sequência do texto, temos mais uma brilhante indicação do papel da educação no processo de socialização política de classe no processo revolucionário.

Como a dominação burguesa também implica socialização ideológica e política do resto da sociedade pela burguesia, tal uso do espaço político impunha, naturalmente certas condições básicas: 1) formação de uma minoria contestadora

fortemente organizada, capaz de atuar legalmente e ilegalmente, sem vacilações, como vanguarda revolucionária da classe operária; 2) a ruptura com todas as formas diretas ou indiretas e visíveis e invisíveis de acomodação à ordem democrática burguesa; 3) a educação política do proletariado e, na medida do possível, das massas pobres e da pequena burguesia, através de situações e de reivindicações concretas, do desenvolvimento da consciência de classe e da agudização (aos níveis econômicos, sociocultural e político) dos conflitos de classe (Fernandes, 1978, p. 18).

Fica muito clara a perspectiva da classe como centro organizador do pensamento revolucionário de Fernandes, seja no tocante às tarefas imediatas da revolução democrática seja no que tange a educação como processo de autoeducação no processo de reivindicações concretas.

Por fim, uma vanguarda revolucionária do proletariado não podia nem devia representar-se e comportar-se como uma elite e segundo valores elitistas. Se ela devia contribuir para a expansão da consciência de classe do proletariado de “fora para dentro” (isto é, imprimindo às suas tarefas políticas um teor pedagógico), ela nunca foi concebida por Lênin, em si mesma, como pólo decisivo. Este tinha de ser, naturalmente, o proletariado, como sujeito da ação revolucionária em escala coletiva, já que de sua impulsão dependeria a vitória da revolução proletária ou da contrarrevolução. Por conseguinte, as relações do partido revolucionário do proletariado com sua base e com a massa *eram definidas segundo um esquema dialético: para dirigir o processo político, aquele partido teria de sintonizar-se com a classe operária e com as massas, acompanhando as evoluções de sua aprendizagem e de sua socialização política através das flutuações da luta de classes* (Fernandes, 1978, p. 19, grifos nossos).

Partindo da descrição de uma “transição da transição” feita anteriormente, é possível apreender que esse processo de evolução da aprendizagem se dá nesse período; somente então, a partir do poder, se desatam novas e mais grandiosas tarefas, essas sim de caráter socialista.

Reforma ou Revolução: dentro ou fora da ordem?

As mudanças sociais, mais ou menos profundas, dependem agora da sequência da ação das classes em luta. É assim que o sociólogo brasileiro desenvolve uma apreensão dos conflitos no Brasil. Ele estuda a integração do negro na sociedade de classes, a constituição das classes burguesas em São Paulo, o subdesenvolvimento, e constrói o conceito de capitalismo dependente para explicar as características da formação social brasileira. Situando a teoria marxista no terreno latino-americano, Fernandes precisa identificar as semelhanças e as diferenças:

O objeto é formulado como história e a história é concebida como história de diferenças, diferenças entre as distintas totalidades históricas, cada qual com sua lógica própria, lógica de organização/desorganização, construção/revolução (Fernandes apud Cardoso, 1987, p. 243).

A sua interpretação do Brasil enlaça as relações de produção nacionais com o capitalismo mundial e tenta, assim, desvelar os nexos e as determinações específicas da particularidade onde está inserido o Brasil. Desta forma, ele buscar compreender a lógica da construção da revolução.

A relação entre reforma e revolução pode ser entendida como a luta por reformas dentro do capitalismo, não como mecanismo de se realizar a reforma, mas sim uma tática para denunciar a incapacidade do capitalismo em reformar-se (Tumolo, 2002). A revolução é entendida como condição necessária para a continuidade do gênero humano existir. Novamente é socialismo ou barbárie – mas muito mais perto da barbárie.

A empiria da luta de classes é clara quanto às necessidades imediatas dos trabalhadores: melhorias salariais, melhores condições de trabalho, diminuição da jornada de trabalho etc. No entanto, essas reivindicações ficam dentro da estrutura própria do capital e não questionam sua lógica totalizadora. Nesse sentido, Fernandes aprofunda sua

explicação da ordem competitiva por meio da expressão “autocracia burguesa”. Dizia ele que a burguesia brasileira era orientada por interesses egoísticos tão intensos que impossibilitam qualquer abertura para a participação dos “de baixo” na história. Ele caracterizava como patológico o medo-pânico da burguesia diante dos trabalhadores.

Dessa maneira, a luta dentro da ordem transformaria a busca pelas reformas, impossíveis de ocorrer pela ação de classe da burguesia, em uma revolução socialista dos trabalhadores contra a ordem.

Os trabalhadores, que só atingiam seus alvos como calda da burguesia, participando ativa ou passivamente de lutas econômicas e políticas entre outras facções, antes da derrota da ditadura militar já se organizavam independentemente, nas fábricas, nos sindicatos, e, em seguida, fundando um partido de novo tipo. Sob uma República com democracia regulada repressivamente – com eleições rituais ou decididas pelo poder econômico, sob tutela militar, um presidente forte (“imperial”) e uma burguesia intolerante – a debilidade das instituições-chave termina sempre sendo vantajosa para os que mandam. [...]. Neste clima político, *nenhuma verdadeira democracia é possível e o reformismo operário – sindicalista, socialista e comunista – adquire o cunho de subversão da ordem*. O que aconteceu com Lula e Collor afronta paradigmas sacrossantos. E pôs em movimento a conspiração anti-democrática do núcleo reacionário dos de cima. Ao confundir democracia com revolução, seus campeões patrocinam a imobilidade da ordem e a contra-revolução permanente (Fernandes, 1991, p. 38-39, grifos nossos).

O chamado ponto zero da estratégia florestaniana aparece aqui novamente. O autor não acredita que a burguesia possa conceder nenhuma ponta de democracia para os trabalhadores, pois disso derivaria uma revolução. A lógica fazia sentido, enquanto a classe dominante tinha diante de si um proletariado desorganizado e vinculado politicamente aos interesses burgueses. Nesse período, é possível pensar na transição para a transição em termos revolucionários, portanto, a defesa das lutas democráticas constituiria a linha mestra da estratégia em movimento.

Fernandes encontra na história do marxismo os argumentos para essa defesa:

Pois os clássicos do socialismo sempre foram defensores acérrimos da democracia, sob a forma de democracia da maioria e não da democracia restrita ou da democracia eleitoral-representativa ritual. Sabia, no entanto, que as premissas da existência da democracia, essenciais para a revolução socialista, teriam de ser polidas e ampliadas pela experiência histórica concreta. [...] Por sua vez, a democracia transcende a sua fetichização pela burguesia. Ela tanto pode fornecer aos de baixo um meio para exigir uma nova situação de classe, quanto pode ser um agregado à tomada do poder pelos operários e à instauração da democracia da maioria. À luz desses dinamismos, ela se dissocia de qualificações contingentes e aparece objetivamente como valor social (Fernandes, 1991, p. 45).

A categorização da democracia, para Fernandes, aparece agora, com várias qualificações. Sistematizadas em duas grandes linhas com seus desdobramentos:

1. A democracia burguesa com suas formas: a) restrita; b) ampliada; c) de cooptação;

2. A democracia operária: a) ainda durante o capitalismo; e b) após a socialização dos meios de produção.

Todas essas qualificações são instrumentais para a clarificação da estratégia. Mas, na medida em que nublam o objetivo, é possível acreditar em um possível equívoco quanto à sua utilização. No entanto, elas são usadas fartamente por Fernandes, inclusive na elaboração interna ao PT:

Diante da situação histórica brasileira, o PT precisa ocupar os diversos alargamentos do espaço democrático cedidos pela burguesia, sob coação das reivindicações operárias ou por pânico histórico, e manejar a reforma social seja para alterar a ordem existente, seja para entrosar as transformações na formação de um patamar revolucionário (Fernandes, 1991, p. 46).

O desenho estratégico vai se delineando pela ação dos trabalhadores e pela reação dos inimigos. Ao que parece, não havia outro cenário senão a resistência doentia da burguesia contra o avanço proletário, mesmo dentro da ordem. Fernandes explicita as duas fases da ofensiva operária, dirigidas pelo partido:

No que diz respeito às tarefas políticas cruciais do PT, cuja realização está em estreita vinculação com sua organização, o melhor consiste em distinguir, didaticamente, dois tipos de funções. O primeiro abrange tarefas derivadas dos papéis de classe da burguesia, diante dos quais ela se omite: 1º) intrínsecas à própria dinâmica do capital; 2º) dependentes dos efeitos das relações e das lutas de classes. O segundo contém as tarefas dos trabalhadores e de seus aliados orgânicos: 1º) abrir, de modo pacífico ou violento, um espaço democrático para todos os que vendem a força de trabalho como mercadoria ou apoiam suas reivindicações; 2º) pôr em prática exigências de reforma social, que têm como sequência a decomposição da ordem social vigente e a formação de uma sociedade socialista (Fernandes, 1991, p. 57).

Ao colocar em prática as exigências por reformas sociais, última indicação da citação, haveria a decomposição da ordem. A lógica está fundada no pressuposto da não reação flexível do adversário, pois a burguesia é congenitamente autocrática, segundo a compreensão de Fernandes. O que é preciso apresentar aqui é a totalidade da lógica em movimento, em que o partido cumpre papéis determinados pela ação da classe e esta tem por necessidade histórica ir para além das formas burguesas de existência. A dialética entre direção política consciente e a base social é descrita abaixo:

O observador muitas vezes pensa que a intervenção do partido é simples e linear. Ora, ela se estende a uma totalidade mais ampla, que não termina na representação e na ocupação ou conquista do poder. *Ela se inicia no terreno pedagógico: o desenraizamento dos assalariados do mundo burguês*, isto é, tem por objetivo o seu desemburguesamento. Amplia-se na preparação para atividades políticas das quais os trabalhadores e seus aliados são normalmente

excluídos ou marginalizados. *Essa é uma tarefa pedagógica, diretamente vinculada a uma aprendizagem que começa nas empresas, amadurece nos sindicatos e nas greves, alcança sua plenitude no partido operário e na disputa pelo poder.* Trata-se não só de adquirir uma consciência social operária e socialista, mas de eliminar a alienação social das estruturas mentais e da imaginação política dos assalariados, moldadas pelo capital. Por fim, é preciso inseri-los na luta política, salientando suas duas faces: a corporativa e “economicista”, e aquela que, a médio e longo prazo, enfatiza a perspectiva do poder e do que fazer com o Estado. É atribuição do partido produzir e difundir entre os militantes da causa operária uma visão teórica e prática desse processo multiforme, fator sem o qual a luta pelo poder se dissolve nas fricções e entrechoques do dia a dia (Fernandes, 1991, p. 58, grifos nossos)

De acordo com o autor, a tarefa educativa do partido é conduzir a visão teórica e prática da causa operária, por suposto, a revolução socialista. Essa educação é multiforme e constituída de uma infinidade de instituições e entidades espalhadas pelo tecido social. O foco é a tomada do poder de Estado, passando pela face corporativa do processo. Mas, se isso tudo não for feito, pode-se dissolver nos entrechoques do dia-a-dia. A dialética entre direção e base social é construída historicamente e, portanto, não existe um destino fatalmente socialista. O fazer imediato define em cada ação o viés revolucionário do processo e, se não for permanentemente alimentado pela direção com consciência histórica, pode perder-se no imediatismo economicista.

Ao apresentar o último cenário, Fernandes cria uma imagem:

A burguesia, com sua sociedade civil e com seu Estado, descobre-se empurrada contra a parede. Precisa sair de sua pele e da órbita de seus interesses restritos para colaborar na modernização necessária para que a “ordem legal” não voe pelos ares. Admite, assim, direitos sociais e garantias fundamentais que conferem espaço político próprio aos trabalhadores. Os efeitos derivados sobressaem gradualmente, na descolonização interna e no anti-imperialismo, na revolução nacional e na revolução democrática. *A resistência a essas*

mudanças adquire um caráter sociopático e fomenta o recurso à tutela militar. Contudo, a reforma capitalista emerge com maior força, mais ou menos desligada da modernização de conteúdo imperialista. Oscila e reflui, graças à esperteza tradicional da conciliação a partir de cima, retoricamente incentivadora de grandes projetos de reformas. Revela-se, porém, profundamente castradora. O mundo burguês se racha e os de baixo se projetam no núcleo das forças sociais que desejam e tomam para si o patrocínio real das “reformas estruturais” aceitas (Fernandes, 1991, p. 62).

Se a classe dominante congenitamente é autocrática, ela só pode reagir de maneira sociopática às pressões operárias; no entanto, se ela admite direitos sociais, pode ocorrer uma reordenação das posturas e, principalmente, uma reorientação estratégica do partido.

Todavia, Fernandes também alertava que, em meio às rachaduras possíveis no mundo burguês, a classe operária deveria ter como meta permanente: 1) a organização dos trabalhadores enquanto classe em si; 2) a derrocada da supremacia burguesa e; 3) a tomada do poder político, seguindo os ensinamentos do *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848.

A defesa aguerrida da teoria como arma na luta de classes é o fundamento para se compreender o solo histórico em que se pisa; ela é um mecanismo para se evitar as confusões de orientação imediatistas. “Um conhecimento teórico infundado ou incompleto não permitiria introduzir mudanças revolucionárias na sociedade” (Fernandes, 2012, p. 23).

Assim, a classe trabalhadora exige instrumentos de apropriação da genericidade humana para revolucionar a sociedade.

Em sua relação ativa com a transformação da sociedade burguesa e a maturação de uma nova época histórica revolucionária, as classes operárias absorvem rapidamente, em sua prática social e política, a teoria que explica com objetividade e independência indomável a forma de constituição, desenvolvimento e dissolução dessa sociedade (Fernandes, 2012, p. 23).

Ao mesmo tempo, Fernandes sabia que existia a possibilidade de ficarmos presos dentro da órbita da revolução dentro da ordem, se as organizações dos trabalhadores fossem cooptadas por seus objetivos meramente imediatos, ou seja, pela conquista de alguma reivindicação interna ao processo capitalista de produção. Aqui novamente fica evidente a importância de uma concepção de totalidade histórica e ontológica ao reafirmar o papel da negação como motor da história.

Em sua obra, Fernandes apresenta um conjunto de mecanismos de intervenção na realidade buscando sua transformação. É possível extrair desse raciocínio muitos elementos da relação entre estratégia e educação.

É claro que, para o trabalhador transformar a sua condição de existência e a sociedade na qual vive, precisa proceder como faz a burguesia, isto é, organizar-se como classe. Esse processo é espontâneo, mas possui componentes que dependem da consciência social dos agentes históricos. O trabalhador precisa compreender que o sindicato é um meio de luta, mas que é insuficiente e que é necessário inventar outros meios de luta, que são os partidos políticos. Há um momento, como se deve lembrar no Brasil do passado, por exemplo, na época getulista, em que o trabalhador não podia ter capacidade de se organizar autonomamente e pela base. Havia, então, uma tendência de aliar-se com a burguesia, utilizando os conflitos entre os setores da burguesia para alcançar objetivos propriamente operários. Aí, surge o pelego, o sindicato atrelado, a burguesia nacional, tudo isso que já conhecemos. É claro que o quadro diferia na Inglaterra, na França, etc. Mas os problemas básicos eram os mesmos. Assim como o capitalista tem uma situação de interesses de classe, o trabalhador também possui uma situação própria de interesses de classe. E essa situação não está confinada à existência do salário, à melhoria do salário, a ter sindicatos, partidos etc., mas a mudar a sociedade de modo que as iniquidades e a subalternização política desapareçam (Fernandes, 1995, p. 16).

As proposições apresentadas aqui têm um significado claro para o pensamento do sociólogo paulista. Elas demonstram a relação das lutas

imediatas com a necessidade histórica de derrotar o capitalismo. Os meios de luta a serem inventados ainda restam como tarefa histórica:

Portanto, os trabalhadores precisam se organizar como classe para usar o poder real de classe na luta contra o capital. Esse é o requisito número um para que o trabalhador, que constitui maioria na sociedade, possa modificá-la, utilizando sua força no sentido de uma revolução social (Fernandes, 1995, p. 16).

O salto de qualidade da luta imediata e corporativa para uma luta de caráter político e emancipador é possível na medida em que a classe se coloca coletivamente em movimento. Para isso,

Não basta ao trabalhador se desenvolver como classe, dispor de sindicatos, partidos e organizações culturais, educacionais, de seguridade, de recreação etc., próprias. É necessário que ele adquira a consciência social da subalternização, da importância de adquirir todos os direitos concedidos pela cidadania e *acabar com o despotismo na fábrica e com o despotismo na sociedade civil, porque esses dois despotismos caminham juntos*. Seria ilusório pensar que o despotismo na fábrica é uma contingência da vida burguesa, porque ele se reproduz na comunidade onde vivem os trabalhadores. *A pessoa é obrigada a usar ônibus, ter um meio de transporte no qual vai apinhada e arrisca a vida, é obrigada a ter uma alimentação ruim, não ascender à educação ou a receber uma educação inferior, para si e para os filhos. Tudo isso impede o trabalhador de contar com uma situação de confronto eficiente com o burguês*. Daí a necessidade de limitar, primeiro, o poder da burguesia na fábrica, na sociedade global, no Estado, e de disputar, classe a classe, em todos os níveis, com a que exerce o monopólio da riqueza, da cultura e do poder político. Por isso, *é crucial desenvolver consciência social de classe e capacidade de luta política organizada*, coisas que estão ligadas entre si. A partir desse patamar, pode-se falar de movimento socialista e de desalienação dos de baixo. *Os trabalhadores formam, nesse momento, uma classe em si, capaz de lutar por seus objetivos, independentemente de qualquer ligação - associação, submissão, cooptação - com o capital, com a burguesia e com outras classes intermediárias*

(pequena burguesia, estratos médios mais altos, mais ricos, mas que são proprietários dos meios de produção) (Fernandes, 1995, p. 16-17, grifos nossos).

Os dois despotismos descritos – na fábrica e na sociedade civil – são combinações do poder burguês contra o qual pode se erguer uma força proletária. Mas ela somente surge na situação de confronto entre as classes, o que ocorre a partir do imediato, das reivindicações economicistas, capazes de produzirem a consciência em si. Ao tornar-se independente em suas ações, os trabalhadores podem avançar mais fundo no processo revolucionário e alçar à condição de classe para si.

Para a realização desse movimento com a classe é preciso mais do que apenas consciência, mas efetivamente a práxis coletiva dos sujeitos históricos que efetivam transformações não de qualquer tipo, mas as que apontem para o programa histórico dos proletários – o socialismo. O pensador paulista retoma os clássicos para defender tal programa:

Mas Marx e Engels empenharam-se em outra coisa, depois de algumas vacilações: começaram a estudar as revoluções. Logo escreveram uma carta à Liga dos Comunistas, com o fito de defender os ideais revolucionários e proletários. Convém citar um ou dois trechos dessa carta, que é muito importante, pois trata também da organização política da classe trabalhadora. É o primeiro escrito onde se esboça o programa de um partido dos trabalhadores de uma perspectiva marxista. Nela vem a célebre afirmação, característica desse socialismo revolucionário: “Nós não queremos melhorar as classes, nós queremos eliminá-las. Nós não queremos aperfeiçoar a sociedade de classes, queremos suprimi-la”. Essa é a concepção originária de Marx e Engels (Fernandes 1995, p. 18).

O fim da sociedade de classes é o objetivo; a questão posta de imediato para os revolucionários é a forma de tomar o poder e realizar o programa proletário.

No debate sobre o desenvolvimento capitalista na periferia encontramos o seguinte raciocínio:

Quanto à periferia, aí não há nem o que discutir. O retrato traçado é tão válido quanto na época em que ele apareceu na Inglaterra, na França ou na Alemanha. É claro que o capitalismo se transformou, as sociedades de classes se modificaram, o próprio marxismo sofreu inovações, através de autores como Hilferding, Lênin, Trotsky, Bukhárin, Lukács, Gramsci, etc. Todos eles mostram como estas transformações podem ser absorvidas pelo marxismo e refinaram a explicação marxista da sociedade e da revolução. Não se trata de dizer que não há transformações. Porém, na periferia, as condições existentes (por exemplo, no Brasil) se casam com a descrição do primeiro capítulo do Manifesto comunista. E em outros países da América Latina é a mesma coisa. Toda a periferia está sujeita à problemática do desenvolvimento capitalista desigual. *E o desenvolvimento capitalista desigual só pode ser enfrentado, corrigido e eliminado através de revoluções nacionalistas libertárias reforçadas por revoluções socialistas* (Fernandes, 1995, p. 18, grifos nossos).

A contribuição do conceito de desenvolvimento desigual e combinado é manejada de maneira instrumental para pensar a via ao socialismo no Brasil. Assim, todas as energias são postas em construir uma fórmula estratégica particular e eficaz.

Os dilemas da estratégia democrática e popular

O período de hegemonia da estratégia democrática e popular teve como ponto de início o ano de 1989 e perdura até hoje. A eleição indireta deixou marcas na história e o processo constituinte foi um mecanismo para dar vazão às reivindicações populares, tendo como resultado uma carta constitucional com inúmeros direitos sociais. No entanto, a regulamentação desses direitos não ocorreu, ficando para os próximos legisladores a tarefa de executarem. A correlação de forças políticas no final dos anos 1980 era desfavorável ao bloco conservador – exemplo disso é a eleição de Collor de Melo no segundo turno, em 1989.

As organizações de esquerda têm novas ferramentas e uma estratégia; a CUT e o PT mobilizam milhões de trabalhadores para seu projeto histórico de democratizar, republicanizar, distribuir renda, conquistar direitos civis etc. Para isso, é preciso disputar as estruturas de poder e ganhar o governo para então executar esse projeto.

Segundo Fernandes, a discussão sobre a estratégia e programa se choca com diferentes leituras da realidade e posicionamentos sobre política de alianças dentro do PT. Isso provocou erros de ordem política na ação das organizações dos trabalhadores. Segundo o autor,

Confiou-se demais na prioridade da revolução burguesa; na importância estratégica do desenvolvimento democrático prévio da sociedade civil, como etapa necessária de um "salto qualitativo", mito que a revolução cubana desmontou para sempre, com referência às correntes históricas da América Latina. Várias ilusões se sedimentaram e se soldaram entre si, bloqueando o horizonte intelectual dos dirigentes sindicais e partidários, e, através deles, fazendo estragos irreparáveis nas orientações e na velocidade dos movimentos sociais dos proletários (Fernandes, 2006, p. 240).

Essa caracterização antecipa alguns acontecimentos maturados no início do século XXI, com a chegada do PT ao Governo Federal. Para Fernandes,

A conquista do poder tem de situar-se no momento certo, e não como artifício para resolver, dentro do capitalismo e para o capitalismo, os problemas e os dilemas sociais que a burguesia não consegue enfrentar. O socialismo comprometido com a burguesia ainda é uma forma de reprodução do sistema capitalista de poder. A revolução proletária volta-se para a emancipação coletiva dos trabalhadores pelos próprios trabalhadores. Ou o PT decifra a solução correta dessa necessidade histórica na cena brasileira ou ele engrossará as fileiras dos partidos reformistas imantados à "reforma capitalista do capitalismo", ao "capitalismo melhorado" ou ao "capitalismo do bem-estar social" (Fernandes, 2006, p. 241).

E continua seu exercício de análise de cenários:

O reformismo dentro da ordem dá todos os seus frutos de uma só vez e em seguida salga a terra. Além disso, convém não esquecer que a socialdemocracia também para e faz crescer uma burocracia que regula o alcance da revolução democrática à elasticidade que ela comporta sob o capitalismo. Os ganhos a curto prazo, enormes em confronto com a nossa rusticidade, não compensam as perdas inevitáveis a longo prazo, e o florescimento de um capitalismo formado significa o fim de qualquer sonho socialista (Fernandes, 2006, p. 246).

De 1989 para cá, toda ação da posição hegemônica no movimento dos trabalhadores tinha um foco, a chegada ao governo para realizar o projeto batizado de “democrático e popular”. Em 2002, quando um trabalhador chegou ao Governo Federal, todas as esperanças foram postas na execução de políticas democráticas e de distribuição de renda e de direitos. Ou seja, na realização de reformas dentro da ordem.

Nesse processo, Fernandes foi candidato a deputado constituinte – primeiramente em 1986 e, depois, em 1990 – e elaborou vários materiais que fundamentavam a sua participação nas eleições. Ele delineia sua estratégia afirmando que:

O importante consiste em impor a aceitação e a formalização de dispositivos constitucionais que deem aos trabalhadores, por mais pobres e oprimidos que sejam, condições para ter um “lugar ao sol”, *para ser gente em toda a plenitude da palavra*, podendo desfrutar assim, das regalias do cidadão, inclusive as de lutar livremente por seus objetivos de classe. Logrado esse avanço, os trabalhadores saberão usar a constituição como uma arma política e o sufrágio como um meio de forçar uma sociedade estática a transformar-se, inclusive como um meio de fortalecer os sindicatos, seus partidos políticos, suas organizações proletárias, que envolvem o anarquismo, o socialismo reformista, o socialismo revolucionário e o comunismo (Fernandes, 2006, p. 136).

E continua:

Lutar no Congresso Constituinte em nome do PT significa defender a crescente difusão do socialismo no movimento operário e, principalmente, estabelecer uma ponte entre a nova Constituição e a revolução democrática em processo. [...] Os de baixo devem impor aos de cima, queiram eles ou não, a obediência a seus direitos civis e políticos e às suas garantias sociais. Só assim as “Constituições avançadas” deixarão de ser letra morta, perdendo o Estado, por sua vez, o caráter de fortaleza dos privilegiados e do grande capital (Fernandes, 2006, p. 139).

Fica evidente que a luta pela constituição é um mecanismo de educação proletária que deve “impor aos de cima” a sua perspectiva. No entanto, no interior da estratégia em movimento, a compreensão de realização da democracia é mudada para uma visão “utilitária” da pouca democracia conquistada em lutas de reivindicação pelos trabalhadores. Segue o raciocínio:

Para isso, os deputados eleitos pela esquerda não poderão desunir-se. Eles precisarão encontrar caminhos comuns, mesmo que provisórios, para cumprir as tarefas políticas da classe operária, seja na elaboração de uma carta constitucional própria para um novo tipo de República, seja na preparação das bases legais de uma revolução democrática que transforme os de baixo, com os proletários à frente, nos artífices da revolução democrática que abala o Brasil. Esse é o primeiro patamar da transição para o socialismo (Fernandes, 2006, p. 139).

As últimas palavras são definitivas do pensamento florestaniano. Por “Primeiro patamar” entende-se a ação proletária, mesmo dentro do capitalismo, circunscrita a criar espaço para posterior ação autônoma da classe. Segue o sociólogo:

Nesse contexto histórico, (pós-ditadura) as classes trabalhadoras têm de assumir os papéis políticos e as tarefas históricas da implantação de um Estado democrático. (...) Toda e qualquer tentativa de organizar de forma independente as instituições sindicais, partidárias e culturais de conteúdo proletário inconformista nunca será permitida, e, se permitida, será condenada ao esvaziamento e à ineficácia (Fernandes, 2006, p. 141).

Fernandes contribuiu com a perspectiva de um caráter naturalmente autocrático da burguesia brasileira e, talvez, isso esteja impedindo, até os dias atuais, que as forças em luta compreendam o capitalismo no Brasil.

Isso significa dizer que a burguesia pode deixar de ser autocrática e passar a ser democrática, desde que a ordem do capital não esteja em risco. Ao aceitar fazer parte do jogo democrático, sem as profundas críticas anticapitalistas, o PT²⁰ e a CUT²¹ deixam de ser um problema para a ordem e passam a fazer parte da contrarrevolução preventiva. Florestan Fernandes, como estrategista, não deixa passar qualquer dúvida sobre o papel do Estado na sociedade de classes.

Acabar com o pseudo-Estado “acima das classes” (de forma ditatorial visível ou não) significa conquistar, dentro da sociedade civil (isto é, no âmbito da sociedade de classes burguesa), um poder de classe simétrico ou equivalente ao poder da burguesia. Só possuindo esse poder popular será possível às classes trabalhadoras, nas condições históricas vigentes no Brasil, engendar um verdadeiro Estado democrático (Fernandes, 2006, p. 141).

O poder popular, de acordo com o pensamento do autor sobre estratégia, seria formado a partir de instituições controladas pelo proletariado – e não a disputa das instituições de caráter burguês. Essa afirmação possivelmente entra em choque com grande parte do entendimento corrente sobre acúmulo de forças. Contudo, ela parece ser um divisor de águas entre uma estratégia socialista e outras que levam os trabalhadores para “ilusões parlamentares ou constitucionais”, como gostava de dizer Florestan.

Ao que parece, o poder popular teria como materialidade os espaços organizativos da classe, mesmo que “no âmbito da sociedade burguesa”, ou seja, no interior do conflito entre capital e trabalho. Nesse

²⁰ Sobre o assunto, recomendamos a leitura de Iasi (2006).

²¹ A obra Tumolo (2013) trata especificamente do tema.

entendimento, os sindicatos, os partidos e as associações são instrumentos legais para a luta política revolucionária.

Também se faz necessário ter claro e delineado o objetivo dentro das lutas democráticas para não cair em ilusões de conciliação, seguindo o velho padrão das elites brasileiras.

Hoje, o problema da luta política na periferia do mundo capitalista, em particular na América Latina, é um problema grave. Não se vai obter espaço político a partir de conciliações de classe e de composições de cúpulas. Essas conciliações e composições não criam espaço político para as classes trabalhadoras. Elas criam espaço político para os grupos que controlam o poder a partir de cima, principalmente para a aliança terrível entre as nações capitalistas hegemônicas, sua superpotência e os setores mais poderosos das burguesias nacionais. Portanto é um momento que impõe clara percepção da realidade (Fernandes, 1981c, p. 36).

A interpretação das lutas de classes, nas últimas duas décadas do século XX, é uma tarefa realmente complexa, pois precisava apreender a crítica das experiências vividas, de transição ao socialismo e das lutas de libertação nacional, para somente então elaborar “a quente” uma postura que orientasse o proletariado em suas disputas. Ou seja, deixar de ser caudatário e passar a ter independência e autonomia. Para Fernandes:

Isso exige dos comunistas que saiam totalmente da linha tradicional, de aliança com a burguesia. O que não significa um convite ao extremismo irresponsável, ao extremismo infantil. Significa apenas que esses partidos têm de colocar de novo, na ordem do dia, a questão das duas frentes, e têm de colocá-la em termo de exigências muito complicadas, porque a frente legal hoje é muito reduzida. Eles têm de criar um movimento político orgânico nas classes trabalhadoras. Essa é uma tarefa fundamental dos PCs e dos partidos socialistas na América Latina. *Porque o espaço democrático, luta pela democracia de conteúdo socialista, isso já não leva a nada, pode até levar à cooptação, ao regime de capitalismo de Estado, que são capazes de comprar com segurança da bur-*

guesia e do capitalismo, através das chamadas funções de legitimação do Estado. Ora, não é por aí que passa a tarefa revolucionária de um partido comunista, ou de um partido socialista congruente. Portanto, fica muito claro que, nesta fase, de um lado é preciso não fortalecer os setores mais retrógrados e mais reacionários da burguesia e tampouco fortalecer, em bloco, a burguesia com alianças que geram confusão no movimento operário. E, de outro lado, é preciso que o movimento operário seja o centro de todo o processo. [...] Porque o nível da luta hoje é mundial e o poder de repressão das burguesias não passa pela luta da burguesia do Chile, Argentina, do Brasil, passa pela capacidade de repressão do capitalismo monopolista e imperialista (Fernandes, 1981c, p. 37).

A capacidade de projeção da conjuntura vindoura é impressionante, mas não inexplicável. A compreensão do pensador paulista é permeada por uma teoria que progride com a experiência vivida pelas classes em luta, em outras palavras, pela apreensão das contradições do próprio capitalismo – sobretudo ao interpretar as sociedades nas quais o capital é introduzido tardiamente em relação aos centros hegemônicos. Isso implica em um conjunto de continuidades no padrão de comportamento social. Essas permanências criam a possibilidade de prever certas ações imanentes à lógica de acumulação. O desafio complexo é compreender as descontinuidades, ou seja, as particularidades derivadas de uma formação social em expansão.

Nessas particularidades estão as armadilhas da democracia de co-optação. Quando se permite que os operários percam terreno para a ação política da burguesia acreditando estar avançando, a organização política dos trabalhadores está, na verdade, iludindo sua classe.

Para Fernandes, o movimento socialista não só pôde aprender, mas deveria ter aprendido mais, com as experiências europeias, notadamente o eurocomunismo, criticado por ele exatamente por ter deixado de lado o centro estratégico de ação proletária para agregar-se ao eixo burguês de intervenção política, acarretando a perda da potencialidade revolucionária.

De acordo com Fernandes,

O grave pecado político dos PCs é que essa luta não se aprofunda quando se fala do eurocomunismo. Eu não sou adepto do eurocomunismo, para mim isso não passa de um processo de social-democratização dos PCs. Mas, se o eurocomunismo tem sentido, só tem sentido em países onde há uma consolidação da luta democrática em termos capitalistas. Ora, aqui nós não temos essa consolidação. A burguesia fechou o espaço em termos de autocracia capitalista (Fernandes, 1981c, p. 37).

E continua:

[...] a “dominação” burguesa” nunca se aprofundou e o uso do Estado foi, na verdade, um meio de dinamizar a capacidade de dominação da burguesia. Aquele Estado parecia um “estado democrático”, mas na verdade ele só consolidava uma força muito egoísta de dominação restrita. E só há uma maneira de romper com essa limitação histórica, que é a da pressão radical que vem de baixo para cima. É a pressão que vem das classes subalternas e que se organiza de uma maneira um pouco mais flexível, um pouco mais avançada no setor operário, especialmente no setor industrial das classes trabalhadoras. No Brasil, a classe operária já tem uma densidade, uma presença morfológica e ao mesmo tempo uma presença qualitativa suficiente para que se pense na classe operária como vanguarda das classes subalternas. O problema todo é de amadurecimento político. É preciso combinar a atividade militante do próprio operário com a formação de um partido que venha a objetivar e instrumentalizar, no campo político, o poder real das classes trabalhadoras. Até há pouco tempo, esse poder real era muito baixo, amorfo e difuso. A presença da classe trabalhadora acabava sendo esvaziada e, ao mesmo tempo, coordenada, sublimada e transformada em poder de dominação da burguesia (Fernandes, 1981c, p. 38).

Sua interpretação sobre o desenvolvimento econômico de caráter burguês se altera em relação aos escritos da década de 1950, quando indicava a fragmentação e imaturidade operária. É evidente que os mais

de trinta anos de capitalismo alteraram a realidade brasileira. Por consequência, deveria alterar também a análise sobre os mecanismos de intervenção revolucionária no novo contexto. Tendo presente tal fato, o autor afirma que existem condições objetivas para uma maior autonomia dos trabalhadores, sendo insuficiente o aspecto político, que deveria ser dinamizado pelo partido.

As tarefas dessa organização devem levar em consideração que:

A partir daí, existe base material suficiente para se refletir sobre o movimento político das classes trabalhadoras na sociedade brasileira. Tarefas políticas que até há pouco tempo não podiam ser pensadas, em termos das classes trabalhadoras, hoje lá podem ser pensadas, desde que elas se disponham a avançar até o ponto de incorporar o socialismo ou de convertê-lo no conteúdo da luta de classes. [...]. Portanto, é preciso pensar nas classes trabalhadoras como as classes que podem enfrentar a tarefa política de desencadear a revolução, *de aprofundar a revolução, de conquistar dentro do capitalismo condições para a organização do conflito de classes* e da luta de classes e quiçá, em um prazo menor do que pensamos, transformar as sociedades latino-americanas de forma revolucionária (Fernandes, 1981c, p. 38, grifos nossos).

É sempre presente a realidade de uma transição para a transição, ou o aspecto “dentro da ordem”, pois daí fica marcado o período imediato de construção da correlação de forças para as futuras ações radicais. Isso pôde ser usado internamente no PT como um sucedâneo de protelação, situando o objetivo estratégico socialista no horizonte, mas, na prática imediata, lutando apenas por melhorias capitalistas.

A estratégia socialista desenhada por Fernandes fica pela metade, perdendo-se como estratégia e transformando-se em outra coisa, materializada na história pelas ações de classe, hegemônicas por parcelas dos dirigentes do PT e da CUT. No entanto, isso não responsabiliza o autor por possíveis equívocos, mas também não o inocenta das críticas à sua compreensão da realidade brasileira. Os desafios de integrar a leitura e a ação de partido sempre foram parte das preocupações de

Fernandes, como nota-se no trecho a seguir:

Em conjunto, tudo isso cria para os partidos socialistas revolucionários o dever de pensar nessa situação, em termos totalmente diferentes da estratégia que foi utilizada até agora. Eles têm pela frente ditaduras que estão lutando, tenazmente, pela autoperpetuação e pela “democracia totalitária”. Esses mecanismos vêm do fascismo, vêm das tentativas que a burguesia fez de fortalecer a sua dominação de classe e de luta política, através do Estado capitalista periférico. O que cabe àqueles que pensam na dinâmica da história do ponto de vista contrário, da destruição do Estado – não só desse Estado – é fazer o caminho inverso. *De um lado, criando formas de participação política, que levem as classes trabalhadoras a ter uma presença mais ativa dentro do processo político. De outro, num plano mais profundo, de organizar essas forças para travarem a sua batalha, porque essa batalha vai ser travada no Brasil a partir de agora.* Porque a partir de agora vai surgir uma vanguarda operária autêntica e articulada ao movimento político das classes trabalhadoras. Essa vanguarda vai poder alimentar um processo revolucionário autônomo que não se prenderá, nem se subordinará à dinâmica de autodefesa e do fortalecimento do capitalismo (Fernandes, 1981c, p. 38, grifos nossos).

A esperança de uma superação político-organizativa dos equívocos das estratégias anteriores é legítima para o militante, mas não pode ser relevada pelos críticos da ciência proletária. Por que Fernandes acreditava que essa vanguarda não se subordinaria? Talvez seja importante usar o remédio que o próprio autor indica quando falou sobre Lenin: não se pode repeti-lo, mas sim usar seu método.

4

ESCOLA E EDUCAÇÃO REVOLUCIONÁRIA

*Em la lucha de clases
Todas las armas son buenas
Piedras
Noches
Poemas*

Leminski

Retomando o caminho de construção dessa análise: inicialmente, apresentamos as diferentes visões de autores que pesquisam e investigam a obra de Florestan Fernandes. Em seguida, as principais categorias analíticas sobre capitalismo dependente e autocracia foram apresentadas. Além disso, expusemos os fundamentos de uma estratégia de ruptura com a ordem capitalista para a construção do socialismo. Na sequência da apresentação dos fundamentos explicativos sobre a formação social brasileira, versaremos sobre as diferentes formas de inserção da educação em uma estratégia voltada para a construção da revolução social, presente na obra de Fernandes.

De início, é necessária uma distinção importante entre a escola e a educação. A concepção exposta por Favaro (2014) será tomado como nosso ponto de partida:

Ressaltamos de antemão que entendemos que a educação humana na atual sociedade ocorre em vários âmbitos, não estando de forma alguma restrita à escola. Ela se faz presen-

te em inúmeros espaços, dentre eles os meios de comunicação, a igreja, família, sindicatos, fábricas, partidos políticos, etc., e ocorre de distintas maneiras (Favaro, 2014, p. 20).

Para Fernandes, essa distinção também é cabível desde que ela se atente para os diferentes momentos de sua produção teórica e política.

Ao longo de sua produção, o autor estabeleceu um diálogo crítico com as forças políticas em ação e com as elaborações teóricas¹ de diferentes matizes, produzidas entre os anos de 1940 e 1960. Mas foi a partir da década de 1970 que Fernandes sintetizou as bases da estratégia democrática popular. Isso implicou uma transfiguração do seu entendimento sobre o papel da educação, pois, num primeiro momento, o autor partiu da noção de atraso cultural e, posteriormente, desenvolveu categorias explicativas que situaram em outro patamar a temática educacional.

A diferença que Fernandes estabelecia entre escola e educação fica mais nítida em seus textos políticos. Quando, nas décadas de 1950 e 1960, se contrapunha às propostas privatistas de escola e defendia propostas próximas às liberais, ele entendia a defesa da escola pública como uma necessidade de controle racional da mudança social. Na sequência de sua produção teórica, a problemática da defesa da escola pública toma novos contornos.

Além disso, ao discutir as necessidades educacionais da classe trabalhadora, já dentro de uma formulação estratégica elaborada, ele utiliza os conceitos de educação proletária e educação revolucionária para referir-se às tarefas que as organizações da classe trabalhadora deveriam desenvolver. Dessa maneira, Fernandes superou sua compreensão de defesa da escola pública da década de 1950 e, ato contínuo, situou o seu conceito de atraso cultural através de novas determinações.

¹ Esse diálogo se deu especialmente com alguns teóricos não hegemônicos em suas organizações, como Caio Prado Júnior e, também, teóricos de fora do país, não inseridos em organizações em ação, como Antônio Gramsci.

Até meados dos anos 1950, Fernandes tinha uma leitura teórico-política da realidade brasileira alinhada com o grau de desenvolvimento das forças produtivas daquele período. Após o golpe empresarial-militar de 1964, o tipo da transformação capitalista e da ordem social se transformou. No entendimento de Fernandes, o regime burguês adquiriu maturidade, pois não se tratava mais de uma revolução burguesa em ascensão, mas da “contrarrevolução preventiva e prolongada”. Esse movimento de adensamento da sua produção é assim descrito por ele: “[...] por aí, vemos que se poderia traçar três momentos independentes em minha carreira e que eles expressam as mudanças de minha relação com o ambiente” (Fernandes, 1978, p. 27).

A temática da educação também acompanha esse movimento de transição da forma específica da produção capitalista brasileira e, por consequência, da formulação estratégica revolucionária. No primeiro momento, quando Fernandes propunha-se a acompanhar a Campanha em Defesa da Escola Pública, ele levava em conta a necessidade de estar consciente em relação às contradições existentes no período, ou seja, em relação aos avanços políticos dentro da ordem, no bojo das reformas de base. De acordo com o sociólogo paulista:

Vejam bem, eu entrei no debate das reformas de base apenas em termos da campanha em defesa da escola pública. Quando se colocou toda problemática das reformas de base, eu não entrei nela, não. Eu participei do movimento em termos muito pessoais, porque aceitei fazer conferências, por assim dizer, técnicas sobre universidade, sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento, etc. Porque a discussão das reformas de base estava imbricada em pressupostos falsos, estava imbricada na ideologia que o Iseb havia disseminado, de que era possível fazer revolução através do desenvolvimento. Essa teoria da revolução através do desenvolvimento é teoria que tem raízes muito dúbias. De um lado está a Cepal, de outro estão autores norte-americanos como Silvert, por exemplo (Fernandes, 1981, p. 28).

Sua crítica a certa teoria da revolução já está clara, mas a sua ela-

boração própria ainda não. A fórmula estratégica, até meados dos anos 1960, não está completa, pois a própria formação social brasileira não era completa; em outras palavras, ela não era ainda especificamente capitalista. Já nos anos 1980, a leitura de totalidade da formação social brasileira leva o autor a desenvolver sua formulação estratégica, incorporando muitos elementos que ainda não estavam presentes nos anos 1960.

Durante o exílio, os estudos realizados em Toronto sobre as revoluções socialistas e a incorporação das categorias teóricas de Vladimir Lenin e Rosa Luxemburgo indicam uma ampliação da capacidade explicativa sobre a via brasileira ao socialismo. Além disso, como anteriormente discutido, também a Revolução Cubana teve uma grande influência em sua análise.

A partir da elaboração sobre a estratégia revolucionária, Fernandes produziu uma compreensão peculiar sobre a educação. Ao que parece, três abordagens sobre a temática educacional estão presentes na obra do sociólogo paulista: 1) a questão do atraso cultural; 2) a defesa da escola pública como elemento da estratégia democrática; e 3) uma educação revolucionária no interior de uma estratégia socialista. Diante de tal complexidade, é importante buscar as diferentes estratégias vinculadas aos momentos distintos da análise do autor e às transfigurações da educação em cada contexto específico. O esforço aqui empreendido visa apreender o movimento de maturação de uma leitura da realidade que fundamenta as táticas defendidas no transcorrer dos anos, caminhando na direção contrária de uma leitura tergiversada acerca da obra de Fernandes.

A educação e o atraso cultural

O início da produção de Fernandes sobre a educação está inserido na sua busca por compreender o Brasil. Por esse motivo, o elemento cultural é relacionado aos outros elementos constitutivos da realidade em desenvolvimento dentre eles o social, o político e o econômico. Tam-

bém é importante salientar que o entendimento sobre a característica da classe dominante nacional é que o leva às pesquisas mais elaboradas sobre as raízes dessa cultura tradicionalista. De acordo com Fernandes:

[...] é sabido que a orientação mais ou menos fechada, que prevaleceu no período colonial em relação à cultura e à educação, não foi desagregada com a independência nem com a proclamação da República. Mesmo as reformas pombalinas de instrução pública tiveram repercussões modestas no Brasil. Não se chegou a transferir para o Brasil o conjunto de transformações, que ocorreram na sociedade portuguesa, e isto porque Portugal entravava o processo de crescimento cultural da colônia, e a aristocracia senhorial, posteriormente, tratou o Brasil como a antiga Coroa: fechou os horizontes. De modo que a grande tradição cultural brasileira é de um elitismo cultural fechado, cerrado, numa sociedade na qual se cultivou, sempre, o conhecimento, o livro e até a filosofia da ilustração (Fernandes, 1987b, p. 15).

A citação indica a existência de empecilhos criados pela metrópole às transferências culturais e educacionais para as colônias. O comportamento conservador das elites oligárquicas tem essa perspectiva castadora e atrasada, se comparada às elites burguesas do iluminismo europeu. Essas induziram mudanças culturais e educacionais como ferramentas de luta contra as antigas classes dominantes feudais; enquanto as elites oligárquicas se amalgamaram com o antigo regime, restringindo o uso progressista da cultura e da educação.

Essa perspectiva marca profundamente a organização sociopolítica brasileira e permite desdobramentos nos papéis sociais dos agentes culturais, inclusive dos professores. De acordo com Fernandes:

As instituições-chaves foram taxativamente circunscritas a um perímetro de defesa exasperada da ordem existente. Mesmo nas escolas superiores isoladas, que foram o que nós conhecemos de mais avançado, graças à vinda da corte para o Brasil e ao desenvolvimento posterior do Segundo Império, mesmo aí, o interesse que havia pela atividade intelectual propriamente dita estava vinculado à atividade

administrativa e política indispensável desses profissionais liberais. O próprio professor interessava à medida que era um agente puro e simples de transmissão cultural. Sua relação com o estudante não era sequer uma relação criadora. Era a de preservar os níveis alcançados de realização da cultura de imitação. Nesse contexto, o intelectual era, por assim dizer, domesticado, quer fosse de origem nobre ou de origem plebeia, automaticamente se qualificava como um componente da elite e, quando isso não ocorria, como sucedeu com os professores das primeiras letras, ele era um elemento de mediação, na cadeia interminável de dominação política e cultural (Fernandes, 1987b, p. 16).

O mimetismo sugerido pelo autor, somado ao modelo de domesticação dos intelectuais, é um dos mecanismos de supressão da capacidade criadora da educação escolar. Isso ocorre na medida em que a forma de desenvolvimento do sistema de ensino deriva dessas características e as pereniza na história. Adiante trataremos da crítica levantada pelo próprio Fernandes acerca dessa análise.

A compreensão de atraso cultural se prende à leitura de um relativo anacronismo no desenvolvimento capitalista nacional, que ainda poderia vir a ocorrer. Deriva de tais concepções o entendimento de que a educação poderia desempenhar papéis criadores em um cenário de crescimento espontâneo de relações especificamente capitalistas. Fernandes, ao descrever esse processo em São Paulo, indica as possibilidades criativas viáveis que, no entanto, não são aproveitadas pela concepção tradicionalista da burguesia brasileira.

Mas o que choca, em São Paulo, é que as escolas ainda colidem de maneira decidida com os avanços realizados ou em processo. Elas ignoram as alterações do meio circundante, não se organizando para preparar os homens para as novas condições de existência – seja para a era da industrialização, seja para as perspectivas que se abrem, diante de nós, de conquista de uma posição autônoma no âmbito dos povos que compartilham da civilização ocidental (Fernandes, 1966, p. 87).

Nesse momento da produção teórica, Fernandes ainda acredita na capacidade de desenvolvimento econômico autônomo. Os estudos vinculados à cadeira de Sociologia I da Universidade de São Paulo mostravam o relativo atraso de diversas regiões do país, mas ao mesmo tempo, mostravam a exuberância da industrialização paulista. Os acontecimentos do final dos anos 1950 e início dos anos 1960 levavam os pesquisadores uspianos a pensarem os termos dessa expansão.

Fernandes foi militante revolucionário desde muito cedo e participou de épocas históricas distantes no tempo, o que era possível de ser analisado empiricamente, até meados dos anos 1960. Isso demonstrava uma tensão entre a continuidade da dependência e uma potencialidade de desenvolvimento autóctone, pois as relações materiais dentro das firmas capitalistas vivenciavam transformações de monta. Visto dessa ótica, Fernandes afirma:

Enquanto a empresa econômica, por exemplo, passou por uma verdadeira revolução, a escola mantém-se presa a modelos obsoletos de organização interna, como se lhe coubesse forjar nos alunos sentimentos do “homem culto” do fim do século passado. O desenvolvimento econômico produziu, pois, o fomento da expansão quantitativa da rede escolar. Mas, não nos levou a uma expansão qualitativa de proporções equivalentes (Fernandes, 1966, p. 87).

Para o analista, não fazia sentido verificar essa alteração na economia e não verificar na educação escolar – parecia um paradoxo. E a solução encontrava-se na intervenção em defesa de um sistema de ensino capaz de dar vazão às necessidades de expansão do capitalismo autônomo brasileiro.

Surgem então os questionamentos sobre os motivos que levaram certa elite burguesa a não fazer investimentos em educação escolar. A resposta, até aquele momento, é fundamentada na ideia de um “atraso cultural” – o desenvolvimento cultural não acompanhou o desenvolvimento econômico. Seria uma questão de tempo para que essa adequação acontecesse. Para tal, seria necessária uma defesa firme

de uma política educacional coerente com a expansão capitalista, ou seja, uma educação escolar comprometida com os valores da ordem social competitiva em crescimento. Em outras palavras, tal perspectiva representava a defesa do liberalismo como concepção progressista contra os liberais realmente existentes, entrincheirados no conservantismo aristocrático brasileiro.

Até esse momento, para Fernandes, não se trata de uma revolução na educação, mas de uma adequação entre a esfera econômica, já em avanço, e a cultural, em atraso.

Reflexões desse alcance são imperativas no momento. Se não as fizermos, e não tirarmos proveito prático delas, cometeremos vários erros, que não servirão a outra coisa senão para manter o Brasil como uma nação econômica, social e culturalmente dependente. [...] malgrado nossa ânsia de “progresso” e de “independência”, conservamos uma situação educacional iníqua dentro o país, barrando o acesso às oportunidades educacionais a três quintos da população brasileira. E, no conjunto, não teremos elementos para criar e difundir socialmente o tipo de horizonte cultural que marca o início da quebra de identidade com o tradicionalismo, com a qual se preparou, no âmbito da civilização ocidental, a revolução econômica e social dos “povos avançados” (Fernandes, 1966, p. 90).

Nesse contexto, “povos avançados” significava “povos capitalistas”. Portanto, fica evidente uma estratégia de avanço progressivo por dentro do capitalismo, elevando o horizonte cultural e superando as antigas e arcaicas visões de mundo acorrentadas à ordem social escravocrata.

Ora, até o período final da grande revolução – que se iniciou com a desagregação do regime servil, com a abolição formal do “antigo regime” e a implantação da República, e que tem por marco os surtos econômicos, sociais e políticos do segundo quartel do nosso século – o “uso social” que se deu à instrução manteve-se presa a interesses e a concepções que a converteram plenamente em um símbolo de status. Ser

ou não instruído equivalia a ser ou não “ignorante”, “atrasado” e “dependente”. Como a dominação patrimonialista e aristocrática prescindia largamente do apoio dinâmico da escolarização – só a burocracia requeria alguma aprendizagem previa sistemática, supervisionada e institucionalizada – a escola se divorciava das necessidades educacionais reconhecidas socialmente e o ensino se alienava dos problemas práticos dos homens. A escola não era útil nem para ensinar os dominados a respeitar e a legitimar a dominação tradicionalista e patrimonialista; nem para ensinar aos dominantes a prática dessa dominação. Semelhante tirocínio era obtido fora e acima da escola, no comércio social da vida cotidiana (Fernandes, 1966, p. 92).

A iniquidade da formação social brasileira era de tal forma expressiva que a escola não tinha utilidade sequer para ensinar a obedecer. O atraso era tão grande que a instituição escolar precisaria criar inúmeros liames entre sua função social e as variadas classes sociais para alcançar o tempo histórico da modernidade. Ela tinha uma funcionalidade exclusiva para a burocracia, pois essa dependia de técnicas sociais escolarizadas para manter ou conquistar posto nas estruturas estatais.

No período de predominância da estratégia democrática, fica evidente a tentativa de Florestan apreender o fluxo das mudanças sociais e, assim, as formas de ação das classes em conflito. Em seu livro *Mudanças sociais no Brasil*, de 1960, tal é sua análise:

Impõe-se deixar de lado o período colonial. Contudo, não se deve esquecer que o padrão de gente de prol se constitui nesse período, em que se agravam, por causa da escravidão e da própria expropriação colonial, as distinções sociais preexistentes na sociedade portuguesa. Há evidente ligação entre esse padrão, que ainda não foi neutralizado pela ordem social competitiva, e a mentalidade mandonista, exclusivista e particularista das elites das classes dominantes. Por isso, as relações de classe sofrem interferências de padrões de tratamento que são antes estamentais e que reproduzem o passado no presente, a tal ponto que o horizonte cultural inerente à consciência conservadora de nossos dias, em seu mandonismo, exclusivismo e particularismo agreste, lem-

bram mais a simetria “colonizador” versus “colonizado” que a “empresário capitalista” versus “assalariado”. [...]. O que faz com que aquilo que parece “democrático”, na superfície, seja de fato “autoritário” e “autocrático”, em sua essência (Fernandes, 2008b, p. 42).

Essa caracterização demonstra que Fernandes teve uma perspectiva otimista quanto à transformação da ordem senhorial em uma ordem competitiva. Ou seja, ele acreditava que na transição de uma forma para a outra haveria mudanças capazes de ampliar a democratização da sociedade, sobrepujando, assim, o “mandonismo agreste”.

No mesmo livro de 1960, há um artigo intitulado *A educação como fator de integração política*, no qual o autor apresenta várias indicações sobre o papel da escola e do Estado no interior daquela transição. Fica explícita a influência de seu professor Fernando de Azevedo que, naquele momento, assumia uma perspectiva progressista:

Do ponto de vista cultural e pedagógico, a República foi uma revolução que abortou e que, contentando-se com a mudança do regime, não teve o pensamento ou a decisão de realizar uma transformação radical no sistema de ensino, para provocar uma renovação intelectual das elites culturais e políticas, necessárias às novas instituições democráticas (Azevedo in Fernandes, 2008b, p. 107).

Ao analisar essa proposta de renovação de elites, Fernandes vê que “[...] do ponto de vista da elaboração da democracia no Brasil, o problema crucial não é esse” (Fernandes, 2008b, p. 108). O autor colocava o problema da seguinte forma, naquele tempo: “Segundo pensamos, o sistema educacional brasileiro poderá produzir efeitos suficientes para alterar, em sentido positivo, a articulação do Estado às condições reais da nação” (Fernandes, 2008b, p. 108). E continua:

A função educativa da escola, no meio social brasileiro – e em particular a escola primária – não se restringe à instrução propriamente dita. Ela é muito mais ampla. Pois, por causa de condições e de fatores especiais, quando a escola não

consegue transmitir certos conhecimentos, que em outras sociedades se propagam no seio da família ou de outros grupos sociais, esses conhecimentos ou não são difundidos ou precisam ser adquiridos através de penosos esforços individuais, nem sempre bem orientados. Entre os conhecimentos que estão nessa categoria, colocam-se os que dizem respeito à preparação dos imaturos para se ajustarem a papéis políticos específicos em nossa sociedade. [...]. Isso faz com que a ação educativa espontânea, na preparação dos jovens para a vida política, se torne inócua ou tendenciosa. Por isso, a escola precisa ser ajustada para intervir nesse setor e nele desenvolver os adestramentos necessários (Fernandes, 2008b, p. 109).

No trecho acima, é notável a preocupação de Fernandes acerca da intervenção do Estado por meio da escola, como um meio de socialização política dos jovens na sociedade. Ao que parece, tal fato é consequência da não-materialização de organizações e instituições de classe. Conforme analisamos anteriormente, Fernandes verificava a realidade com as lentes dos antagonismos entre as classes sociais, ou seja, a afirmação sobre o papel da escola está fundada na compreensão de que as classes sociais, especialmente os trabalhadores, ainda não tinham autonomia histórica. Retomando novamente o artigo *A educação como fator de integração política*, o tema é assim apresentado por Fernandes:

É esse um aspecto doloroso, uma das consequências diretas do fenômeno estudado em ciências sociais sob o nome de “demora cultural”. Na evolução social, o desenvolvimento de todas as esferas da cultura não é concomitante. Uma atrasam-se em relação às outras. Nas modernas sociedades capitalistas do ocidente, a esfera em que as mudanças se processam com maior rapidez é a econômica. Com intensidade variável, as demais esferas da cultura – a política, a educação, a religião etc. – tendem a juntar-se às modificações operadas no setor econômico (Fernandes, 2008, p. 129).

Fica evidente a existência de uma noção sequencial das mudanças em diferentes esferas, sendo que as transformações relativas à cultura poderiam demorar a surgir. Importa aqui salientar a noção geral do problema para Fernandes nesse período, anterior a 1960: a evolução da

transformação capitalista no país. Não se pode perder de vista o de que não estavam delimitados todos os aspectos da formação social brasileira e, empiricamente, era muito impalpável o viés do desenvolvimento nacional, o que colocava para o autor uma potencialidade no fator educacional. Percebiam: “Segundo pensamos, o sistema educacional brasileiro poderá produzir efeitos suficientes para alterar, em um sentido positivo, a articulação do Estado às condições reais da Nação” (Fernandes, 2008, p. 108). A potencialidade política socializadora que Fernandes deposita na instituição escolar nesse momento fica evidente.

Na década de 1950, em sua defesa da escola pública não havia uma leitura de conjunto da realidade brasileira e, portanto, não havia como elaborar uma estratégia de totalidade na luta de classes. Isso implica em acompanhar o desenrolar da produção teórica do autor junto às lutas e organizações da classe trabalhadora. Não existe estratégia descolada da vida concreta dos assalariados do campo e da cidade. Essas inferências analíticas confrontam a compreensão de ruptura epistemológica em Fernandes e, também, as compreensões atuais de que a estratégia por ele formulada pode ser mantida sem a devida atualização das contradições do desenvolvimento econômico e/ou transformação capitalista.

A educação e a estratégia democrática

Uma hipótese a ser percorrida diz respeito à possibilidade de uma concepção estratégica durante a revolução burguesa em ascensão, ou seja, enquanto não havia o desenvolvimento completo da transformação capitalista e da ordem social competitiva. É perceptível que os escritos sobre a educação anteriores ao golpe de 1964 estão fortemente influenciados por uma perspectiva indutivista, de acordo com a nomenclatura do próprio autor. A mudança social provocada por ações na escola é um vetor defendido por Florestan Fernandes que recoloca a discussão sobre a função determinante da instituição escolar.

Fernandes descreve a sociedade brasileira em suas distintas formas tradicionais. Ele a contrasta com as possíveis formas cívicas vinculadas à ordem social competitiva e democrática. Sobre essa lacuna, tal é o seu questionamento:

Por que a cultura cívica era tão circunscrita, tão fechada? Porque no Império a democracia era a democracia dos senhores. Na República foi uma democracia de oligarcas. Quer dizer, aquilo que os antropólogos, que estudaram a África do Sul, chamaram de democracia restrita e que os nossos cientistas políticos têm medo de aplicar à sociedade brasileira. Para essa democracia restrita é indispensável uma cultura cívica e, quando existe alguma coisa parecida com uma cultura cívica, ela é acessível somente àqueles que fazem parte de uma minoria privilegiada, em termos de riqueza, em primeiro lugar, em termos de poder, em segundo lugar, e em termos de saber, em terceiro lugar (Fernandes, 1987b, p. 18).

A caracterização de uma democracia restrita é a primeira aproximação de Fernandes ao problema de fundo da sociedade brasileira. O autor inicia sua argumentação questionando o próprio modo de analisar a questão e percebe que não se trata de um atraso cultural, mas de uma forma específica de realizar as transformações burguesas. No entanto, ele também demonstra como pensar o sentido teórico e político da insegurança dessa burguesia em agir coercitivamente ao enfrentar reivindicações liberais no campo da cultura e da educação. Esse comportamento acontece devido ao seu caráter híbrido – ela incorporou os elementos aristocráticos em sua constituição de classe, produzindo o que Fernandes chamou de *concierge social*. Decorre daí a primeira maneira de descrever a dependência da formação social brasileira.

O conceito de “dependência cultural” vem acompanhado das primeiras análises de Fernandes sobre a Revolução Burguesa no Brasil. Ele parte da noção de que havia uma desconexão entre os tempos econômicos e os tempos políticos. Portanto, um dos elementos explicativos da heteronomia estava diretamente ligado à compreensão de atraso. Em contraste com a autonomia dos países centrais, o Brasil seria trans-

passado por relações culturais vinculadas ao antigo regime e às tradições seculares dos senhores de escravos, não avançando para a modernidade no sentido capitalista. Essas seriam características dos demais países de origem colonial, ademais essa situação criaria um conjunto de dilemas históricos parecidos nessa região.

As soluções para esses dilemas passariam por entender as suas raízes históricas e intervir racionalmente na realidade. As transformações derivadas das intervenções acarretariam desdobramentos progressivos ou regressivos. Os primeiros seriam atrelados à ação das classes trabalhadoras interessadas em tirar da ordem social o reconhecimento de seus papéis sociais, econômicos, políticos e culturais em uma sociedade integrada ao mercado mundial; os segundos estariam vinculados aos interesses das classes dominantes brasileiras, atados aos interesses de caráter egoísticos dos senhores de escravos e comerciantes de importação e exportação.

De acordo com Fernandes, a solução para o atraso cultural estava circunscrita às seguintes possibilidades:

Por aí se vê o “dilema” do desenvolvimento social dos países latino-americanos. As receitas práticas para a intensificação da mudança social nesses países nunca levam em conta tal fato. Elas compreendem, grosso modo, três soluções básicas, quase sempre entendidas como exclusivas. Em primeiro lugar, a mais simples e rudimentar: pensa-se que seria suficiente importar técnicas suscetíveis de criar ou de substituir atitudes e avaliações sociais. Ignora-se, de forma exagerada, que atitudes e avaliações pressupõem um lastro material, intelectual e moral, cuja emergência depende da assimilação de complexos institucionais. Em segundo lugar, vem a solução intermediária; ela insiste na criação desse lastro material, intelectual e moral, requerido pelos mecanismos psicossociais e socioculturais que motivam e orientam as atitudes e as avaliações sociais, recomendando a transplantação de instituições ou de complexos institucionais de povos mais adiantados (Fernandes, 1963, p. 283-284).

E continua:

Em terceiro lugar, está a solução de cunho utópico: dá-se precedência a manipulações que poderiam conduzir, pela “reforma esclarecida”, à modelação do mundo social pela vontade humana (Fernandes, 1963, p. 284).

Ele conclui dizendo que “Nenhuma dessas soluções atenta para o essencial, que consiste no nível em que se deve intervir, para desencadear alterações que afetem, coordenadamente, os padrões de integração e de diferenciação da ordem social” (Fernandes, 1963, p. 284).

A proposição estratégica de Fernandes, organizada no ano de 1963, quando escreveu o texto acima referido, é matizada pela influência do pensamento de Karl Mannheim sobre a possibilidade do planejamento racional. Por esse motivo, a intervenção racional nos processos de mudança social tem por finalidade acelerar fenômenos latentes na realidade. Portanto, nesse momento de sua produção, as críticas a receitas práticas de mudança e, ao mesmo tempo, sua própria apresentação de solução são coerentes. Decorre que:

[...] a intervenção racional procura superar as limitações que resultam desse estilo de transformação da realidade, em que o acaso, o imprevisto, e o acerto ocasional adquirem tanta importância prática. [...] encarando-as em termos operacionais, entretanto, as diferenças seriam numerosas e consideráveis: 1º) porque a intervenção racional retém, de modo explícito, direto e realista, o objetivo central, que é a relação existente entre as manipulações práticas do comportamento social consciente e a transformação do padrão de integração estrutural e funcional da ordem social; 2º) porque ela combina todos os elementos apreendidos positivamente por aquelas soluções, mais os que elas negligenciam, subestimam ou ignoram. Por isso, a intervenção racional visa e dá preferência a alterações que modifiquem, com intensidade controlável direta ou indiretamente, a autonomia do sistema social no desencadeamento e na orientação de mudanças internas de significação estrutural e funcional (Fernandes, 1963, p. 284-285).

Essa saída política está localizada no tempo e no espaço – ela é uma proposta feita durante a campanha em defesa da escola pública.

Como vimos anteriormente, ela não está situada no conjunto da estratégia das reformas de base, mas fundamentada em uma teoria da revolução criticada por Fernandes. Não obstante, a crença em uma intervenção capaz de produzir um novo horizonte cultural pela via da escola é nítida no texto do autor. A temporalidade da proposta se coloca em um momento em que a burguesia brasileira ainda não havia demonstrado seu caráter autocrático por inteiro, ou seja, ainda era o momento da revolução burguesa em ascensão histórica.

Para Fernandes, a pela educação escolar pública só fazia sentido na medida em que ela contribuísse para acelerar a história.

Esses raciocínios se aplicam tanto a intervenções que tomam por objetivo a aceleração da desintegração do antigo regime, quanto às que buscam a consolidação da nova ordem social. Em ambos os casos, está presente certo padrão de integração da ordem social. Num, em termos da incompatibilidade de dada ordem social com determinado estilo de vida social, desejado em escala coletiva. Noutro, em termos da formação de condições elementares mínimas para a emergência gradual do padrão de equilíbrio social referente a esse estilo de vida. O que importa salientar, como elemento estratégico, é que os alvos visados também são concebidos como “meios”. O “fim” de qualquer manipulação prática não está nas consequências imediatas, previstas antecipadamente e provocadas pela ação deliberada. Mas, em alvos mais remotos e profundos, que poderão resultar da conjugação, a curto ou a longo prazo, de uma cadeia de efeitos, desencadeados com tal propósito explícito (Fernandes, 1963, p. 285).

Sua argumentação deixa evidente a preocupação histórica de longo prazo, ou seja, ela requeria a reflexão sobre como a intervenção em defesa da escola poderia gerar outras consequências capazes de potencializar mudanças profundas da ordem social. Esse é o ponto de início da sua preocupação teórica com a estratégia a seguir em busca da revolução socialista, pois não se trata apenas de uma adequação aos tempos históricos capitalistas, embora isso fosse necessário. A materialidade da luta de interesses pelo controle da mudança social é o fundamento sobre o qual

se colocam os diferentes sujeitos históricos em ação. Para Fernandes, esse sempre foi o cenário para suas formulações estratégicas.

Sobre tática e estratégia, o autor afirma:

Situando-nos nessa perspectiva, só há, fundamentalmente, uma estratégia a seguir. Ela consiste em estimular processos histórico-sociais que contribuam ou para integração ou para a reintegração da ordem social, definida através de modelos construídos com base nos requisitos normais do tipo de sistema social a que ela corresponda, morfológica e dinamicamente. Doutro lado, existem várias “combinações táticas” possíveis. O que se deve ressaltar, acima de tudo, é que o padrão de mudança social progressiva, incentivado e defendido socialmente pelas camadas dominantes na maioria dos países latino-americanos, corresponde de forma muito precária, inconstante e dispersiva a semelhantes propósitos estratégicos (Fernandes, 1963, p. 291-292).

É perceptível como Fernandes dispunha de uma análise da realidade latino-americana na qual as elites não se propunham a um perfil revolucionário. Assim, a estratégia é fundamentalmente forçar a realização plena dos ideais burgueses até seus limites históricos. Dessa forma, as mudanças sociais progressivas, ainda dentro do padrão social correspondente – o capitalismo – não teriam espaço para serem realizadas. Por esse motivo, o autor acredita na possibilidade de uma intervenção racional por vias internas ao próprio sistema, que cumpriria o papel de aríete, via defesa da escola pública, para uma futura superação da sociedade burguesa. O raciocínio é o seguinte:

De um lado, estão as condições e objetivos que permitem criar, gradualmente, um clima material, intelectual e moral diferente de vida social. De outro lado, as condições e os objetivos que permitiriam resolver as questões de caráter instrumental, relacionadas com a disposição e o domínio de novas técnicas sociais pelo homem. [...]. No primeiro sentido, impõe-se escolher focos de intervenção na realidade que tenham maiores probabilidades de repercutir diretamente, com relativa rapidez, nos padrões de organização da perso-

nalidade, da cultura e da sociedade. Para que as inovações e os anseios de mudança se tornem socialmente construtivos, é preciso fornecer-lhes novo suporte material, intelectual e moral. [...]. Parece fora de dúvida que esses focos se acham, na maioria dos países latino-americanos, nos sistemas político, econômico e educacional (Fernandes, 1963, p. 293).

O trecho supracitado é, ainda hoje, parte pouco estudada das análises realizadas pelo sociólogo paulista, no qual fica límpida a intenção reformadora do autor. Ele acredita ser possível induzir mudanças sociais via sistemas políticos, econômico e educacional. O interesse em deter essa análise na questão educacional se justifica na medida em que fica evidente que é essa institucionalidade a motivadora da ação de Fernandes, na qual ele se deterá nos anos da Campanha em Defesa da Escola Pública.

Fica evidente a crença do sociólogo na capacidade de a instituição escolar produzir a adequação dos comportamentos socioculturais às exigências da civilização ocidental moderna. Ou seja, Fernandes intenta a plena realização dos ideais liberais para a confrontação com os comportamentos existentes das classes possuidoras brasileiras. Em seu entendimento, a transformação social depende, também, da incorporação de técnicas sociais para “[...] intensificar a substituição, onde isso for imperioso e produtivo, da mudança social espontânea pela mudança social provocada” (Fernandes, 1966, p. 293). Além disso,

Aqui, interessam particularmente as técnicas racionais de administração, organização e planejamento, suscetíveis de serem empregadas e difundidas através da “empresa privada” e dos “serviços públicos”; os programas especiais de educação de base, de educação de adultos, de reforma agrícola, de higiene rural e urbana, de aumento da produtividade, de cooperativismo, etc.; e toda espécie de movimento social, que se relacione com a expansão direta ou indireta da nova ordem social (Fernandes, 1963, p. 294).

São elencadas inúmeras maneiras de a nova ordem social competitiva expandir-se pela malha social. Esses processos desencadeiam,

para o autor, as potencialidades de superação da condição atrasada e dependente da sociedade brasileira.

Uma ação de socialização ampla dos diferentes setores e camadas sociais seria gerada em direção a padrões civilizados de convívio em comunidade. Fernandes acreditava que

O fortalecimento e a expansão de padrões democráticos de comportamento social constituem o principal requisito para o crescimento econômico e para o desenvolvimento social (Fernandes, 1963, p. 294).

Tal estratégia é imbuída de um caráter de expansão democrática, no qual, no futuro, os trabalhadores tomariam as rédeas da história em direção ao socialismo. Ou seja, trata-se de um objetivo estratégico socialista alcançado por uma estratégia democrática. Contudo, na realidade dos conflitos sociais, as classes dominantes nativas agiam de forma a defender estritamente seus interesses imediatos. Um cenário muito específico seria desencadeado, assim descrito por Fernandes:

Por falta ou insuficiência de categorias societárias de pensamento e de ação (as quais se formaram, nos países europeus por exemplo, antes ou no decorrer da “revolução capitalista”), a presença dos agentes econômicos se faz sentir mediante comportamentos variavelmente predatórios e até antissociais (o que é especialmente verdadeiro no que concerne à atuação dos diversos círculos empresariais). Daí resultam anomalias e dificuldades que transcendem o âmbito da normalidade dos processos econômicos numa “sociedade capitalista” politicamente integrada (Fernandes, 1963, p. 295).

Fernandes empreende a análise dos comportamentos egoísticos da classe dominante em relação ao desenvolvimento econômico, comparando-os ao que seria normal em uma sociedade integrada. Ele demonstra a ineficiência capitalista ao se usar os mecanismos de crescimento com exclusivos interesses individuais.

Diz ele: “[...] a intervenção exclusiva nas possibilidades de ‘crescimento econômico’ tem redundado em avanços por círculos, em zigueza-

gues, com ‘progresso social’ diminuto” (Fernandes, 1966, p. 295). Ainda dentro do paradigma da mudança social racional, tal é sua proposição:

Seria importante conjugar iniciativas econômicas com a intervenção deliberada na reconstrução da ordem político-social. *A educação sistemática permitiria atingir esse fim de modo mais rápido e universal*, desde que se procurasse, realmente ajustar as escolas às necessidades educacionais emergentes e à preparação dos tipos de homens requeridos pela nova ordem econômica, social e política (Fernandes, 1963, p. 295-296, grifos nossos).

A análise delimita os papéis históricos que a educação escolar deveria cumprir em uma sociedade capitalista com uma ordem social competitiva. No entanto, o dilema educacional é a não realização desse objetivo. Fernandes anuncia não só uma defesa do liberalismo contra os liberais, mas sim um mecanismo engenhoso que deveria produzir fissuras nas classes dominantes e uma reação organizativa nas classes trabalhadoras.

As consequências positivas da mudança social espontânea têm sido mal aproveitadas, na maioria dos países latino-americanos, em virtude da impossibilidade de introduzir largamente essas técnicas sociais nos processos que ela envolve. Poderíamos ilustrar esse ponto com exemplos tomados à situação histórico-social brasileira. Assim, as tendências à “reforma educacional” foram particularmente intensas no Brasil depois de 1930. Elas não provocaram efeitos diretos e duradouros na reorganização do sistema escolar porque não se refletiram no plano do trabalho cotidiano do professor na sala de aula. Conseguiram algum êxito no setor mais amplo, da administração pública do ensino, mas não levaram as reformas educacionais para dentro dos muros das escolas (Fernandes, 1963, p. 297).

Nessa passagem, notamos que o pensador paulista começa a problematizar os motivos da não realização de uma reforma escolar, ainda que de caráter capitalista. O questionamento sobre a escassez de efeitos progressistas dentro das salas de aula é o “casulo” da compreensão

sobre o caráter autocrático da burguesia brasileira. É dessa compreensão acerca do papel autocrático da classe dominante e do Estado Brasileiro que nasceu outra forma de inserir a educação na estratégia revolucionária.

A partir dessa atualização da leitura da realidade, decorre a importante compreensão da insuficiência do papel da escola na tentativa de alavancar a mudança social. Ela é o germe da nova formulação estratégica revolucionária. De acordo com Fernandes,

[...] boa parte dos avanços da civilização moderna, porventura os mais importantes, ocorreu independentemente da contribuição dos sistemas escolares, às vezes sem encontrar sua colaboração, outras vezes mesmo à revelia ou contra as concepções neles dominantes. Chegou-se assim à noção de que as instituições escolares acompanham o desenvolvimento das demais instituições com algum “atraso cultural” e que o aperfeiçoamento das escolas respondia ao aparecimento de novas condições psicossociais e socioculturais, produzidas pela mudança prévia da ordem social (Fernandes, 1966, p. 84).

A compreensão crítica sobre o papel do sistema escolar apresenta problemas para a elaboração anterior, que acreditava na progressiva ampliação do horizonte cultural – esse, por sua vez, tornaria a mudança social espontânea em mudança social provocada. Porém, diante das fissuras desse cenário ocasionadas através da ação concreta da burguesia, Fernandes inicia uma reelaboração de sua fórmula estratégica. Já em meados dos anos 1960 diz:

Professor, sociólogo e socialista - não foi de nenhuma dessas condições que extraí o elemento irredutivelmente inconformista, que deu sentido à participação que tive na Campanha de Defesa da Escola Pública. Se em nenhum momento traí qualquer uma dessas condições, devo reconhecer francamente que elas foram circunstanciais e acessórias. Elas apenas me ajudaram a compreender melhor aquele dever e me incentivaram a servi-lo de um modo que me seria inacessível de outra forma. Com as limitações de formação intelectual de alguém que não era nem especialista em assuntos educa-

cionais, atirei-me a uma luta desigual, que mais me parecia uma cruzada, na qual nunca deixei de considerar-me como o representante fortuito dos interesses e dos valores educacionais das massas populares. *Isso deu-me alento para valorizar e defender, ao mesmo tempo que reconhecia suas inconsistências, a política educacional da República*, que não foi nem resguardada nem fortalecida em todos os episódios ligados à elaboração e à promulgação da referida lei (Fernandes, 1966, p. XX, grifos nossos).

E continua:

Na situação brasileira, na qual procuramos combater, penosamente, os efeitos do subdesenvolvimento econômico, social e cultural, temos forçosamente que pensar na educação como um elemento dinâmico, capaz de disciplinar as relações do homem com o meio natural e humano, bem como de convertê-lo em senhor do seu próprio destino histórico. *Ninguém compartilha mais do mito de que a educação seja, em si mesma, uma fonte de esclarecimento contínuo e de aperfeiçoamento incessante da natureza humana e da civilização*. Tudo depende dos valores a que ela sirva, o que a converte em instrumento terrível, tão apto para o “bem”, quanto para o “mal” (Fernandes, 1966, p. XXI, grifos nossos).

Fica estabelecido aqui um novo patamar para a compreensão do problema educacional na obra de Florestan Fernandes. Durante as duas décadas seguintes, ele passou a reelaborar sua interpretação do Brasil e, por decorrência, a sua compreensão do papel da educação na estratégia revolucionária.

Com o passar dos anos e com o adensamento da produção de Fernandes, o antigo conceito de heteronomia e de atraso cultural dá lugar ao de “capitalismo dependente”. De acordo com Cardoso (1996), esse conceito indica elementos mais profundos da teoria do Brasil em Florestan Fernandes. É a partir dele que se nota uma compreensão mais ampla do significado do bloqueio ao desenvolvimento cultural no seio da realidade capitalista brasileira.

A relação entre a transformação capitalista e o desenvolvimento

da ordem social competitiva começa e ser entendida como uma totalidade em movimento. Ou seja, não se trata de atraso ou avanço de uma ou outra dimensão social, mas do conjunto dessas dimensões desenrolando-se na realidade brasileira.

A dinâmica da modernização assume características singulares, o que exige a atenção dos pesquisadores sobre a temática cultural e educacional. Ao que tudo indica, as teses de Fernandes sobre a revolução burguesa no Brasil captam a movimentação das classes sociais em constituição. As origens da burguesia e do proletariado são estudadas criteriosamente para que o pensador paulista possa entender as características da luta entre essas classes no país; além da relação dessas classes com a educação institucionalizada, assim como com a socialização política produzida nessa formação social particular. Ambas assumem um papel importante na interpretação do Brasil na obra de Fernandes.

Cardoso (1996), ao buscar na categoria de capitalismo dependente a chave interpretativa da teoria florestaniana, recorre às formas de inserção dos intelectuais no processo cultural nacional para encontrar os liames da dependência. Essa aparece como dependência cultural, mas, no entendimento de Fernandes, progride para a dependência econômica e, por fim, assume a dimensão de uma formação social capitalista dependente.

O pensador paulista compara o desenvolvimento europeu com o brasileiro para conseguir explicar os mecanismos de inserção dos intelectuais na dinâmica da dependência:

Na Europa, os processos de desenvolvimento do pensamento, da economia e da sociedade podem ser interpretados como processos interdependentes. É visível a ligação do pensamento com a solução de problemas que se colocaram no plano da ação política ou da transformação econômica. No Brasil essa ligação não é perceptível com a mesma clareza, devido ao fato do saber racional utilizado não se ter constituído e desenvolvido como produto das exigências da situação histórico-social. Como ele era aceito pré-formado,

do mundo cultural europeu, a sua incorporação a sistemas de concepção do mundo vinculados à sociedade brasileira muitas vezes exigiu reelaborações de sentido paradoxal. Isso, porém, não significa que essa “Intelligentsia” fosse desinteressada, em face da solução dos problemas que se levantavam na esfera da ação. Faltaram-lhe elementos que permitissem inserir suas atividades intelectuais em um processo cultural dotado de dinamismo próprio (Fernandes apud Cardoso, 1996, p. 102).

O dinamismo autônomo teria um efeito acelerador na história ao aproximar as esferas da economia e do pensamento, distantes em sociedades de origem colonial. Entretanto, essa ação deveria ser alavancada por setores de ponta desse desenvolvimento capitalista, como vimos. Tal fato não foi efetivado no decorrer da história brasileira.

A lógica dessa estratégia democrática é induzir o comportamento de setores sociais imbricados no sistema escolar e espriar para outras instituições. As ações de indução seguem a seguinte orientação:

As inovações terão que se ligar a certos princípios gerais, inerentes à intenção de preparar personalidades democráticas para uma ordem social democrática, e que atender certos fins práticos, com o desenvolvimento da consciência de afiliação nacional e dos direitos e dos deveres do cidadão, de uma ética de responsabilidade, da capacidade de julgamento autônomo de pessoas, valores e movimentos sociais etc. Portanto, exige reforma não em setores isolados, mas nos sistema educacional como um todo, em sua estrutura, em seu funcionamento e na mentalidade pedagógica que alimenta, predominantemente, as expectativas dos círculos conservadores, dentro e fora do ensino (Fernandes, 2008b, p. 111).

Para tanto, não só as escolas deveriam incorrer nessas ações, mas haveria uma reorientação do papel do Estado:

De qualquer forma, a intervenção do Estado, como propósitos definidos de ajustar o sistema educacional brasileiro às necessidades mais urgentes da vida política nacional, poderia alcançar dois efeitos presumíveis: primeiro, criar as condi-

ções dinâmicas essencialmente favoráveis à transição de uma ordem democrática incipiente para uma ordem social democrática plenamente constituída. [...]. Segundo, concorrer ativamente para que essas condições dinâmicas se reproduzam similarmente, provocando efeitos socializadores relativamente uniformes, nos diferentes tipos de comunidades brasileiras (Fernandes, 2008b, p. 111).

Os trechos apresentados agora demonstram nitidamente o papel da escola, no que o autor chamava de alargamento da ordem democrática. Mas notem com muita atenção que essas elaborações datam dos anos 1950, ou seja, o momento político e econômico brasileiro era completamente diverso dos anos 1980 em diante.

O que salta aos olhos é a atualidade dos argumentos, repetidos por amplos setores da esquerda educacional brasileira, como se isso fosse uma estratégia compatível com os dias de hoje. Naqueles tempos, a socialização política, sem organismos próprios dos trabalhadores, deveria centrar sua intervenção nas escolas. O próprio Fernandes critica essa postura em suas obras mais recentes, superando a perspectiva restrita assumida noutros tempos.

Mas ainda durante a predominância da estratégia democrática, diz ele:

Nesse caso, a escola brasileira poderia proporcionar uma formação relativamente uniforme na esfera dos ajustamentos sociais na vida política e contribuir, indiretamente, para criar liames orgânicos entre o Estado e a nação. Enfim, toda a argumentação desenrolada tenta mostrar que um dos fatores que prejudicam o desenvolvimento da democracia no Brasil é a persistência de uma mentalidade política arcaica, inadequada para promover ajustamentos dinâmicos não só a situações que se alteram socialmente, mas que estão em fluxo contínuo no presente. *A contribuição que a educação sistemática pode oferecer para alterar semelhante mentalidade exprime, naturalmente, as tarefas políticas que ela pode preencher em uma esfera neutra* (Fernandes, 2008b, p. 113, grifos nossos).

E continua:

A educação sistemática se apresenta, sociologicamente, como um fator suscetível de ser controlado, dentro de certos limites, e que exprime alterações ocorridas ou provocáveis em uma coletividade como um todo. Isso no que diz respeito a situação brasileira. As evidências discutidas permitem supor que as possibilidades de manipular a educação como uma técnica de criação ou de controle de ajustamentos e de valores políticos democráticos dependem, fundamentalmente, da organização do sistema educacional brasileiro tendo em vista necessidades educativas de alcance nacional, que, no entanto, não foram atendidas até o presente. Parece que, nesta esfera, se colocam argumentos fortemente contrários às reflexões melancólicas sobre as incertezas da democracia no Brasil (Fernandes, 2008b, p. 113).

É visível, no autor, a grande ilusão apontada por ele mesmo nas perspectivas do papel da educação sistemática. A própria realidade demonstrou, com o golpe de 1964, os limites da expansão da ordem democrática naquele período de grandes convulsões sociais pelo mundo.

A educação e a estratégia socialista

Há, também, a perspectiva de que Fernandes superou a estratégia democrática ao socialismo diante do golpe de 1964 e passou a repensar a realidade brasileira. Por esse motivo, remodelou a sua fórmula estratégica, mantendo o objetivo socialista presente desde o início de sua vida.

O que corre é uma transfiguração em sua concepção de educação. O raciocínio parte da crise do poder burguês, instaurada pelo regime empresarial-militar, no qual a burguesia brasileira soma-se a burguesia internacional e captura o Estado por completo para desenvolver seus projetos de sociedade. Essa é a realização completa da revolução burguesa no Brasil, segundo Fernandes. O novo contexto exige uma nova ação educativa, centrada na constituição de instrumentos de autoemancipação proletária.

O golpe detonou uma forte crise na esquerda brasileira, que pensava e agia como aliada da burguesia. O pensador paulista tinha clareza quanto ao caráter dessa elite tradicional e conservadora, assim, ele não se equivocou quanto à análise política da conjuntura. No entanto, precisou reavaliar as possibilidades de ação emancipatória por parte dos trabalhadores, pois não havia mais espaço político para a ampliação democrática em direção ao socialismo – era preciso abrir esse espaço com um caráter socialista.

É a partir desse choque de realidade que Fernandes presencia uma inflexão em sua obra. Ele vive intensamente a luta contra a ditadura e realiza estudos sobre o novo momento do processo de acumulação capitalista brasileiro, sob a égide do imperialismo total. Desse ponto em diante, suas compreensões e propostas sobre a educação e a escola se alteram qualitativamente e passam a ser predominantemente socialistas. Desse modo, o objetivo estratégico continua a ser socialista, no entanto, a estratégia passa a ser também socialista.

Durante o início da década de 1950, Fernandes ainda não dispunha de todos os elementos necessários para avançar na crítica a essa elaboração meramente democrática. De acordo com Cardoso (1996),

Nesta análise, ainda basicamente descritiva, o que aparece como central ao raciocínio é o desequilíbrio entre pensamento, economia e sociedade, no caso em que o saber utilizado é saber transplantado de outro universo, no qual sua produção e seu uso pertenciam a um quadro global que se supõe equilibrado (Cardoso, 1996, p. 102).

Deriva desse desequilíbrio a necessidade da descolonização, entendida como um processo democrático e nacional. Assim, a luta pela escola pública era parte da ação necessária para que os trabalhadores obtivessem algum grau de autonomia na luta política. Ele enfrenta, por um lado, as retaliações dos setores conservadores aristocráticos e, por outro, as estratégias equivocadas da esquerda na busca por alianças com setores burgueses nacionais. Esses últimos, no entendi-

mento de Fernandes, já eram parte da aliança com a aristocracia, contudo, ainda supunha uma potencialidade progressista na constituição de uma ordem social competitiva, na qual o mercado produziria os conflitos normais de uma sociedade capitalista e, desta forma, criaria o campo político propício para a ação operária.

A disjuntiva entre setores atrasados e progressistas da burguesia fez parte da constituição da Campanha em Defesa da Escola Pública. Assim também se dá o conflito entre a posição socialista do autor e daqueles setores. A descrição é a seguinte:

Eu entrei nessa campanha com uma resistência muito grande, porque ela tinha uma característica bifronte. Em termos da situação presente, que eu vivia, era uma coisa avançada. Já em termos de um pensamento revolucionário, era uma coisa retrógrada. A tal ponto que, quando eu me impunha o dever de discutir, dizia: “Estou defendendo isso, mas isso seria uma coisa avançada na Europa do século XIX”. Na verdade, não era o Estado republicano que absorvera certas funções construtivas na área da educação; eram os setores das classes possuidoras que tinham o poder de usar o Estado e levam-no a preencher certas tarefas que, na verdade, não eram de interesse da Nação, no seu conjunto. Estas classes usavam, pois, facilidades da escola pública. Naquele momento eu defendia essa evolução e os seus frutos, porque continham um avanço e hoje suporta defender suas realizações quando as classes possuidoras pretendem destruí-las, porque para elas não são mais funcionais ao seu particularismo. Elas querem impedir que as classes subalternas possam utilizar essa válvula em benefício próprio (Fernandes, 1981c, p. 27).

A tática de defesa da escola pública começa a dar sinais de insuficiência, ao menos em um sentido socialista. Em entrevista a *Nova Revista Ensaio*, tal é o questionamento de Chasin para Fernandes: “[...] a campanha da escola pública foi um erro?”. A resposta de Fernandes é contundente:

Não, não foi. Ela foi construtiva. *Eu acho um erro querer re-fazer a campanha hoje, porque naquele momento havia toda*

uma consciência civilista, no sentido que a palavra civilista tomou no início do século aqui, principalmente através da campanha de Rui Barbosa e do que sobrou do Movimento Abolicionista. Havia dentro de um setor mais liberal ou radical da burguesia possibilidades de dinamizar uma relação com os problemas do país que era muito construtiva. Hoje não, pois estamos num período de recesso da contra-revolução e seria um engano pegar os elementos que foram ativos num momento em que a burguesia estava em ascensão, tentando o controle do Estado, criando novas formas de utilização do poder, no período em que ela está na autodefesa mais reacionária, sob a presunção de que as coisas vão ter o mesmo significado. Naquele momento era útil, porque havia uma ressonância, havia resposta. [...]. Não há mais ambiente para repetir aquela experiência. Eu vejo que há grupos tentando reestabelecer a campanha, tentando animar um debate da mesma natureza. Tudo isso soa falso, porque agora o problema é muito mais mobilizar a classe trabalhadora para o fim de desenvolvê-la e de retrucar, através dela, os verdadeiros caminhos da revolução democrática (Fernandes, 1981c, p. 27, grifos nossos).

Não há mais espaço para ilusões democráticas quanto ao conteúdo da defesa da escola pública. O que está presente, para o autor, é a mobilização da classe. Salta aos olhos o deslocamento do foco de atenção, que passa do processo de aprendizagem para a ação direta. Alguns elementos dessa percepção já estavam presentes no momento anterior. De acordo com o autor:

Eu me lembro que quando fizemos a primeira Convenção de Defesa da Escola Pública, no Sindicato dos Metalúrgicos, o Laerte me disse: "Florestan, esse pessoal está falando de educação como se fosse pão, feijão e arroz". Eu nunca me esqueci disso, porque ele não achou admirável, não, ele ficou assustado. Ele nunca pensou que para um operário, pão, feijão, arroz e educação, pudessem valer a mesma coisa (Fernandes, 1981c, p. 28).

As pautas concretas da luta de classes incluem as demandas por meios de subsistência, entre eles a educação escolar. A busca pela me-

lhoria das condições de venda da força de trabalho no mercado exige uma qualidade de formação desse elemento essencial do processo de produção capitalista.

No conjunto da estratégia, a escola perde o lugar central como lugar de “desemburguesamento”, ou de “desalienação”, termos usados por Fernandes, e se enquadra como mais um espaço de luta como a fábrica, o bairro ou o campo. Para o autor:

Em vez de um ataque abstrato ao colonialismo interno, aos elementos feudais parciais ou globais e ao imperialismo, convinha dar ênfase à descolonização que não se realiza (nem pode realizar-se) sob o capitalismo neocolonial e sob o capitalismo dependente. Esse é o busilis da questão. Levar a descolonização até às últimas consequências é uma bandeira de luta análoga à revolução nacional e a revolução democrática – e essa reivindicação *teria de ser feita em termos socialistas, ainda que com vistas à “aceleração da revolução burguesa”*. Parece patente que a descolonização não pode ser contida nesses limites e que, na ação prática, em vez de acelerar a revolução burguesa ela fomenta a “desestabilização” e a evolução de situações revolucionárias até pontos críticos. Contudo, na periferia o socialismo possui essa função de calibrar os dinamismos revolucionários da ordem existente pelos problemas e dilemas sociais que as burguesias não tentaram enfrentar e resolver, por não ser do seu interesse de classe nas formas de desenvolvimento capitalista inerentes ao semicolonialismo e à dependência (Fernandes, 1981b, p. 80-81, grifos nossos).

Já na década de 1980, é claramente visível o peso diferenciado sobre o papel da descolonização, tornando-se uma orientação de ação tática com caráter socialista. Dois elementos surgem aqui com força explosiva na nova estratégia florestaniana. Primeiro, ao reivindicar a descolonização, os trabalhadores poderiam desestabilizar o sistema, o que teria reflexos diretos sobre a ação educacional tanto escolar como não-escolar, na medida em que as reivindicações democráticas, por qualidade, pela universalização etc. seriam impraticáveis dentro dessa ordem social. Segundo, as “tarefas em atraso”

da burguesia brasileira, como as revoluções democráticas, nacionais, urbanas, agrária, educacional, não são do interesse de classe da burguesia brasileira. A determinação material da afirmação se coloca nas ações práticas dessa classe, pois em todos os momentos de crise econômica ou política ela se posicionou contra os trabalhadores. Como desdobramento, a burguesia formada a partir dos setores oligárquicos não é revolucionária no Brasil, portanto a descolonização deve nascer diretamente das lutas sociais da classe operária e não focar nos fatores externos, como queriam os formuladores do PCB nos anos que antecedem o golpe.

Para o pensador paulista, a luta anti-imperialista e antilatifundiária não sintetizava as reais contradições entre dominantes e dominados no capitalismo dependente:

Mas essa batalha que trava com o imperialismo não é funcional para a revolução nacional, para a revolução democrática e redundam numa coisa que eu tenho insistido nos meus trabalhos e mais nas aulas – a descolonização aqui sempre foi pela burguesia. Nós não levamos a descolonização até o fim e até o fundo, nós teríamos que consumir a revolução nacional e a revolução democrática (Fernandes, 1981c, p. 30).

A interpretação do Brasil apresentada até agora deixa evidente que a sociedade de classes no país não coloca as tarefas democráticas e nacionais sob uma condução burguesa. O que, à primeira vista, aparece como tarefas em atraso que os trabalhadores deveriam realizar, posteriormente serão colocadas de outra maneira. Ao reivindicá-las dentro da ordem – e por serem imediatas e não realizáveis (em termos leninianos) –, elas poderiam ser alocadas como ações táticas no enfrentamento ofensivo contra a ordem, entendidas como parte da estratégia “em termos socialistas”. Esse é o raciocínio analítico e político de Fernandes.

De acordo com Pinassi (2014), pesquisadora da obra de Fernandes, ao comentar sobre a relação entre revolução e descolonização no âmbito educacional:

A razão disso se deve ao fato de que é preciso, em primeiro lugar, distinguirmos o significado entre educação libertadora e educação formal; em segundo lugar, precisamos compreender que a consciência crítica só pode ser emancipadora se conseguir transcender o mundo da moral burguesa e da desumana substância material que preside a lógica maior dessa sociedade. Para combatê-la não bastam ideias, é preciso construir a grandeza da militância político-pedagógica e o imperativo de convertê-las numa “radical arma da crítica ad hominem” (Pinassi, 2014, p. 112).

O cotidiano do trabalhador também está presente na avaliação das condições da luta de classes. O sociólogo paulista reconhece que a consciência operária funciona por contradições e, dessa maneira, caminha sob uma tensão permanente. Na história do Brasil, existiram inúmeros mecanismos de captura desses conflitos por parte das classes dominantes e poucos são os estudos e ações por parte dos trabalhadores que se contrapõem a essa ação.

A organização da classe é o instrumento *sine qua non* para iniciar o processo de contraofensiva. De acordo com Fernandes,

É claro que, para o trabalhador transformar a sua condição de existência e a sociedade na qual vive, precisa proceder como faz a burguesia, isto é, organizar-se como classe. Esse processo é espontâneo, mas possui componentes que dependem da consciência social dos agentes históricos. O trabalhador precisa compreender que o sindicato é um meio de luta, mas que é insuficiente e que é necessário inventar outros meios de luta, que são os partidos políticos. Há um momento, como se deve lembrar no Brasil do passado, por exemplo, na época getulista, em que o trabalhador não podia ter capacidade de se organizar autonomamente e pela base. *Havia, então, uma tendência de aliar-se com a burguesia, utilizando os conflitos entre os setores da burguesia para alcançar objetivos propriamente operários. Aí, surge o pelego, o sindicato atrelado, a burguesia nacional, tudo isso que já conhecemos. É claro que o quadro diferia na Inglaterra, na França etc. Mas os problemas básicos eram os mesmos. Assim como o capitalista tem uma situação de interesses de*

classe, o trabalhador também possui uma situação própria de interesses de classe. E essa situação não está confinada à existência do salário, à melhoria do salário, a ter sindicatos, partidos etc., mas a mudar a sociedade de modo que as iniquidades econômicas, as desigualdades sociais e a subalternização política desapareçam. Portanto, os trabalhadores precisam se organizar como classe para usar o poder real de classe na luta contra o capital. Esse é o requisito número um para que o trabalhador, que constitui maioria na sociedade, possa modificá-la, utilizando sua força no sentido de uma revolução social (Fernandes, 1995, p. 16, grifos nossos).

A objetividade dos mecanismos de captura da subjetividade operária se demonstra na história na medida em que funcionam como apassivadores de conflitos. O exemplo citado, dos sindicatos pelegos, cumpre um papel educativo para a classe trabalhadora. Ele aplica uma estratégia de representação sindical na qual o dirigente é o sujeito e o trabalhador o objeto. Além disso, educa no sentido de uma harmonia representativa e não no sentido da ruptura.

Quando Fernandes diz que não adianta apenas a luta imediata por salários e a defesa de suas organizações, ele coloca o problema da transição da consciência em si em direção à consciência para si. O que significa dizer que, para o autor, não é suficiente a luta corporativa, embora ela seja necessária. Mas é preciso ir além e contrapor-se ao capital como classe, ou seja, como sujeito histórico. Na continuidade:

Não basta ao trabalhador se desenvolver como classe, dispor de sindicatos, partidos e organizações culturais, educacionais, de seguridade, de recreação etc., próprias. *É necessário que ele adquira a consciência social da subalternização, da importância de adquirir todos os direitos concedidos pela cidadania e acabar com o despotismo na fábrica e com o despotismo na sociedade civil, porque esses dois despotismos caminham juntos.* Seria ilusório pensar que o despotismo na fábrica é uma contingência da vida burguesa, porque ele se reproduz na comunidade onde vivem os trabalhadores. A pessoa é obrigada a usar ônibus, ter um meio de transporte no qual vai apinhada e arrisca a vida, é obrigada a ter uma ali-

mentação ruim, não ascender à educação ou a receber uma educação inferior, para si e para os filhos. Tudo isso impede o trabalhador de contar com uma situação de confronto eficiente com o burguês. Daí a necessidade de limitar, primeiro, o poder da burguesia na fábrica, na sociedade global, no Estado, e de disputar, classe a classe, em todos os níveis, com a que exerce o monopólio da riqueza, da cultura e do poder político. Por isso, é crucial desenvolver consciência social de classe e capacidade de luta política organizada, coisas que estão ligadas entre si. A partir desse patamar, pode-se falar de movimento socialista e de desalienação dos de baixo. *Os trabalhadores formam, nesse momento, uma classe em si, capaz de lutar por seus objetivos, independentemente de qualquer ligação - associação, submissão, cooptação - com o capital, com a burguesia e com outras classes intermediárias (pequena burguesia, estratos médios mais altos, mais ricos, mas que são proprietários dos meios de produção)* (Fernandes, 1995, p. 16-17, grifos nossos).

O desenho da estratégia fica mais nítido na medida em que se colocam novas determinações organizativas. Na essência, não basta uma oposição política à burguesia. É preciso se contrapor como classe no interior do processo de produção de capital, ou seja, dentro da fábrica. O despotismo nascido dentro da fábrica, determinado pela propriedade privada dos meios de produção, é o definidor da sociedade de classes. Por consequência, uma posição socialista a respeito das ações operárias precisa conter, necessariamente, um plano nesse patamar. Segundo o autor, somente então é possível falar em “desalienação dos de baixo”.

Com o adensamento do aspecto socialista da estratégia, Fernandes aponta para os limites de uma ação centrada no aspecto político da luta de classes. De acordo com o autor:

Confiou-se demais na prioridade da revolução burguesa; na importância estratégica do desenvolvimento democrático prévio da sociedade civil, como etapa necessária de um “salto qualitativo”, mito que a revolução cubana desmontou para sempre, com referência às correntes históricas da América

Latina. Várias ilusões se sedimentaram e se soldaram entre si, bloqueando o horizonte intelectual dos dirigentes sindicais e partidários, e, através deles, fazendo estragos irreparáveis nas orientações e na velocidade dos movimentos sociais dos proletários (Fernandes, 2006, p. 240, grifos nossos).

As ilusões estão materializadas em estratégias derrotadas pela ação das classes dominantes na história recente do Brasil. E, para Fernandes, os elementos de autocrítica surgem em textos posteriores ao período ditatorial, pois foi necessário se perguntar: por que fomos derrotados? Quais os problemas da estratégia anterior? Quais as ilusões se sedimentaram?

As respostas às questões só podem ser fruto da pesquisa imersa no mundo da classe trabalhadora. Nesse sentido, Fernandes aprofunda o entendimento sobre o caráter autocrático do estado nacional e do perfil conservador da burguesia brasileira.

O Estado autocrático [...] demonstrou que não existiam “alternativas possíveis” dentro do capitalismo dependente. Foi, de novo, através de uma combinação das atividades práticas com o trabalho acadêmico que percorri esse último circuito, pelo qual consegui eliminar o impacto da condição burguesa e do radicalismo democrático burguês sobre minha própria reflexão sociológica (Fernandes, 1977, p. 202).

A autoimagem de radical burguês incomoda o pensador paulista, pois ele se viu engolfado em uma ação estreita de defesa de uma ordem competitiva a qual não entrou em crise pelo avanço das conquistas democráticas. Ao contrário, houve um endurecimento do regime em relação à ação autônoma dos trabalhadores – uma democracia restrita que impedia a manifestação dos conflitos de classe.

Em seu livro *Mudanças sociais no Brasil*, cuja primeira edição é de 1960, Fernandes apresenta um rico painel de textos que discutem temas relativos ao funcionamento da sociedade brasileira, em especial a cidade de São Paulo, que, para o autor, é uma referência para entender o movimento histórico do país. Esses textos foram produ-

zidos no período em que, para o autor, a formulação estratégica era democrática. No entanto, no prefácio de edição posterior, ele levanta questionamentos sobre aquela interpretação do período.

O maior contraste entre a situação do sociólogo em nossos dias e nas décadas de 1940 e 1950 está no nível de expectativas. Então, duas coisas parecem certas. Primeiro, que ao sociólogo cabia assumir responsabilidades intelectuais em um nível puramente profissional. Feita uma descrição ou uma interpretação, suas implicações ou consequências relevantes acabariam sendo percebidas e se concretizando, de uma forma ou outra. Segundo, que a sociedade brasileira estava caminhando na direção da revolução burguesa segundo o “modelo” francês, sob aceleração constante da autonomia nacional e da democratização da renda, do prestígio social e do poder. Havia, portanto, a presunção de que o alargamento do horizonte intelectual médio refluiria na área de trabalho do sociólogo, criando para as investigações sociológicas de cunho crítico uma ampla base de entendimento, tolerância e, mesmo, de utilização prática gradual. *Tratava-se de uma “utopia” e, pior, de uma utopia que se achava redondamente errada* (Fernandes, 2008, p. 30, grifos nossos).

É a partir dessa percepção que o autor desenvolve os elementos críticos ao papel da educação no interior da estratégia. De acordo com Leher (2012), pesquisador da obra educacional de Fernandes,

Essa nova problemática tem importantes repercussões em sua análise da educação pública. Cotejando os dois momentos mais marcantes de sua elaboração sobre a educação – o da Campanha em Defesa da Escola Pública (1958-1966) e o de suas intervenções na Constituinte e na LDB dos anos de 1990 –, é possível sustentar que a conceituação da formação histórico-social brasileira como capitalista dependente modifica sua interpretação sobre a natureza dos obstáculos que levam os setores dominantes a não realizar a reforma educacional de natureza democrática e republicana: enquanto em Educação e sociedade no Brasil o sociólogo confere enorme importância ao problema da “demora cultural”, nos embates pela constituinte e pela LDB, ele compreende que as reformas educacionais universais são obstaculizadas pelo

capitalismo dependente e pela forma específica da Revolução Burguesa no Brasil (Leher, 2012, p. 1161).

Para o pesquisador, a nova problemática é o capitalismo dependente, o que significa uma compreensão de novo tipo sobre o desenvolvimento de relações econômicas, políticas e educacionais na formação social brasileira. A problemática anterior, da “demora cultural”, é reinterpretada à luz da particularidade do caráter do Estado nacional e, por decorrência, da necessidade de instrução da força de trabalho nessa formação social.

Segundo Leher (2012),

A dissociação das temporalidades característica da “demora cultural” é reinterpretada à luz da proposição do desenvolvimento desigual do capitalismo. Nesta, diz Florestan, os tempos históricos desiguais coexistem e se interpenetram: o velho e o novo se complementam e se realimentam. A heteronomia é econômica, política, social, ideológica e moral (Leher, 2012, p. 1162).

E continua:

Florestan deixa de conceber a eficácia da dependência cultural como fator explicativo do bloqueio do desenvolvimento autônomo. O núcleo do problema está no capitalismo dependente que, entretanto, não exclui a questão cultural, mas a redefine no escopo das tensões entre desenvolvimento autônomo e capitalismo dependente. É, pois, inapropriado falar em ruptura entre o socialista e o sociólogo: é o avanço na teoria (o capitalismo dependente e a forma específica da Revolução Burguesa) que o leva a redimensionar sua condição de socialista. Florestan rompe por completo com a compreensão de que as frações burguesas locais poderiam conduzir uma “revolução dentro da ordem”, de natureza republicana e democrática, em que as políticas sociais universais poderiam avançar. *Somente pela ação protagonista dos subalternos tais reformas poderiam ser encaminhadas de modo resoluto* (Leher, 2012, p. 1163, grifos nossos).

Como visto, há uma alteração da formulação da estratégia ao

socialismo – decorre daí um embate com as posições políticas que compreendem a realidade de maneira diferente de Fernandes. Dessa maneira, leituras sobre a realidade distintas levam às formulações estratégicas distintas. Quanto ao papel da educação, nessa contenda, cabe mencionar os que ainda definem como centro estratégico a escola e, por conta disso, lutam pela democracia como eixo organizador². Cabe um questionamento sobre o entendimento de Leher (2012): o que significa a afirmação de um encaminhamento resolutivo das reformas? Pensa o autor ser possível realizar essas reformas dentro do capitalismo? Além disso, é importante também questionar em que medida o próprio Fernandes não teve ilusões em relação à realização dessas reformas.

Por outro lado, Fernandes vem se questionando sobre o entendimento do papel da escola, o que sinaliza uma ampliação de sua visão de educação de classe. Como ficou evidente pela história, não houve a realização das reivindicações populares. Como consequência direta, produziu-se dentre os pesquisadores e militantes na área educacional um ceticismo. Para Fernandes, a ineficiência

[...] das transformações que ocorreram na esfera do ensino escolarizado, levou muitos a uma amarga e elaborada concepção cética, porque parecia que, através da escola, não se podia fazer nada, porque a escola, afinal de contas, não era a sociedade. A grande mudança só pode ser provocada na sociedade e, portanto, o essencial era sair da escola, ir para a sociedade e ali travar a grande batalha no campo da revolução política (Fernandes, 1987b, p. 22).

Apesar da consciência sobre as insuficiências do espaço escolar para a realização das mudanças sociais profundas, o pensador paulista não se abateu frente à luta pela defesa da escola pública. Entretanto, como indica Leher (2012), há uma redefinição acerca do papel dessa luta no conjunto da combinação estratégica. Fernandes fez importan-

² Segundo Favaro (2014), a pedagogia histórico-crítica se enquadraria nessa tendência.

tes críticas às ilusões democráticas e, ao mesmo tempo, situou com precisão o papel da instituição escolar. Remetendo-se aos limites da ação escolar, ele afirma:

Respeitando o que há de verdade nessa posição, que seria um extremismo – e, se absorvida pedagogicamente seria um extremismo pedagógico –, ela falha num ponto. É que, com frequência, para se usar um conceito que foi operativo na década de 40, e aplicado pelos antropólogos, há mudanças antecipadas, que ocorrem primeiro a nível de uma instituição e podem avançar em relação às transformações da sociedade global, percorrendo depois outras esferas da sociedade. O professor não pode estar alheio a esta dimensão. Se ele quer mudança, tem que realizá-la nos dois níveis – dentro da escola e fora dela (Fernandes, 1987b, p. 22).

Essa combinação de ações precisa ser apreendida em seu movimento. São ações que se somam em uma unidade contraditória, pois dentro da escola se reproduzem as contradições inerentes ao sistema social no qual aquela está inserida. Portanto, as lutas em seu interior também são as lutas que ocorrem ao nível da luta de classes em geral. Não existe um privilégio na luta escolar, ao contrário, para não incorrer em ilusões idealistas, é necessária a compreensão de classe que permeie o conjunto da sociedade, com prioridade organizacional ao enfrentamento do despotismo fabril, como visto anteriormente.

Ainda sobre a transição para a predominância da estratégia democrática, Leher (2012) parece entender que a Campanha em Defesa da Escola Pública, na qual Fernandes se inseria, não era apenas uma ação de cunho imediato. A ampliação de alianças tem uma meta que vai além das querelas liberais e democráticas.

Congruente com sua análise de que é preciso democratizar o poder e a riqueza, Florestan buscou alargar o movimento para além dos liberais renovadores, liderados por Anísio Teixeira e Fernando Azevedo, pelo grupo em torno de O Estado de S. Paulo (OESP), liderado por Roque Spencer Maciel de Barros e Laerte Ramos de Carvalho, e pelo próprio círculo

da Cadeira de Sociologia I por ele dirigida e que contava, entre outros, com a presença de Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso. Florestan incorporou os sindicatos na luta em defesa da escola pública, contribuindo para a realização da I Convenção Operária em Defesa da Escola Pública (1961). Essa experiência corrobora que a sua defesa da agenda liberal-democrática ao longo da Campanha não traduz inteiramente sua própria concepção de educação, pois, a despeito de sua inequívoca liderança, como sublinha Saviani (1996), a hegemonia é liberal (Leher, 2012, p. 1165).

Esses questionamentos profundos sobre a elaboração de Fernandes na década de 1950 e 1960 remetem à necessidade de uma crítica dessas formulações e posterior reelaboração da estratégia. Sendo assim, é necessária uma análise da realidade brasileira para derivar uma estratégia de revolução particular a essa formação social. Assim como, também, é necessária uma análise quanto ao papel da escola. Coerente com essa posição, Fernandes defende a mudança da orientação pedagógica na escola: “[...] aí a utopia pedagógica só negará e ultrapassará a realidade depois de uma revolução contra a ordem” (Fernandes, 1989, p. 263).

A determinação revolucionária está na luta de classes em escala social e a mudança escolar só alcança outro patamar após a ruptura social. Não existem mais “utopias” quanto às lutas no interior do sistema. Aqui se abre um debate com os setores progressistas da educação em relação à possibilidade de uma ação socialista antes da tomada do poder. O tema é a pedagogia socialista e sua materialidade “dentro da ordem”.

Sobre o assunto, em uma entrevista nos anos 1980, Fernandes, ao ser questionado sobre uma definição de pedagogia socialista, responde:

Essa é uma perspectiva que envolve o ideal de que o professor, o estudante e a própria escola operem de acordo com os valores socialistas de concepção de mundo. É por isso que dentro de uma sociedade capitalista podem existir estudantes que defendam uma concepção pedagógica

socialista, podem existir movimentos sociais e partidos políticos que defendam uma concepção socialista de educação. *Não obstante, o socialismo, como sistema pedagógico, só pode existir depois da vitória da própria revolução proletária.* Depois da eliminação da desigualdade de classe pode-se pensar no advento de uma sociedade na qual o socialismo seja compartilhado por todos. Só aí poderia haver uma pedagogia socialista como filosofia oficial e geral da organização do sistema educacional (Fernandes, 1989, p. 151, grifos nossos).

Fernandes é peremptório: somente depois da revolução proletária é que poderia existir uma pedagogia socialista. Trata-se, portanto, de discutir qual o papel da escola e/ou da educação na construção dessa revolução; qual o papel dos educadores nessa revolução; e, assim, qual a contradição fundamental que esses trabalhadores experimentam.

Podemos verificar que, em grande medida, entre as atuais formulações educacionais progressistas, as proposições para a defesa da escola pública como parte da estratégia revolucionária se transformam na totalidade da estratégia. A qualificação técnico-profissional e a inserção na produção são metas a serem alcançados.

Na análise de Fernandes, essa perspectiva é distinta. Ao longo de sua produção, ele é reconhecidamente um defensor da escola pública para os trabalhadores, mas não apresenta o fundamento da sua estratégia. A luta é o fator educativo e não a conquista de pequenas reivindicações dentro da ordem. Essas, caso ocorram, são alavancadoras de mais lutas, pois o motor das transformações é a ação independente da classe e não os avanços individuais.

Sendo um leitor de Lenin, Florestan incorpora a passagem:

Os problemas da educação não se esgotam com os da escola; a educação de modo algum se limita à escola. [...]. As classes sociais estabelecem relações sociais de produção, cujas contradições educam efetivamente (Lenin apud Machado, 1991, p. 136).

De dentro da escola, pode-se verificar o seguinte:

A conclusão é óbvia: as mudanças sociais no sistema educacional (seja para criar um mínimo de espírito crítico generalizado ou para o seu bloqueio) precisam ser provocadas. *Embora se saiba que a mudança social não constitui uma função da consciência alcançada, intelectual ou socialmente, sobre os fatores, os efeitos e as possibilidades de controle dos problemas sociais, tal consciência representa o primeiro passo a ser dado na luta do homem pelo domínio de suas condições reais de existência* (Fernandes, 1971, p. 208, grifos nossos).

Essa observação leva ao questionamento da afirmação que diz ser a escola o lugar da luta de classes privilegiado para realizar os valores socialistas³. Além disso, ela questiona a forma como se entende a relação entre educação e escola no interior da contradição de classes sociais antagônicas. O avanço intelectual é apenas um passo em direção à independência de pensamento; no entanto, é comente na ação independente e coletiva que se localizam os avanços de classe.

É interessante notar que a relação entre a mudança social e a consciência assume uma função articulada. Para Fernandes, o “primeiro passo” é uma consciência intelectual ou social, o que significa que a capacidade pensante do trabalhador no processo de enfrentamento das ações do capital assume uma função detonadora da socialização política mais ampla. O indivíduo e a classe andam juntos nesse movimento de negação da ordem e afirmação do sujeito ativo na história.

Ainda dentro da ordem burguesa, as tarefas que os revolucionários podem desempenhar passam pela:

Ruptura socialista com a exclusão e a marginalização do proletariado na esfera do ensino [...] confere prioridade a maioria real não como objeto, mas como sujeito de atividades pedagógicas, que se voltem para os conteúdos socialistas da consciência social de classe dos trabalhadores e para a

³ Vide Lazarini (2010) e Favaro (2014).

desobjetificação do trabalhador. Educação e auto-emancipação coletiva dos trabalhadores colocam-se como codeterminantes de uma relação recíproca, medida pela escola e inspirada na função natural da classe trabalhadora de negar revolucionariamente a sociedade existente (Fernandes apud Soares, 2009, p. 65, grifos nossos).

A autoemancipação coletiva é a chave para a nova formulação estratégica de Fernandes no tocante à educação. A escola é uma forma de medir o grau de aprendizagem dos trabalhadores, mas não no que se refere ao conteúdo específico e sim pela capacidade da ação independente de rebelar-se contra as injustiças. Dessa maneira, a relação entre escola e socialização política toma outro rumo, interpondo a necessidade de que as organizações de classe produzam ações intencionais de “grupalização”⁴.

No entendimento de Fernandes, devido ao capitalismo dependente e ao caráter autocrático do Estado, as ações educativas da classe se defrontariam com uma burguesia autoritária e conservadora. Assim, o autor entende a autocracia como forma política do capitalismo dependente, o que é chave para a elaboração de um papel da educação proletária no interior de uma estratégia socialista para a revolução.

Sua defesa da escola pública adquire novas dimensões históricas no último quartel do século XX. Não se trata mais de reivindicar um Estado Educador, mas sim de, taticamente, mobilizar os setores proletários para a defesa de uma reforma educacional que não é possível dentro do sistema capitalista brasileiro, ou seja, que é irrealizável mantendo-se a ordem. Assim surge sua defesa de uma pedagogia do trabalho – não voltada para a noção de “trabalho como princípio educativo”, mas para que o centro dinâmico dessa pedagogia seja a autoeducação proletária.

⁴ Tal fenômeno é descrito por Mauro Iasi (2002), derivado da compreensão do processo de consciência, no qual a serialidade se quebra, transformando-se em grupo e, posteriormente, em organização – podendo torna-se revolucionária.

Tal fato é demonstrativo de um amadurecimento teórico e político do pensador. Esse adensamento fica perceptível na medida em que ele apresenta o sentido da constituição do duplo-poder de classe como processo de aprendizagem, o que ocorre em parte no âmbito propriamente escolar, mas fundamentalmente nas lutas e ações independentes da classe trabalhadora.

As classes possuidoras e privilegiadas percebem claramente a falta de alternativas e trabalham no sentido de se protegerem contra a rigidez da situação histórica, que elas mesmas criaram. Como já não podem identificar o Estado com a Nação com as posições e interesses de classes, nem lhes é dado aproveitar com segurança lemas e palavras de ordem mistificadoras, precisam assumir os riscos do uso aberto e sistemático da violência – por meios políticos indiretos e através do Estado, com suas forças armadas e superestruturas jurídicas – como instrumento de perpetuação do status quo. [...]. As demais classes, que reuniam todas as condições de classe, menos a consciência crítica e a disposição para ousar, *iniciam seu aprendizado diretamente na área do poder e da contestação política* (Fernandes, 1981, p. 40, grifos nossos).

A luta política pela revolução é o princípio educativo na estratégia socialista educacional em Florestan Fernandes. A contestação política é parte fundante desse aprendizado, seja na escola, seja na fábrica. A derrubada do despotismo se faz na materialidade cotidiana dos trabalhadores.

Em outra passagem, ao discutir diretamente acerca das tarefas dos sindicatos e partidos, o autor demonstra como a educação é algo mais amplo que o processo escolar:

As greves constituem o caminho por excelência da aprendizagem política inicial e o primeiro patamar no qual a classe em formação ou em desenvolvimento independente demonstra a sua vitalidade e a sua capacidade de passar da “guerra civil oculta” para a “guerra civil aberta”. Os teóricos do sindicalismo revolucionário exageraram o papel criador da greve (sob a forma de greve geral). Não obstante, a gre-

ve geral permite romper as barreiras do economicismo, da greve puramente reivindicativa e contida dentro da ordem, e *constitui um terreno fértil de educação do proletariado* para alvos políticos mais importantes da luta de classes (Fernandes, 2000, p. 100, grifos nossos).

A argumentação apresentada é mais densa no que se refere à materialidade da socialização política do que se comparada à elaboração do período anterior ao golpe empresarial-militar. O eixo organizador está na passagem da “guerra civil oculta” para a “guerra civil aberta”. Não se trata mais de uma ampliação democrática, mas do enfrentamento violento contra uma burguesia impermeável às reivindicações.

Contudo, no sentido de aprofundar a compreensão da luta socialista na educação, é necessário questionar um trecho de Fernandes sobre a escola: “Feita a revolução nas escolas, o povo a fará nas ruas” (Fernandes, ANO, s/p). Esse texto tem sido usado indiscriminadamente e fora do contexto necessário, como fica evidente na continuidade do parágrafo:

[...] embora essa vinculação não seja necessária. Na China, em Cuba, na Rússia, sem passar pela escola, o povo fez revolução nas ruas. Mas, *em um país como o Brasil, é necessário criar um mínimo de espírito crítico generalizado, cidadania universal e desejo coletivo de mudança radical* para se ter a utopia de construir uma sociedade nova que poderá terminar no socialismo reformista ou no socialismo revolucionário. Eu prefiro a última alternativa (Fernandes apud Soares, 2009, p. 65, grifos nossos).

As experiências socialistas elencadas demonstram que as tecnologias para revolução são variadas e não determinadas pela vinculação direta com as escolas. Portanto, Fernandes tem clareza do viés subordinado que a instituição escolar tem no bojo da estratégia. No entanto, ele não deixa de salientar seu papel de generalizador de certo tipo de comportamento social coletivo de mudanças, que ocorre pela contestação política. A partir do desdobramento dos cenários possíveis, reformista ou revolucionário, é cabível reavaliar o caminho realizado pela classe.

Nesse quadro geral de interpretação da mudança social, Fernandes reivindica na sociologia e na ciência da educação uma compreensão de mudança como algo permanente e que precisa ser entendida como processo de construção-desconstrução. De acordo com o sociólogo paulista,

A mudança, em qualquer sociedade, é um processo político. É fundamentalmente uma tentativa das classes dominantes de manterem a dominação, de as classes intermediárias se associarem em seu proveito à dominação ou alterarem o seu conteúdo e as suas formas. Em sentido inverso, é uma tentativa das classes subalternas no sentido de modificar ou destruir a dominação (Fernandes, 1989, p. 166).

Para Fernandes, os trabalhadores se educam em vários espaços e podem acompanhar o ritmo das mudanças de acordo com suas capacidades críticas. Ele apresenta a questão da aprendizagem da seguinte forma: “Essa é uma tarefa pedagógica, diretamente vinculada a uma aprendizagem que começa nas empresas, amadurece nos sindicatos e nas greves, alcança sua plenitude no partido operário e na disputa do poder (Fernandes, 1991a, p. 58)”.

Esboço de uma crítica à leitura estratégica da educação em Florestan Fernandes

Retomando alguns pontos da discussão aqui desenvolvida, uma análise importante a ser desenvolvida diz respeito aos desdobramentos da compreensão de cada autor sobre a estratégia revolucionária. Para Barão (2008),

Florestan teve como finalidade restituir no debate a centralidade da revolução desenvolvida por Marx, ou seja, a auto-emancipação coletiva do proletariado e as formas de organização da sociedade de classes. De um lado, Florestan teve como referência Marx e Engels, de outro, a “recaptação” da revolução significa o combate às teses defendidas por se-

tores da esquerda dos anos 1960 e depois pelos socialistas “democráticos”, que ganhavam espaço na realidade brasileira nas décadas de 1970 e 1980 (Barão, 2008, p. 193).

Nessas observações, é notável que a autora precisa de uma formulação estratégica condizente com a realidade brasileira para afirmar a possibilidade da revolução socialista. Ela busca os argumentos nos textos de Florestan Fernandes e nos interlocutores do materialismo histórico, como Marx, Engels e Lenin. Outro elemento fundante de uma estratégia é o sujeito revolucionário. Nesse sentido, a autora afirma que “[...] o protagonista desta transformação *será o proletariado, enquanto classe consciente do seu papel revolucionário*, afirma Marx” (Barão, 2008, p. 196, grifos nossos).

Um questionamento se interpõe nessa análise: há a necessidade de o proletariado estar consciente para se colocar como o protagonista da revolução? Não existem elementos suficientes para entender o que a autora compreende por consciência⁵. Na nota 137 da tese de Barão, há uma citação acerca de Fernandes que diz o seguinte: “O exemplo de Cuba sugere que a explosão pode preceder à formação de consciência de classe revolucionária propriamente dita e em particular, à sua universalização” (Fernandes apud Barão, 2008, p. 202). Tal fato aumenta a polêmica sobre a necessidade da consciência previamente à revolução.

Em relação ao tema das classes sociais e, mais particularmente, à constituição da classe trabalhadora, Barão (2008) indica que, em Fernandes

[...] há um complexo padrão de mercantilização da força trabalho sob o modelo dual de acumulação, ou seja, apropriação repartida entre a burguesia interna e externa do excedente econômico nacional [...] (Barão, 2008, p. 207).

⁵ Desdobrando o questionamento de outra forma: haveria aqui uma identificação entre conhecimento revolucionário e saber escolar? Uma discussão acurada sobre o assunto pode ser encontrada em Lazarini (2010).

Esse padrão geraria um enfraquecimento do polo trabalho na equação capitalista. Nas palavras da autora, “[...] este desenvolvimento desigual gera dificuldades organizativas sem precedentes para ‘os de baixo’ se imporem como classe” (Barão, 2008, p. 208). As características de classe serviriam para entender a lógica da revolução em Fernandes. A autora aponta para a polarização entre “revolução dentro da ordem” e “revolução contra a ordem”, entendida da seguinte maneira: “A revolução dentro da ordem (ainda sob o capitalismo) e a revolução contra a ordem (implantação da transição socialista) aparecem como possibilidade histórica de autonomia revolucionária” (Barão, 2008, p. 210). E continua:

Destarte, é preciso entender a importância da luta política como tarefa concreta cujo objetivo é encetar a organização e a elevação da consciência social de classe dos trabalhadores. Só estes poderão realizar as tarefas que a burguesia não concretizou para assim se processar a revolução dentro da ordem. Caso existam condições históricas e organizativas, será possível realizar a revolução contra a ordem (Barão, 2008, p. 210).

Para entender a afirmação da autora e sua compreensão acerca das formulações de Fernandes, é preciso cotejar sua reflexão com a formulação estratégica do sociólogo brasileiro. A partir do que foi apresentado, parece questionável a viabilidade de acúmulo de forças dentro da ordem para, no futuro, realizar o socialismo contra a ordem. Isso aparece sob o signo de uma “transição para a transição”. Podemos questionar: como entender o significado da realização das tarefas que a burguesia não concretizou? Isso significaria estabelecer uma democracia completa, uma nação soberana, uma escola pública para todos e um saber criado endogenamente e não colonizadamente? Essa realização equivaleria à revolução dentro da ordem? Se todas essas perguntas forem respondidas afirmativamente pelas mãos dos trabalhadores, não há porque avançar para o socialismo. O que remete a outro questionamento: por que, em “condições históricas e organizativas” dadas, se avançaria para uma revolução contra a ordem?

Barão (2008) desenha as possibilidades históricas dessa forma:

A conclusão é que a luta de classes pode produzir tanto a revolução como a contra-revolução, e os condicionantes da revolução ou da contra-revolução devem ser buscados, dentre outros, nos seguintes aspectos: no grau de desenvolvimento do modo de produção capitalista; no estágio e nível da luta de classes e, especialmente na capacidade da luta organizada e em que nível? Como os trabalhadores impõem às classes dominantes o seu direito de existir como classe? (Barão, 2008, p. 211).

No bojo dessa discussão sobre o papel da luta dentro da ordem e contra ela, é possível perceber como a elaboração sobre o papel da educação é importante. No texto de Barão (2008) em análise, é notável a preocupação constante em localizar com notável cautela política e acadêmica o lugar da ação educativa nessa contenda.

Embora reconheça que a luta de classes impõe combates com vitórias e derrotas aos dois lados (sem dúvida com vantagens para a burguesia), ela mostra a necessidade de o proletariado aproveitar as oportunidades oferecidas por estes embates. Servirão para ampliar a consciência política, redefinir seu papel na revolução burguesa (por exemplo, tornando-se classe em si) e nas lutas por manutenção e ampliação de direitos. *Aqui, sem dúvida, entra a luta pela educação pública, a necessidade de oferecer ao trabalhador condições de desenvolvimento intelectual independente e uma escola que tenha como referência os valores socialistas de concepção de mundo* (Barão, 2008, p. 213, grifos nossos).

Essa interpretação de Fernandes sob o olhar de Barão (2008) tem consequências políticas muito importantes para o movimento e para as organizações dos trabalhadores. A perspectiva apresentada pela autora, descolada de uma estratégia de totalidade, pode incorrer em insuficiências e/ou equívocos teóricos, políticos e históricos. As dúvidas sobre a afirmação da autora têm como objetivo colocar em evidência o fato de que a obra de Fernandes fornece possibilidades interpretativas diversas, o que leva a formulações estratégicas diferenciadas.

Ao pensar em uma revolução socialista no Brasil, é preciso compreender o grau de complexidade de tal empreitada e, portanto, o conjunto dos elementos envolvidos de maneira objetiva e subjetiva nesse processo. O texto de Barão (2008) tem vários méritos louváveis, dentre eles o fato de não cair em um mecanicismo formal, uma vez que ela compreende o movimento que Fernandes fez para produzir uma interpretação do Brasil e pensar a revolução. Todas as observações da autora sobre a relação entre educação, capitalismo dependente e revolução social são caracterizadas por esse viés. Ademais, há a recorrente indicação acerca da fragilidade da ação burguesa como condicionante de aberturas democráticas, inviabilizando certos ajustes normais em uma sociedade que trata os conflitos de maneira civilizada, como fica explícito no seguinte excerto:

[...] as revoluções burguesas nestes países, cuja transformação é estrutural (com ênfase na dimensão econômica), deixam de fora a revolução democrática e a revolução nacional devido às burguesias internas serem pró-imperialistas e optarem pela dupla articulação. Portanto, cabe ao proletariado e a sua vanguarda lutarem para estender ao máximo as tarefas que seriam da burguesia. Reafirme-se que isso não significa etapas na luta para chegar um dia ao socialismo. Trata-se de expandir ao máximo as possibilidades organizativas e democráticas para elevar o nível de consciência e de solidariedade entre os trabalhadores nesses países. *Neste ponto é possível entender a centralidade que tem a luta pela educação pública na realidade brasileira* e porque Florestan nisso se empenhou muito, nos anos 1950, 1960 e depois no parlamento (Barão, 2008, p. 215, grifos nossos).

Há uma interpretação de Fernandes que compreende que o proletariado é quem deve realizar as tarefas burguesas, o que se desdobra na “centralidade” da defesa da educação pública. Essa compreensão é coerente com o período da predominância da estratégia democrática, mas não com a formulação preponderante no período mais desenvolvido de Fernandes, sob a predominância da estratégia socialista.

Barão (2008) busca apreender a formulação de estratégia, contu-

do, a autora se fundamenta na coexistência de revoluções antagônicas em Fernandes.

Florestan defende, assim, que possa haver coexistência de revoluções antagônicas. As revoluções, enquanto transformações estruturais (burguesas) que objetivam manter a ordem burguesa e a revolução social, tm um projeto conjunto da sociedade, cujo protagonista é o proletariado (Barão, 2008, p. 221).

Aqui, a “[...] análise do significado dos estudos sobre o imperialismo e sobre a revolução e suas contribuições para pensar a educação e a pedagogia da revolução dentro da ordem e contra a ordem” (Barão, 2008, p. 248). Ou seja, há uma articulação entre os momentos dentro e contra a ordem. Todavia, a combinação dessa articulação é definidora de diferentes estratégias político revolucionárias.

Barão (2008) analisa a contribuição teórica de Florestan Fernandes no que tange à interlocução crítica com a Pedagogia Nova bem como acerca dos elementos necessários para uma pedagogia crítica. A autora apresenta um conjunto de diálogos entre Kilpatrick, Coutts e, em âmbito nacional, com Fernando de Azevedo que, vistos em conjunto, discutem a relação entre os conceitos de capitalismo dependente, revolução e luta de classes. Segundo a autora,

A alternativa para sair dessa confusão supõe a instituição de mecanismos sociais que permitam o desenvolvimento dos seguintes aspectos: 1º) ampliação do horizonte cultural do homem comum para oferecer subsídios e alterar a forma e o conteúdo da articulação com a civilização ocidental; 2º) esclarecimento intelectual que associe a perspectiva individual e a consciência social; e 3º) realismo crítico enraizado em atitudes inconformistas de significação positiva para o desenvolvimento econômico, social e cultural do Brasil (Barão, 2008, p. 316).

Apesar da concordância parcial com a leitura da autora, é interessante notar a seguinte passagem:

A mudança social tem de ser provocada, pois esta concentra na sua elaboração um mínimo de controle racional da totalidade social que requer ser transformada. Ademais, *o enfrentamento dos dilemas educacionais exige intervenções racionais baseadas no planejamento para inserir no horizonte intelectual dos agentes humanos a capacidade de antecipação, de escolha e intervenção do Estado*, pois só favorece a lógica do mercado e a manutenção do privilégio (Barão, 2008, p. 319, grifos nossos).

Fica evidente a forte referência sobre o papel do Estado na mudança social. No entanto, é imperativo questionar até que ponto essa é a instituição-chave para a compreensão de mudança social provocada a partir da compreensão de Fernandes. Ao seguir esse raciocínio, a autora identifica “educação” com “educação escolar”, perdendo as particularidades fundamentais dessas ações de aprendizagem no âmbito da luta de classes. Tal é o argumento utilizado por de Barão (2008):

[...] para Florestan, a escola pública financiada pelo Estado deve propiciar patamar teórico e científico para universalizar as referências necessárias à socialização intelectual e política dos mais jovens (Barão, 2008, p. 323).

É importante notar que essa citação é exatamente do período identificado pelo predomínio da estratégia democrática e, portanto, é anacrônica para analisar e apontar caminhos na atualidade. Além disso, assim se delineia o entendimento de Barão (2008) sobre a estratégia para a revolução e o papel da educação:

Mais tarde Florestan constatará que sob o capitalismo dependente não é possível o Estado cumprir as promessas educacionais da república, pois estamos na época da burguesia como classe dominante que, para garantir seu poder, tornou-se contra-revolucionária. A alternativa é tensionar a revolução dentro da ordem, ou seja, ampliar todas as possibilidades dentro da ordem burguesa para criar as oportunidades da revolução contra a ordem. Entretanto, este não é um papel exclusivo da educação. *A educação é um elemento-chave neste processo quando oferece condições de*

ampliação do horizonte intelectual do trabalhador para que este tenha uma posição ofensiva na luta de classes (Barão, 2008, p. 335, grifos nossos).

E continua:

A educação escolarizada, por intermédio do conhecimento teórico referente a cada nível de ensino, tem condições de oferecer elementos que contribuam para a desalienação diante dos problemas práticos e na orientação das opções políticas necessárias para assegurar o atendimento dos interesses essenciais da coletividade (Barão, 2008, p. 343).

Outro questionamento importante de ser elencado é se Fernandes aponta, em algum momento de sua obra, o espaço escolar como “desalienante”. A resposta a essa pergunta pode orientar a ação política dentro de uma estratégia em várias direções distintas. Podemos perceber, novamente, uma centralidade da ação política voltada para o Estado:

Assim só uma intervenção consistente do Estado em todos os níveis escolares, concomitantemente, poderá organizar o enfrentamento no âmbito da educação, das consequências das desigualdades estruturais. Não há país democrático sem uma ação estatal que resolva, minimamente, o grau de diferenciação, de organização e de democratização das oportunidades educacionais através do ensino obrigatório, universal e gratuito (Barão, 2008, p. 351).

Dentro dos pressupostos teóricos da pesquisadora, não fica nítida a centralidade da revolução como auto-emancipação da classe operária, pois em vários momentos o Estado é o organizador e o principal espaço de disputa para efetivar as conquistas operárias. A noção de socialismo carregada nessa perspectiva pode encetar uma compreensão pouco instrumental para a formulação de uma estratégia eficiente para a realização das tarefas socialistas no âmbito da educação.

O horizonte e a referência no socialismo têm como finalidade, na educação e na pedagogia, a emancipação social, ou

seja, uma concepção pedagógica que seja crítica a pedagogia burguesa e à política educacional no capitalismo e, esteja articulada, à concepção pedagógica de libertação *cujo pressuposto central é lutar contra o padrão de ignorância como norma de adaptação à sociedade de classe* (Barão, idem, p. 359, grifos nossos).

Em um sentido marxista, segundo a posição adotada por Florestan Fernandes, a ruptura com os mecanismos de opressão e exploração são necessariamente o aniquilamento da propriedade privada dos meios de produção; o fim das classes e; a destruição do Estado. Esses pressupostos são afirmados pelo sociólogo paulista em várias de suas obras. Portanto, lutar contra a ignorância é, no máximo, uma ação tática possível dentro de certa compreensão total de luta de classes e não o pressuposto central da libertação.

Sobre os desdobramentos estratégicos da leitura de Fernandes nos dias atuais, também se faz necessário recorrer a Leher (2005). Segundo o autor, em relação às tarefas da classe trabalhadora, verifica-se que,

Para transformar a sociedade brasileira, o movimento político da classe trabalhadora teria de criar uma democracia de participação ampliada dentro e por intermédio da ordem burguesa. Para tanto, era preciso criar formas de mobilização e luta, demandando a identificação/diferenciação das classes e não a união nacional e o consenso, como queriam os adeptos da teoria do autoritarismo (Leher, 2005, p. 233).

É possível questionar se esse é o entendimento de Fernandes sobre a estratégia socialista no Brasil, pois, de acordo com o sociólogo paulista, não é perceptível que a criação de uma democracia seja possível de ser realizada no capitalismo dependente. Talvez o seja para Leher (2005), o que remete a discussão para as diferentes formas de apreender a elaboração florestaniana na atualidade. É possível reivindicar Fernandes para defender a estratégia democrática nos dias atuais? Tal interpretação está vinculada a seguinte leitura da transformação capitalista brasileira:

A passagem do governo empresarial-militar para governos civis não alterou os fundamentos do modelo capitalista dependente e da heteronomia cultural. A economia segue tendo o seu núcleo dinâmico no exterior, nos centros dinâmicos do capital, por meio de uma complexa rede de dependências que passa pelos acordos com o FMI, o BM e a Organização Mundial do Comércio (OMC), pela larga presença de filiais das corporações multinacionais, de um setor financeiro estreitamente conectado com as principais praças internacionais e por uma abertura comercial que afasta o país da autonomia tecnológica. Disso resulta uma economia que, conforme a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD (2003), experimenta *um processo de desindustrialização* (Leher, 2005, p. 239, grifos nossos).

O fundamento dessa interpretação é que existe uma relação de “dependência” da economia brasileira que se desdobra em uma falta de autonomia tecnológica. No entanto, a economia brasileira está classificada como a 5ª ou 6ª economia mundial, o que significa um alto grau de desenvolvimento capitalista. Portanto, o capitalismo brasileiro está visceralmente ligado às cadeias produtivas globais e não está se desindustrializando, mas pelo contrário, está cada vez mais capitalista, em todos os setores da produção.

As duas compreensões sobre a estratégia baseiam-se na obra de Fernandes, todavia, tal obra, pela sua amplitude temporal e teórica, pode ser apreendida parcialmente, de acordo com a interpretação política de cada autor.

A estratégia democrática e popular, acrescida da contribuição de Fernandes, foi hegemônica no período da Nova República, depois dos anos de ditadura empresarial-militar. Portanto, a atualidade dessa estratégia precisa ser questionada após a experiência petista no governo, pois a atuação nos governos em diferentes unidades federativas demonstrou uma incapacidade da classe trabalhadora em utilizar as instituições democráticas em favor de uma crescente autonomia operária. Pelo contrário, o que ocorreu foi um massivo processo de cooptação de militantes para as estruturas estatais.

Nesse sentido, a compreensão do método materialista e dialético bem como a perspectiva do socialismo como eixos teóricos e políticos de Fernandes devem ser retomados como mecanismos de autocrítica das organizações de trabalhadores, pois sua perda pode implicar na impossibilitado de acumular historicamente as derrotas e o aprendizado decorrente delas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Já se passaram mais de 40 anos da elaboração do livro *A Revolução Burguesa no Brasil* e 20 anos da morte de seu autor. É, portanto, muito claro que não se vive mais na mesma realidade histórica. Além disso, a luta de classes, por meio de diferentes mecanismos, produziu alterações profundas na conformação dos conflitos geopolíticos e geoeconômicos no mundo e no Brasil. Para tanto, a teoria social é desafiada a dar conta dessas novas formas de personificação do capital.

Ao verificar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, Fernandes adequa sua formulação estratégica revolucionária. Desdobra-se dessa adequação uma alteração do entendimento do papel da educação no interior dessa estratégia e apresenta-se uma transfiguração da educação na formulação.

Afirma-se que, num primeiro momento de sua produção, há uma predominância da estratégia democrática, pois é o período de ascensão da burguesia. Teoricamente a classe em ascensão entraria em choque com as relações conservadoras e tradicionalistas das oligarquias. Dessa maneira, a ampliação da democracia abriria o espaço para que as classes trabalhadoras construíssem alguma independência e posteriormente avançassem ao socialismo. Com o golpe empresarial-militar de 1964 essa tese cai por terra, demonstrando o erro político da aliança com uma pretensa burguesia progressista nacional. Erro esse derivado da estratégia democrática e nacional, principalmente vinculada ao PCB.

Dessa derrota da classe trabalhadora, Fernandes produz uma síntese teórica. Partindo da consolidação da revolução burguesa como uma contrarrevolução permanente, ele apresenta a categoria de capitalismo dependente como expediente de uma forma específica de capitalismo em países de origem colonial. Demonstra que o amálgama dos setores tradicionalistas com a burguesia em ascensão gerou uma *concierge* social, a qual se materializa em um comportamento ultraegoísta, ultraelitista e reacionário. Esses comportamentos exigem uma forma política ultraconcentrada de uso da coerção e cristaliza-se em um Estado Autocrático.

Da nova situação surge uma nova formulação estratégica. Com a predominância da estratégia socialista, a ação da classe trabalhadora consiste em abrir espaço político para uma ação autônoma e independente, sem alianças com a burguesia, produzindo, assim, a conformação de um bloco democrático e popular que enfrentasse a ditadura, construindo um duplo-poder emanado da própria classe e não de espaços institucionais do poder burguês. Não havia mais espaço para as revoluções burguesas, mas sim para a construção do socialismo.

A educação, na estratégia democrática, tinha papel fundamental por meio da escola como mecanismo de planejamento social e de aceleração da história. Tratava-se de superar o 'atraso cultural' e de avançar ao patamar dos países desenvolvidos.

A educação no interior da estratégia socialista nasce diretamente de ações das organizações de classe, dentro e fora da escola. Dessa maneira, caracteriza-se um salto de qualidade na elaboração do autor, que aprofunda a compreensão dos mecanismos de aprendizagem coletiva de classe e incorpora à sua teoria educacional a contribuição dos processos revolucionários da Rússia e de Cuba.

A partir da percepção da transfiguração do papel da educação na teoria de Florestan Fernandes, pode-se analisar o passado e o atual momento da luta de classes no Brasil. A produção desse autor deve ser incorporada como contribuição teórica e política à luta de classes, no entanto, não pode ser descolada das condições materiais na qual foi

elaborada. Ao compreender que a realidade é contraditória devido ao próprio conjunto de relações sociais de produção contraditórias intrínsecas ao capitalismo, verifica-se a necessidade de constante releitura dessa realidade. É, portanto, evidente que uma formulação estratégica atual precisa dessa releitura. Não se pode reivindicar a teoria de Florestan Fernandes sem esse olhar sobre o método usado por ele próprio: o marxismo vivo e criativo, que deriva da materialidade uma ação de classe e conduz os combates contra os inimigos de classe.

É possível inferir que Fernandes ficaria perplexo se visse, hoje, intelectuais tentando explicar o país com categorias produzidas para descrever e interpretar um Brasil de 60 anos atrás, perdendo, assim, toda a riqueza do desenvolvimento do próprio fenômeno capitalista.

Todavia, a atualidade de Florestan Fernandes reside na sua imensa capacidade de distinguir a universalidade capitalista e a singularidade de sua materialização na periferia do sistema. Daí, logicamente, a necessidade de capturar a teoria florestaniana em sua essência, desdobradas em dois elementos gerais: o método dialético e a perspectiva da revolução socialista. Esses aspectos da práxis são os eixos orientadores de toda sua obra. Por consequência, a recuperação dos elementos universais é um dever da classe trabalhadora em sua necessidade de entender o mundo para transformá-lo.

Da universalidade do método e da via socialista, Fernandes vai ao particular da formação social brasileira. E, aqui, verifica-se uma combinação de eventos históricos e políticos relevantes para a atualidade da luta de classes. Primeiro, é preciso distinguir entre o programa político e a estratégia política. Estratégia é a combinação de um conjunto de ações táticas com uma finalidade estratégica; e o programa, as bandeiras que mobilizam os trabalhadores em suas reivindicações.

Contudo, a caracterização do programa político no interior da estratégia é decisiva, pois estão postas três possibilidades: 1) em uma estratégia democrática, a de a classe acompanhar um programa democrático, como na década de 1960 com as reformas de base, sob direção

do PCB; 2) em uma estratégia socialista, a de a classe acompanhar um programa democrático, como em Cuba, sob direção do M26; e 3) em uma estratégia socialista, a de a classe acompanhar um programa socialista, como na Rússia, sob direção dos bolcheviques.

Nesse sentido, a distinção entre programa e estratégia faz-se importante na medida em que a confusão entre um e outro pode gerar erros ou insuficiências na ação revolucionária.

Assim, considerando que Fernandes transfigurou sua teoria com a finalidade de acompanhar as transformações da realidade, parece que a sua formulação estratégica acompanha o seguinte mecanismo: 1) um programa democrático numa estratégia democrática com objetivo socialista; e 2) um programa democrático e popular em uma estratégia socialista com objetivo socialista.

A transfiguração é uma medida para acertar a teoria com o movimento da realidade contraditória e acoplar à luta de classes as organizações políticas dos trabalhadores. Ou seja, é a forma que Fernandes utilizou para ler o mundo e propor ações intrinsecamente revolucionárias. A confusão entre os diferentes elementos da estratégia pode gerar combinações reformistas e até reacionárias, pois torna possível pensar em uma estratégia democrática com objetivo democrático, ou seja, somente a luta dentro da ordem que, segundo Fernandes, é absolutamente ineficiente para a revolução.

A consequência dessa confusão pode ser apresentada por meio da ilusão de uma revolução dentro da ordem isolada das ações contra a ordem. Durante a predominância da estratégia democrática, Fernandes apontava para a viabilidade de uma transformação dentro da ordem burguesa. Por isso, fundamentava parte de suas proposições escolares em Karl Mannheim, para o qual a atuação institucional produziria mudanças sociais profundas.

Fernandes, ao rever sua posição e postulá-las como utópicas, realiza uma autocrítica e supera sua própria posição. Nesse momento, não

há mais ilusões quanto à realização da revolução dentro da ordem, mas há sim uma compreensão de que essa luta é um momento de ampliação das contradições nas lutas dentro da ordem, as quais se desdobrariam em uma luta contra ela.

Mas há, ainda, os que continuam a acreditar em uma transformação por dentro da ordem, a qual Fernandes demonstrou não ser possível pelo caráter autocrático do Estado. Portanto, a atual estratégia democrática e popular, que define sua ação pela defesa do Estado democrático de direito, é profundamente equivocada pela falta de análise sobre as determinantes do comportamento de classe. Além disso, o equívoco pode se dar pela incapacidade de atuar fora da ordem, com a constituição de poder real emanado da classe trabalhadora via duplo-poder. Isso ocorreria pelos sindicatos, greves, associações e pelo Partido como organizador da classe.

Fernandes já criticava a posição do PT, no início dos anos 1990, e demonstrou como a cooptação através do sistema democrático poderia levar o partido a um perfil reformista. No entanto, ele não apostou no cenário de democratização do Estado brasileiro, como ocorreu no final dos anos 1990 e início dos anos 2000.

A ampliação de todo tipo de política pública de atendimento popular e o desenvolvimento de uma sociedade civil robusta e atuante em todos os níveis da sociedade brasileira caracterizaram uma mudança do regime político brasileiro. Esses acontecimentos são o desdobramento do desenvolvimento de relações especificamente capitalistas.

Essa afirmação nos remete às seguintes questões: é possível afirmar que o Brasil se caracteriza hoje como um capitalismo dependente? É possível afirmar que o Estado brasileiro é autocrático e que não é capaz de incorporar as demandas dos trabalhadores?

De acordo com as respostas a essas questões, pode-se desdobrar a afirmação da estratégia florestaniana ou apontar para a necessidade de uma nova formulação, pois parece que a crença em uma

imobilidade das classes dominantes já levou a uma derrota da luta socialista no Brasil. O PCB, na década de 1960, acreditou que a burguesia era revolucionária e errou.

Se Fernandes acredita que a burguesia seria autocrática para sempre, também ele pode ter errado. Assim, a categoria de capitalismo dependente pode ter explicado a formação social brasileira em um determinando momento do desenvolvimento capitalista, no entanto, não é uma categoria universal. Se o capitalismo se desenvolveu e Fernandes adequou sua teoria para apreendê-lo, hoje em dia isso é novamente necessário.

Sua compreensão de capitalismo dependente como realidade historicamente constituída produziu uma poderosa ferramenta analítica sobre a formação social brasileira em sua época. No entanto, na medida em que a compreensão de dependência derivada de sua explicação fica condicionada aos mecanismos de controle externo e interno existente nas décadas de 1960 e 1970, o próprio conceito se esvai em sua capacidade crítica. A questão não é, simplesmente, apontar se a explicação ainda está correta ou está equivocada, mas avaliar sua condição de ser capaz de pensar a realidade atual do capitalismo brasileiro. O próprio Fernandes avaliava constantemente suas categorias e as recalibrava diante de novas relações predominantes, como foi o caso de enfrentar a transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista e suas exigências políticas e sociais.

A transformação capitalista brasileira sofre, nesses primeiros anos do século XXI, uma grande mudança em relação aos anos de 1970 e 1980. Grande parte das privatizações já se consumou, a exemplo das áreas de telecomunicações, siderurgia, aeroespacial, mineração, petróleo e gás. Além, é claro, das novas modalidades de inserção do mercado nos negócios estatais, como as concessões de serviços públicos às empresas privadas (as parcerias público-privadas). Portanto, há uma mudança grandiosa nos mecanismos de produção e reprodução do capital na formação social brasileira. Hoje, o capitalismo brasileiro, sobre

as últimas dores de sua completude, e realiza por completo a democracia burguesa, com característica democrática e popular. Esfacelam-se os monopólios privados nacionais. Com a desestruturação das grandes empresas, ligadas a famílias tradicionais brasileiras, termina o ciclo da contrarrevolução burguesa no Brasil. E inicia-se a plena integração às cadeias mundiais de produção de capital. O imperialismo assume novos contornos, ainda não apreendidos em sua totalidade.

A extrema internacionalização da economia não significa uma desindustrialização ou mesmo uma desnacionalização, conceitos anacrônicos do ponto de vista da realidade capitalista mundial, mas consiste numa característica do momento atual do desenvolvimento da lógica do capital; nada mais do que isso. É o capital cumprindo seu papel histórico de a tudo devorar com sua ânsia insaciável e incessante de valorização do valor. Portanto, cabe aos que se colocam o desafio de compreender e superar essa lógica perceber o eixo real e verdadeiro da contradição posta, e elaborar uma formulação estratégica condizente com o momento, sem cair em armadilhas do passado ou idealismos sobre o futuro.

Dessa maneira, como Fernandes, também os pesquisadores e militantes de hoje precisam acoplar a elaboração teórica à política revolucionária. Pois, essa unidade só pode ser eficiente se nasce das lutas concretas das classes trabalhadoras e, portanto, quando é fruto da análise concreta das relações sociais de produção atuais. Assim, negam-se veementemente as bizarras bricolagens teóricas verificáveis constantemente em diferentes organizações de esquerda. Nelas a realidade precisa se adequar à teoria, e esta já foi produzida por um grupo de indivíduos, muitas das vezes, isolados das massas. Outros grupos, por sua vez, mesmo próximos das lutas, estão longe de uma compreensão realmente materialista e dialética da sociedade.

A contribuição de Fernandes no que tange ao método de análise da realidade torna possível uma interpretação do Brasil e, por conseguinte, uma formulação estratégica. Não se trata, apenas, de saber se ele foi ou não responsável pela estratégia democrática e

popular, mas sim, de apropriar-se de um pensamento criativo e perspicaz, o qual contribui para o adensamento da leitura da realidade brasileira atual. Só então será possível a proposição de bandeiras de luta e afirmações programáticas as quais poderão alavancar a lutas de classes em um sentido adequado.

Nesse sentido, é necessário verificar o fundamento da estratégia democrática popular. Ela baseia-se na teoria da pinça: de um lado estão os movimentos sociais e sindicais, de outro, os partidos na disputa institucional. A história demonstrou que a última determinava a primeira e, dessa maneira, o viés hegemônico foi definido pelos detentores de mandato executivo e parlamentar ou do aparelho partidário. A necessidade de ampliação democrática, no processo de abertura, pós-ditadura, colocou como tarefa fundamental a participação eleitoral e política dos trabalhadores, como propunha Fernandes.

A questão histórica atual é: se a participação política se ampliou enormemente (desde a eleição de um operário presidente até a legalização das centrais sindicais), por que o sistema não explodiu? Por que a autocracia burguesa não criou, contraditoriamente, uma contrapartida operária que a enfrentasse contra a ordem?

A explicação, aqui, se baseia no seguinte raciocínio: a incapacidade dos que defendem a estratégia democrática e popular de compreender o movimento de acumulação capitalista, pois, eles supõem, como nos anos 1960 e 1970, que falta capitalismo ao continente e, portanto, que é preciso desenvolver forças produtivas capitalistas para superar o subdesenvolvimento, chamado atualmente de periférico. Nos momentos de expansão capitalista, na "onda" do ciclo, a estratégia democrática e popular consegue usufruir do excedente econômico adquirido pela economia para executar uma democracia de cooptação popular barata (via empregos de baixa qualificação e suplementação de renda mínima). No entanto, nos momentos de inversão cíclica, o que ocorre é o colapso daquele pacto social. E o que é pior, verifica-se uma regressão liberal-conservadora.

O momento de crise cíclica atual exige do Estado a indispensável implementação de políticas anticíclicas. Ocorre a inversão dos investimentos: o que antes podia ser aplicado na gestão de conflitos, minimizando a miséria, agora, será utilizado para garantir a taxa de acumulação do capital. Portanto, isso inviabiliza, desde sua materialidade econômica, a democracia de cooptação popular.

Ao mesmo tempo em que essa estratégia se esvai diante de sua realização e morre como possibilidade revolucionária, ela renasce como eco de um passado que nunca existiu. Isso se desdobra em inúmeras formas de atualização das dimensões democráticas e nacionais da luta de classes, no entanto, absolutamente anacrônicas, do ponto de vista da potencialidade questionadora da ordem burguesa. Muito pelo contrário, sua realização foi a plenitude da forma burguesa de organização da sociedade.

O que algumas organizações de trabalhadores hoje, ao afirmar o abandono da estratégia democrático e popular, desconsideram é a força dessa estratégia como combinação sintética de ações táticas específicas. Ao afirmarem que não houve a realização da estratégia, usam de exemplo a não realização de bandeiras de luta, como a reforma agrária, reforma urbana, reforma educacional, etc. Mas isso não é a estratégia, isso é o programa, ou talvez, menos ainda, são bandeiras de luta não realizáveis dentro do capitalismo que servem para colocar a classe em movimento e combater o inimigo de classe, no caso, a burguesia. O não entendimento dessas categorias, e de suas especificidades na formulação e implementação de uma ação revolucionária, irão, necessariamente, criar uma confusão e, por consequência, uma proposta insuficiente ou equivocada de luta política.

Para evitar a repetição de tais equívocos, no tocante à interpretação da realidade, se reafirma os elementos universais presentes em Fernandes. Ele sempre partiu do real existente, fez a leitura das contradições entre as classes sociais em luta e daí tirou os princípios orientadores da formulação estratégica. Os seus erros analíticos o levaram

a cometer erros políticos, contudo, o método utilizado incorpora constantemente a crítica e a autocrítica, produzindo assim um mecanismo de vigilância teórica e política.

Nos aspectos relativos à educação, se reafirma a distinção entre a escola como instituição de ensino sistematizado, e os espaços de socialização política como os momentos de luta política e aprendizagem coletiva dos trabalhadores. Nas fábricas a forma social do capital controla todo o processo de trabalho. Nas escolas, ainda não, completamente. Porém, está em vias de ser.

Além disso, é importante afirmar que a produção teórica sempre foi uma ferramenta interpretativa para a formulação de estratégia. Fernandes aponta para os erros cometidos pelas insuficiências teóricas em diferentes períodos da história do movimento operário no Brasil. Nesse sentido, a elaboração de uma leitura teórica correta das contradições do capitalismo é essencial para uma correta formulação das táticas, do programa e das formas organizativas revolucionárias.

Por fim, vê-se que a capacidade humana de tudo produzir e de tudo reconstruir é a única saída definitiva para a barbárie implementada pelo capitalismo da era atual. E nada mais coerente com essa realidade que um poema que sintetiza os sonhos e a luta cotidiana da classe trabalhadora.

Em seu “Louvor do revolucionário”, Bertolt Brecht nos diz:

Quando a opressão aumenta
Muitos se desencorajam
Mas a coragem dele cresce.
Ele organiza a luta
Pelo tostão do salário, pela água do chá
E pelo poder no Estado.
Pergunta à propriedade:
Donde vens tu?
Pergunta às opiniões:
A quem aproveitais?

Onde quer que todos calem
Ali falará ele
E onde reina a opressão e se fala do Destino
Ele nomeará os nomes.

Onde se senta à mesa
Senta-se a insatisfação à mesa
A comida estraga-se
E reconhece-se que o quarto é acanhado.

Pra onde quer que o expulsem, para lá
Vai a revolta, e donde é escorraçado
Fica ainda lá o desassossego.

REFERÊNCIAS

BARÃO, Gilcilene de Oliveira Damasceno. **As contribuições educacionais de Florestan Fernandes**: debate com a pedagogia nova e a centralidade da categoria Revolução. 2008. 405p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2008. Disponível em: www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/251979. Acesso em: 10 ago. 2018.

BRECHT, Bertolt. **Louvor ao revolucionário**. Disponível em: cata-vento-cata-vento.blogspot.com/2009/08/louvor-do-revolucionario.html. Acesso em: 4 fev. 2017.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. A revolução burguesa no Brasil. In: D'INCAO, Maria Angela. **O saber militante**: ensaios sobre Florestan Fernandes. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes**. 1994. Disponível em: www.iea.usp.br/publicacoes/textos/limoeirocardosoflorestan1.pdf. Acesso em: 10 jul. 2017.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Florestan Fernandes: a construção de uma problemática. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 10, p. 89-128, jan. 1996.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Sobre a teorização do capitalismo dependente em Florestan Fernandes. In: FÁVERO, Osmar (Org.). **Democracia e educação em Florestan Fernandes**. Niterói: Autores Associados; Editora da UFF, 2005.

CASTELO, Rodrigo. Presença de Florestan: subdesenvolvimento, capitalismo dependente e revolução no pensamento econômico brasileiro. In: MALTA, Maria Mello (Coord.). **Ecos do desenvolvimento**: uma história do pensamento econômico brasileiro. Rio de Janeiro: Ipea, 2011.

CEPÊDIA, Vera Alves; MAZUCATO, Thiago. **O intelectual Florestan Fernandes e seus diálogos intelectuais**. São Carlos: UFSCar, 2015.

CERQUEIRA, Laurez. **Florestan Fernandes: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CHEROBINI, Demetrio. **Educação e política no pensamento de István Mészáros**: ensaio introdutório. 2010. 324 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CHINELLI, Filippina. Florestan Fernandes: educação e compromisso com a mudança. In: FÁVERO, Osmar (Org.). **Democracia e educação em Florestan Fernandes**. Autores Niterói: Associados; Editora da UFF, 2005.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

COHN, Gabriel. O ecletismo bem temperado. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **O saber militante**: ensaios sobre Florestan Fernandes. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

COSTA, Diogo Valença de Azevedo. Florestan Fernandes e os dilemas do subdesenvolvimento capitalista: a sociologia como crítica da dependência cultural. In: CONFERÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO – CODE/IPEA, Il., 2011, Brasília. **Anais...** Brasília: Ipea, 2011. p. 1-21. Disponível em: www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area11/area11-artigo5.pdf. Acesso em: 10 out. 2017.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e “imagem do Brasil” em Florestan Fernandes**. 2000. Disponível em: www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=90. Acesso em: 3 set. 2015.

D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **O saber militante**: ensaios sobre Florestan Fernandes. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FAVARO, Neide de Almeida Lança Galvão. **O projeto político-estratégico da pedagogia histórico-crítica**: uma análise das origens, do desenvolvimento, dos dilemas e da relação entre a escola pública e a luta socialista. 2014. 624 f. Tese (Doutorado) – Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

FÁVERO, Osmar (Org.). **Democracia e educação em Florestan Fernandes**. Niterói: Autores Associados; Editora da UFF, 2005.

FERNANDES, Florestan. **O que é revolução**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

FERNANDES, Florestan. **Marx e Engels: História.** São Paulo: Ática, 1989.

FERNANDES, Florestan. **A condição do sociólogo.** São Paulo: Hucitec, 1978.

FERNANDES, Florestan. A formação política e o trabalho do professor. *In:* CATANI, Denise Bárbara. **Universidade, escola e formação de professores.** São Paulo: Brasiliense, 1987b.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

FERNANDES, Florestan. **A sociologia numa era de reconstrução social.** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1963.

FERNANDES, Florestan. Apresentação. *In:* LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução:** o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. São Paulo: Editora Hucitec, 1983.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FERNANDES, Florestan. **Da guerrilha ao socialismo:** a Revolução Cubana. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

FERNANDES, Florestan. **Democracia e desenvolvimento:** a transição da periferia ao capitalismo monopolista da era atual. São Paulo: Hucitec, 1994.

FERNANDES, Florestan. **Dominación y desigualdad:** el dilema social latinoamericano. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; CLACSO, 2008. Disponível em: biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20100830102416/fernandes.pdf. Acesso em: 3 maio 2015.

FERNANDES, Florestan. **Educação e sociedade no Brasil.** São Paulo: Dominus, 1966.

FERNANDES, Florestan. **Elementos de sociologia geral e aplicada.** São Paulo: Pioneira, 1971.

FERNANDES, Florestan. **Em busca do socialismo:** últimos escritos e outros textos. São Paulo: Editora Xamã, 1995.

FERNANDES, Florestan. **Ensaio de sociologia geral e aplicada.** São Paulo: Pioneira, 1976.

FERNANDES, Florestan. Florestan Fernandes. [Entrevista concedida a] Tarso Venceslau. **Teoria e Debate**, São Paulo, n. 13, 1991b. Disponível em: teoriaedebate.org.br/1991/01/20/florestan-fernandes/. Acesso em: 20 nov. 2015.

FERNANDES, Florestan. Florestan Fernandes: a pessoa e o político. [Entrevista concedida a] **Nova Escrita Ensaio**, São Paulo, ano IV, n. 8, 1981c.

FERNANDES, Florestan. Florestan Fernandes: história e histórias. [Entrevista concedida a] Alfredo Bosi, Carlos Guilherme Motta e Gabriel Cohn. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 42, p. 3-31, 1995c.

FERNANDES, Florestan. Introdução a Contribuição à crítica da Economia Política. In: FERNANDES, Florestan. **Em busca do socialismo**: últimos escritos e outros textos. São Paulo: Xamã, 1995.

FERNANDES, Florestan. **Marx, Engels e Lenin**: história em processo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, Florestan. **Nova República?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

FERNANDES, Florestan. **O PT em movimento**: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Autores Associados, 1991.

FERNANDES, Florestan. **Pensamento e ação**: o PT e os rumos do socialismo. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981b.

FERNANDES, Florestan. Revolução, um fantasma que não foi esconjurado. **Crítica Marxista**, São Paulo, Brasiliense, v. 1, n. 2, 1995, p. 140-145.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo: Global, 2008b.

FERNANDES, Heloisa. **Florestan e a educação**. Disponível em: marxismo21.org/wp-content/uploads/2015/08/Florestan-e-a-educacao-Heloisa-Fernandes.pdf. Acesso em: 9 set. 2015.

FONTES, Virgínia. O imperialismo: de Lenin aos dias atuais. **Revista Outubro**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 69-107, jan. 2008. Disponível em:

outubrevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-17-Artigo-03.pdf. Acesso em: 9 set. 2015.

FREITAG, Bárbara Rouanet. Florestan Fernandes: democratização, universidade, revolução. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.).

O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

GORENDER, Jacob. Confluências e contradições da construção sociológica. **Revista Adusp**, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 32-33, out. 1995.

GRAMSCI, Antônio. **Escritos políticos:** tomo I. Lisboa: Seara Nova, 1976.

IANNI, Octávio (Org.). **Florestan Fernandes:** sociologia. São Paulo, Ática, 1986.

IANNI, Octávio. A sociologia de Florestan Fernandes. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 10, p. 25-33, jan. 1996.

IASI, Mauro. **As metamorfoses da consciência de classe:** o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

IASI, Mauro. Democracia de cooptação e apassivamento da classe trabalhadora. In: SALVADOR, Evilásio; GRANEMANN, Sara; BOSSETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine. **Financeirização, fundo público e política social.** São Paulo: Cortez, 2012.

IASI, Mauro. **O PT e a revolução burguesa no Brasil.** Disponível em: docs.google.com/file/d/0B_s4202oxQXfNzKxN2hWb2VQSIE/edit. Acesso em: 13 jul. 2015.

LAZARINI, Ademir Quintilio. **A relação entre capital e educação escolar na obra de Dermeval Saviani:** apontamentos críticos. 2012. 234 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

LEHER, Roberto. Florestan Fernandes e a defesa da educação pública. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 121, n. 33, p. 1157-1173, nov. 2012.

LEHER, Roberto. Florestan Fernandes e a universidade no capitalismo dependente. In: FÁVERO, Osmar (Org.). **Democracia e educação em Florestan Fernandes.** São Paulo; Campinas; Niterói: Autores Associados, 2005.

LENIN, Vladimir Ilich. **A falência da II Internacional**. Rio de Janeiro: Kairós, 1979.

LENIN, Vladimir Ilich. **O Estado e a revolução**: a doutrina marxista do Estado e as tarefas do proletariado na revolução. São Paulo: Global, 1987.

LIMA, Kátia. Capitalismo dependente e reforma universitária consentida: a contribuição de Florestan Fernandes para a superação dos dilemas educacionais brasileiros. In: SIQUEIRA, Ângela; NEVES, Lucia (Org.). **Educação superior**: uma reforma em processo. São Paulo: Xamã, 2006.

MACHADO, Lucília. **Politecnia, escola unitária e trabalho**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1991.

MARINI, Ruy Mauro. Prólogo. In: BAMBIRRA, Vania. **A Revolução Cubana**: uma reinterpretação: Coimbra, São Paulo: Centelha, 1975.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **Florestan ou o sentido das coisas**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MARTINS, José de Souza. **Florestan**: sociologia e consciência social no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

MARX, Karl. **Karl Marx**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores.)

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2003.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política – v. 1, livro 1. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Economistas.)

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas. In: MARX, Karl. **Lutas de classes na Alemanha**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MASCARO, Alysso L. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo. 2013.

MERCADANTE, Aloísio. “Se Brasil formasse médicos como professores, pacientes morreriam”, diz Mercadante. [Entrevista concedida a] Ana Estela de Sousa Pinto. **Folha de S. Paulo**,

São Paulo, 2015. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/11/1712167-se-pais-formasse-medicos-como-professores-pacientes-morreriam-diz-mercadante.shtml. Acesso em: 15 mar. 2016.

MORAIS, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos. **História do marxismo no Brasil**: Vol. 4 – Visões do Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

MOTTA, Stefano. **Crítica à “ampliação da democracia” como caminho ao socialismo**. '2016. 176 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

NETTO, José Paulo. Nota prévia a esta edição. In: FERNANDES, Florestan. **Marx, Engels e Lenin**: a história em processo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. **Florestan Fernandes**. Recife: Massangana, 2010.

PAIVA, Carlos Aguedo Nagel. **Capitalismo dependente e (contra) revolução burguesa no Brasil**: um estudo sobre a obra de Florestan Fernandes. 1991. 546 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991. Disponível em: repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/286290. Acesso em: 13 abr. 2015.

PALUDO, Conceição. **Educação popular em busca de alternativas**: Uma leitura desde o Campo Democrático e Popular. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

PERICAS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln Ferreira (Org.). **Intérpretes do Brasil**: clássicos, rebeldes e renegados. São Paulo: Boitempo, 2014.

PINASSI, Maria Orlanda. Florestan Fernandes e a crise do capital: a urgência da educação e formação da consciência crítica. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 110-117, dez. 2014.

RODRIGUES, Fabiana; BRAGA, Lucelma Silva. A centralidade da educação pública na obra e militância de Florestan Fernandes, no período entre 1980 a 1995: contribuições ao pensamento marxista sobre a educação no Brasil. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 2, n. 7, p. 133-145, dez. 2015.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. São Paulo, Cortez, 1989.

SAVIANI, Demerval. Florestan Fernandes e a educação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 10, p. 71-87, jan. 1996.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a sociedade civil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SEREZA, Haroldo Ceravolo. Florestan Fernandes. In: SECCO, Lincoln Ferreira; PERICÁS, Luiz Bernardo (Orgs.). **Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados**. São Paulo: Boitempo, 2014.

SILVA, Michel Goulart da. O partido político em Florestan Fernandes. **Em Debate**, Florianópolis, v. 8, n. 10, p. 54-68, jun. 2012. Disponível em: periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/view/1980-3532.2012n8p54/25513. Acesso em: 3 jul. 2015.

SOARES, Eliane Veras. Educação e democracia na trajetória de Florestan Fernandes. In: ENFF. **Cadernos de Estudos ENFF: o Legado de Florestan Fernandes – vol. 4**. Guararema: ENFF Editora, 2009.

SOARES, Eliane Veras. Florestan Fernandes e os dilemas intelectuais contemporâneos. **Sinais**, Espírito Santo, v. 1, n. 9, p. 33-42, jun. 2011.

SOARES, Morena Gomes Marques. **Em busca da revolução brasileira: o democrático-popular como expressão político-programática da formação da classe trabalhadora no Brasil**. 2012. 274 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

TÓTORA, Silvana. A questão democrática em Florestan Fernandes. **Lua Nova**, São Paulo, v. 1, n. 48, p. 109-241, dez. 1999. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ln/n48/a06n48.pdf. Acesso em: 13 abr. 2015.

TUMOLO, Paulo Sérgio. A produção em “trabalho e educação”: Esboço para a discussão de suas marcas e de suas perspectivas. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 11-22, maio 2012.

TUMOLO, Paulo Sérgio. **Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação produtiva**. Florianópolis: Editoria Em Debate/UFSC, 2013.

TUMOLO, Paulo Sérgio. **Gramsci, transição social e educação: notas para uma reflexão crítica**. Florianópolis: Editoria Em Debate/UFSC, 2014.

LANÇAMENTOS EDITORIA EM DEBATE 2019

Arte, ensino, utopia e revolução: os ateliês artísticos
VKhUTEMAS/VKhUTEIN (Rússia/URSS, 1920-1930)

Jair Diniz Miguel

Trabalho, capital e formação da classe trabalhadora

Paulo Sergio Tumolo

Marx e Engels... Notas introdutórias para Além d'O capital
Deise Luiza da Silva Ferraz e Janaynna de Moura Ferraz (Org.)

A Operação Zelotes e a venda do Grupo RBS

Itamar Aguiar

As transfigurações da educação na teoria de Florestan Fernandes:
escola e socialização política na formulação
estratégica da revolução socialista

Ricardo Scopel Velho

Conquistando corações e mentes: uma análise da
National Endowment for Democracy no Equador (2006-2016)

Letícia Cristina Bizarro Barbosa

Duas estrelas e dois projetos de hegemonia: a influência do
pensamento de Gramsci no Partido dos Trabalhadores (BRA)
e no Bloco de Esquerda (POR)

Eric Araujo Coimbra

Juventude pobre e escolarização: trabalho, cultura e perspectivas de
futuro nos territórios do Maciço do Morro da Cruz – Florianópolis

*Luciana Pedrosa Marcassa, Soraya Franzoni Conde
e Sandra Luciana Dalmagro*

Ricardo Scopel Velho

Professor do Instituto Federal Catarinense, campus de Rio do Sul, desde 2005. Graduado em Ciências Sociais, mestre em Sociologia Política e doutor em Educação. Monitor do Núcleo de Educação Popular 13 de maio (13 de maio – NEP).

E-mail: ricardo.velho@ifc.edu.br

No início de sua obra, Florestan Fernandes tem uma explicação da realidade brasileira baseada na incompletude do desenvolvimento da ordem social burguesa em relação à transformação capitalista, e por esse motivo aderiu à estratégia de caráter democrático, a qual, tendo um objetivo socialista, defendia que a expansão da democracia abriria espaço político para a classe trabalhadora agir de maneira autônoma e independente. Sua estratégia, nesse período, caracteriza-se como predominantemente democrática. Entre os anos 1960 e 1970, partindo da consolidação da revolução burguesa como uma contrarrevolução permanente, o autor apresenta a categoria de capitalismo dependente como expediente de uma forma específica de capitalismo em países de origem colonial. Após o golpe empresarial-militar, formula uma estratégia predominantemente socialista, com um programa democrático-popular. Esse programa colocado em movimento pelas reivindicações operárias, dentro da ordem, implicaria um colapso da autocracia, levando à revolução contra a ordem. Analisamos como sua teoria educacional transfigurou-se durante essa transição teórico-política.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-68267-33-2



9 788568 267332



EDITORIA
EM DEBATE

